

# **PÁTIO COMO UNIDADE DO COMPLEXO AGRÍCOLA**

RECONVERSÃO DE USOS DE UM PATRIMÓNIO RURAL



**MARTINHO COELHO TENREIRO ARAÚJO**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura  
Orientação do Professor Doutor João Mendes Ribeiro e Professora Doutora Carolina Coelho  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERISDADE DE COIMBRA  
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA



# **PÁTIO COMO UNIDADE DO COMPLEXO AGRÍCOLA**

RECONVERSÃO DE USOS DE UM PATRIMÓNIO RURAL

Todos os desenhos que aqui se apresentam foram elaborados pelo autor  
Dissertação redigida segundo o antigo acordo ortográfico e de acordo com a norma APA



Torna-se difícil expressar, em breves palavras, a minha gratidão para com todos os que me acompanharam nesta longa etapa.

Agradeço ao Professor João Mendes Ribeiro e à Professora Carolina Coelho pela orientação, disponibilidade e conhecimento transmitido.

Ao Professor António Bettencourt pelo incansável apoio e motivação.

A todos os restantes colegas, amigos e professores com quem partilhei estes anos, em especial ao Nina, pela paciência, e à Elite, pela amizade.

À minha família pelo apoio incondicional.



## RESUMO

Esta dissertação pretende investigar e interpretar, através da concretização de um projecto, a reconversão de usos de um património de carácter rural, situado no concelho de Penacova, distrito de Coimbra. Abordando uma proposta real, este trabalho procura reforçar a pertinência da coesão teórico-prática na elaboração de um projecto de Arquitectura.

A Quinta de Oliveira do Mondego é um complexo agrícola pertencente à família desde a sua fundação, início do séc. XX, e que actualmente apresenta um considerável estado de degradação e descaracterização, tendo os anos e constantes reajustes programáticos desvirtuado a sua identidade vernacular. O seu método de organização espacial, de pátio central que distribui as diversas dependências em seu redor, é, simultaneamente, o tema que despoleta toda esta investigação.

Assim sendo, antes de intervir em tal património, propõe-se efectuar um estudo do pátio no contexto popular português, tentando perceber e identificar as suas premissas, as suas características regionais, e os seus modos de aplicação e utilização, com especial foco nas relações que o mesmo estabelece com os edifícios que o enquadram. Para tal, torna-se essencial contextualizar e informar o tema abordando bibliografia como *Arquitetura Popular em Portugal* (1961) e *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (1992), de maneira a estabelecer um mais aprofundado entendimento do pátio, da sua presença no cenário rural do país, e da sua importância como unidade do complexo agrícola.

Advindo desde estudo, e numa segunda fase da dissertação, transforma-se a realidade anteriormente investigada. Concebe-se então uma proposta de projecto para a Quinta de Oliveira do Mondego, justamente formulada a partir das articulações espaciais entre pátio e edificado, dotando-a assim de uma nova identidade, usos e funções, com um programa de Turismo em Espaço Rural, e salvaguardando o pátio como unidade do novo complexo.





## ABSTRACT

This dissertation intends to investigate and interpret, through the concretization of a project, the reconversion of uses of a rural heritage, located in the municipality of Penacova, district of Coimbra. Approaching a real proposal, this work tries to reinforce the importance of the theoretical-practical cohesion in the elaboration of an Architecture project.

Quinta de Oliveira do Mondego is an agricultural complex belonging to the family since its foundation, beginning of the 20th century, that at the moment, reveals a considerable state of degradation and decharacterization, having the passage of time and constant programmatic adjustments distorted its vernacular identity. Its method of spatial organization, the central courtyard that distributes the various dependencies around it, is, simultaneously, the theme that all this research is focused on.

Therefore, before intervening in such heritage, it is proposed to study the courtyard in the Portuguese rural context, trying to perceive and identify its premises, its regional characteristics, and its application and use, with a special focus on the spatial relations that it establishes with the buildings around it. Therefore, it is essential to contextualize the subject by approaching bibliography such as *Arquitetura Popular em Portugal* (1961) and *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (1992), in order to establish a deeper understanding of the courtyard, its presence in the rural setting of the country, and its importance as the unit of the agricultural complex.

From such study, and in a second phase of the dissertation, we transform the previously investigated reality. It is, therefore, conceived a proposal for Quinta de Oliveira do Mondego that is precisely formulated from the spatial articulations between the courtyard and its surrounding buildings, thus providing it with a new identity and functions, through a program of Rural Tourism, and safeguarding the courtyard as the unit of the new complex.

Keywords: Rural architecture, courtyard, rural, agricultural complex, conversion



## SUMÁRIO

V	RESUMO
VII	ABSTRACT
IX	SUMÁRIO
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>
<b>15</b>	<b>CAPÍTULO 1 – A QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO</b>
17	1.1 Território
23	1.2 História
41	1.3 Espaço e programa
53	1.3.1 Espaço e forma
67	1.4 Estratégia de projecto
<b>77</b>	<b>CAPÍTULO 2 – PÁTIO NO CONTEXTO POPULAR PORTUGUÊS</b>
79	2.1 O pátio rural
85	2.1.1 A regionalidade do pátio
101	2.2 O complexo agrícola do Norte – Minho
103	2.2.1 Contextualização
103	2.2.2 Caracterização formal e espacial
113	2.3 A quinta do Centro – Beira Litoral
117	2.3.1 Contextualização
117	2.3.2 Caracterização formal e espacial
129	2.4 O monte do Sul – Alto Alentejo
131	2.4.1 Contextualização
131	2.4.2 Caracterização formal e espacial
<b>143</b>	<b>CAPÍTULO 3 – PÁTIO COMO UNIDADE DO COMPLEXO AGRÍCOLA</b>
149	3.1 A regionalidade do pátio
161	3.2 Pátio e envolvente exterior
171	3.3 Pátio e envolvente interior
191	3.4 Pátio – Análise quantitativa
<b>207</b>	<b>CAPÍTULO 4 – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO</b>
211	4.1 Pátio como catalisador de projecto – Reconversão de duas quintas
221	4.1.1 Pátio e envolvente exterior
237	4.1.2 Pátio e envolvente interior
271	4.1.3 Pátio – Análise quantitativa
281	4.2 Reconversão de um edifício de currais
<b>311</b>	<b>CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>
321	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
327	SUMÁRIO DE FIGURAS
339	SUMÁRIO DE DESENHOS
<b>347</b>	<b>DESENHOS ANEXOS</b>



## INTRODUÇÃO



Esta dissertação surge como resultado de uma questão em que se reflectia sobre o rumo a dar a uma quinta, pertencente à família há gerações, que apresentava um contínuo estado de degradação. A pertinência do tema faz também parte de um objectivo académico, representando o culminar de um percurso de aprendizagem para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, que se pretende finalizar com a elaboração de tal projecto.

Determinara-se então que o autor desta prova ficaria encarregue de realizar uma investigação teórico-prática, que teria como base a realização de um projecto de reabilitação e reconversão de usos de um complexo agrícola, a quinta, de maneira a poder revalorizar e prolongar o seu legado e assegurar a sua continuidade futura, mas, agora, introduzindo uma nova vertente e programa, de turismo em espaço rural.

O terreno que o autor propõe trabalhar, a Quinta de Oliveira do Mondego, é um complexo agrícola, com cerca de 6700m<sup>2</sup>, remetente a 1910, situado na aldeia de Oliveira do Mondego, concelho de Penacova, distrito de Coimbra. O complexo é caracterizado por diversos edifícios que se desenvolvem em redor de um pátio central, núcleo do espaço, e elemento essencial para o funcionamento de toda a actividade rural que ali decorria, mantendo uma estrita e cúmplice relação com a volumetria envolvente.

Como tal, a exigência do exercício que se propõe nas seguintes páginas, levanta, essencialmente, a seguinte questão:

Como potenciamos a transformação de usos de um complexo agrícola num programa de turismo em espaço rural, explorando as articulações espaciais entre o pátio e os seus programas complementares de produção?

De forma sucinta, respondendo à questão acima colocada, o objectivo principal desta dissertação é perceber como a volumetria e os programas funcionais de um complexo agrícola se organizam e articulam em função de um elemento fulcral na composição do espaço, o pátio, e como, partindo destas articulações, podemos conceber um programa contemporâneo, de turismo em espaço rural, através da reabilitação do edificado e da reconversão dos seus usos.

Relativamente aos objectivos específicos, é imperativo, em primeiro lugar, introduzir o objecto que nos propomos a reconverter, analisando o seu espaço, forma e, fundamentalmente, o seu pátio. De seguida, tem-se também como objectivo investigar o pátio rural no contexto português e identificar as suas premissas basilares. Seguindo a mesma linha de raciocínio, propomos estudar diversos exemplos de utilização do pátio rural em função das premissas anteriormente estabelecidas, tentando perceber como ele é interpretado e apropriado em regiões específicas do País.





O objectivo final consiste na apresentação de uma proposta de projecto que represente o culminar de toda a investigação teórico-prática realizada nos capítulos anteriores.

Posto isto, e como resultado, espera-se, através desta dissertação, formalizar uma lógica de projecto, alicerçada em toda a pesquisa efectuada, que clarifique a influência espacial e programática que o pátio impõe num projecto de reabilitação e reconversão de usos de um complexo agrícola, aludindo à organização do novo complexo segundo os critérios que o formalizaram originalmente, para, neste caso específico, desenvolver um programa de turismo rural ou de habitação.

## **METODOLOGIA**

Esta dissertação segue uma abordagem teórico-prática, dado que o seu principal objectivo é formalizar e conceber um projecto de Arquitectura, mas que é suportado e fundamentado por uma investigação teórica que funciona, justamente, como alicerce das decisões projectuais tomadas. Como tal, nas seguintes páginas, apresentar-se-á uma investigação dividida em duas componentes, teórica e prática, com princípios escritos e desenhados, funcionando o desenho como elemento representativo, tanto da realidade que se pretende conceber, como da investigação que suporta essa mesma realidade.

É, portanto, uma dissertação de projecto suportada por uma análise teórica, que advém de pesquisa bibliográfica e interpretação crítica da mesma, de análises a um caso de estudo, a Quinta Nova de Poiares, e ao objecto de estudo, a Quinta de Oliveira do Mondego, bem como dos restantes exemplos que se propõe analisar. A componente prática, por sua vez, advém da necessidade de conceber uma proposta de intervenção, recorrendo, claramente, ao desenho como método e instrumento de projecto.

Portanto, esta dualidade do desenho procura reforçar o vínculo entre a componente teórica e prática que a dissertação segue, não se limitando a um método de representação, sendo que ele reflecte e traduz, também, a própria essência e teoria que se pretendem expor.



## **ESTRUTURA**

Relativamente à estrutura da dissertação, esta organiza-se em quatro capítulos e abrange diversas escalas de aproximação, abordando o pátio sempre da perspectiva geral para a particular, com o intuito de reforçar as diversas vertentes em que o próprio trabalha.

### **Capítulo 1 – A Quinta de Oliveira do Mondego**

Neste capítulo partimos de imediato para uma apresentação do objecto de estudo que propomos reconverter, contextualizando-o, em primeiro lugar, no espaço e no tempo, e depois analisando as suas características formais e espaciais, dando sempre maior relevância ao pátio e à forma como este se incorpora nas diversas características da quinta. Pretende-se também perceber como o pátio foi formulado e pensado a partir das relações que estabelece com os seus edifícios circundantes, e como a futura proposta poderá tirar partido destas.

Trata-se de conhecer e assimilar, desde o momento inicial da investigação, o objecto a reconverter, elaborando, de certa forma, um conceito prévio para a intervenção que se apresentará no último capítulo.

### **Capítulo 2 – Pátio no contexto popular português**

Num segundo momento vamos justificar a estratégia e a abordagem apresentadas no capítulo anterior; para tal, torna-se essencial perceber o contexto em que estamos a trabalhar.

Portanto, este capítulo vem, antes de mais, expor o pátio, dando a conhecer ao leitor o surgimento do mesmo, o seu propósito na habitação rural, as premissas que o sustentam, e como estas se materializaram na diversidade regional dos exemplares que encontramos hoje.

De seguida, apresentar-se-ão três casos no território nacional (Norte, Centro e Sul) um dos quais o nosso caso de estudo, de maneira a reflectir a própria regionalidade do pátio que se deu a conhecer anteriormente. Ou seja, trata-se de uma compreensão mais aprofundada do próprio, partindo dos princípios anteriormente definidos, percebendo como ele é pensado, interpretado e formulado nas diversas regiões, e quais as relações que o mesmo estabelece com o programa que o envolve.

Para que tal seja sucedido, torna-se indispensável recorrer a bibliografia inerente aos mais diversos campos que abordam o popular português e a materialização da sua habitação: a Geografia, que estuda as próprias condicionantes físicas, a Antropologia, que estuda o Homem e os modos de se relacionar com o meio, e a História, nomeadamente a História da Arquitectura que estuda as civilizações e o seu legado construtivo, neste caso, o legado do pátio rural.



### **Capítulo 3 – Pátio como unidade do complexo agrícola**

Este capítulo pretende comparar os exemplos anteriormente analisados, agora não de forma individual, mas numa leitura conjunta e transversal, em que o objectivo é precisamente acentuar as diferenças entre cada complexo e pátio, tendo como referência as premissas estabelecidas no capítulo anterior. Mais uma vez, esta análise partirá de uma escala de maior abrangência e imaterial, o tempo, de maneira a criar um fio condutor que associe todos os exemplos, passando, depois, pela vertente espacial, material, e terminando num estudo quantitativo de cada pátio, oferecendo uma nova perspectiva de interpretação do mesmo, que ultrapassa a dimensão representativa do desenho. Tenta-se responder à questão comparando os quatro casos em conjunto, procurando perceber as diferentes articulações que cada pátio estabelece com a sua envolvente face à região, e que, por ventura, se tornem significantes numa eventual proposta de reconversão. Portanto, antes de poder trabalhar o pátio, importa perceber as diferenças que ele mesmo estabelece em determinada região, bem como os seus distintos modos de concepção no País.

### **Capítulo 4 – Proposta de intervenção**

Neste capítulo responde-se, em termos práticos, à questão inicialmente colocada, trabalhando com todas as ferramentas e informação anteriormente recolhidas. Como tal, apresentaremos duas propostas de projecto: a reconversão do nosso objecto de estudo, a Quinta de Oliveira do Mondego, e um dos casos anteriormente analisados, a Quinta Nova de Poiães, também alvo de reabilitação, por parte do Arquitecto João Mendes Ribeiro, em 1997, embora, tal nunca tenha sido concretizada. Neste momento ambas as propostas serão analisadas em paralelo, tendo sempre o pátio como alvo de comparação, estabelecendo uma relação indissociável entre ambos, e sendo ele o elemento que prolifera a organização do espaço e actua como mote de projecto. Então, de certo modo, materializa-se toda a teoria investigada, nascendo o projecto a partir do próprio entendimento e estudo que se criou do pátio, e que se apresentará nas seguintes páginas, traduzido num programa de turismo em espaço rural.

Sucintamente concluindo, no capítulo 1 introduzimos o nosso objecto de estudo e explicamos, de forma breve, a sua estratégia de reconversão. Depois, nos capítulos 2 e 3, recorrendo ao desenho e pesquisa bibliográfica como principais elementos de investigação, justificamos, e fundamentamos o princípio e o foro da estratégia anteriormente apresentados.

No final, capítulo 4, densificamos a intervenção, culminando no detalhe construtivo; como tal, verifica-se que todo este processo abrange diversas escalas de trabalho e análise, sendo que a ideia principal a reter é a transversalidade do pátio a todas as escalas de desenho, assumindo sempre uma relevância constante.



## ORIGINALIDADE, DISCIPLINARIDADE E PERTINÊNCIA

Relativamente às questões fundamentais e alicerces da investigação em Arquitectura, no que diz respeito à originalidade, a presente dissertação não pretende criar, ou apresentar, algo de novo ou uma nova estratégia. A originalidade desta dissertação passa sim por sugerir uma abordagem alternativa de projecto face à questão do pátio como elemento organizador do espaço e potenciador de uma reconversão de usos. Como tal, propõe-se um conhecimento mais aprofundado do complexo agrícola e do seu pátio, para que, numa intervenção a realizar, seja possível chegar a uma coerência funcional, logística e formal entre a pré existência e o novo edificado.

Assim, sugere-se um modo de interpretar o espaço em que a essência do projecto reside no objecto (pátio) e na forma como este foi concebido. Deste modo, pressupõe-se que a intervenção a realizar não desvirtue a identidade original do conjunto, pois é estabelecida tal relação vinculativa que transcende os elementos físicos e materiais, dado que a essência da proposta reside no mesmo princípio que originou o próprio complexo, adaptado, agora, à contemporaneidade, e, de certo modo, tornado intemporal através da Arquitectura.

Quanto à disciplinaridade, a dissertação foca-se, fundamentalmente, na vertente teórico-prática e na investigação em torno do projecto. Recorrendo ao mesmo e à pesquisa bibliográfica, abrangendo diversas disciplinas, esta dissertação propõe, não só, uma investigação despoletada pelo processo projectual, mas também uma reflexão teórica e histórica como método de suporte e concretização de uma proposta real. Constantemente alternando entre estas duas vertentes, recorre-se ao desenho, ao longo deste trabalho, como elemento que permite estabelecer e mediar esta dualidade de abordagens.

No que diz respeito à pertinência, e como já mencionado, esta questão de investigação é caracterizada por duas vertentes, a prática e a teórica: o projecto como modo de transformação de uma realidade, e o projecto como investigação dessa mesma realidade.

Então, a relevância desta dissertação não passa pelo objecto a transformar, pelo seu contexto arquitectónico ou pela natureza do programa a introduzir, mas sim pelo seu processo, pela sua metodologia e pela sua abordagem.

Assim sendo, tenta-se demonstrar como a prática projectual pode suscitar uma investigação num determinado contexto, neste caso, de reconversão de um património rural, e, simultaneamente, proceder à sua transformação.





Portanto o projecto, neste caso, constrói a sua própria teoria, e, como tal, o processo aqui exposto envolve e incorpora em si uma investigação bibliográfica caracterizada pela sua multidisciplinaridade, em que a proposta final funciona como uma síntese de todas as áreas estudadas e abordadas. Refere-se então que, e no âmbito específico desta dissertação, de maneira a intervir num património vernacular, torna-se necessário, antes de mais, criar um entendimento do que é o rural, bem como todas as condicionantes que envolvem este modo de vida: a Geografia, Antropologia, Sociologia, povoamento, História e civilização, sendo que compete à Arquitectura, e ao arquitecto, estabelecer o diálogo e a coesão entre estas disciplinas e, então, conceber uma proposta de projecto.



1

## **A QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO**

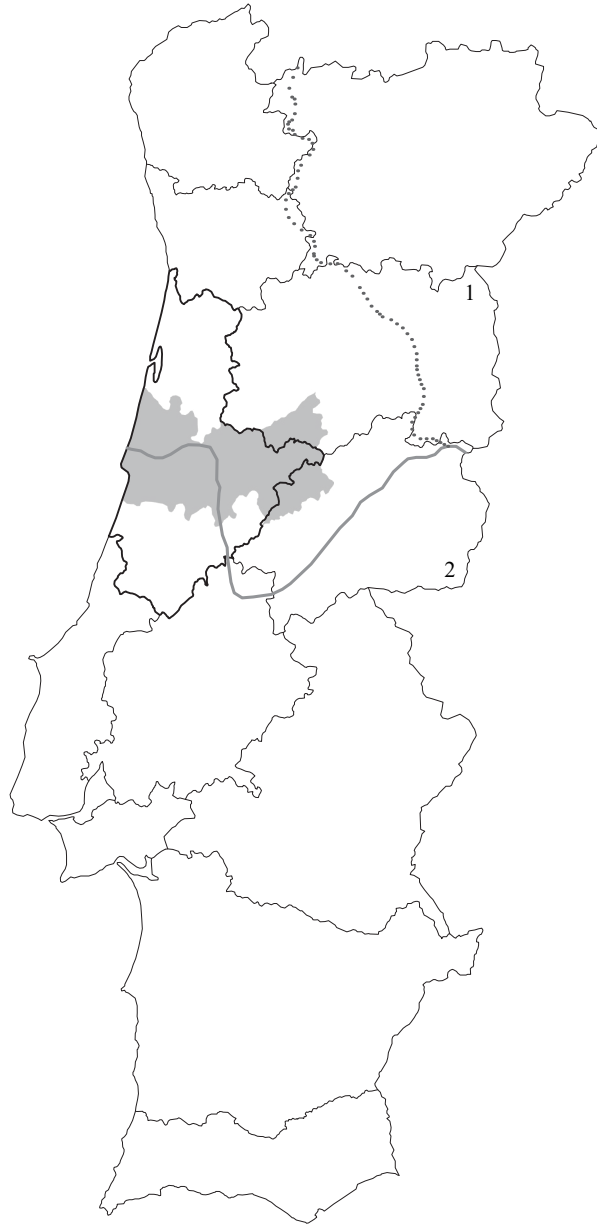


Fig. 1 - Províncias de Portugal (1936) e divisões fundamentais de Portugal (Ribeiro, 1945, p.V) (desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

Distrito de Coimbra    1. Beira Alta    2. Beira Baixa  
 Província da Beira Litoral     Limite Norte e Sul     Limite Norte Atlântico e Norte Transmontano

0    40    80KM



## 1.1 TERRITÓRIO

Em 1945 Orlando Ribeiro sintetiza o território continental Português em três grandes sectores: O Norte Atlântico, o Norte Transmontado e o Sul (Ribeiro, 1945). O Norte Atlântico compreendia as províncias do Minho, Douro Litoral e Beira Litoral, sendo esta última a região onde nos iremos focar (Fig. 1).

Embora pertencente à Beira Litoral, o território de inserção do nosso objecto de estudo compreende uma série de particularidades físicas e geográficas que o relacionam também com o Norte Transmontano (Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa), região onde “Predominam as altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas.” (Ribeiro, 1945, p.225), e portanto distancia-se significativamente do espectro geográfico Litoral, “[...] uma orla plana, banhada de humidade.” (Ribeiro, 1945, p.221).

Podemos afirmar, então, que o nosso terreno se situa entre o Norte Atlântico e o Norte Transmontano, precisamente na transição entre a Beira Litoral e a Beira Alta, actual divisão entre Coimbra e Viseu, tendo de certa forma um contexto híbrido que partilha das características de ambas as regiões, facto este principalmente traduzido na linguagem compositiva, construtiva e material do edificado.

Situado na Freguesia de Oliveira do Mondego, uma das oito freguesias do concelho de Penacova (Fig. 2), pertencente ao distrito de Coimbra, o terreno situa-se na localidade de Oliveira do Mondego, uma povoação na margem Nascente do rio (Mondego), 6Km a jusante da Barragem da Aguieira, e desenvolvendo-se no sentido N-NE, fazendo frente à povoação do Cunhedo que se situa na margem oposta.

Trata-se de uma porção territorial caracterizada por acentuados vales, com uma altimetria que varia entre os 80m-160m, onde as povoações se fixaram em ambas as margens do rio.

Foi esta proximidade hidrográfica um dos principais motivos de apropriação do solo e cultivo dos terrenos adjacentes, estabelecendo-se assim um modo de subsistência caracterizado pela cultura de diversos produtos agrícolas (policultura de regadio), bem como pela oferta piscatória.

No que toca à implantação urbana e relação física com o território, a propriedade situa-se na estrada principal de acesso à aldeia, que se prolonga no sentido NE e acompanha paralelamente o percurso do rio, elevando-se gradualmente em relação a este. Estas condicionantes geográficas colocam a quinta numa posição privilegiada, obtendo uma profundidade visual da paisagem que é desenhada pelo curso do rio e pelo povoamento que se encontra do lado oposto da margem.

## QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO

Quadro informativo:

Região: Centro

Província Histórica (1936): Beira Litoral

Distrito: Coimbra

Concelho: Penacova

Freguesia: Oliveira do Mondego

Datado de: Séc. XX (1910\*)

Programa: Produção agrícola/animal/alimentar

Inserção urbana: Povoamento concentrado

Cota altimétrica: Aprox. 85m

Distância até Coimbra: Aprox. 35Km

Distância até Penacova: Aprox. 10Km

\*Nota: Embora não se saiba precisar o ano exacto de fundação da Quinta, pensa-se que remonte a 1910.

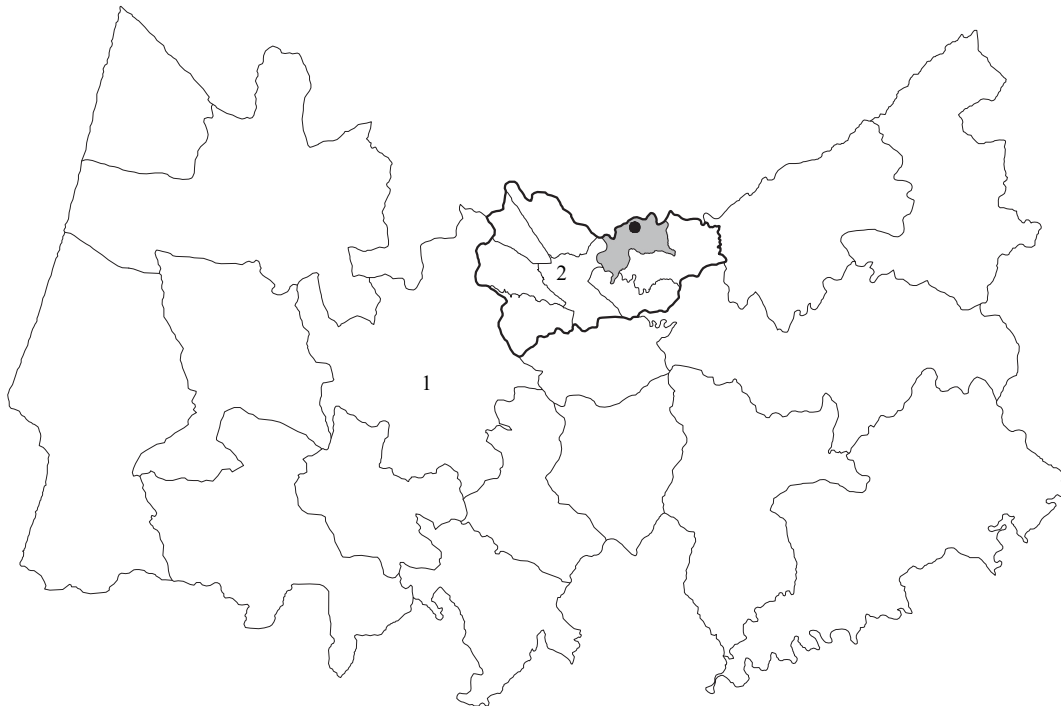
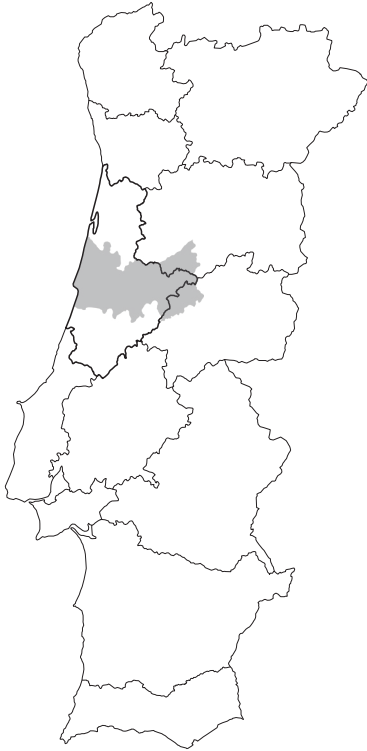


Fig. 2 - Distrito de Coimbra e respectivos concelhos  
(desenhos realizados pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

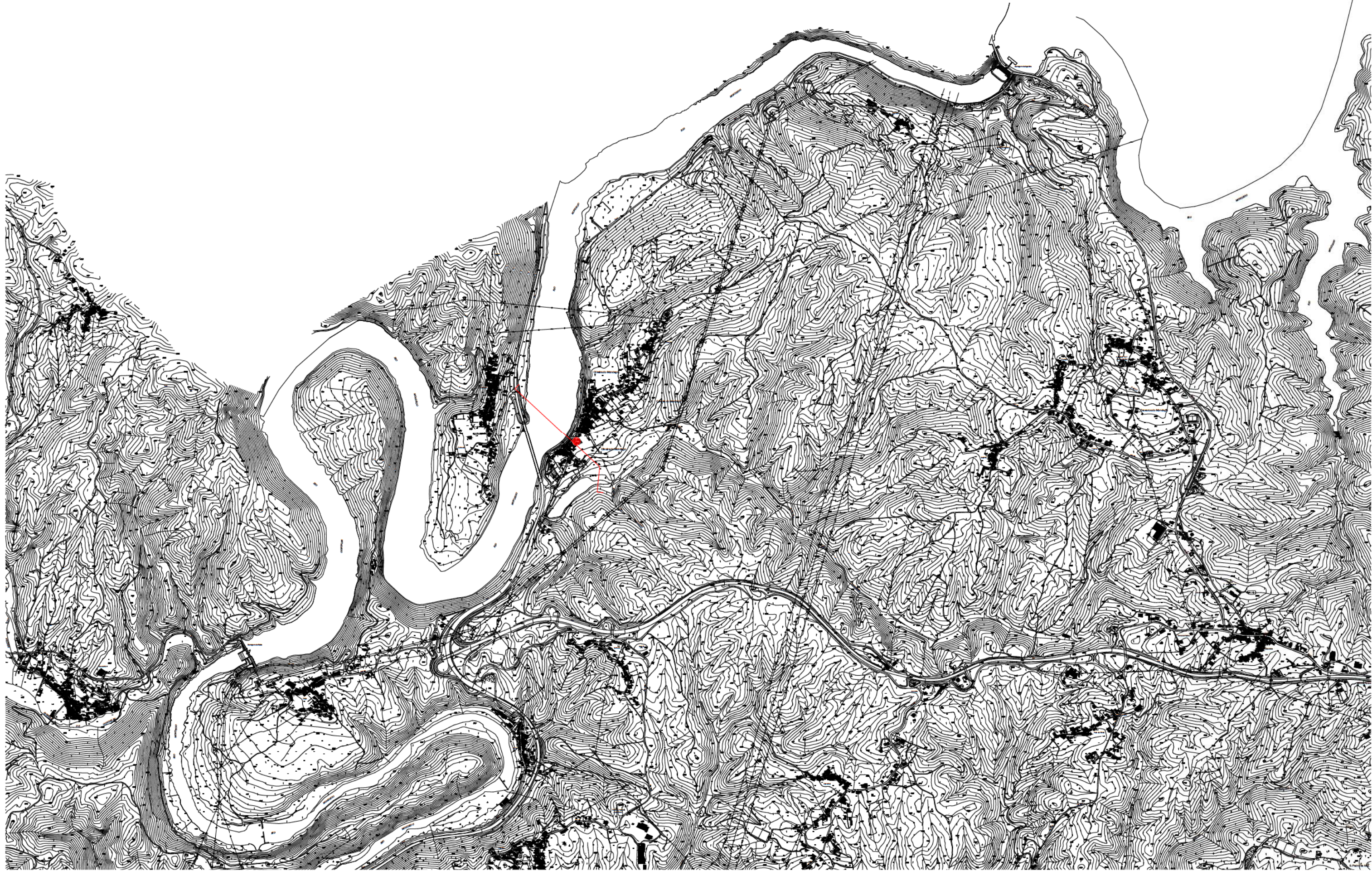
Legenda:

1. Concelho de Coimbra 2. Penacova ● Quinta de Oliveira do Mondego

— Concelho de Penacova e respectivas Freguesias ■ Freguesia de Oliveira do Mondego

0 10 20KM



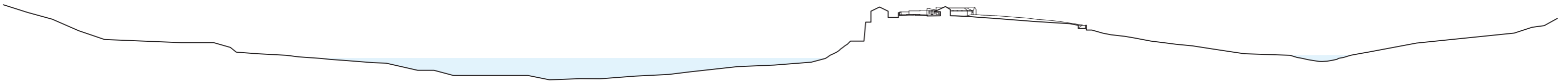
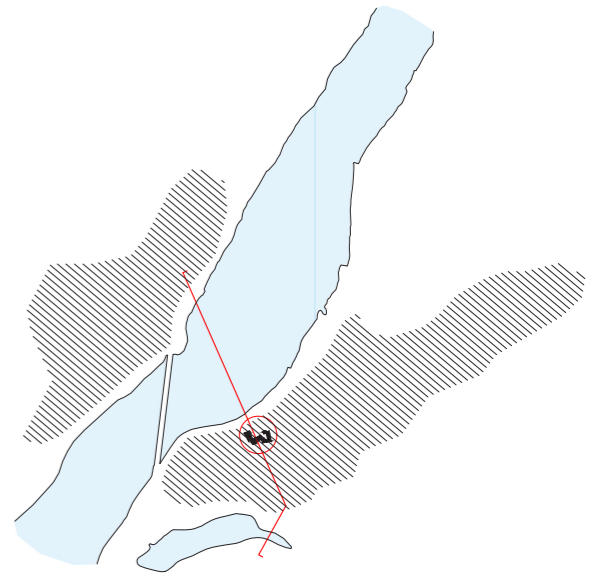


Legenda:  
— Secção transversal ● Localização da Quinta

Contextualização no território 1:20.000  
Desenho n.º 1 (editado pelo autor e cedido pela CM de Penacova)







Seção transversal pelo território  
Desenho n.º 2 (realizado pelo autor)

1:2500



É à cota 89 que nos encontramos no ponto mais elevado na quinta em estudo, estando assim implantada num ligeiro cume delimitado por dois cursos de água: o Rio Mondego (O) e uma lagoa, proveniente do rio (SE), que se situam, respectivamente, entre as cotas 63 e 65, elevando-a assim mais de 20m da sua envolvente e provendo-a de uma localização distinta na paisagem.

## 1.2 HISTÓRIA

Como referido anteriormente, a quinta pertence à família há gerações. Conseguiu-se, através de conversas e entrevistas informais aos familiares datá-la aproximadamente de 1910.

Dado nunca ter existido qualquer documentação gráfica da propriedade, até ao surgimento desta proposta, não foi possível obter um desenho ou levantamento que retrate o estado original da construção, possivelmente anterior a 1910, ou mesmo um registo do programa e número de edifícios que a compunham.

Foi sim possível construir um mapa, ou um estudo cronológico, das transformações que a mesma sofreu ao longo de pouco mais de um século de existência (1910 - 2017), reconstruindo-a através de um registo fotográfico antigo e de, mais uma vez, algumas entrevistas.

Ao que foi possível apurar, a quinta em 1910 era, na verdade, bastante diferente do que aquilo que nos é apresentado hoje. Estaria dividida em quatro sectores, contendo um total de seis edifícios (Fig. 3):

**Sector 1** – Pátio principal: constituído pelas cavalariças, pelo coberto e pelos currais (gado bovino e suíno);

**Sector 2** – Habitação privada: uma habitação constituída por três volumes independentes, e localizados num terreno fisicamente separado do complexo mas pertencente à propriedade;

**Sector 3** – Pátio secundário: continha um segundo edifício de currais (gado ovino e caprino) e a nitreira. Considera-se uma nitreira como um local, ou recinto, onde se fazia o depósito e tratamento de estrumes;

**Sector 4** – Quintal: local onde se fazia recreio de gado e trabalho agrícola. Este quintal teria um acesso independente, feito por uma entrada a Sudeste, perto da lagoa.

Há também uma parte importante e integrante deste complexo, embora não acoplada fisicamente ao mesmo: a casa-mãe, habitação dos proprietários da quinta, que se encontra separada desta pela rua de acesso, esta última, talvez, antecedente a ambas as propriedades.

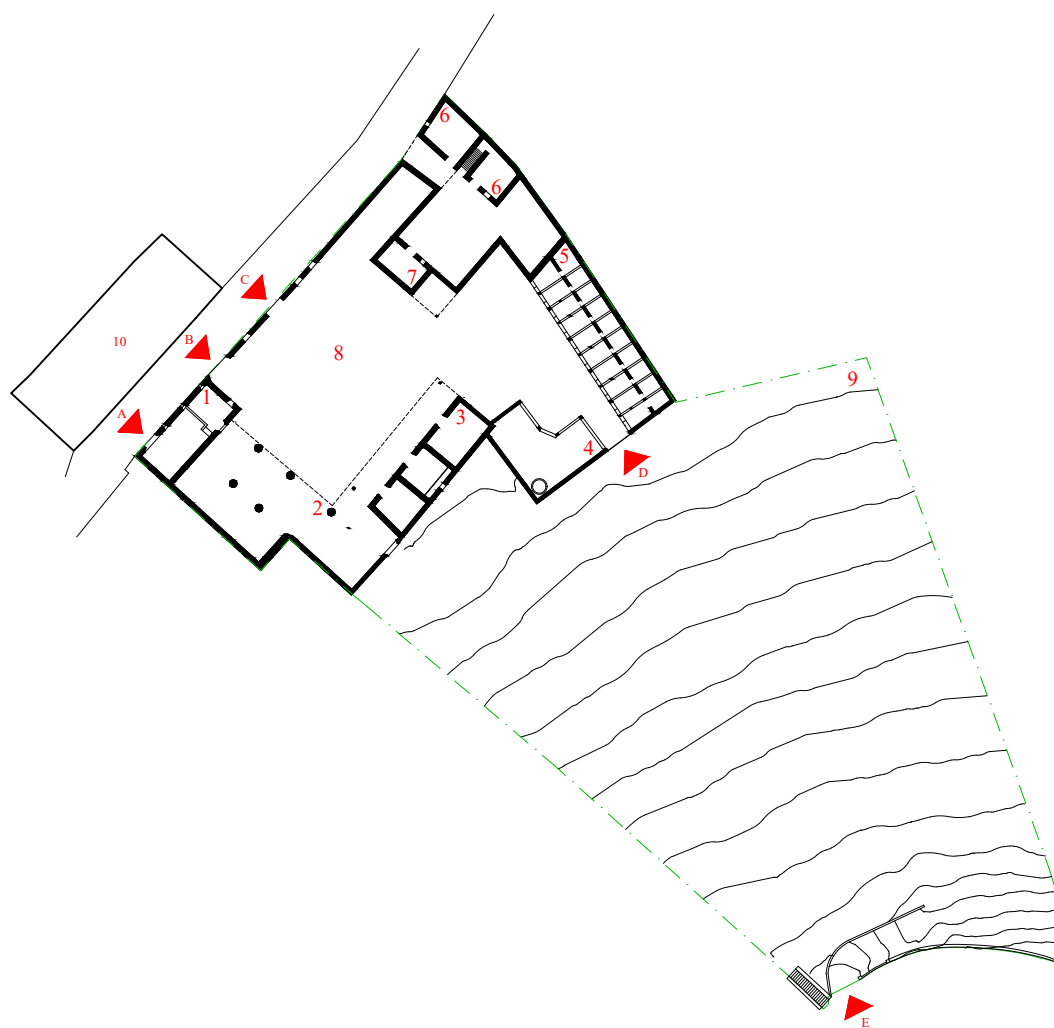


Fig. 3 - Estado original da Quinta (1910) e respectivas funções  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

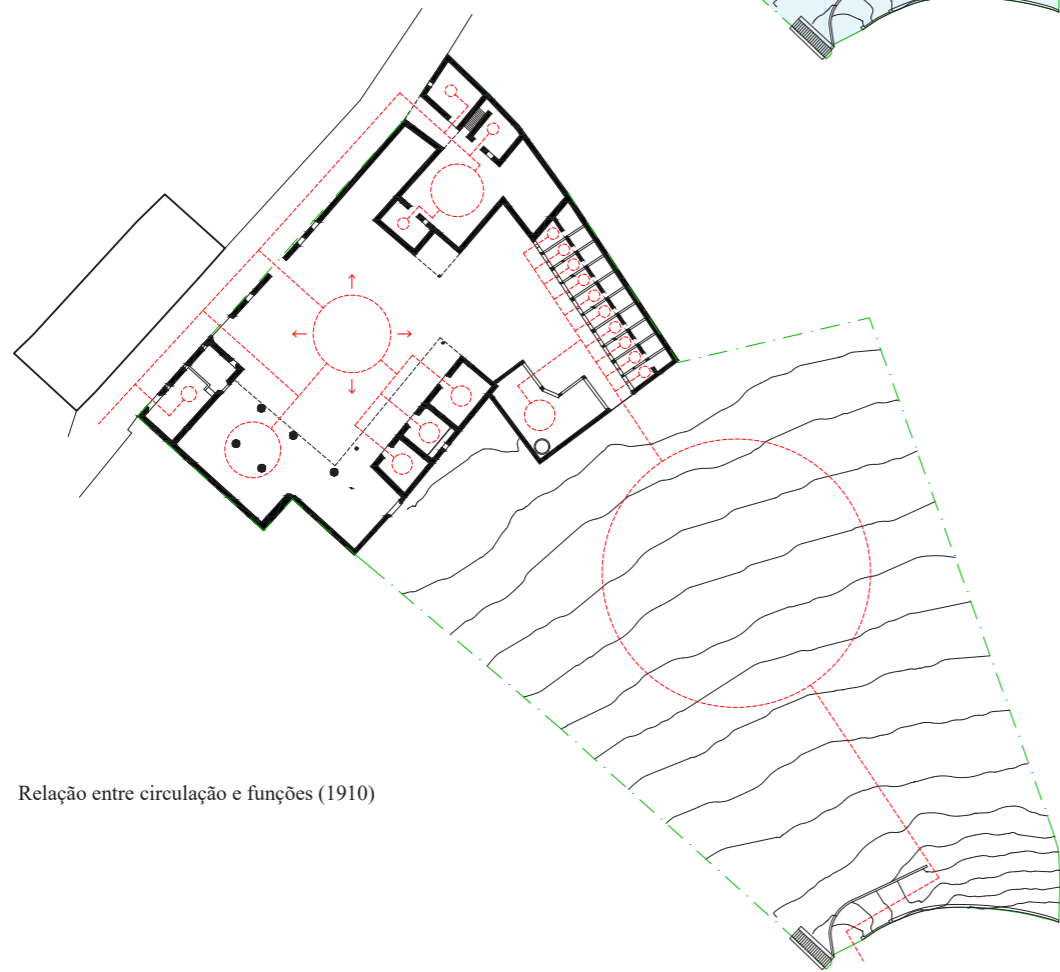
1. Cavaliças 2. Coberto 3. Currais 4. Nitreira 5. Currais 6. Habitação 7. Cozinha 8. Pátio 9. Quintal 10. Casa-mãe  
A. Entrada para cavaliças B. Entrada principal C. Entrada para gado D. Entrada das traseiras E. Entrada do quintal  
- - - - - Limite de propriedade ▶ Acessos ao complexo

1:1000

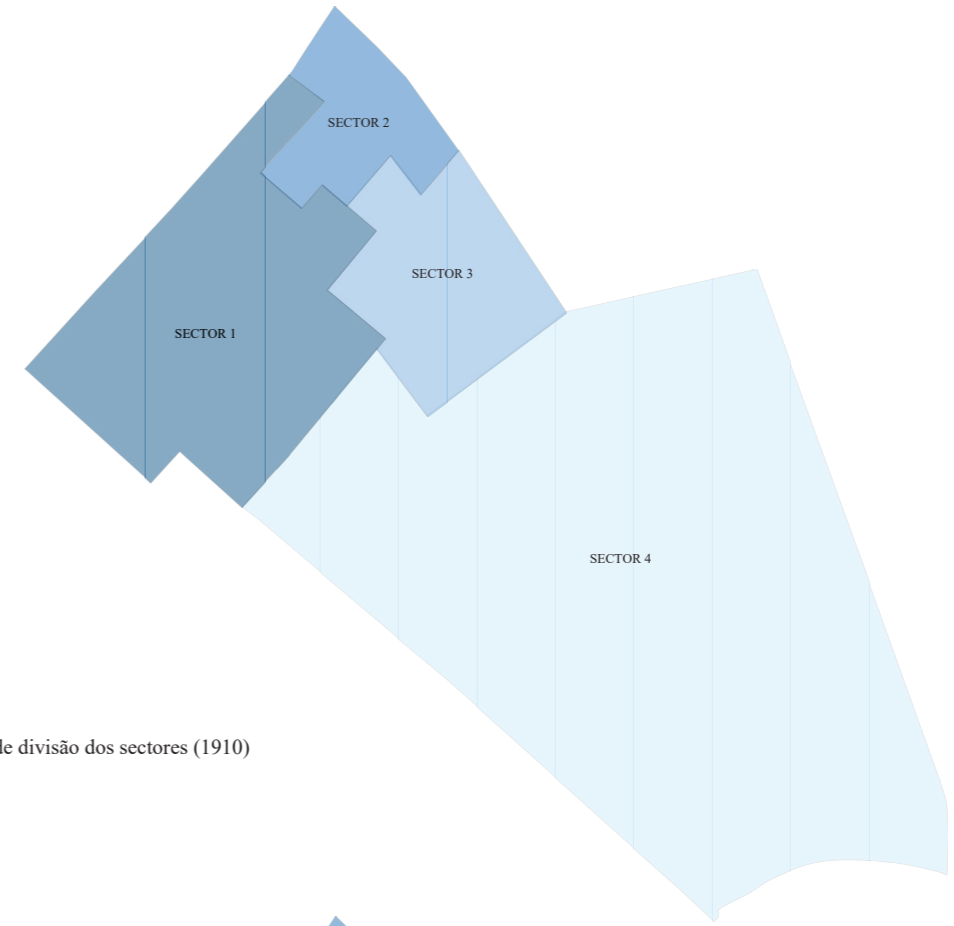




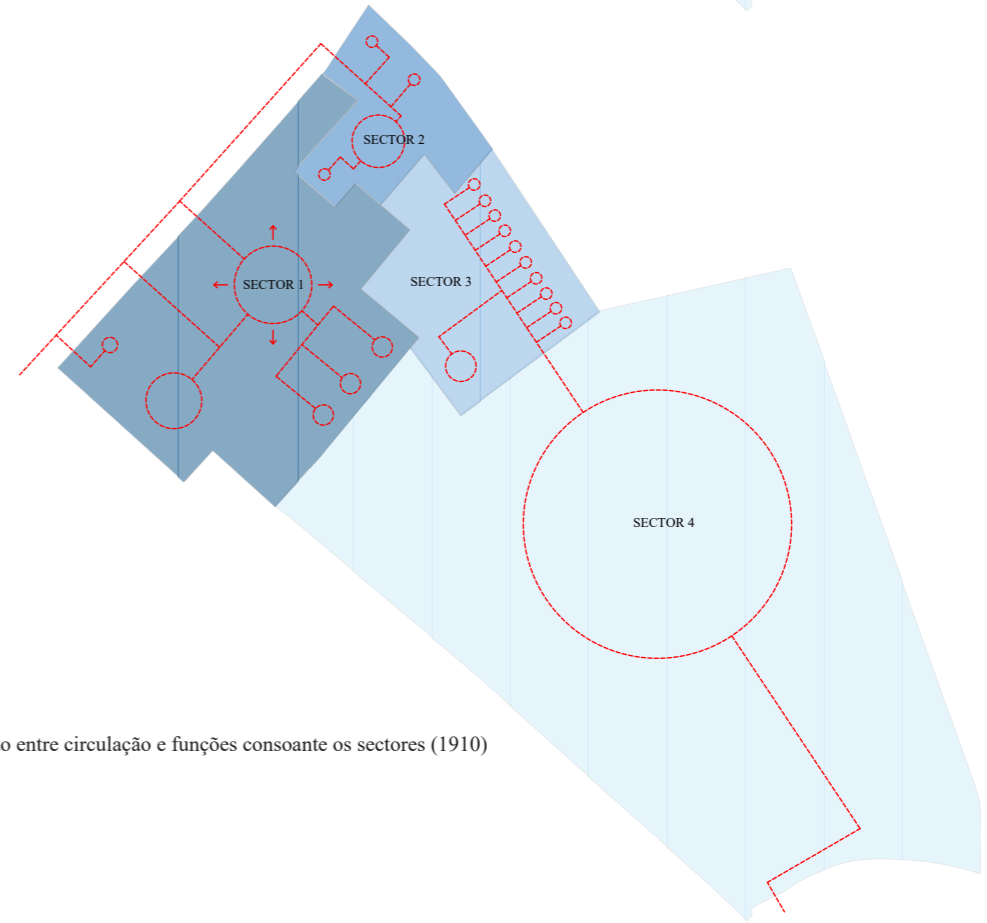
Organização dos sectores da quinta (1910)



Relação entre circulação e funções (1910)



Esquema de divisão dos sectores (1910)



Relação entre circulação e funções consoante os sectores (1910)

Legenda:  
 - - - Limite de propriedade  
 Sector 1 (pátio principal e edifícios anexos) Sector 2 (pátio secundário e edifícios anexos) Sector 3 (habitação privada) Sector 4 (espaço de cultivo)

Organização dos sectores da Quinta (1910)  
 Desenho n.º 3 (realizado pelo autor)

1:1000





O acesso era feito pela rua principal, havendo três entradas distintas e diferenciadas pela sua utilização: a entrada das cavalariças, a entrada pedonal e a entrada para gado, que levava directamente para o pátio central onde se fazia o seu recreio. Havia também uma entrada para a habitação privada, situada mais a Norte, e a entrada pelo quintal, destinada exclusivamente à circulação de gado e alfaias agrícolas a partir do segundo pátio.

Durante 107 anos de existência a quinta foi alvo de diversas intervenções, quer do ponto de vista programático e funcional, quer do ponto de vista construtivo e material, intervenções estas que gradualmente contribuiriam para uma descaracterização da sua imagem, perceptível na actualidade, e que esta proposta vem necessariamente resgatar.

Apresenta-se de seguida um mapa cronológico que tenta sintetizar, ao longo de 107 anos, os processos e transformações que o complexo sofreu.

1910 (?)

### **PÁTIO COMO UNIDADE DO COMPLEXO AGRÍCOLA**

Nesta fase de início do século descreve-se o que foi possível apurar como o estado original da quinta, a sua génese espacial, tanto pelas suas funções, como pelo edificado e pátios.

Estaria então dividida em quatro sectores, somando um total de seis edifícios, e seria, nesta fase, um complexo exclusivamente de trabalho rural. Através da observação da planta podemos perceber que o pátio principal, identificado como (8) na figura 3, é definido por três espaços-chave que o enquadram, perfazendo assim o sector 1: cavalariças (1), coberto (2) e currais (3).

Não sendo esta disposição de todo casual, apontamos para uma próxima relação entre programa e pátio, para o qual, neste caso, estes três espaços foram elementos decisivos na sua escala e forma: em primeiro lugar, os currais abrigavam o gado que fazia o seu recreio no próprio pátio, tendo sido este devidamente dimensionado para tal. Em segundo, o coberto, que seria um espaço de arrumo de alfaias e carros de bois que circulavam também no pátio, e as cavalariças, por fim, por estarem dependentes do coberto.

Posto isto, verifica-se que a concepção espacial do pátio foi produto directo do trabalho que este albergava, determinando a sua escala consoante as funções que lhe foram impostas.

Esta questão já nos é apontada há muito por Vitruvius, que a seu respeito, refere: “Os pátios e as suas medidas serão planeados de acordo com a quantidade de gado, bem como pelo número de juntas de bois que aí for necessário movimentar.” (Vitruvius, 2006, p.233)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Edição original do séc. I.

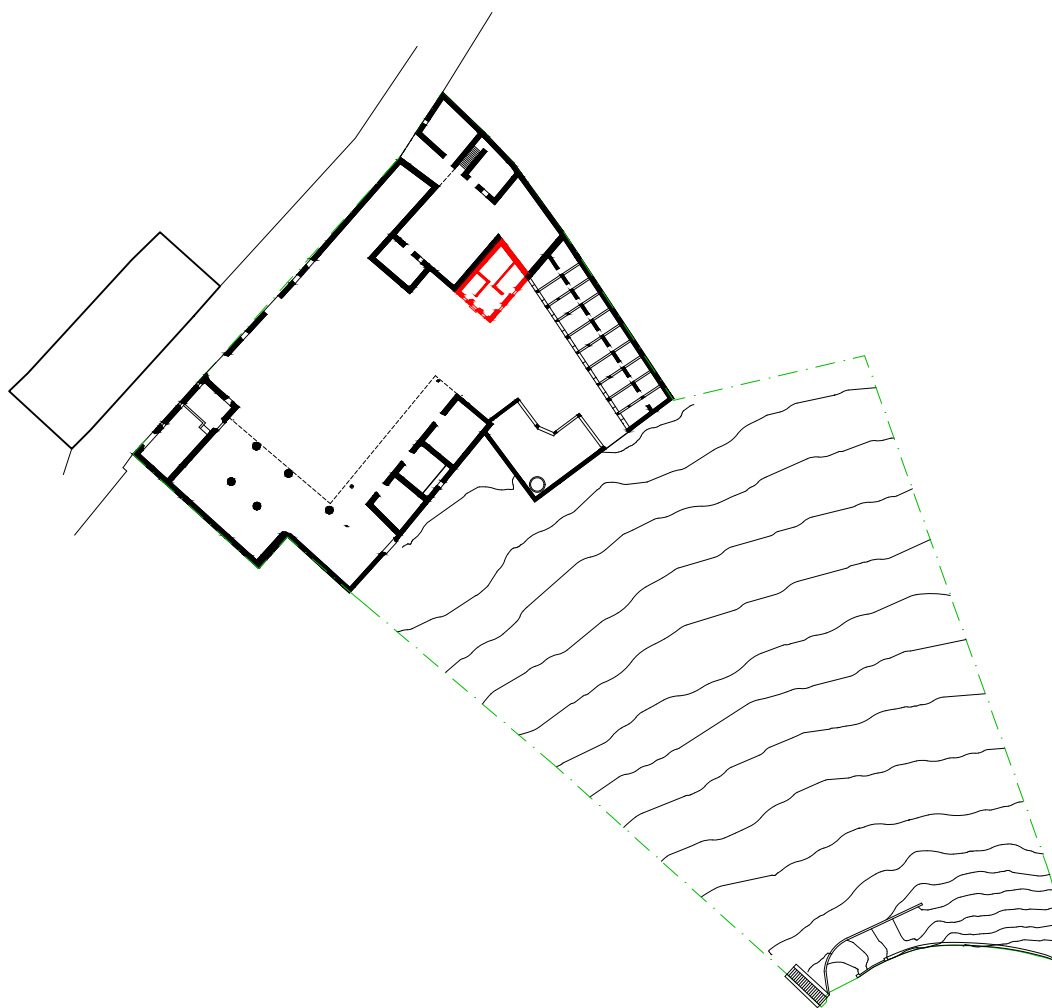


Fig. 4 - Alterações efectuadas na Quinta entre 1940-1950  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

- Construção nova (habitação operários)
- - - Limite de propriedade

1:1000





Passando para o segundo pátio (sector 3), observa-se a mesma situação mas numa escala mais reduzida. Neste sector funcionava como um vestíbulo, uma zona de transição que assegurava o transporte de gado (de menores dimensões) e dos estrumes provenientes da nitreira para o quintal, facto este observável na sua escala e forma, mais longitudinal, quase como um corredor que nos direciona para o exterior, contrariamente ao pátio do sector 1 que nos remete para um grande espaço amplo e quadrangular de funções fixas.

Esta formulação e pensamento do pátio consoante as suas funções são temas que a proposta vem resgatar, utilizando o pátio como matriz do projecto, mas agora num processo inverso. Na fase original foi pensado e dimensionado a partir do programa pecuário e da actividade animal, agora, numa reconversão de usos, torna-se a origem, a regra, um sistema de composição e um modo de projectar (Capitel, 2005), criando e definindo o programa e dimensionando-se em função deste, sem nunca perder o carácter que teve ao longo de um século de existência, o de unidade do complexo.

1910-1940/50

### **PÁTIO COMO MOTE DA HABITAÇÃO**

Embora esta tipologia rural de pátio, por norma, incorporasse a habitação no seu recinto, juntamente com animais e alfaias (Oliveira, 2003)<sup>2</sup> seriam expectáveis excepções à regra, como é o nosso caso. No entanto, surge na década de 1940/50, o tema da habitação, que por sua vez, traz também algumas consequências ao próprio desenho e dimensões do pátio.

Já Nasser Rabbat (2010) nos refere: “In the case of the rural house, expansion of the living space usually takes over parts of the courtyard, diminishing its size and altering its shape.” (Rabbat, 2010, p.XXII).

Não destinada ao alojamento do proprietário, esta era uma habitação para os trabalhadores da quinta, proporcionando assim uma estadia e um controlo permanentes do trabalho rural.

Este motivo é próprio das grandes casas de lavoura, como veremos mais adiante, mas fundamentalmente aplicado no Sul, nos montes, que discutiremos no capítulo 2, onde havia capacidade para alojar diversos operários e onde se fazia uma distinção física da casa do lavrador e dos trabalhadores (Ribeiro, 1945). Ainda que de reduzidas dimensões, com cerca de 50m<sup>2</sup>, este volume encontra-se num local estratégico do complexo, implantando-se precisamente na divisão dos dois pátios, portanto, no extremo NE do pátio principal, o seu lugar de maior cota, e no extremo NO do segundo pátio, encerrando-o (Fig. 4).

---

<sup>2</sup> Edição original de 1992.

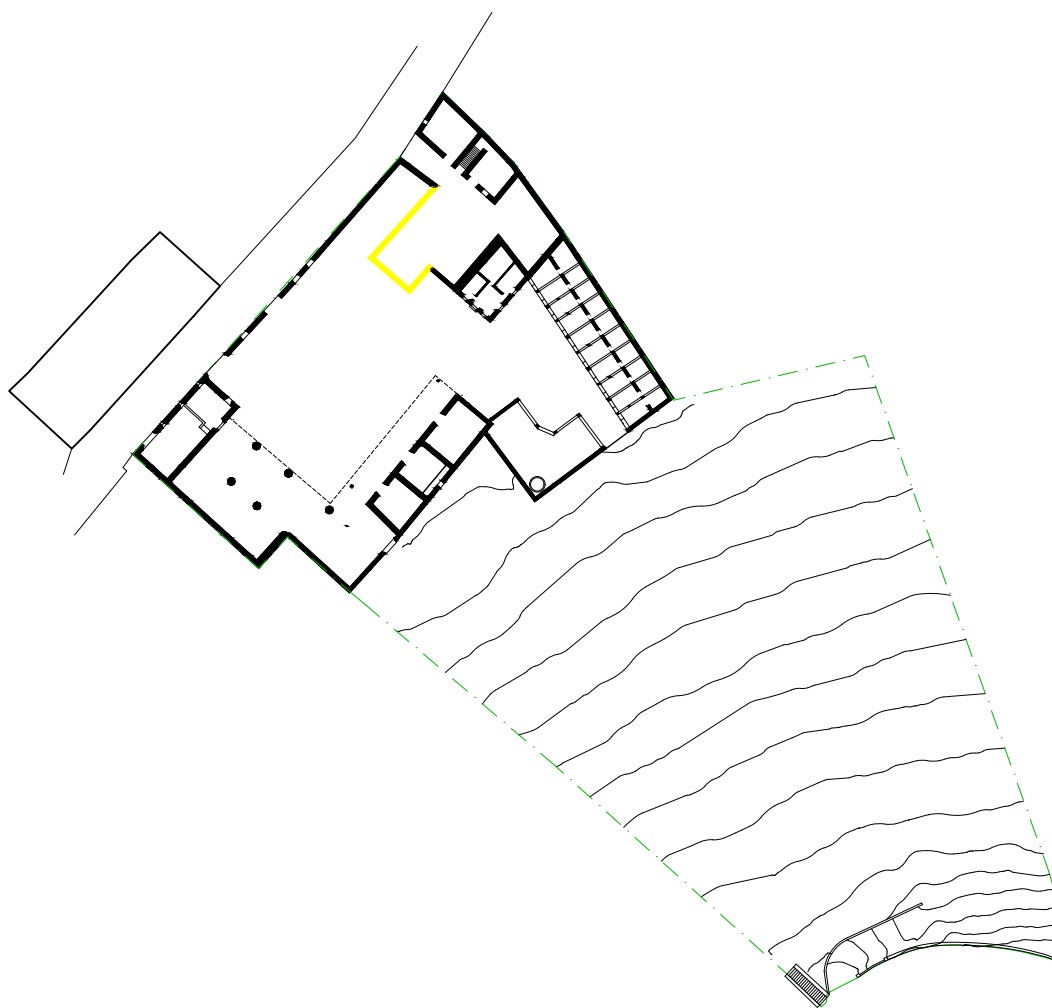


Fig. 5 - Alterações efectuadas na Quinta entre 1950-1990  
(Desenho realizado pelo autor)



Esta localização-chave actua como um ponto de charneira que melhor define e faz a transição entre os dois pátios, distribuindo e assinalando de uma maneira eficaz as funções de ambos.

Através da análise da planta (Fig. 4) podemos perceber que o número de vãos introduzidos nas fachadas que se relacionam com cada pátio é semelhante em número e dimensões, proporcionando as mesmas relações de permeabilidade com cada um dos sectores e espelhando a importância que estes têm na relação com a habitação.

O projecto que esta dissertação propõe, vem salvaguardar a importância volumétrica e simbólica deste volume e da sua localização num ponto único na quinta. Aproveitando o alinhamento existente entre esta habitação e o coberto dos currais do sector 1, vem-se redefinir com mais força e coerência, a existência dos dois pátios que serão propostos, revelando-se assim um elemento de peso na estratégia. Ao mesmo tempo, tenta-se não descaracterizar a volumetria, ou seja, ela contribui para o desenho do espaço mas também usufrui dele, sendo portanto enaltecidas as relações visuais e espaciais que o objecto estabelece com a envolvente.

Gradual e de forma intuitiva, esta evolução secular do edificado apresenta-nos uma desvanecida premonição do projecto que se vem propor. Facto este também visível na planta das décadas 1940/50 - 1990 (Fig. 5), que representa a demolição do muro do sector 2, nesta altura em ruína iminente. Posto isto, houve um prolongando do pátio, potenciando a sua área útil (sector 1) que, como veremos adiante, será trabalhado na proposta em função da renovação do sector 2.

Ponto de situação da quinta e das suas funções em 1940/50:

Sector	Funções originais	Com alterações	Funções em 1940/50
1	Cavaliças Coberto Currais	Não Não Não	Cavaliças Variadas Currais
2	Habitação	Sim	Sem funções (ruína)
3	Nitreira Currais	Não Não	Tratamento estrumes Currais <b>Habitação de operários (novo)</b>
4	Quintal	Não	Pecuária

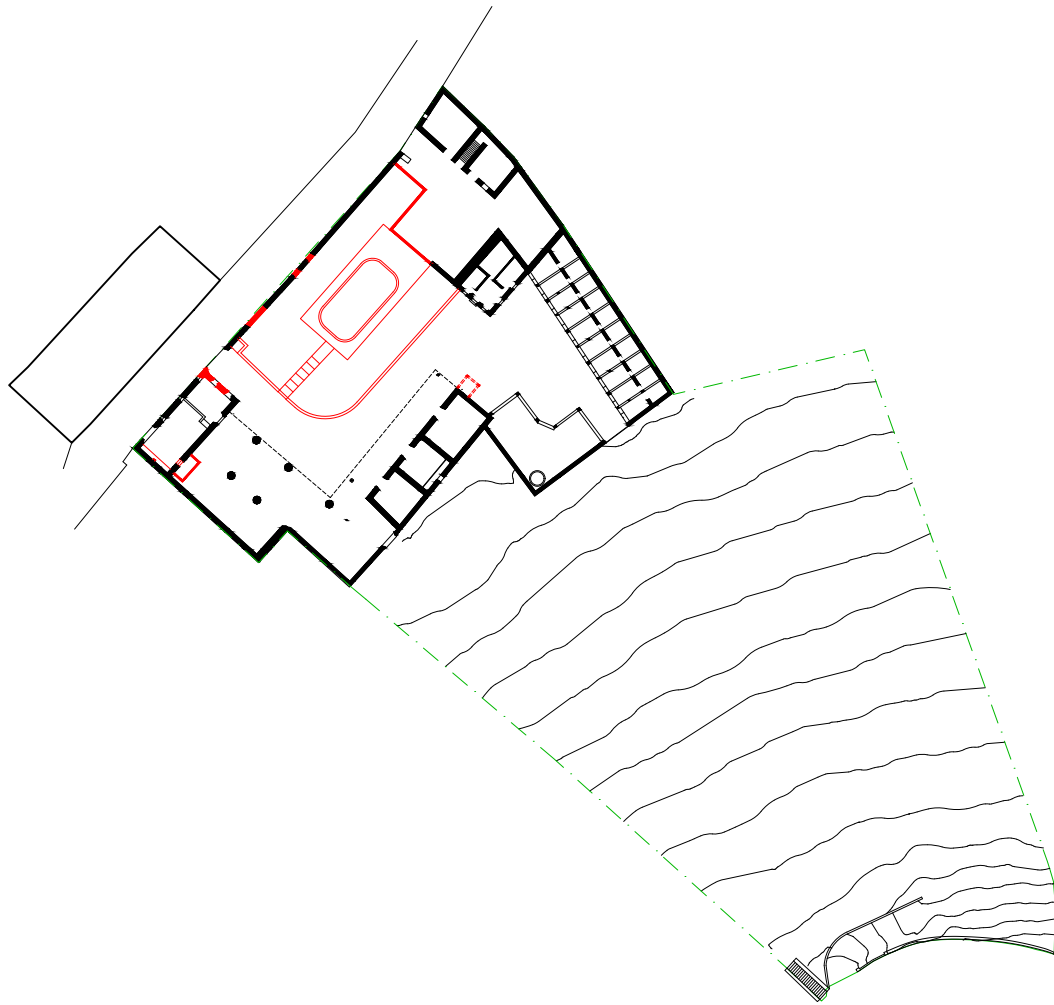



Fig. 6 - Reconversão de usos da Quinta (1997-1998)  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

- Construção nova e renovações
- - - Limite de propriedade

1:1000 

1997-1998

## **PÁTIO COMO ARQUÉTIPO: RECONVERSÃO DE USOS**

Entre 1997 e 1998 deu-se a maior reforma da quinta, marcando aqui um importante ponto de viragem na sua vida e utilização, pois já cessadas por completo as actividades de produção animal, a produção agrícola mostrava algum abrandamento. Numa tentativa de aproveitamento do seu potencial, dá-se então a maior intervenção, provendo o complexo de equipamentos de lazer, mas sem nunca descartar o seu potencial agrícola, que embora ainda presente, não era explorado na totalidade.

A quinta sofreu, então, uma significativa reconversão de usos. A antiga entrada para gado (na rua de acesso) foi entaipada, todos os portões de acesso foram renovados, o interior da propriedade foi pavimentado com brita e criou-se um aterro para a colocação da piscina e um relvado, reforçando assim uma nova centralidade do espaço que partia de uma reinterpretção contemporânea do pátio. Este, surge aqui como um elemento transversal ao tempo e ao diversificado leque de funções que se lhe podem atribuir, afirmando-se como o elemento basilar do espaço e o núcleo catalisador de todo o potencial centenário deste património. No fundo, o pátio poderia ser aquilo que se quisesse, e a quinta seria aquilo que o pátio fosse:

"El patio como modo de habitar, como sistema, puede definirse como un *tipo*, si se quiere, aun cuando es algo más que eso: es un arquetipo sistemático y versátil, capaz de cobijar una gran cantidad de usos, formas, tamaños, estilos y características diferentes." (Capitel, 2005, p.6)

As cavaliças foram reconvertidas num espaço de apoio às novas funções do pátio, criando-se uma sala de estar, sala de refeições, cozinha e instalações sanitárias, dotando o complexo de uma autossuficiência mínima, dado que, com a existência da casa-mãe, não se tornava necessário fazer uma renovação profunda do conjunto.

Em 1998 o sector principal (Sector 1) estava maioritariamente renovado, e a quinta passava agora a ter uma utilização mais relacionada com lazer do que com trabalho agrícola.

Nesta altura, ambos os currais e a nitreira estavam destinados a arrumos, tanto de produtos agrícolas como de materiais diversos de construção. A antiga habitação de operários passava agora a ser uma pequena oficina, pois dado o significativo abrandamento da produção, já não se justificava a existência de um alojamento permanente (Fig. 6).

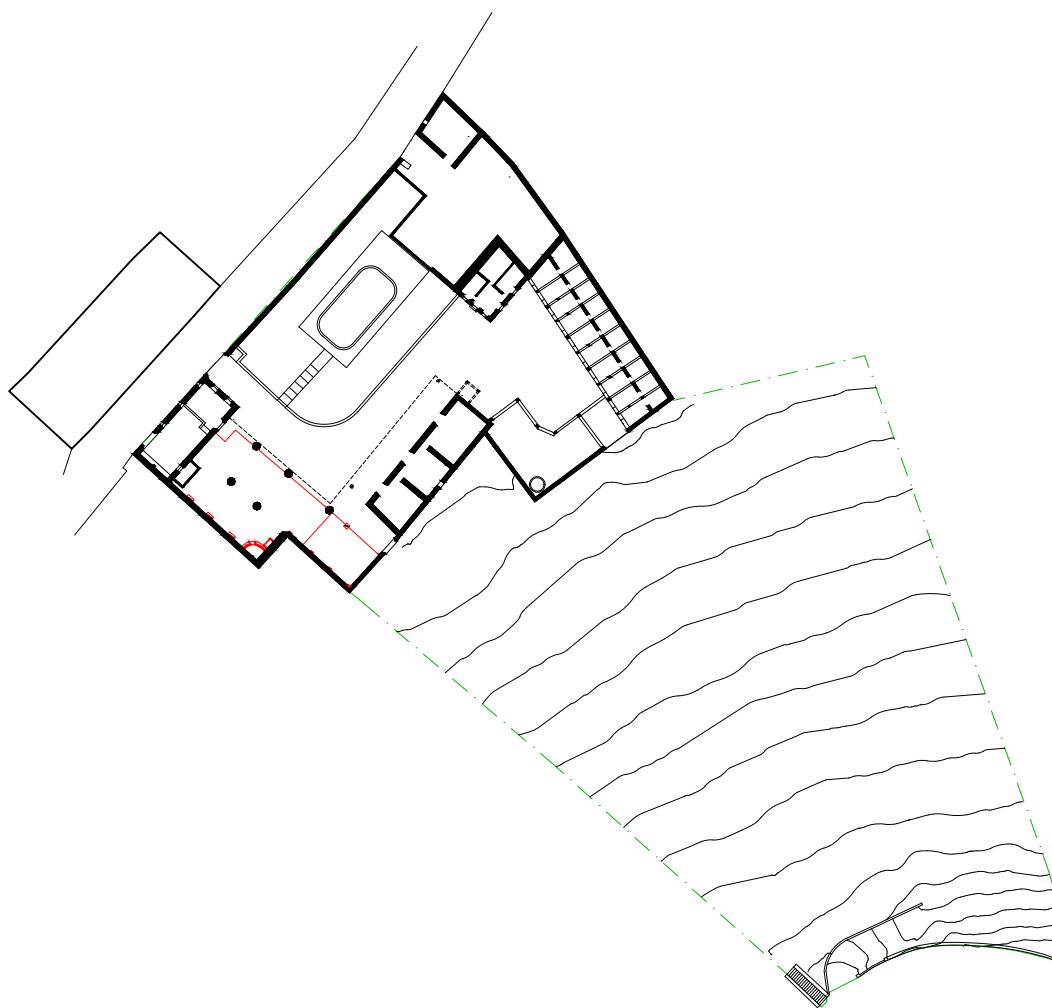


Fig. 7 - Renovações no coberto (2000-2003)  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

- Construção nova (renovações no coberto)
- - - Limite de propriedade

1:1000



Ponto de situação da quinta e das suas funções em 1997-1998:

Sector	Funções originais	Com alterações	Funções em 1997-1998
1	Cavaliariças Coberto Currais	Sim Sim Sim	Sala, cozinha, sanitários Espaço de lazer exterior, Arrumos <b>Piscina (novo)</b> <b>Jardim (novo)</b>
2	Habitação	Não	Sem funções (ruína)
3	Nitreira Currais	Sim Sim	Depósito de lenha Arrumos <b>Oficina (reconversão)</b>
4	Quintal	Não	Produção agrícola (reduzida)

2000-2003

### **AUTO-SUFICIÊNCIA DO PÁTIO COMO ESPAÇO COBERTO**

Entre 2000 e 2003 fizeram-se pequenas intervenções na extensão interior do pátio, no coberto principal, agregado à sala e cozinha, melhorando as suas condições e travando alguma decadência aparente. Introduziu-se um piso em calçada, substituindo a brita colocada em 1997-1998, que acaba por criar uma importante diferenciação de pavimento e de espaços, marcando o coberto como espaço de estar e os espaços em brita como zonas de circulação.

Mais uma vez, encontramos aqui uma sugestão do projecto a desenvolver: esta ideia de pavimentação será mais tarde um alicerce fundamental na criação dos pátios. Revestiram-se também as paredes pré-existentes de xisto com pedra de Ançã, o que descaracterizou bruscamente o conjunto, colocaram-se instalações elétricas e um forno tradicional. Este coberto passava agora a ter uma nova leitura, promovida pela melhoria tanto das suas características materiais como espaciais, podendo agora suportar um espaço exterior de estar, cozinha e refeições (Fig. 7).

Esta intervenção acaba por ser, indirectamente, uma intervenção também no pátio, dado que a relação estabelecida entre este e o coberto era praticamente imediata, e portanto, o objectivo destas renovações materiais e funcionais é parte integrante de um plano maior, de



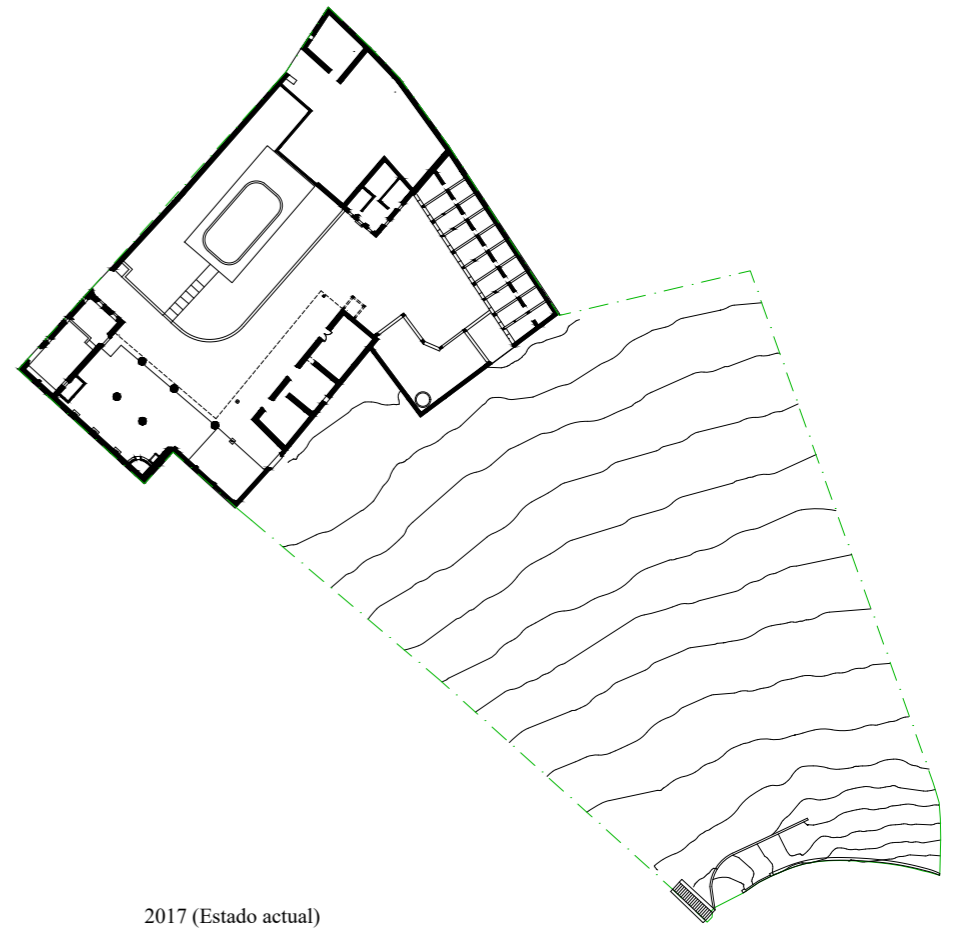
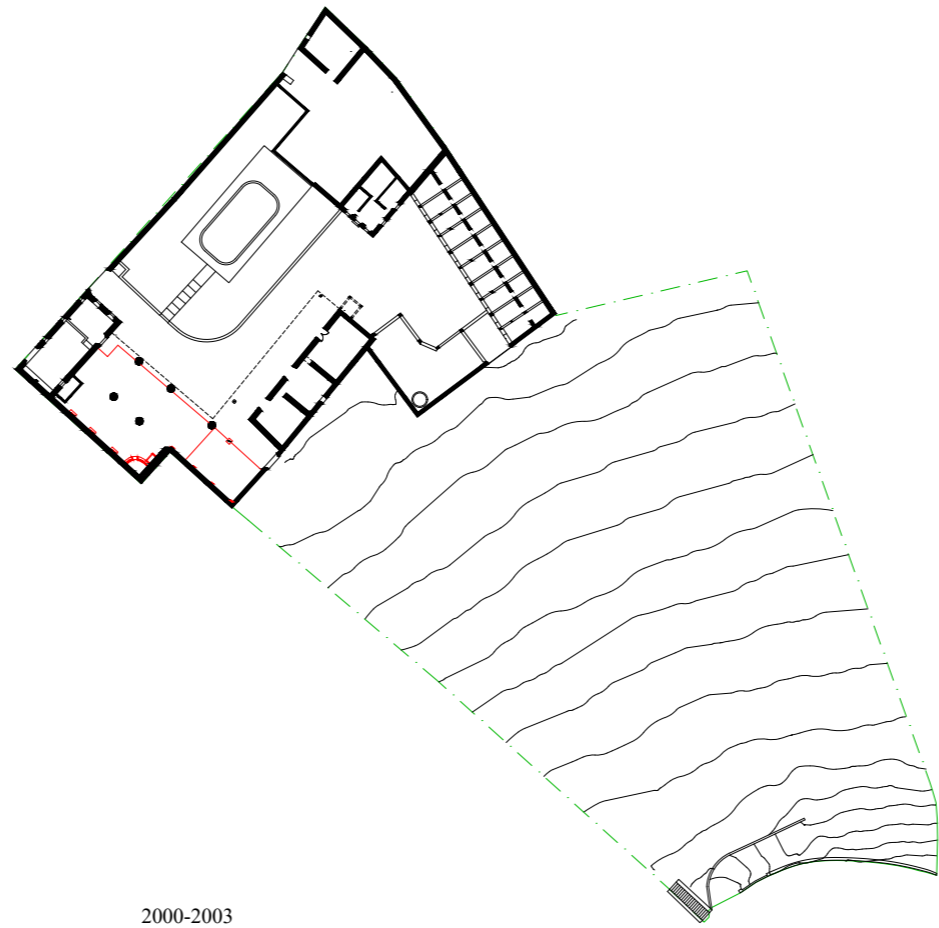
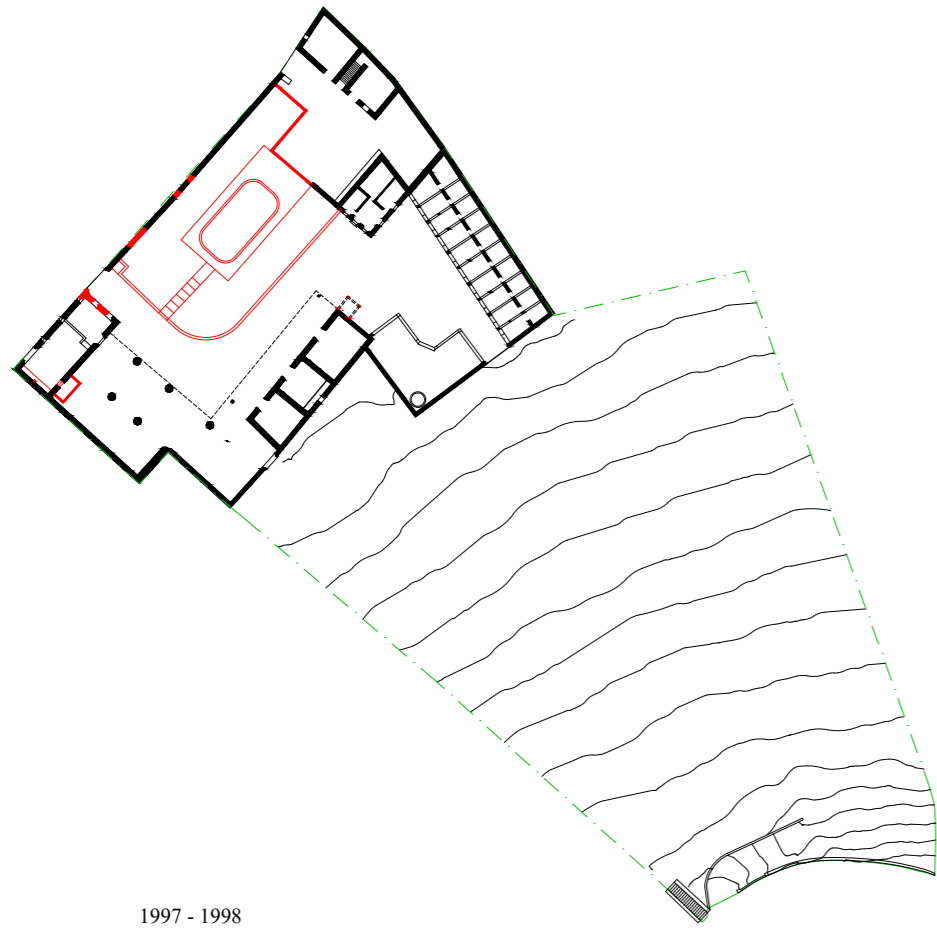
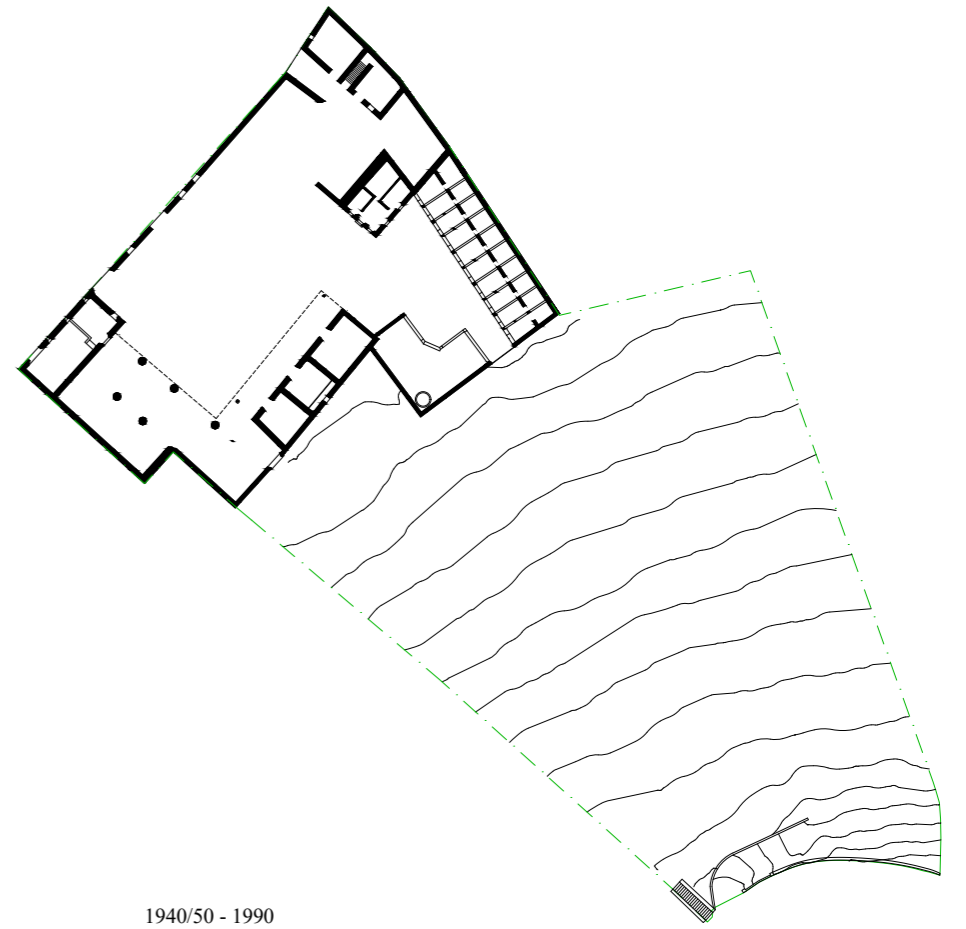
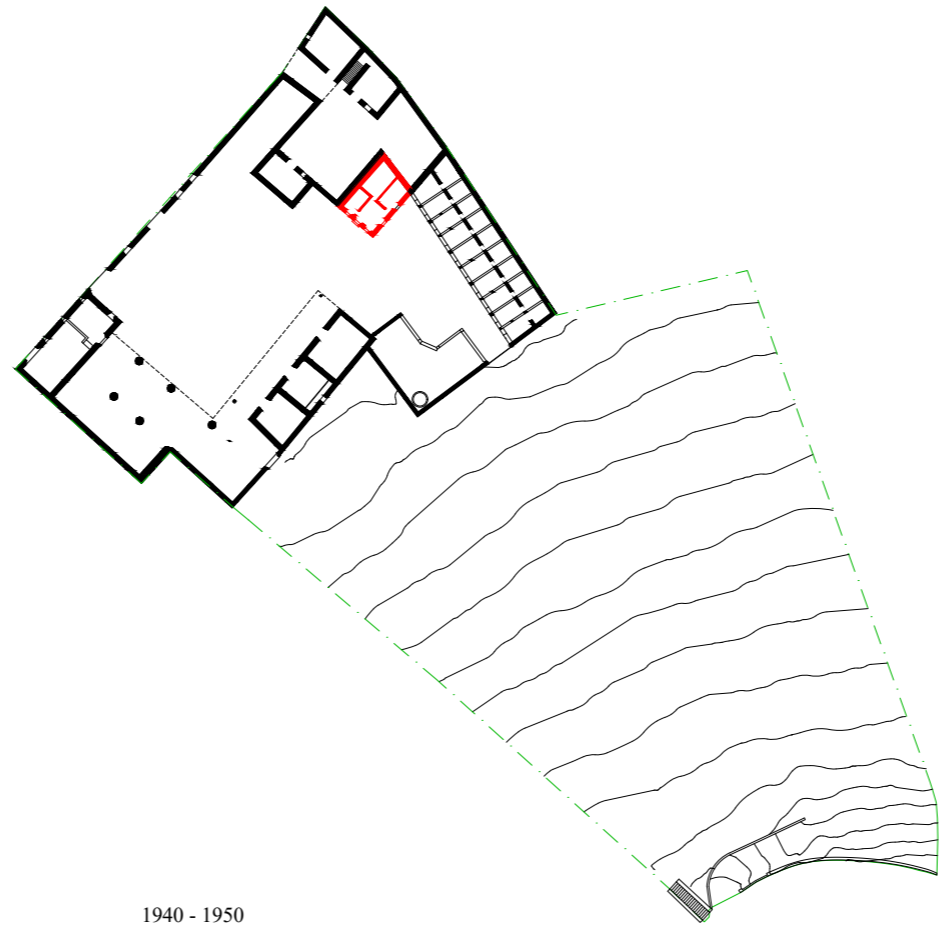
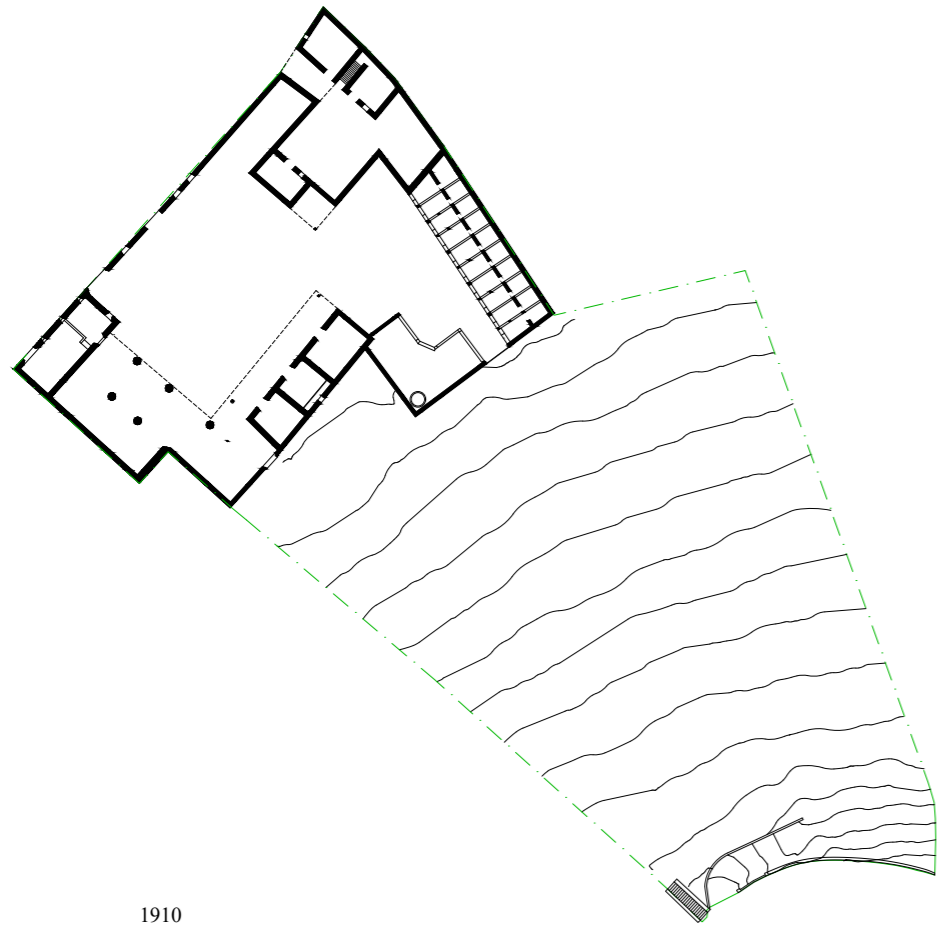


melhoria das condições físicas e materiais do pátio principal, dado que aqui os espaços se diluem e convergem, não sendo possível ter uma leitura desassociada dos dois.

Ponto de situação da quinta e das suas funções em 2000-2003:

Sector	Funções originais	Sofreu alterações?	Funções em 2000-2003
1	Cavaliças Coberto  Currais	Não Sim  Não	Sala, cozinha, sanitários Espaço de lazer exterior, <b>espaço de refeições, cozinha exterior (reconversão)</b> Arrumos Piscina Jardim
2	Habitação	Não	Sem funções (ruína)
3	Nitreira Currais	Não Não	Depósito de lenha Arrumos Oficina
4	Quintal	Não	Produção agrícola (reduzida)





Legenda:  
 — Renovações  
 - - - Limite de propriedade

Fases de construção (1910-2017)  
 Desenho n.º 4 (realizado pelo autor)

1:1000





## **1.3 ESPAÇO E FORMA**

### **ACESSIBILIDADE**

A quinta tem dois acessos situados respectivamente a Poente e Nascente: o acesso oficial, feito pela rua principal da aldeia (cota 86), e um complementar, feito por um arruamento secundário que nos conduz para terrenos adjacentes e para a lagoa. É através deste segundo que acedemos directamente ao quintal (cota 79). A propriedade encontra-se então limitada por estes dois acessos, estabelecendo a transição entre as suas cotas.

### **FORMA E EDIFICADO**

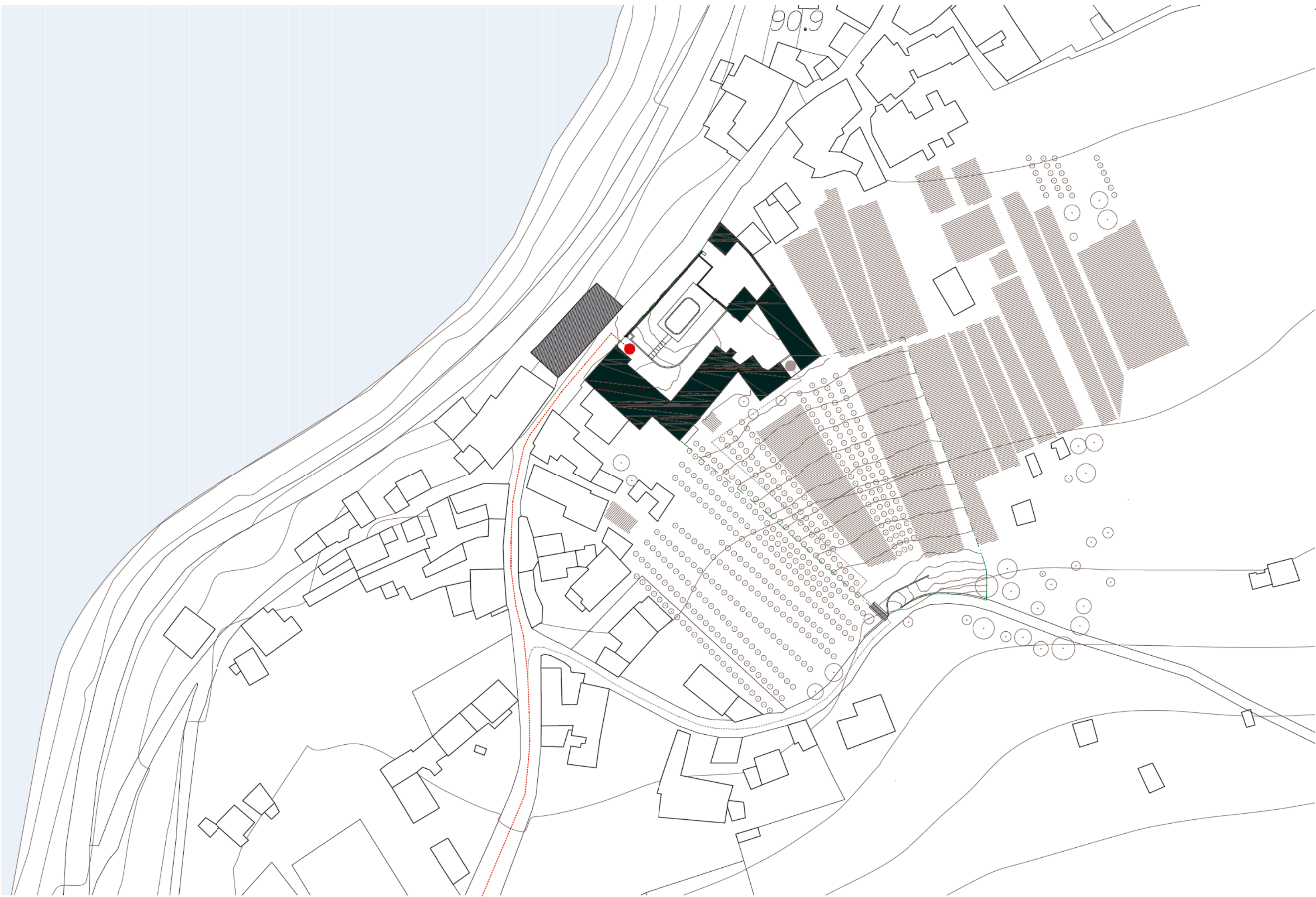
Inserida num aglomerado rural, é composta por diversos edifícios e alpendres que encerram um pátio central, sendo apenas no contacto com a rua que a propriedade é delimitada por um muro, onde se faziam as diversas entradas de animais, veículos e pessoas.

Relativamente ao interior e ao programa, a quinta é actualmente composta por seis edifícios: a cozinha (antigas cavalariças), dois edifícios de arrumos (antigos currais), um edifício para depósito de madeiras (antiga nitreira), uma oficina e parte de uma habitação que se encontra em ruínas. Importa também mencionar os cobertos, ou alpendres, onde se fazia a secagem de produtos agrícolas e arrumos de material, podendo não ser considerados propriamente como um edifício, são elementos essenciais na caracterização do espaço.

### **VÃOS E RELAÇÃO COM O EXTERIOR**

No que toca ao contacto com o exterior, todo o edificado desenha um muro, ou limite cego, que encerra a propriedade e anula quaisquer relações visuais com a envolvente. Estas são feitas através de aberturas muito reduzidas em alguns pontos do edificado, para efeitos de ventilação, e através dos portões de acesso ao pátio e ao quintal. É portanto uma propriedade que se encerra sobre si mesma e assume um carácter privado e intimista, temas estes, que no contexto popular, surgiam como uma necessidade de isolamento e defesa, de maneira a promover a segurança no interior do complexo (Oliveira, 2003) e que são mantidos, por uma questão de revalorização e memória da preexistência, na proposta que aqui se apresenta: “A segunda modalidade, [de pátio fechado] porém, mostra um claro desejo de isolamento, quase de defesa. A casa, na verdade, com todas as suas dependências, forma um todo vedado ao acesso e até à vista de estranhos.” (Oliveira, 2003, p.103).





Legenda:  
 Casa-mãe  
 Estrada principal ● Entrada principal - - - - - Rua secundária ● Entrada secundária

Contextualização no aglomerado rural  
 Desenho n.º 5 (realizado pelo autor)

1:1000





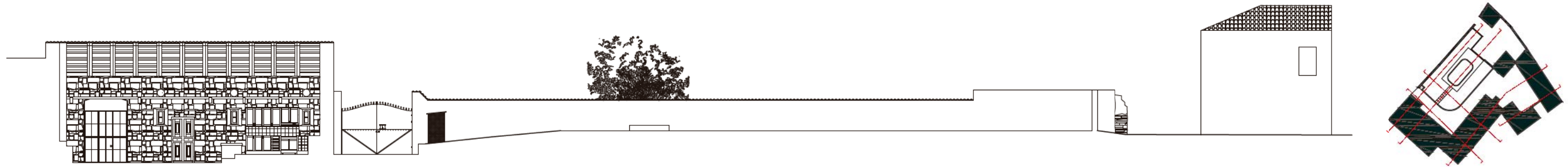




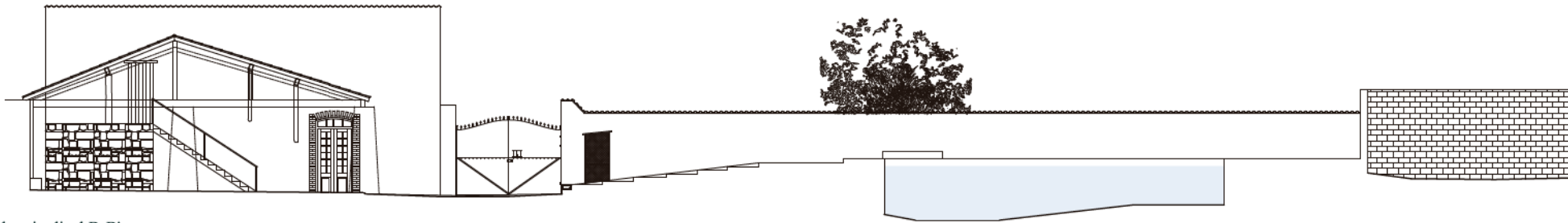
Legenda:  
 1. Cozinha e sala (antigas cavalariças) 2. Telheiro 3. Arrumos (antigos currais) 4. Depósito de lenha 5. Arrumos (antigos currais)  
 6. Oficina (antiga habitação) 7. Antiga habitação 8. Acesso principal 9. Casa-mãe 10. Acesso secundário (quinal) 11. Quintal  
 - - - Limite de propriedade

Levantamento do existente  
 Desenho n.º 6 (realizado pelo autor) 1:500

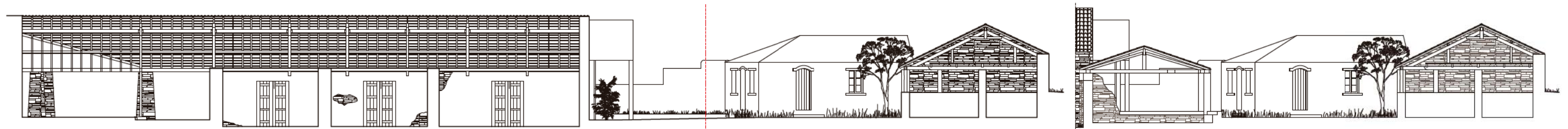




Corte longitudinal G-G'

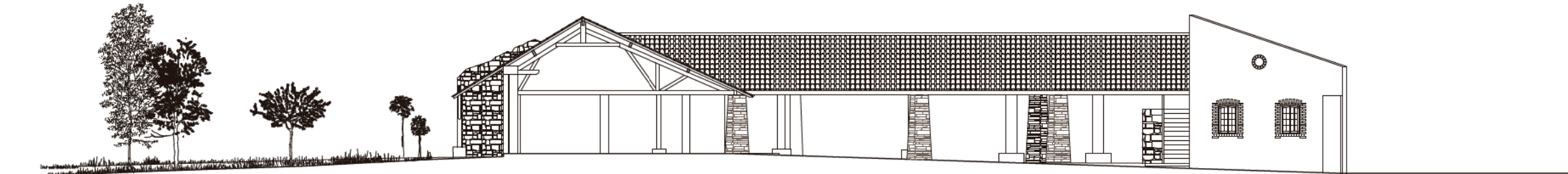


Corte longitudinal B-B'

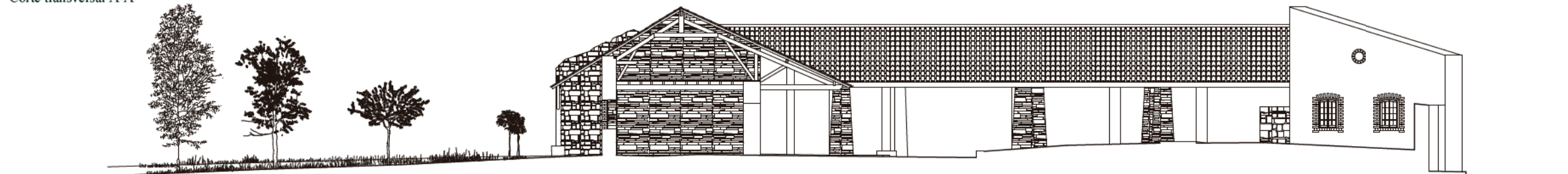


Corte longitudinal C-C'

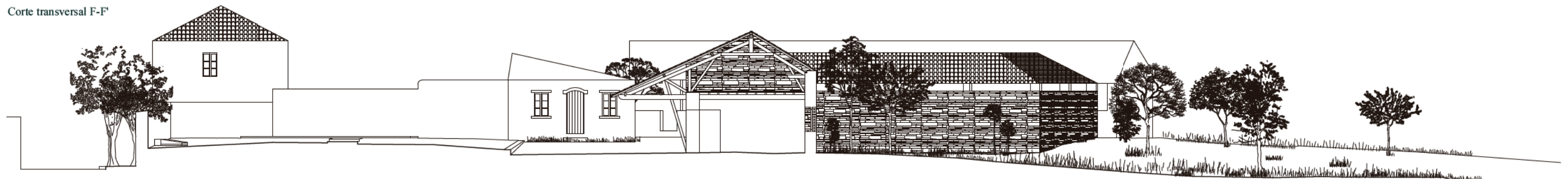
Corte longitudinal D-D'



Corte transversal A-A'



Corte transversal F-F'



Corte transversal E-E'



## PÁTIO

Como mencionado atrás, este pátio foi, com o decorrer dos anos, perdendo as suas funções originais. Hoje é principalmente um espaço de lazer, mas a sua importância sempre se manteve, pois é considerado o alicerce de toda a unidade agrícola e da actividade ali decorrente, é também para ele que todos os edifícios se abrem e se relacionam.

Esta organização volumétrica, produto das próprias necessidades impostas pelo trabalho do campo, partia da interpretação do complexo rural como uma ferramenta de trabalho, classificando estas arquitecturas de produção como um verdadeiro instrumento tecnológico:

“[...] a casa popular, e sobretudo a casa rural, é mesmo concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaias e ferramentas de lavoura.” (Oliveira, 2003, p.13)

O próprio pátio é, pontualmente, prolongado pelos alpendres, criando uma relação espacial mais rica entre os edifícios e o exterior, e portanto, oferecendo uma certa diversidade na sucessão dos espaços. Estes cobertos funcionavam antigamente como espaços de trabalho, sequeiros e arrumos.

O pátio, dada a sua escala e multiplicidade de edifícios e funções, desdobra-se num segundo pátio mais pequeno, onde se situam o volume para depósito de madeira (antiga nitreira), e os currais. O propósito deste seria para abrigar funções secundárias que se relacionassem mais com as actividades do quintal, servindo também como um espaço de transição que torna o pátio central mais recolhido. Ainda que de escalas diferentes, proporcionais aos seus usos, e funcionalmente distintos, é legítimo afirmar que estes dois pátios formam um só vazio no complexo, contribuindo para a sua leitura como um todo e actuando como elemento principal da composição do espaço. Este facto é reforçado pela forma como a volumetria se encerra à sua volta, sem nunca os dividir fisicamente.

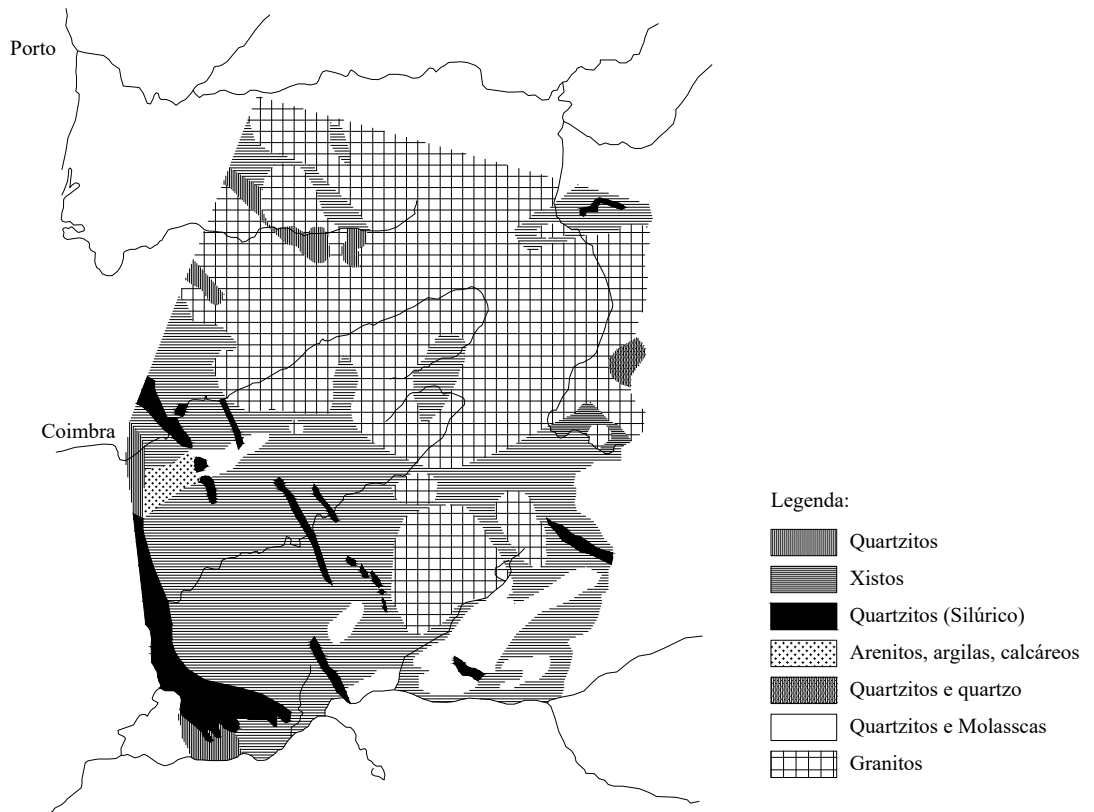


Fig. 8 - Constituição dos solos na região das Beiras (Amaral et al., 1998, p.7)  
(Desenho editado pelo autor)

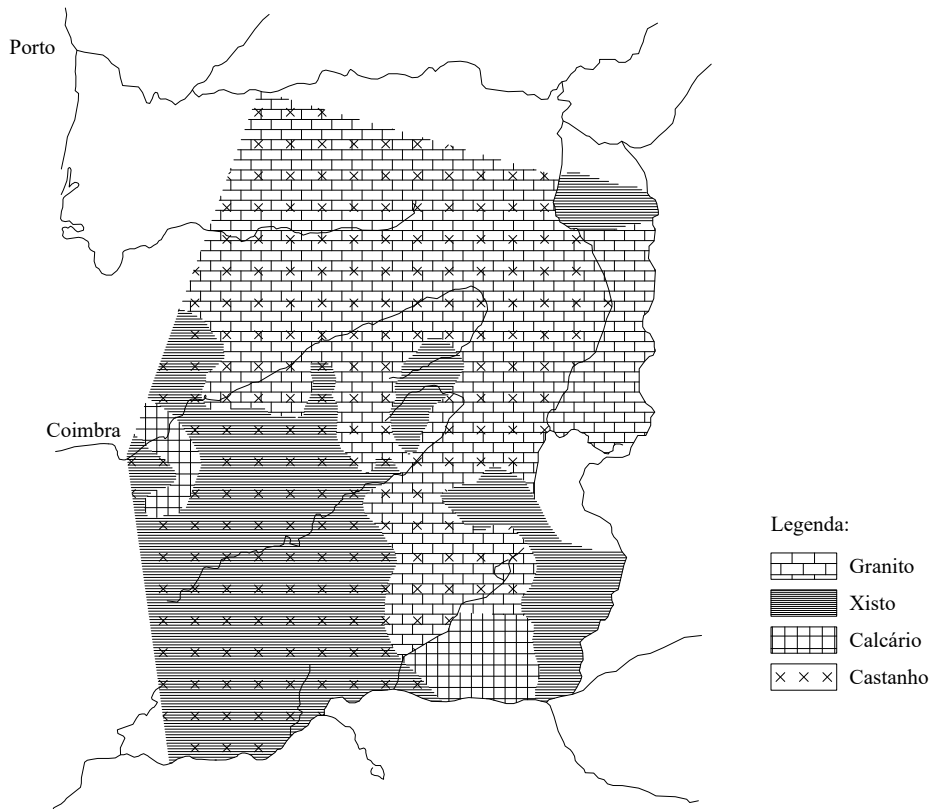


Fig. 9 - Materiais de construção na região das Beiras (Amaral et al., p.61)  
(Desenho editado pelo autor)

## DEFINIÇÃO MATERIAL E CONSTRUTIVA

Devido à forte presença do xisto, calcário e granito na composição dos solos da Beira Litoral, e conseqüentemente o seu uso como principais materiais de construção (Fig. 8 e 9), todo o edificado é caracterizado pela utilização destes, conferindo à estrutura uma irregularidade “natural”, desenhada pelas lascas de xisto e pelos blocos de calcário, quase como se os edifícios tivessem sido esculpidos da própria pedra.

Construção robusta, pesada, e, simultaneamente, algo tosca, reflexo da própria economia de meios do povo da Beira (Amaral et al., 1998)<sup>3</sup>, a quinta é caracterizada quase exclusivamente pela expressão material e construtiva dos edifícios que a compõem. Havendo pouca margem para o superficial, mantém-se fiel ao dialecto construtivo Beirão, conseguido pela sobriedade da construção e aparente despreocupação estética (Amaral et al., 1998).

Contudo, há aspectos curiosos, e ao mesmo tempo, algo contraditórios. Na relação com a rua verifica-se uma ténue intenção de ornamento através da utilização do tijolo a emoldurar os vãos, do granito no remate dos portões de acesso e da aplicação de reboco na fachada, evidenciando uma preocupação urbanística, como assim se verificava, segundo Ernesto Veiga de Oliveira (2003), em algumas casas da Beira Litoral, produto da sua inserção num contexto maior, o aglomerado, ou, neste caso, a aldeia, embora fossem na sua essência volumetrias que se fechavam sobre si mesmas, como é o caso:

“De resto, a maneira como a casa desta região se apresenta – casa de pátio, de carácter acentuadamente rural e feita de um material pobre, mas que vira para a rua uma frontaria airosa e esmerada, de feição urbana nitidamente intencional, em que se sente a preocupação da aparência e da vizinhança e a subordinação ao interesse pela via pública, enquanto as demais fachadas mostram o adobe à vista, sem reboco nem qualquer cuidado – parece também indicar que aqui a casa foi subordinada originalmente à estrada, isto é, que o povoamento resulta de vias de comunicação pré-existentes [...]” (Oliveira, 2003, p.185)

Resultante da sua localização numa zona de transição, como referido no Subcapítulo 1.1, claramente evidencia-se aqui, na nossa opinião, a presença de um caso híbrido, resultante das influências de duas regiões: a solidez e robustez construtiva do interior da Beira, e a vontade de ornamento e subordinação à rua, proveniente da Beira Litoral.

---

<sup>3</sup> Edição original de 1961.





Mas, apesar das intervenções realizadas ao longo dos anos, que têm desvirtuado o conjunto, a expressão estereotômica e construtiva, apesar de degradadas, preservaram, até aos dias de hoje, a sua essência vernacular, ao mesmo tempo deixando transparecer as limitações económicas e tecnológicas da altura, deixando de frente para o observador um verdadeiro “manual de construção” ao vivo.

### 1.3.1 ESPAÇO E PROGRAMA

#### PÁTIO

“Em extensas áreas do País nota-se a existência de casas de lavoura que têm junto a si um terreiro fechado, para onde dão as portas da habitação, cortes e mais anexos [...]. O pátio, apresentando-se de uma ou de outra maneira, é de nítida vantagem na casa de lavoura [...].” (Oliveira, 2003, p.103)

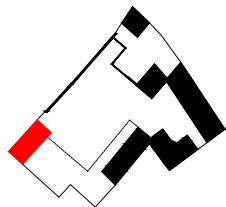
O pátio central é o elemento que dá unidade ao todo, polivalente e multifuncional, é como uma divisão exterior. Funcionando como espaço que distribui os volumes que o encerram, é também um espaço de circulação, de estar e de lazer. Era, até metade do séc. XX, o espaço principal de trabalho, onde havia recreio de gado, secagem de produtos, tratamento de pasto e de bens alimentares. Um vazio privado e a céu aberto que outrora funcionava à cota da rua, mas que, com a introdução da piscina entre 1997 - 1998 se elevou parcialmente em relação a esta cerca de 2m.

Tornou-se assim um lugar mais rico, oferecendo uma multiplicidade de espaços que funcionam a cotas diferentes, com tratamentos materiais distintos e proporcionando diferentes formas de uso, remetendo-se aqui para a sua potencialidade na proliferação de espaço e programa.

Passando para o pátio secundário, de uma escala mais reduzida, observa-se uma situação diferente: trabalhando apenas numa cota, este pátio é como que um átrio de entrada para quem acede à quinta pelas suas traseiras, característica esta (funcional) que a proposta de reconversão vem resgatar. Tinha uma funcionalidade específica, dado que a preparação de estrumes que se fazia na nitreira que o delimita a Sul seria levada directamente para as traseiras, da mesma forma que o recreio do gado dos currais (NE) era também feito no



Fig. 10 - Actual sala e cozinha (antigas cavaliças) e coberto principal  
(Fotografia do autor)



quintal. Portanto, era um espaço que se relacionava mais, em termos de programa e necessidade, com as traseiras da quinta do que com o seu interior.

Relativamente ao tratamento material, o pavimento original de toda a quinta era em terra batida, entre 1997 - 1998, quando se requalificou o espaço da piscina e das cavalariças, pavimentou-se todo o recinto com brita e introduziu-se um relvado que contorna a piscina.

Estando este relvado a uma cota superior do pavimento em brita, acabou por se estabelecer um corredor de acesso que nos leva desde o portão principal até ao portão das traseiras, criando assim uma artéria que atravessava toda a quinta.

Caracterização funcional e espacial do programa acima descrito:

Datado de: 1910 (?);

Área: 1024m<sup>2</sup>;

Função original: Actividade agrícola e animal (pecuária);

Função actual: Lazer, actividade agrícola (reduzida);

Função proposta: Lazer.

### **ACTUAL SALA E COZINHA**

(ANTIGAS CAVALARIÇAS)

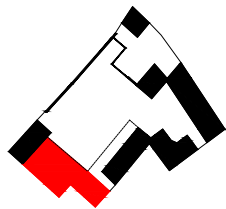
Apesar da radical transformação que se deu no programa deste edifício entre 1997 e 1998, foi preservada a sua identidade original. Contamos com um edifício de 90m<sup>2</sup>, que estabelece o contacto com a rua, sendo apenas este e a habitação privada mais a Norte que desenham esta frente. Como ditavam as suas funções originais, para abrigo de cavalos, os seus vãos eram muito reduzidos, sendo que o de maiores dimensões era justamente o portão de acesso dos cavalos, que já não tem utilização. As aberturas na fachada são pequenas frechas encimadas por óculos que serviriam para ventilação. Havia apenas uma janela, de maiores dimensões, virada para o interior da propriedade, que foi duplicada (na mesma fachada) na renovação da década de 1990 (Fig. 10).

O edifício é construído com paredes de xisto e calcário rebocadas pelo exterior com uma argamassa à base de cal, argila e terra, e pintada a branco. No interior manteve-se a pedra aparente e aplicou-se uma argamassa à base de cimento, depois revestida com resina para evitar deterioração futura. Relativamente aos vãos, são caracterizados por uma moldura de tijolo maciço (motivo repetido em outros locais da quinta) e uma caixilharia de madeira.

Contamos também com um sótão que actualmente serve como zona de arrumos, mas que na sua fase original teria a função de palheiro.



Fig. 11 - Vista para o coberto e estrutura para secagem de produtos  
(Fotografia do autor)



Caracterização funcional, espacial e construtiva do programa acima descrito:

Datado de: 1910 (?);

Função original: Cavalariças e palheiro;

Função actual: Sala, cozinha, zona de estar;

Função proposta: Habitação para proprietários;

Área: 93m<sup>2</sup>;

Materiais de construção: Xisto, calcário, granito (elementos decorativos), castanho.

Número de pisos originais: 2

Número de pisos actuais: 2

Número de pisos propostos: 2

## **COBERTO**

O coberto, ou alpendre é um elemento de extrema importância no conjunto, não só pelas suas vantagens funcionais, mas porque actua como um prolongamento interior do pátio.

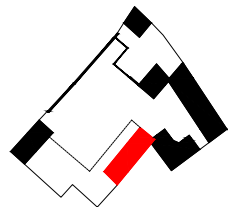
Dotado de qualidades formais e espaciais, faz a transição e relação entre edifícios e permite-nos ler a volumetria como um todo que se organiza em redor do pátio, relacionando o edifício das cavalariças com os currais. Torna-se uma peça-chave para a leitura do conjunto, visto promover e assegurar a sucessão de espaços e da volumetria existente.

A sua complexa estrutura de madeira não tinha apenas um propósito construtivo, servia também como elemento de suporte para secagem de produtos agrícolas. Antigo espaço de arrumos e trabalho, funciona hoje como um espaço exterior de lazer, cozinha e de refeições.

O facto de oferecer protecção solar, nos dias mais quentes, é o que o torna tão atractivo, assegurando também uma permanente relação visual com o restante recinto, não de vigia, como nas primeiras décadas, mas agora de uma certa contemplação construída pelo próprio vazio. Foi mesmo por se considerar um espaço tão rico e importante que recebeu manutenção própria. Introduziu-se, em 2000 - 2003, um pavimento em calçada (que veio substituir a brita colocada em 1997 - 1998, revestiram-se as paredes com pedra de Ançã, colocaram-se instalações eléctricas e introduziu-se um forno tradicional. Esta iniciativa vinha assegurar o conforto e funcionalidade necessários para o uso mais constante e assíduo que este espaço viria a ter, directamente relacionado com as novas funções das antigas cavalariças (Fig. 11).



Fig. 12 - Actuais lojas/arrumos (antigos currais)  
(Fotografia do autor)



Caracterização funcional, espacial e construtiva do programa acima descrito:

Datado de: 1910 (?);

Função original: Zona de trabalho e preparação de produtos, sequeiro, arrumos;

Função actual: Lazer, zona de refeições, cozinha exterior;

Função proposta: Lazer, zona de refeições, cozinha exterior;

Área de construção: Aprox. 240m<sup>2</sup>;

Materiais de construção: Xisto, Calcário, Castanho, pedra de Ançã (revestimento);

Número de pisos originais: 1 (pé direito duplo);

Número de pisos actuais: 1 (pé direito duplo);

Número de pisos propostos: 1 (pé direito duplo).

## **ACTUAIS LOJAS/ARRUMOS**

(ANTIGOS CURRAIS)

Os currais, ou como chamados hoje, as lojas, constituem um edifício rectangular que se desenvolve paralelamente à piscina, de extrema importância no conjunto, eram responsáveis, em parte, pelo dimensionamento e escala do próprio pátio.

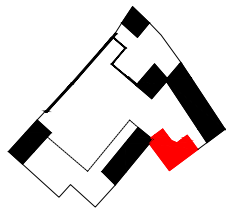
O gado destes currais fazia o seu recreio no local onde hoje é o jardim e a piscina, daí a sua localização mais próxima e favorável. O acesso destes para o interior do complexo (quando se justificava a saída da propriedade) era feito por um portão axial ao edifício que foi entaipado nas obras de 1997 - 1998. Trata-se de um edifício paralelepípedo de dois pisos (o piso superior é aberto e serviria para arrumos), e estruturalmente muito rico, caracterizado pelas asnas que suportam a sua cobertura. No interior, espessas paredes dividem o espaço em três currais distintos, com ligação entre eles, e continham, cada um, uma manjedoura ainda presente nos dias de hoje.

Este foi o edifício que se considerou mais valioso, tanto pelas suas qualidades espaciais e estruturais, e pela sua localização, dado que a sua fachada principal se orienta a Poente, obtendo uma favorável exposição solar e um contacto permanente com o exterior, o epicentro da quinta. É este edifício que remata o coberto principal, criando um corredor de circulação, em que ainda existe um apontamento de uma calçada pré-existente, datada das primeiras décadas do séc. XX (Fig. 12).

Relativamente à sua definição material, este contém diferentes linguagens, produto de diversas intervenções ao longo do tempo. As paredes são de alvenaria de pedra, xisto e calcário, rebocadas na fachada (voltada para o pátio) com uma argamassa à base de argila e



Fig. 13 - Actual depósito de madeira (antiga nitreira)  
(Fotografia do autor)





terra. Já no interior foram rebocadas e pintadas a branco, numa intervenção feita possivelmente quando os currais foram reconvertidos em arrumos (entre 1950 - 1960).

É fortemente marcado por uma estrutura de madeira que conta com sete asnas que formam um avanço, ou pequena consola, com cerca de 3 metros, abrigando assim o corredor em calçada, que se prolonga para o interior do edifício. Nas restantes paredes deste volume manteve-se a pedra aparente no exterior. A cobertura, em telha de marseilha, apresenta um avançado estado de degradação.

Caracterização funcional, espacial e construtiva do programa acima descrito:

Datado de: 1910 (?);

Função original: Currais (gado suíno/bovino), sequeiro, arrumo de produtos agrícolas;

Função actual: Arrumos/lojas;

Função proposta: Quartos (Suites duplex);

Área: 120m<sup>2</sup>;

Materiais de construção: Xisto, Calcário, Castanho, Tijolo, terra, cal e argila (argamassa).

Número de pisos originais: 2

Número de pisos actuais: 2

Número de pisos propostos: 2

## **ACTUAL DEPÓSITO DE MADEIRA**

(ANTIGA NITREIRA)

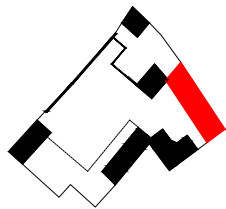
Trata-se de um edifício particularmente interessante, e talvez, o mais difícil de desvendar, dado que não foi possível apurar de forma exacta o seu desenho original.

É o volume que encerra, juntamente com os currais, o segundo pátio. Contém dois rasgos contínuos e horizontais nas fachadas exteriores à quinta, não se sabendo precisar se são originais ou posteriores a 1910.

Relativamente às fachadas interiores, estas são totalmente abertas para o pátio, dando-lhe um carácter quase de coberto. Esta caracterização espacial e construtiva do edifício, bem como sua constante relação de transparência com o pátio, tornar-se-á um elemento-chave para a definição do programa que se vem propor. As suas paredes são compostas por blocos maciços de calcário e xisto (este último de menores dimensões). O edifício é suportado por pilares de tijolo e muretes em cimento, estes últimos não constituintes da fase original, visto que no encontro com o volume dos currais observam-se apontamentos de uma parede de



Fig. 14 - Actuais arrumos (antigos currais)  
(Fotografia do autor)



pedra (demolida) que tem um alinhamento diferente daquela que os muretes seguem, deixando em dúvida as transformações que este sofreu. Tem uma cobertura em telha de marselha, possivelmente original, mas bastante degradada (Fig. 13).

Caracterização funcional, espacial e construtiva do programa acima descrito:

Datado de: 1910 (?);

Função original: Depósito/tratamento de estrume;

Função actual: Depósito de madeiras;

Função proposta: Zona de recepção, sala de estar, zona de refeições;

Área construção: 110m<sup>2</sup>;

Materiais de construção: Calcário, xisto, castanho, tijolo, cimento.

Número de pisos originais: 1

Número de pisos actuais: 1

Número de pisos propostos: 1

## **ACTUAIS ARRUMOS**

(ANTIGOS CURRAIS)

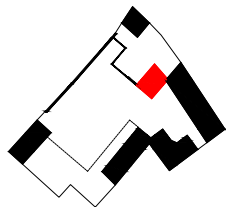
Este edifício, o mais longitudinal do conjunto, é caracterizado pela métrica estrutural das asnas que dividiam os currais, suportando uma cobertura em telha de marselha também bastante deteriorada. É um edifício de dois pisos, mas apenas o piso térreo é área útil, onde funcionavam os currais para gado ovino e caprino, sendo que o segundo piso seria área para guardar e secar alimentos para os mesmos. Juntamente com a nitreira, remata o extremo Nascente da quinta, delimitando o pátio secundário e obtendo assim uma excelente exposição solar, a Poente.

Todas as suas fachadas, à excepção do alçado voltado para o pátio, são cegas, deixando apenas transparecer a robusta estereotomia da pedra (Fig. 14).

Com paredes exteriores de pedra à vista e paredes interiores em tijolo e argamassa tosca, os muretes de entrada foram revestidos com cimento e reconstruídos com tijolo de maneira a prolongar a sua durabilidade.



Fig. 15 - Actual oficina (antiga habitação de operários)  
(Fotografia do autor)



Caracterização funcional, espacial e construtiva do programa acima descrito:

Datado de: 1910 (?);

Função original: Currais (gado ovino/caprino), sequeiro, arrumos;

Função actual: Arrumos, depósito de materiais de construção;

Função proposta: Quartos simples

Área de construção: 190m<sup>2</sup>;

Materiais de construção: Xisto, calcário, castanho, tijolo.

Número de pisos originais: 2

Número de pisos actuais: 2

Número de pisos propostos: 1

### **ACTUAL OFICINA**

(ANTIGA HABITAÇÃO DE OPERÁRIOS)

Antiga habitação dos operários da quinta, contruída na década de 1940/50, faz um pequeno remate e divisão dos dois pátios. Com cerca de 52m<sup>2</sup>, estaria implantada num local estratégico do complexo de maneira a facilitar a distribuição das funções dos seus habitantes.

Relativamente à sua compartimentação interior, tinha apenas dois pequenos quartos e uma cozinha, cobertos por um telhado de três águas, em telha de marselha (Fig. 15).

Em relação à definição construtiva, as paredes são possivelmente de pedra revestidas com argamassa de cimento, e as paredes interiores de tijolo rebocadas e pintadas a branco. É evidente a diferença do detalhe construtivo entre este volume (construído em 1940/50) e os que datam da fase original da quinta (1910 ou posteriores).

Caracterização funcional, espacial e construtiva do programa acima descrito:

Datado de: 1940/50;

Função original: Habitação de operários da quinta;

Função actual: Oficina, arrumos;

Função proposta: Habitação privada;

Área de construção: 52m<sup>2</sup>;

Materiais de construção: Calcário, xisto, castanho.

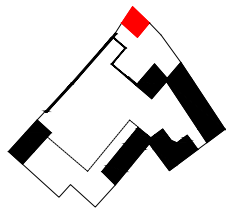
Número de pisos originais: 1

Número de pisos actuais: 1

Número de pisos propostos: 1



Fig. 16 - Actual ruína (antiga habitação)  
(Fotografia do autor)



## **HABITAÇÃO EM RUÍNA**

(ANTIGA HABITAÇÃO)

Parte de um conjunto que acabou por ser demolido, este é o único edifício que resta, estando ele próprio num avançado estado de degradação. Mas o conjunto original seria um volume de habitação, longitudinal e dividido a meio por uma escadaria que organizava as zonas privadas e públicas da casa, e um volume independente, a cozinha, encostada ao muro que actualmente divide a piscina deste sector (divisão entre sectores 1 e 2). Teria um acesso independente e privado para a rua.

Quanto à sua materialidade, a estrutura das paredes é em alvenaria de pedra (observável através da degradação), com paredes de xisto e calcário revestidas com um reboco branco (pintado) no interior e exterior (Fig. 16).

Caracterização funcional, espacial e construtiva do programa acima descrito:

Datado de: 1910 (?);

Função original: Habitação;

Função actual: Sem funções;

Função proposta: Habitação privada;

Área de construção: 46m<sup>2</sup>;

Materiais de construção: Calcário, xisto, castanho.

Número de pisos originais: 2

Número de pisos actuais: 2

Número de pisos propostos: 2

## **1.4 ESTRATÉGIA DE PROJECTO**

A reabilitação e reconversão desta quinta vem introduzir um programa de turismo em espaço rural, concebido e trabalhado a partir das articulações espaciais entre o pátio e o edificado que o envolve, de maneira a responder aos requisitos actuais de um empreendimento deste tipo. Embora a volumetria pré-existente apresentasse alguma degradação, mais a nível material do que estrutural, a ideia de manter o edificado foi sempre prioritária, portanto preservando os seis edifícios que formavam o complexo, apenas recorrendo à construção nova se o programa o justificasse.

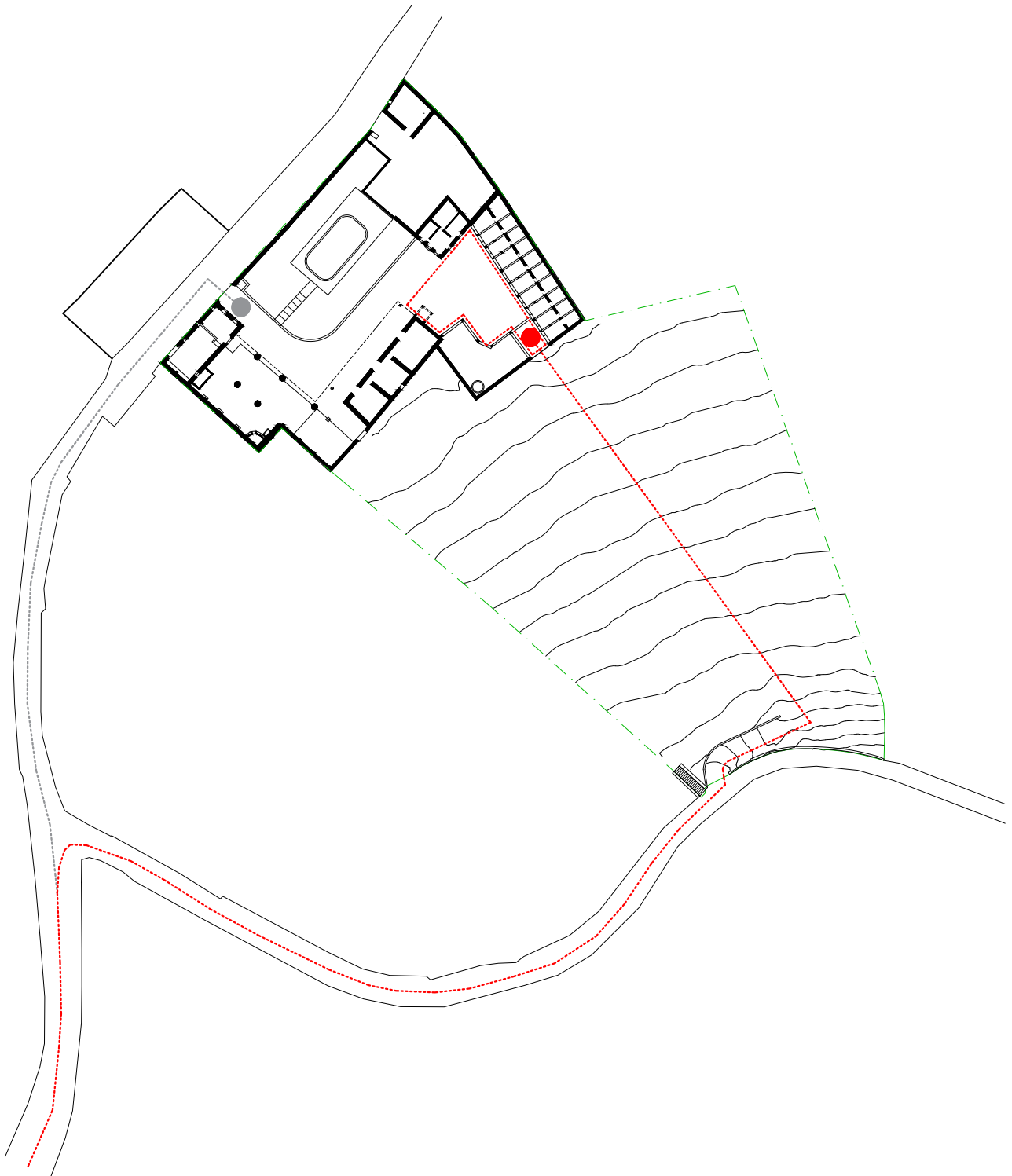


Fig. 17 - Esquema dos novos acessos propostos  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

----- Acesso principal ● Entrada principal ..... Acesso secundário ● Entrada secundária  
- - - - - Limite de propriedade

1:1000





Esta ideia de manter a volumetria original seria essencial para poder trabalhar as suas relações espaciais com o pátio, sendo que seria este o conceito base da proposta.

Ou seja, dando continuidade à massa de edifícios que desenhavam o perímetro da quinta, trabalhar-se-iam as relações interior-exterior, controlando a forma, o desenho, os elementos construtivos e o programa. Desta maneira, restaurava-se também a memória centenária do complexo, agora com novos usos, e contrastando com a construção nova que eventualmente se fizesse.

Decidiu-se que o programa se dividiria em duas utilizações, uma parte de utilização privada: as habitações (para os proprietários e arrendatários a longo prazo na quinta), e uma parte de utilização pública para estadias mais breves.

Propôs-se o seguinte programa:

- Uma habitação privada (apenas para proprietários da quinta ou funcionários);
- Duas habitações;
- Três suites;
- Recepção e sala de estar;
- Cozinha;
- Zona de estacionamento;
- Espaço para cultivo de produtos agrícolas e jardim;
- Espaços de lazer exteriores;
- Quatro quartos simples.

Uma das preocupações iniciais no processo de projecto era permitir uma leitura contínua do edificado, principal característica do nosso objecto de estudo. Esta leitura, embora presente, encontrava-se fragmentada, havendo quebras e interrupções na volumetria que teriam que ser redesenhadas de forma a obter a continuidade que se procurava, e assim, propondo e criando novos espaços com programas distintos que iriam preencher estas mesmas lacunas.

Uma das principais ideias a reter era que, dado ser uma proposta com um orçamento controlado, a intervenção seria contida, regida pelo aproveitamento máximo dos edifícios e estruturas pré-existentes, bem como de todos os elementos construtivos que se encontrassem em bom estado. Foi esse um dos motivos para se realizar um levantamento o mais detalhado possível, de maneira a criar uma sólida base de trabalho para que a proposta nunca se afastasse muito daquilo que era exequível, trabalhando em primeira mão com o testemunho que a história e o tempo nos deixaram. Em termos de estratégia e da ordem de importância

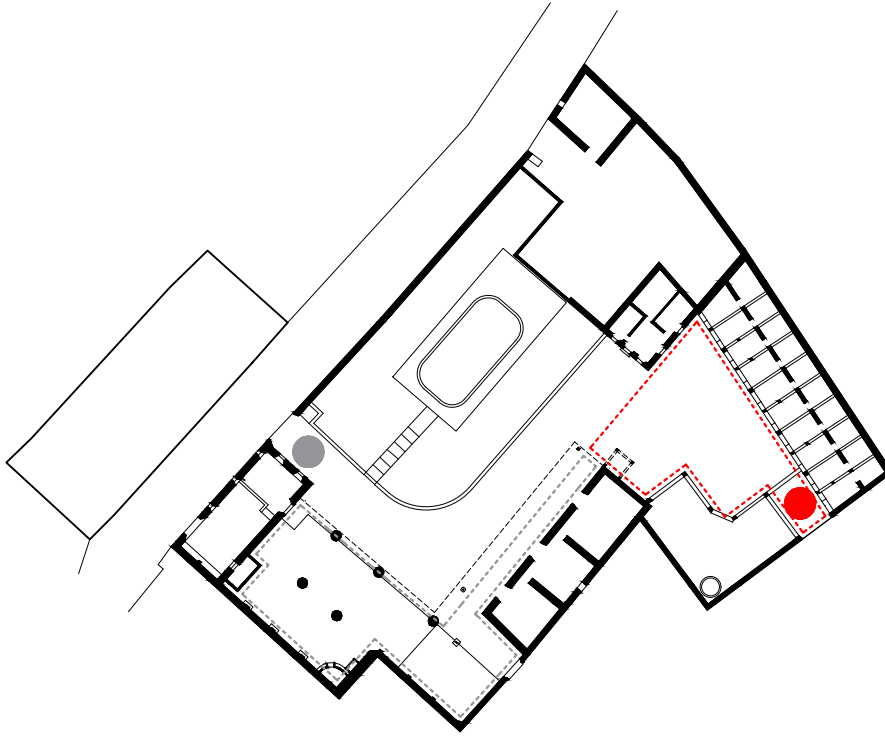


Fig. 18 - Definição da nova entrada  
(Desenho realizado pelo autor)

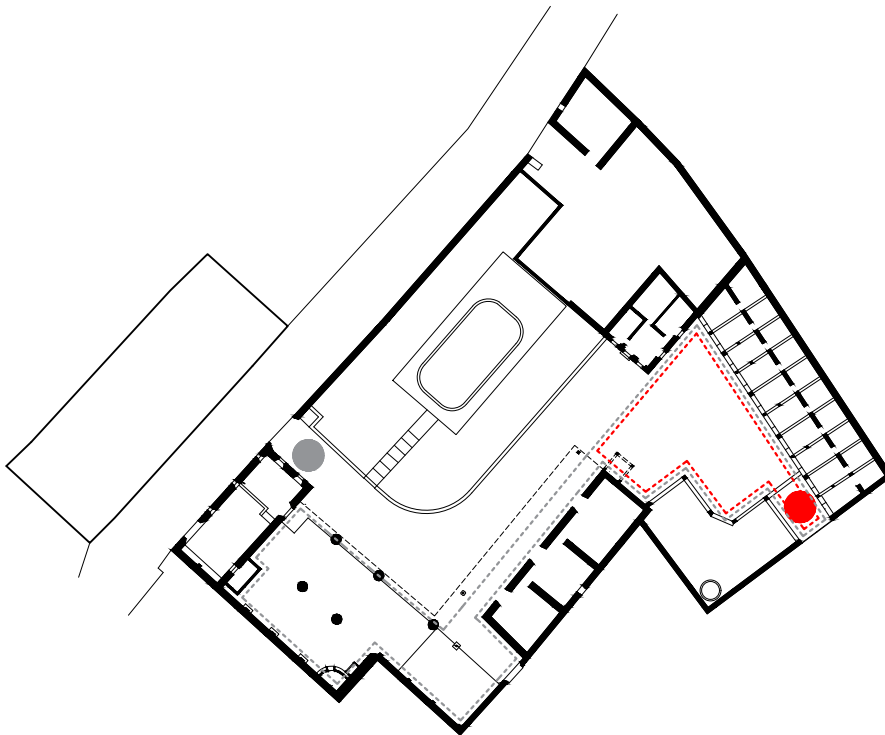


Fig. 19 - Prolongamento da pavimentação existente para o pátio de entrada  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

----- Pátio de entrada ● Entrada principal ..... Pavimentação existente ● Entrada secundária

1:750



dos elementos a serem trabalhados, começou-se pelo momento de chegada à quinta, repensando o seu acesso e a sua entrada.

Propôs-se então que esta se fizesse pelo quintal que, pela sua escala, poderia suportar diferentes funções: cultivo de produtos, jardim, espaço de lazer e área de estacionamento.

Optou-se, então, por se tornar este o acesso principal ao empreendimento, facilitando a circulação automóvel e impedindo que esta, como acontece hoje, fosse feita pelo interior da quinta, retirando algum conforto e segurança à vivência que se espera num alojamento deste tipo. Como tal, acedendo através da rua e percorrendo todo o quintal a entrada oficial, situa-se entre o edifício da nitreira e os currais (Fig. 18).

Como referido nos subcapítulos anteriores, sendo este pátio pré existente, temos aqui uma sugestão do que este espaço poderia ser, quase como se o projecto tivesse sido começado e nunca acabado. Definido este pátio secundário, agora de entrada, a intenção era retardar o contacto com o pátio principal, recolhendo-o e dando-lhe mais valor e privacidade, criando assim uma sucessão e hierarquia de espaços que organizam o programa (Fig. 19).

Seria um pátio com uma escala mais intimista, um átrio de entrada da propriedade, na verdade, aquilo que a pré-existência nos deixara, mas agora de usos renovados.

De maneira a relacionar este espaço de entrada com o resto do complexo, deu-se continuidade à pavimentação que existia no coberto principal, junto da cozinha, passando pelo edifício dos currais e por fim culminando nesta nova entrada. Estava então definida uma das directrizes principais do projeto, obtendo-se um desenho de pavimento que contornaria todo o complexo, e portanto, distribuía o programa em redor do mesmo, definindo duas zonas distintas da quinta.

Estando este sector definido, o objectivo era trabalhar agora o pátio central, com um carácter mais de lazer. Propõe-se demolir o muro que separava a quinta da propriedade adjacente (sector 2), prolongando-se a zona da piscina e do jardim e aumentando a área útil deste espaço. A ideia de construção nova, que teria necessariamente de acontecer, foi sempre muito bem ponderada, tentando-se construir de raiz o menos possível e apenas nos locais chave, onde a proposta se mostrasse incontornável.

A nova volumetria vinha complementar e dinamizar o espaço, dar continuidade às estruturas existentes e criar um contraste entre construção nova e velha, enfatizada pelos materiais e técnicas construtivas. Tendo em conta as necessidades do programa, propõe-se dois volumes novos, cada um situado num pátio diferente de maneira a complementá-lo e a usufruir deste da melhor maneira possível.

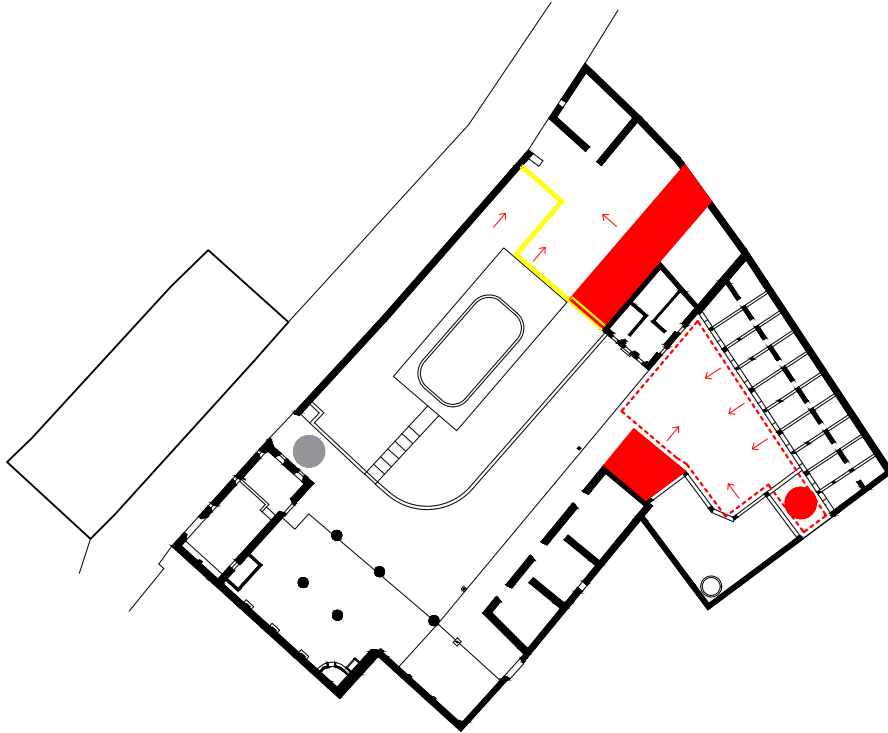


Fig. 20 - Introdução de volumetria nova e definição do pátio de entrada  
(Desenho realizado pelo autor)

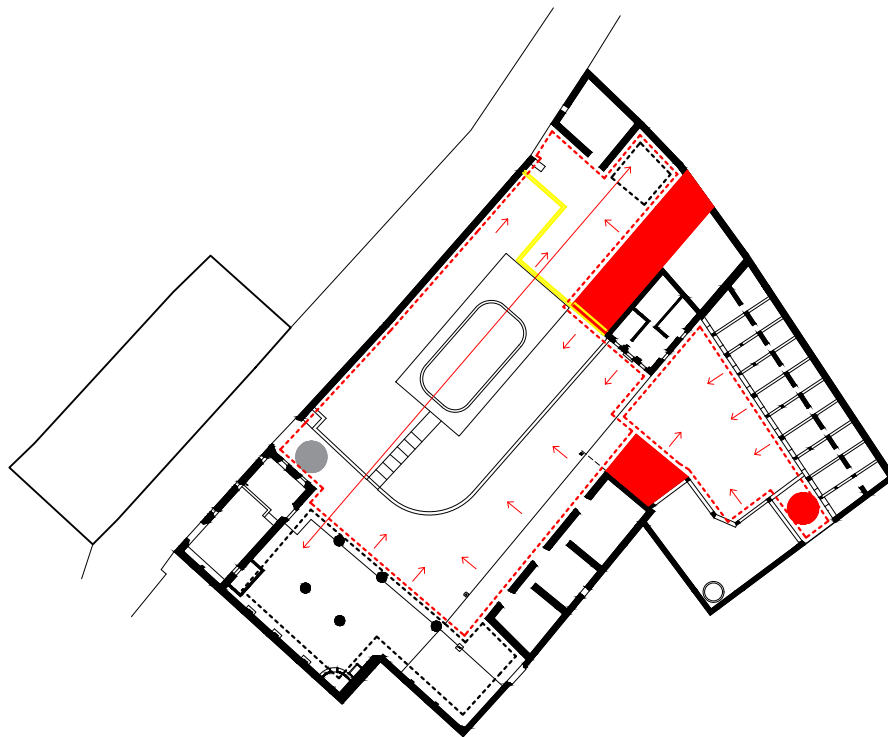


Fig. 21 - Definição do pátio principal  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

- - - - - Definição dos pátios    ● Entrada principal    - - - - - Cobertos    ● Entrada secundária    — Demolição  
 Volumetria nova



Dado isto, introduziu-se em primeiro lugar um volume que encerraria o pátio de entrada e, ao mesmo tempo, seria um elemento de remate que marcava a transição volumétrica entre os currais e a nitreira, preenchendo o recorte abrupto que aqui existia.

No fundo, reproduz-se a função da actual oficina, e funcionando como uma réplica da mesma, enfatiza-se o encerramento deste primeiro pátio (Fig. 20).

O segundo volume, de habitação, não é autónomo, na medida em que se agrega ao volume da oficina, que agora, juntamente com este novo, funciona como uma habitação única, reforçando assim a coexistência de tempos diferentes.

De forma rectangular, este sector da habitação faz frente com o local da piscina, ao qual é perpendicular, e aproveita a demolição do muro pré existente, ganhando melhor exposição solar, mais privacidade e área útil exterior. Este volume depois é continuado pela introdução de um coberto, onde se repete a mesma lógica do coberto principal (junto da sala e cozinha), embora este novo com um carácter privado, relacionado com as habitações que o enquadram.

Mas aqui a intenção era que a proposta viesse pegar num tema da pré existência, o coberto, e o reproduzisse à luz de novos materiais e usos, acentuando as suas diferenças funcionais e materiais, mas mantendo a essência vernacular do tema. Este coberto faz a transição entre a habitação nova e a pré existente, uma actual ruína que a proposta vem também reabilitar (Fig. 21).

Através da existência destes alpendres o pátio torna-se assim o elemento aglutinador e mediador dos dois: temos nos extremos opostos da quinta, em cerca de 40m, o confronto de construções que distam 107 anos entre si, procurando a coexistência e harmonia.

Na cota inferior, temos um coberto pré existente, de maior escala, para uso público; e numa cota superior, com uma melhor exposição solar e melhor relação com a piscina, um segundo coberto, novo, com um carácter de uso privado. É isto que a proposta tenta explorar: qual a potencialidade do pátio como elemento agregador de todo um edificado que espelha tempos, linguagens escalas e usos diferentes e, numa reconversão de usos, como estes podem coexistir através das relações que criam com o mesmo.

Estava assim traçada a estratégia basilar do projecto, em que as novas volumetrias iriam preencher as quebras e lacunas entre os edifícios que existiam, reforçando a continuidade volumétrica em função dos pátios.

O pátio principal, pela sua maior escala, desenho mais dinâmico, diferentes tratamentos de pavimento (calçada, brita, relvado, lajetas de pedra) e melhor exposição solar, relacionava-se directamente com o programa principal, a habitação dos proprietários, o coberto, as suites e as duas habitações privadas, juntamente com o alpendre que as



interligava. O pátio secundário, de menor escala, carácter mais íntimo e um desenho mais contido, teria um carácter mais logístico: a entrada principal, a zona de recepção, zona de estar e refeições, cozinha e os quartos simples.

Estes últimos, os quartos simples, são uma excepção ao programa que este pátio agrega, contudo, têm uma explicação: a forma longitudinal do edifício, as métricas dos currais, a excelente exposição solar e a proximidade com a zona de refeições e cozinha, foram factores determinantes para a sua introdução neste local.

Pretendeu-se com este capítulo introduzir o nosso objecto de estudo, tanto do ponto de vista da sua contextualização e caracterização regional, como da sua evolução histórica, e das suas características programáticas e espaciais, reforçando o pátio como elemento fundamental do complexo, e o método de organização funcional em sectores.

Após estas primeiras aproximações, apresentou-se, de forma breve e conceptual, a proposta de intervenção, com o intuito de relacionar, e estabelecer uma linha de continuidade entre a pré existência e a lógica que a elaborou na sua fase original, e que a proposta deseja resgatar. Como tal, e para poder suportar teoricamente a estratégia que aqui sucintamente se explicou, o capítulo seguinte vem introduzir o pátio rural, as suas condicionantes e premissas, diversidades geográficas, e o porquê das mesmas.

Para tal, pretende-se de seguida, analisar três exemplos de utilização e aplicação do pátio no contexto rural, que, através de uma análise crítica, tentam demonstrar, a mesma lógica espacial que aqui se apresentou, de uma divisão funcional em sectores. Será, portanto, efectuada uma análise individual de cada exemplo, seguindo a mesma lógica da que neste capítulo se realizou, fazendo uma aproximação à região, e de seguida caracterizando o espaço, a forma, o pátio, programa e a definição material e construtiva, reforçando a regionalidade de cada objecto e também de cada pátio.

Portanto, introduziu-se o objecto de estudo, analisando criticamente o seu pátio e a proposta de reconversão com base no mesmo, para, no capítulo seguinte, poder, através da análise de três casos distintos, suportar a aproximação que aqui se fez, relacionando o gesto transversal às pré existências que funciona como tema de projecto, tornando estes dois primeiros capítulos dissociáveis.





2

## **PÁTIO NO CONTEXTO POPULAR PORTUGUÊS**



## 2.1 O PÁTIO RURAL

Por todo o território nacional, no contexto da habitação popular, encontramos diversas casas agrícolas caracterizadas pela presença de um pátio exterior e central, principal zona de trabalho da casa para onde têm acesso a habitação, as lojas, os anexos agrícolas, os currais e diversas outras dependências (Oliveira, 2003).

Esta tipologia, de pátio, normalmente encerrado por todo o edificado, à exceção de um ou outro lado por onde se fazia o acesso à propriedade, apresenta diversas escalas, modos de construção, organização da volumetria e desenho; diferenças estas resultantes, principalmente, das características geográficas e sociais de cada região.

Como tal, neste enquadramento, a preponderância do pátio reflecte-se na pluralidade de usos que oferece, bem como no seu papel como elemento fundamental da organização da casa e das funções que permite desempenhar, pois aqui as suas limitações superam o carácter de espaço exterior de estar ou lazer, assimilando-se como uma divisão utilitária da casa, palco de inúmeras funcionalidades: “Furthermore, in rural houses the courtyard serves as a space for most everyday functions: food preparation, storage of supplies (wood and fodder, for exemple), or for the extension of the livable space.” (Rabbat, 2010, p.XXII).

Podemos então afirmar que a concepção do pátio rural reside numa abordagem mais pragmática, invocando maioritariamente princípios de equilíbrio e organização funcional (Ribeiro, 1991) regidos pela própria necessidade da casa e dos seus habitantes.

“Podemos também reconhecer a sua presença [...] em casas rurais, frequentemente organizadas em torno de um pátio, que se define pelo agrupamento de edifícios – a casa, o celeiro, o estábulo – e elementos de contenção espacial e de acesso – muros, cercas e portões – cuja relação assenta mais em critérios funcionais do que em razões de ordem e coerência formal.” (Reis, 2009, p.30)

Também a propósito da “heterogeneidade” do pátio, Filipa Morgado, na sua dissertação de Mestrado: *Pátio e casa pátio: A dimensão doméstica do espaço exterior da casa* (2013), refere que existem diversos tipos de pátio, pátios com uma conotação figurativa e cerimonial, e pátios com um uso doméstico e funcional. Nomeadamente pátios que inibem as actividades do quotidiano, meramente representativos, e pátios que, pelo seu desenho e envolvente, promovem a sua diversa apropriação (Morgado, 2013):



“Pátios que, por um lado, estão previstos para serem observados e usufruídos desde o seu perímetro e outros que, pelo contrário, convidam a serem apropriados. Pátios que impõem um uso formalizado e outros abertos a um sem número de possibilidades de ocupação.” (Morgado, 2013, p.59)

Ora, neste capítulo, pretende-se explorar este sentido polivalente e diversificado do pátio através da apresentação de três casos no território nacional, tentando perceber a importância que o mesmo assume no conjunto em particular, dependendo do objecto a ser estudado, do seu programa, e fundamentalmente, da sua região.

O recurso ao pátio como infraestrutura espacial e de trabalho no contexto popular português é variado. Limitado em alguns locais aos grandes complexos agrícolas, a sua flexibilidade formal e funcional permite-o abranger diversas escalas, indo desde a grande casa de lavoura à habitação mais modesta e humilde (Oliveira, 2003) em que, nesta última, o pátio passa a ter uma conotação de pequeno quinteiro ou eido. Mas antes de partirmos para o contexto mais específico do pátio rural em Portugal, importa ainda mencionar Antón Capitel, que na sua obra *La Arquitectura del patio* (2005) refere a versatilidade do mesmo ao longo da História, sugerindo que este, nascendo nos primórdios da civilização, também num contexto “vernacular” ou rural, se foi adaptando aos mais diversos usos e estilos:

“Ligado en su nacimiento a los climas cálidos y soleados propios de las tierras de las civilizaciones antiguas, ya en ellas alcanzó una condición muy diversa que fue desde la vivienda modesta al palacio y que invadió los más diversos usos.”

(Capitel, 2005, p.6)

Neste capítulo em particular, tendo a escala do nosso objecto de estudo como referência, focar-nos-emos em grandes casas de lavoura, ou complexos agrícolas, ou seja, propriedades de grande escala e detentoras de um poder de produção capaz de suportar diversas funções: habitação (do proprietário e trabalhadores), actividade agrícola, animal, produção alimentar e outras, pois aqui as potencialidades do pátio são enaltecidas, assumindo uma escala e importância muito maiores, e portanto, tendo uma índole mais diversificada e estabelecendo uma relação mais intrínseca com a volumetria que organiza.

Sendo portanto um elemento transversal aos três casos que aqui se apresentam, este capítulo, através de uma análise que compreenderá várias escalas, pretende estudar e perceber como cada região o interpreta e integra na sua habitação.



Fig. 22 - Províncias de Portugal (1936) e respectivos distritos de inserção dos casos a analisar (desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

- Distrito de inserção dos casos a analisar
- Províncias de inserção dos casos a analisar

0 40 80KM



Começamos, em primeiro lugar, por situar cada objecto no território nacional, fazendo também uma breve descrição do seu enquadramento regional. De seguida partimos para uma contextualização territorial, analisando a inserção física no terreno, a relação com a topografia, paisagem e a inserção urbana, se isolado ou vinculado a um tecido urbano.

Após esta primeira abordagem, caracterizamos formalmente o objecto, analisando a sua escala, forma, edificado, o pátio, desconstruindo-o e identificando a sua importância no conjunto, bem como as relações que desenvolve com a volumetria, os vãos e relação com o exterior, e por fim, numa escala de aproximação, os materiais e aspectos construtivos.

Esta caracterização será acompanhada por diversos desenhos e diagramas de análise do objecto estudado, expondo, por exemplo, as tipologias do programa (habitação, agrícola, animal, etc) e as suas relações com o pátio, bem como a subdivisão do mesmo em sectores e a relação que cada sector estabelece com as funções que lhe são anexadas.

Efectivamente, o objectivo é tentar perceber a influência da região no processo de concepção do pátio e como ele se mantém um elemento genérico nestas casas agrícolas, aparentemente tão díspares e distantes, mas que partilham todas da mesma matriz de organização espacial. Introduzem-se então três exemplos: o complexo agrícola de Calvelhe (Norte), a quinta Nova em Poiães (Centro) e o monte da Herdade da Terrosa (Sul), representativos de regiões diferentes do país (Fig. 22): Minho, Beira Litoral e (Alto) Alentejo, que, como veremos, espelham soluções variadas na elaboração destas arquitecturas de produção e na concepção do seu pátio.

Seguindo esta linha de raciocínio, no seguinte capítulo será inserido neste quadro o nosso objecto de estudo, na sua fase original, de maneira a colocá-lo no mesmo patamar que os casos apresentados e incorporá-lo no panorama popular que nos foi deixado em obras como: *Arquitectura Popular em Portugal* (Associação dos Arquitectos Portugueses, 1961) e *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, 1992).

Estas são duas leituras essenciais no que toca ao estudo da construção popular em Portugal e, portanto, consideram-se dois alicerces fundamentais desta dissertação. Expondo uma detalhada análise que abrange rigorosamente todo o território nacional, o objectivo destas obras não se limita a relatar, numa vertente arquitectónica e material as construções rurais. Estas deixam-nos, sobretudo, um testemunho histórico que relata geografias, civilizações, culturas, modos de viver e de construir, moldados pelo tempo e pelas pessoas, e que constituem uma verdadeira herança de um dos mais valiosos patrimónios nacionais.

Embora em risco pela constante ameaça da desruralização e descaracterização da identidade vernacular face ao aproveitamento turístico, estas obras dão a conhecer o



Fig. 23 - Marão, Douro Litoral/Trás-os-Montes (Távora et al., 1998, p.128)  
(Fotografia editada pelo autor)



Fig. 24 - Mértola, Beja (George et al., 1998, p.9)  
(Fotografia editada pelo autor)



pragmatismo e funcionalidade inerentes à interpretação e adaptação ao território, bem como à construção do mesmo, onde o vínculo com a região se torna essencial para o sucesso da construção e, fundamentalmente, da própria vida da gente que nela habita.

Relatam-nos uma arquitectura sem arquitectos, sem formalismos ou intelectualidade, senão aquela que transmitida pelas próprias gerações, de pai para filho e assim sucessivamente. São uma verdadeira narrativa da construção humana da paisagem, e da sua humanização, em busca de um modo de subsistência.

### 2.1.1 A REGIONALIDADE DO PÁTIO

A versatilidade do pátio como elemento de composição espacial proporciona diversas formas de ser trabalhado, (Capitel, 2005), conferindo aos habitantes da casa uma variedade tipológica que o permite ajustar às demais necessidades.

No contexto rural, como referimos atrás, o pátio, profundamente enraizado na construção da casa, é interpretado como um instrumento espacial que permite o melhor funcionamento do organismo rural e da vida doméstica. Ainda que dotado destas mais-valias segue uma série de “regras” ou condições que o adaptam às necessidades do trabalho rural, sendo ele um elemento que define e é definido pela própria actividade da lavoura:

“Os carros de bois, que constituem preciosos auxiliares do agricultor beirão [...] continuam, como então, por certo, a condicionar a escala dos pátios, dos alpendres ou das dependências onde os guardam.” (Amaral et al., 1998, p.57)

A respeito deste tema da “regionalidade”, Orlando Ribeiro refere-nos, na sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), que Portugal é um país geograficamente dicotómico, espelhando de Norte a Sul uma diversidade de paisagens, topografias, climas, relevos e solos (Fig. 23 e 24). Tal também nos é apontado por Fernando Rebelo em *Portugal: Geografia, paisagens e interdisciplinaridade* (2013):

“Em termos de Geografia Física, Portugal é um país de grandes contrastes. Na sua maior parte, o espaço continental que ocupa é constituído por rochas antigas, predominantemente granitos e xistos, que oferecem paisagens variadas de montanhas, planaltos e vales profundos no norte e no centro (Minho, Trás-os-Montes e Beiras) e extensas planícies no sul (Alentejo).” (Rebelo, 2013, p.20)



Então, no parecer do domínio vernacular, e especificamente da casa popular, estas disparidades e condicionantes geográficas revelam-se factores determinantes, a Arquitectura popular nasce do cruzamento do Homem com a paisagem, e o carácter que a casa e o pátio assumem advém como consequência deste mesmo fenómeno.

Se, em termos geográficos e mesmo sociais, Portugal é um país que demonstra grandes contrastes, então como consequência, além de outros factores que mencionaremos adiante, nascem também inúmeras soluções arquitectónicas, típicas e adequadas a cada região e povo.

A respeito disto, é-nos referido num dos primeiros parágrafos do livro *Arquitectura Popular em Portugal* (1961): “Entre uma aldeia minhota e um «monte» alentejano, há diferenças muito mais profundas do que entre certas construções portuguesas e gregas.” (Antunes et al., 1998, p.2)

Não podemos abordar o pátio de forma isolada, ou seja, de maneira a clarificar o seu regionalismo torna-se necessário considerar uma série de factores que extrapolam os seus aspectos formais e espaciais. Há, portanto, que o analisar com um certo distanciamento, através da sua incorporação na casa.

Considera-se assim que a regionalidade do pátio assenta fundamentalmente em três premissas: Geografia, povoamento e civilização. Operando como os alicerces da casa e da cultura popular, estes temas tornam-se indispensáveis para aprofundar esta questão:

A Geografia em primeiro lugar porque impõe as próprias condições naturais do meio em que a casa surge, e portanto se adapta; o povoamento porque condiciona, também em função das condições geográficas, o modo de apropriação do meio por parte do Homem, se, por exemplo, em núcleos densos, dispersos ou isolados na paisagem. E, finalmente, a civilização, que moldou as diversas regiões durante os séculos, partilhando e estabelecendo as suas influências e conhecimento, os seus modos de pensar, construir e habitar.

Portanto, concluindo esta introdução, referimos que para perceber o pátio rural se torna necessário, antes de mais, perceber a casa, como esta surgiu e foi reinterpretada e moldada até aos dias de hoje.



Fig. 25 - Loriga, Guarda (Amaral et al., 1998, p.49)  
(Fotografia editada pelo autor)

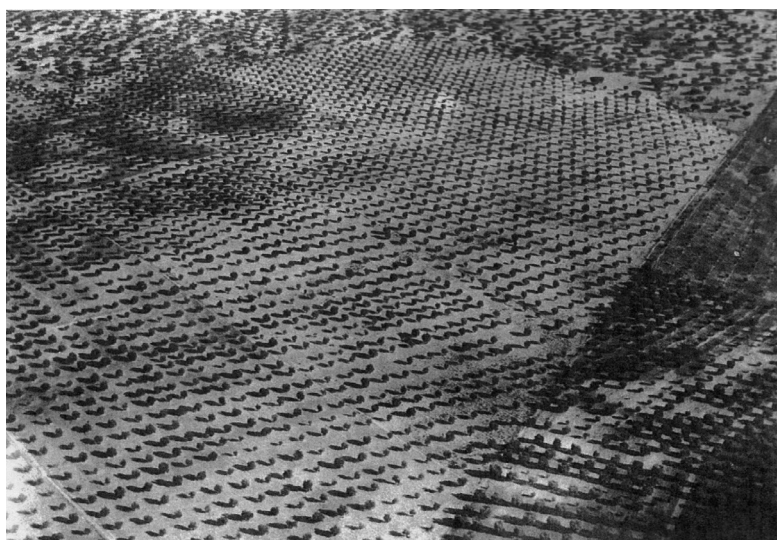


Fig. 26 - «Herdade» Alentejana (George et al., 1998, p.14)  
(Fotografia editada pelo autor)

## GEOGRAFIA

A geografia compreende uma condição de maior escala e abrangência. Intangível à mão do Homem, este não a pode manipular ou moldar conforme as suas exigências, tendo portanto que adaptar os seus modos de vida consoante o meio natural, em consonância, por exemplo, com a sua simples localização no território. Este primeiro ponto é o que mais reforça e demonstra os inúmeros exemplares que hoje conhecemos no que toca à diversidade da habitação popular:

“As zonas, ou áreas, nas quais se espraia e define uma afeição peculiar da Arquitectura, raramente coincidem com as fronteiras nacionais. São, em geral, anteriores a elas e têm raízes mais fundas e sólidas. A Nação e os seus limites constituem, em certa medida, criações artificiais, que os azares de uma simples guerra podem alterar ou até suprimir. Mas nenhuma guerra até hoje modificou a natureza do solo, o clima, e outros factores determinantes da Arquitectura regional.” (Antunes et al., 1998, p.2)

Referimo-nos aqui, por exemplo, à constituição geológica dos solos, que se vai traduzir na construção da habitação, nos seus revestimentos e até no número de pisos (dado a rigidez do próprio material permitir ou não uma construção em altura); à topografia, (Fig. 24 e 25) que, muito ou pouco acidentada condiciona a estrutura e parcelamento do povoado, das propriedades e a disposição volumétrica da casa; e ao clima, que determina o material e/ou a inclinação das coberturas para o mais eficaz abrigo do sol ou das chuvas.

Seguindo esta lógica, referimos um exemplo de aplicação directa do pátio como elemento que desempenha um papel fundamental e determinante face às condições geográficas de uma determinada região. Com isto pretende-se concluir que o pátio surge não só no contexto rural como um instrumento funcional que organiza e distribui as dependências da casa de lavoura, mas também desempenha um papel importante na regulação e defesa da mesma face às condições climatéricas:

“In the hot-humid zones of southern Iran and parts of Iraq and Saudi Arabia, on the other hand, the courtyard house has an importante role to play in air circulation and cooling. Cool winds are channelled through several openings in the house and then through the courtyard and out through other openings on the opposite side.



Fig. 27 - Alvôco da Serra, Guarda (Amaral et al., 1998, p.14)  
(Fotografia editada pelo autor)

"A organização social que, através dos tempos, estruturou os grupos humanos em moldes variáveis, não podia deixar de ter tido, também, acentuada influência na feição dos edifícios e nas suas relações de vizinhança, importância, ou dependência, nos aglomerados populacionais."  
(Amaral et al., 1998, p.82)

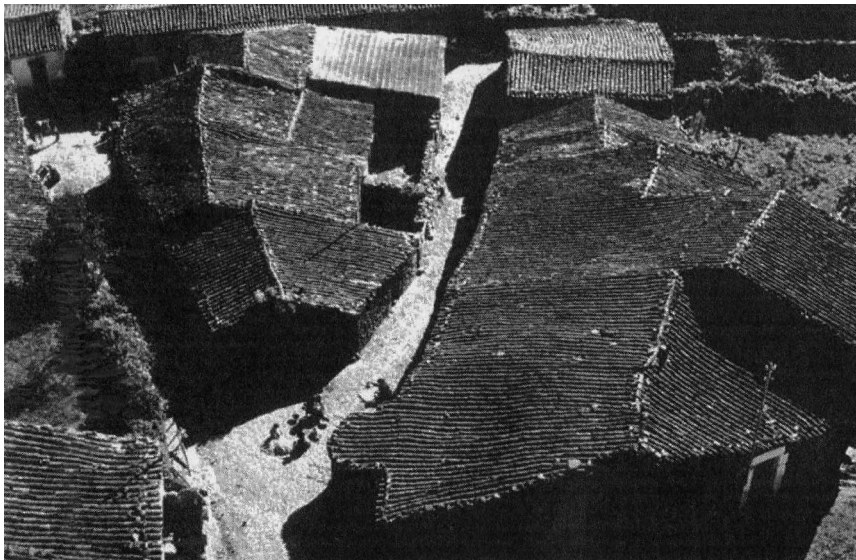


Fig. 28 - Sabugal, Guarda (Amaral et al., 1998, p.83)  
(Fotografia editada pelo autor)

This helps to keep the house comfortable in the summer, not only by enhancing ventilation by the thermal capacity of the walls themselves.” (Edwards, 2005, p.22)

## **POVOAMENTO**

Segundo Orlando Ribeiro, os tipos de povoamento em Portugal, no contexto rural, desenvolvem uma íntima relação com o seu meio, nomeadamente com os factores naturais, como mencionámos acima (Ribeiro, 1991). Deste modo, e dada a considerável diversidade geográfica que Portugal nos apresenta, encontramos diferentes formas de povoamento por todo o território, espelhando, cada uma, o seu enquadramento geográfico.

Como tal, as povoações incorporam nos seus modos de vida as premissas regionais, o que nos leva a encontrar diversas formas de organização social, de estruturação da malha “urbana” e de parcelamento do solo e propriedades. Mas esta relação entre o regionalismo e o povo reflecte-se principalmente na concepção material e espacial da casa: “O estudo da casa é inseparável do das povoações [...]. Ela tem no geral um aspecto típico em determinada região.” (Ribeiro, 1991, p.285).

Este capítulo vem tentar aferir como o pátio é assimilado e interpretado pelo povoamento rural à luz da sua regionalidade, e como os pilares conceptuais da casa rural, a geografia, o povoamento e a identidade cultural/civilizacional, que densificaremos de seguida, se tornam elementos determinantes na sua formulação:

“O povoamento do Alentejo, em aldeias e montes, anda ligado à planície e à secura que não dificulta a cultura do trigo. A maior humidade não será estranha ao desenvolvimento da dispersão não só no Minho, como por todo o Norte Atlântico. As condições naturais sugerem culturas, que por sua vez, determinam formas de trabalho a que convém certa organização social e económica; o que tudo tem na expressão complexa que é o modo de vida o seu reflexo. A casa e a povoação amoldam-se às necessidades do homem e também às suas tendências, hábitos e tradições.” (Ribeiro, 1991, p.313)

Vemos fundamentalmente que os exemplos a analisar são produto dos denominadores acima referidos: por exemplo, no Minho (região onde se situa o primeiro exemplo), a população é densa e o território é parcelado, predominando a pequena exploração (Ribeiro, 1991). Como tal, verifica-se um pragmatismo próprio e local na implantação e organização funcional e



Fig. 29 - Castelo Mendo, Guarda (Amaral et al., 1998, p.108)  
(Fotografia editada pelo autor)



Fig. 30 - «Herdade» Alentejana (George et al., 1998, p.24)  
(Fotografia editada pelo autor)



espacial da casa, que segue uma parametrização regrada (disposição da habitação, das dependências e divisão dos sectores do pátio).

Tal facto sugere-nos uma certa transposição do rigor parcelar do Minho, que, indo desde a escala do aglomerado até à escala da habitação e do quotidiano, acaba por se traduzir tanto na habitação como na formulação do próprio pátio.

Em contraponto, no Sul rege a intermitência no povoamento dos solos. Encontramos aglomerados densos, mas distantes uns dos outros, que deixam para lá dos seus limites a produção extensiva, onde, por exemplo, se evidenciam os montes, grandes propriedades abertas à vastidão da paisagem e que reflectem a própria essência e escala da região nos seus equipamentos rurais, que isolados cobrem vastas áreas. No monte da Herdade Terrosa, o pátio, expondo a realidade extensiva do latifúndio Alentejano, assume-se como um grande vazio central ao complexo, que de forma informal e sem compartimentação física, organiza as dependências nas suas extremidades.

## **CIVILIZAÇÃO**

“Num país de velha civilização, os elementos essenciais de diferenciação entre as suas grandes divisões estão, por força dela, impregnados de profundo conteúdo humano.” (Ribeiro, 2013, p.47)

Portugal foi terreno fértil na disseminação de uma herança cultural e, especialmente, arquitectónica que, lenta e gradualmente, nos foi transmitida por civilizações antigas que aqui se estabeleceram e imprimiram os seus modos de vida.

No que diz respeito ao nosso tema, a Arquitectura popular encontra, em parte, as suas raízes no arcaísmo destas civilizações, nomeadamente Romana e Árabe, que mais marcaram a sua passagem e criaram um maior vínculo com o território, deixando claros vestígios de uma cultura construída que persiste na actualidade (Fig. 32 e 33):

“O contraste entre as serranias e fundos vales do Norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações humanas. De um lado o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, onde apenas se inscreve uma forte acção histórica – a romana; do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados. Foi sempre aqui a larga porta de entrada de tódas as influências culturais mediterrâneas: colonizações fenícias e

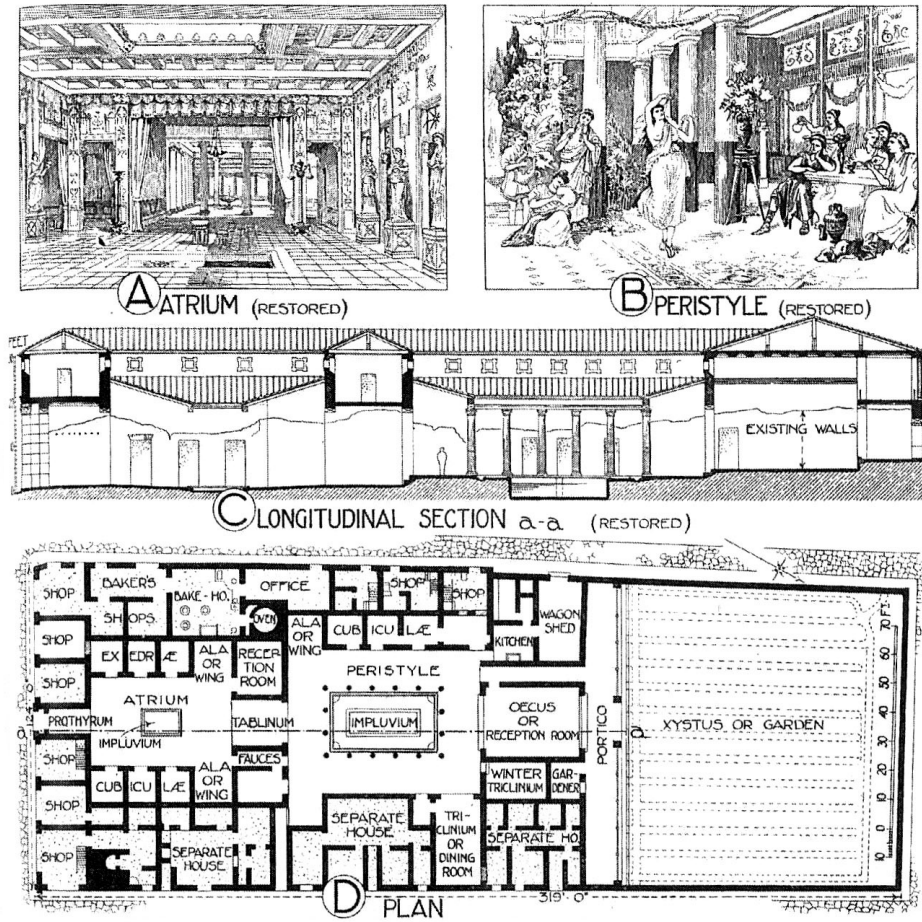


Fig. 31 - House of Pansa: Pompeii (*Domus*) (Fletcher, 1938, p.199)  
(Desenhos editados pelo autor)

gregas, reflexo da brilhante civilização bética de Tartessos, ocupação romana e árabe, que ambas caminharam do Sul para o Norte e no Sul deixaram um vínculo mais profundo.” (Ribeiro, 1945, p.86)

No que diz respeito ao pátio, foco da nossa investigação, este foi também alvo desta propagação. Elemento de composição espacial muito aprofundado no contexto romano e árabe, encontramos a sua aplicação nas mais variadas construções: palácios, edifícios religiosos, hospitais e habitações.

Como tal, através desta apropriação do pátio como elemento organizador da casa, verificam-se indícios, ou sugestões, da sua introdução no cenário rural do país, que varia na sua presença e tipologia consoante a região e está directamente relacionado com o local de maior permanência destes povos, onde deixaram, de forma mais constante e fixa, impregnado o seu conhecimento.

Na civilização romana é conhecida a utilização do pátio na habitação, a *Domus*, (Fig. 31-D) onde sofreu diversas apropriações e adaptações: inicialmente um espaço dedicado ao fogo, por onde se fazia a canalização dos seus fumos pela cobertura (Figueiredo, 2012), ou também para introdução do *impluvium* (Fig. 31-D), um tanque que receberia as águas pluviais provenientes da mesma (Ribeiro, 2013). Mas chega ao seu ponto de maior formalização quando transformado no *atrium*, e no *perystilum* (Fig. 31-A, B), o verdadeiro pátio central e multifuncional, zona principal da casa, “[...] fundamental na sua distribuição interna [...]” (Reis, 2009, p.32), oferecendo total privacidade à habitação e proporcionando ventilação e luz natural para o seu interior.

Já na civilização Árabe, o pátio também integrava o modo de projectar o espaço nas suas mais variadas funções e tipologias de edifícios, incluindo a habitação. Nesta última, assim como Orlando Ribeiro (2013) nos refere, encontramos a sua presença em algumas regiões do Norte de África, sendo transversal às classes sociais, e portanto estando presente tanto na casa urbana como na casa rural (Ribeiro, 2013). Tal nos demonstra aqui a sua resiliência e adaptabilidade ao meio, onde os seus modos de aplicação variam consoante cada país, geografia, cultura e classe social.

Como tal, mencionamos ainda Brian Edwards (2005) que também nos aponta a apropriação do pátio pela civilização Árabe, mas neste caso seguindo uma lógica de organização do espaço distinta da que aqui estudamos, em que o pátio organiza em seu redor as diversas dependências: “[...] in the rural houses of the Ghilan region, in the cooler north

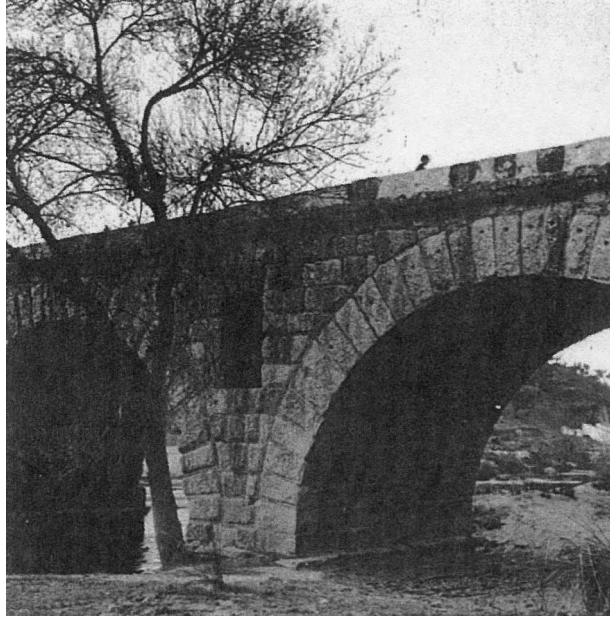


Fig. 32 - Sêda, Portalegre (Ponte romana) (George et al., 1998, p.23)  
(Fotografia editada pelo autor)



Fig. 33 - Mértola, Beja (Porta árabe) (George et al., 1998, p.24)  
(Fotografia editada pelo autor)

of Iran, the courtyard is a fenced plot within which the buildings are placed: its primary function is to define the boundary of the property.” (Edwards, 2005, p.22).

Mas é claramente no Sul de Portugal que se evidencia de forma mais significativa a aplicação directa do pátio na habitação rural, imposto pelas condicionantes geográficas e civilizacionais, e consequentemente moldado pela regionalidade e cultura portuguesa. No Alentejo, nascem assim os montes, onde se estabelece um paralelismo com a *villa* romana, como que sendo um descendente directo da mesma (Fig. 30): “É ainda no Sul que se encontra a representação mais próxima do latifúndio romano: a herdade alentejana e o monte, correspondente à *villa* rústica, com a multidão de clientes e a organização complexa da lavoura.” (Ribeiro, 1945, p.89).

Relativamente ao Norte, ainda que o pátio possa ter um vínculo civilizacional mais efémero, é essencial referir Alberto Sampaio, que no seu livro *Estudos históricos e económicos* (1923) aborda concretamente o tema “As *villas* do Norte de Portugal”, onde refere a existência da tipologia de *villa* romana na região Norte do País, nomeadamente no Minho. Esta, face à inexorabilidade do tempo e disputas territoriais que duraram séculos, acaba por se fragmentar. Desprovida da unidade que outrora a caracterizava, que chegava aos milhares de hectares, acaba então por criar os diversos tipos de povoamento que encontramos hoje:

"Por isso que as *villas*, quando se deu a sua desmembração, se converteram em freguesias e logares, cujas superfícies são aproximadamente as mesmas, não é difícil avaliar na generalidade a extensão que tiveram na primitiva; [...] Portanto a área máxima devia regular pela d'uma freguesia média actual; a mínima foi muitas vezes inferior á d'um prédio rural provinciano dos nossos dias, um pouco espaçoso. E assim a *freguesia rural* — molécula fundamental da sociedade portuguesa, foi uma criação espontânea popular, nascida das relações seculares [...] remontando ao tempo em que Roma ensinou aos habitantes das cidades as suas leis e a sua civilização.” (Sampaio, 1923, p.78)

Também Orlando Ribeiro (1945) nos refere, embora de forma mais breve, a influência da civilização Romana no território nacional, mencionando também o surgimento das *villas*: “A romanização manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e dos modos de viver. Ao povoamento das colinas da época



castreja sucedem as *villas* rusticas – isto é, quintas – nas terras baixas, germes de povoações maiores.” (Ribeiro, 1945, p.86).

Com a fragmentação destas *villas*, que distribuíam amplamente pelo território os seus programas e edifícios anexos, surgiam assim pequenos sectores destas que, ligados à lavoura, representam o que aqui se pode sugerir como o arcaísmo dos complexos rurais da actualidade, onde a presença do pátio já se evidenciava. Podemos também atentar pela leitura do excerto abaixo, que o modo de aplicação do mesmo e sua lógica de organização do espaço ainda se verificam na actualidade, e, especificamente, nos exemplos que estudaremos de seguida:

“Contigua ou proxima ficava a *villa rustica* e a fructuaria, composta de tres ou quatro corpos também ao rez-do-chão, que fechavam um eido ou eirado (*cohors*) [pátio]: em volta d'elle dispunham a cosinha e aposentos dos servos, as córtes dos gados, os compartimentos para a guarda dos productos, tudo enfim o que era necessario para a exploração agrícola da terra [...]” (Sampaio, 1923, pp.82-83)

Podemos perceber que, a partir deste processo, foram lenta e progressivamente surgindo tanto as pequenas casas de lavoura como os grandes complexos agrícolas ou até mesmo os solares que encontramos hoje, indícios, ou fragmentos, das *villas* rústicas antigas, réstias de culturas arcaicas. Sendo assim, dada esta “dispersão” das *villas* no Norte do país, fragmentadas e apropriadas nas mais variadas formas, o pátio foi adaptado e moldado, mas manteve a sua essência, ou raiz, antiga e vernacular, que, adquirida pela ruralidade, sobreviveu até aos dias de hoje, acabando por singrar em todo o país:

“São muito diferentes os ritmos próprios da arquitectura monumental e da vulgar. Aquela segue a variação dos estilos, que permite datá-la com certa aproximação, esta conserva, através dos tempos, uma imobilidade sem história; a despeito desta tendência arcaizante própria do ambiente rural, certas formas da civilização superior, [...] acabam por triunfar e divulgar-se até às mais remotas aldeias.” (Ribeiro, 2013, p.28)

A casa e o pátio rural encontram então nestas apropriações culturais as suas soluções vernaculares, tendo-as reinterpretado e readaptado ao longo de séculos, culminando nos mais

## COMPLEXO AGRÍCOLA DE CALVELHE

Quadro informativo:

Região: Minho

Província Histórica (1936): Minho

Distrito: Braga

Concelho: Barcelos

Freguesia: União das Freguesias de Creixomil e Mariz

Datado de: Séc. XVI (Anterior a 1588\*)

Programa: Habitação, produção agrícola/animal/alimentar

Inserção urbana: Povoamento concentrado

Cota altimétrica: Aprox. 100m

Distância até Braga: Aprox. 26Km

Distância até Barcelos: Aprox. 7Km

NOTA: O complexo já se encontrava construído em 1588, embora não se saiba precisar o ano exacto de fundação. A ordem de construção da capela remonta a 1785. Esta informação foi cedida por António Júlio Limpo Trigueiros, Doutorando em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desde Setembro de 2007. O mesmo efectuou um levantamento sobre as famílias da cidade de Barcelos (Séc. XVII até à actualidade).

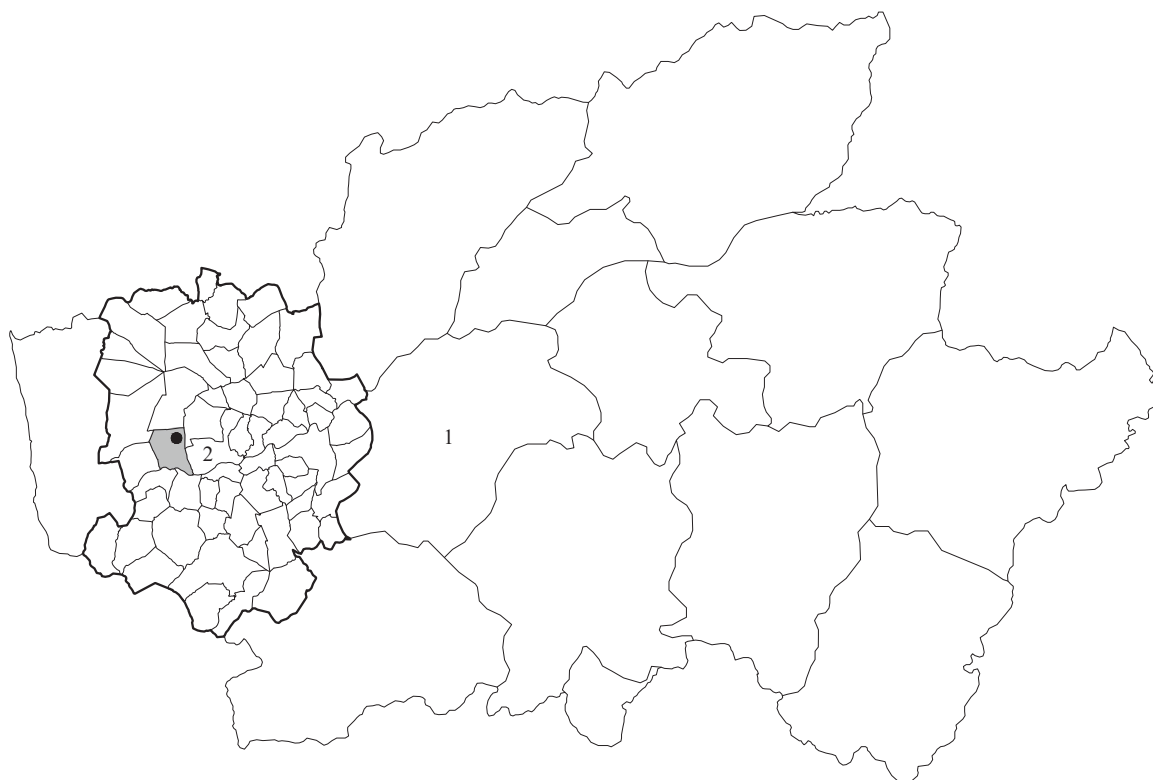
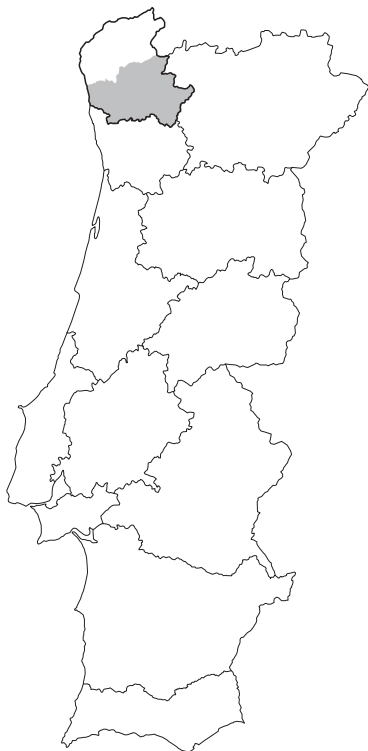


Fig. 34 - Distrito de Braga e respectivos concelhos  
(desenhos realizados pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

1. Concelho de Braga 2. Barcelos ● Casa de Calvelhe

— Concelho de Barcelos e respectivas Freguesias ■ União das Freguesias de Creixomil e Mariz

0 10 20KM





variados exemplares que encontramos hoje distribuídos por todo o país, traduzindo uma diversidade sem paralelo.

Mas não podemos justificar a existência e aplicação do pátio no contexto rural apenas como produto exclusivo desta disseminação cultural. Como referimos anteriormente, o conceito do pátio na habitação foi alvo de enorme propagação e interpretação por ser uma tipologia inteligível, compacta, fácil de trabalhar e adaptar às mais variadas situações.

Em *The Courtyard House: From Cultural Reference to Universal Relevance* (2010) Nasser Rabbat refere que a casa com pátio, devido à sua capacidade de adequação a qualquer meio, entre outras características, resistiu como uma das mais difundidas formas de arquitectura, transcendendo limites culturais, históricos e regionais (Rabbat, 2010).

Ainda a respeito da difusão do pátio, transversal às fronteiras físicas, religiosas e culturais das respectivas nações, rematamos este ponto com Howard Davis (2006), que aponta o pátio, ou a casa com pátio, como um método de composição e organização do espaço compacto e transversal ao tempo, promovendo assim a sua disseminação cultural:

“Long term value may also come from the strenght of the type or rules of design and the resultant flexibility of the type over time. Examples are court-yard houses [...] and many other vernacular configurations that are maintained as culturally shared design ideas even as the buildings themselves change.” (Davis, 2006, p.14)

## **2.2 O COMPLEXO AGRÍCOLA DO NORTE – MINHO**

### **CASA DE CALVELHE (Séc. XVI?)**

A arquitectura popular do Minho é, de certa forma, uma materialização da sua paisagem, cultura e gente. A região caracteriza-se essencialmente por duas tipologias de casa: a casa térrea e a casa bloco (Oliveira, 2003), apresentando-nos volumetrias robustas, densas e pesadas, erguidas fundamentalmente com o auxílio da pedra mais abundante da região, o granito, que constrói a paisagem minhota.

Embora o xisto seja usado também com regularidade, o granito é a pedra de eleição, fácil de trabalhar e transportar (Ribeiro, 2013) que confere à casa resistência estrutural, quase que a fundindo com a própria paisagem serrana, e que permite, acima de tudo, uma construção em altura: “É portanto no granito que se devem procurar as expressões mais perfeitas, ou mais ousadas, de uma arquitectura popular de pedra.” (Ribeiro, 2013, p.21).

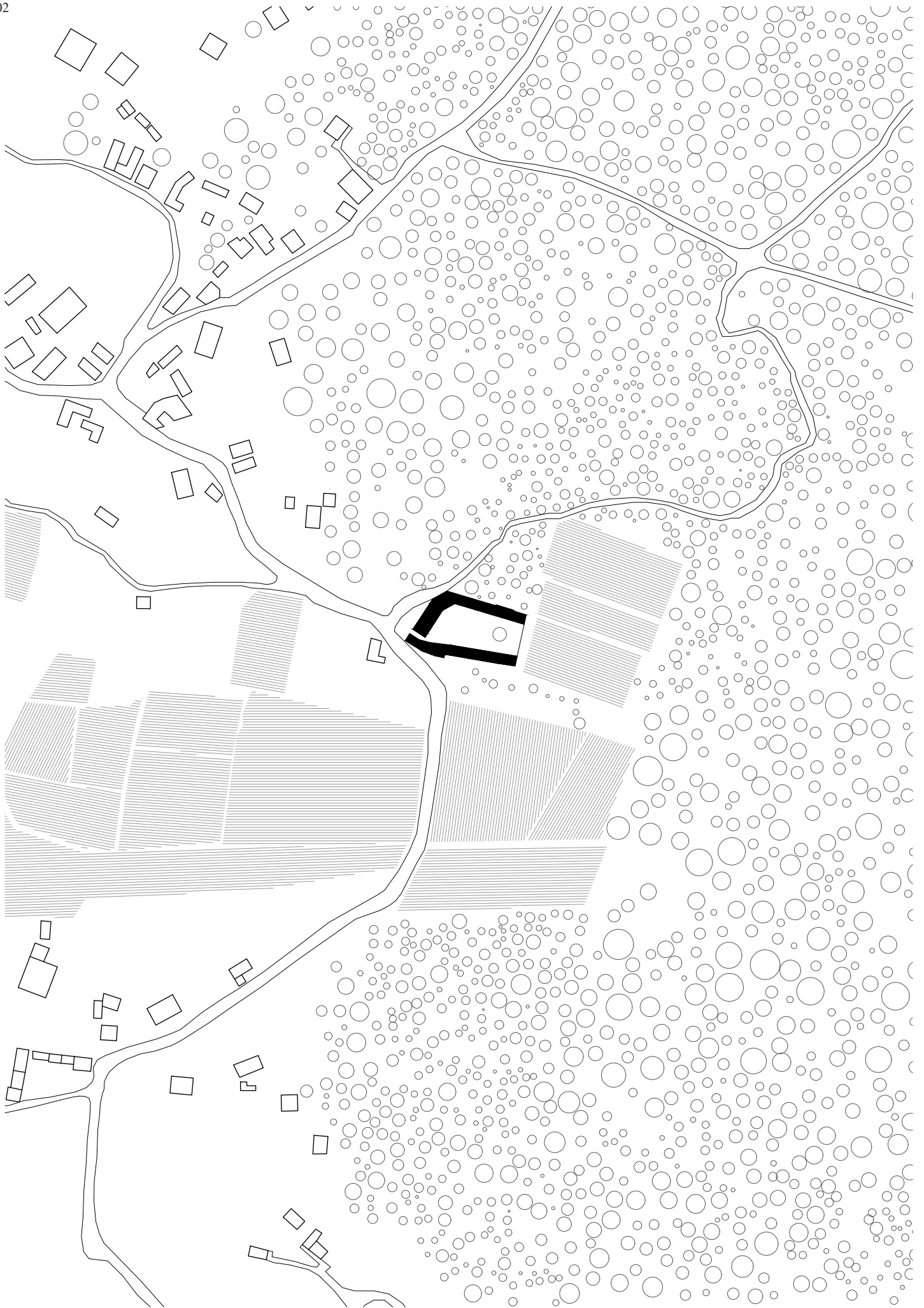


Fig. 35 - Implantação urbana da casa de Calvelhe  
(Desenho realizado pelo autor a partir de [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))



### **2.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

Pertencente à freguesia de Creixomil e Mariz, situada em Barcelos, distrito de Braga, a casa de Calvelhe está inserida num aglomerado urbano mas, de certa forma, distanciada deste, tendo uma escala de implantação equiparável à escala do seu próprio edificado.

Isolada no arruamento de acesso que faz a transição entre as localidades da Ventosa e Reguengo (sentido N-S), onde predominam maioritariamente campos agrícolas, este complexo conta com uma elevação topográfica que ronda os 100m. Formalmente, é caracterizado por duas volumetrias que desenham um corpo em “U”, orientado na direcção O-E, e que, numa disposição orgânica pelo terreno, circunda um terreiro a céu aberto que funciona a diferentes cotas, sendo o centro da actividade da casa.

### **2.2.2 CARACTERIZAÇÃO FORMAL E ESPACIAL**

#### **FORMA E EDIFICADO**

Detentora de características formais e espaciais que a distinguem das restantes casas de lavoura do Norte, (Távora et al., 1998, p.51) a casa de Calvelhe assume-se como um verdadeiro complexo agrícola, não só pela sua escala, como também pela extensão do seu edificado, escala do seu pátio e diversidade do programa, que, ao incluir uma capela privada para os proprietários, destaca este complexo no quadro vernacular minhoto, caracterizado e reconhecido pela simplicidade da construção, onde se evidenciam a rudeza e robustez dos materiais e a crueza construtiva (Oliveira, 2003).

Um dos elementos que contribui para esta singularidade é também o seu pátio interior, principal lugar de trabalho da casa e cerne de toda esta investigação. Este está dimensionado de acordo com a própria escala e natureza do programa, revelando-se um elemento imprescindível ao funcionamento do complexo.

De planta poligonal, a casa de Calvelhe é formada por uma série de volumes que se articulam à volta do pátio, sendo este subdividido em espaços distintos de funções e áreas específicas, produto do programa com que se relacionam.

Podemos reparti-lo em três componentes: habitação e dependências a Norte e Nascente, cortes para gado a Sul e a capela Poente. Estas componentes ladeiam toda a propriedade, sendo apenas a Este e Sudeste que é murada.

A entrada, com acesso directo pela rua, faz-se pelo volume principal, que contém a habitação no segundo piso e à qual acedemos através de uma escadaria exterior. Apesar das

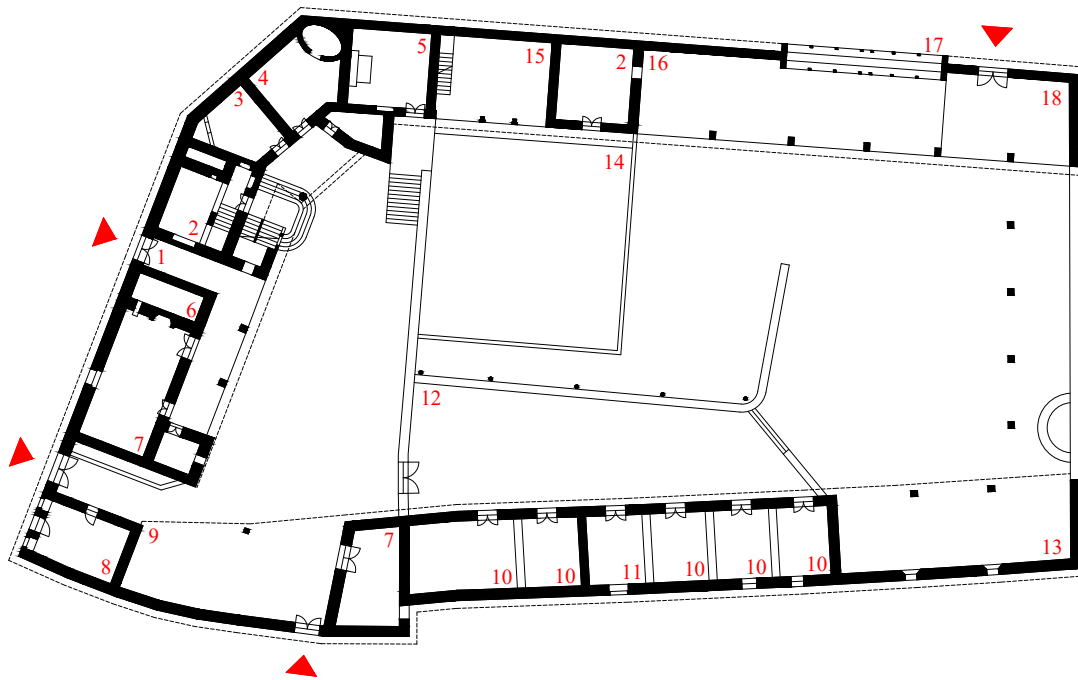


Fig. 36 - Planta do piso térreo (Távora et al., 1998, pp.50-51)  
(Desenho editado pelo autor)



Fig. 37 - Programa do piso térreo (Távora et al., 1998, pp.50-51)  
(Desenho editado pelo autor)

Legenda:

1. Entrada principal 2. Loja 3. Corte de gado 4. Casa do forno 5. Cozinha dos trabalhadores 6. Cubas 7. Adega 8. Capela 9. Cobertão (oficina)  
10. Cortes de gado (quinal) 11. Penso de gado 12. Eido 13. Cobertão 14. Eira 15. Sequeiro 16. Eira 17. Espigueiro 18. Saída para os campos

■ Habitação ■ Habitação (2ºP) ■ Dependências/outros ■ Alimentar ■ Animal ▲ Acessos ao complexo

1:500



particularidades deste empreendimento, as suas matrizes espaciais e construtivas mantêm-se fiéis à génese da região, ou seja, esta característica da habitação situada no primeiro piso e as dependências ao nível térreo é transversal a grande parte das construções da região Norte do País (Ribeiro, 1945).

## **PÁTIO**

Ao entrar no complexo somos encaminhados para um grande pátio aberto, dividido em sectores funcionais, ou “parcelas”. Observando a planta podemos subdividi-lo em dois espaços: o sector de entrada (Sector 2), que é precisamente o espaço de chegada assim que entramos no complexo, e o principal, de trabalho, onde se situam as zonas de recreio de gado, pasto e secagem de produtos (Sector 1).

O sector 2 está directamente relacionado com a habitação, lojas, adegas e oficina, estando devidamente mensurado para o trabalho que estas exigem. O sector 1, que conta com cerca do dobro da área do anterior, é um local de trabalho, havendo mesmo uma separação física entre os dois que reforça esta dualidade. Este princípio de organização exterior tem também repercussões no edificado, visto que na continuidade do muro que separa os dois terreiros evidencia-se uma alteração no desenho, caracterização e programa da volumetria.

Importa também mencionar a cobertura, que, neste caso, não funciona apenas como um elemento construtivo. Em paralelo com o nosso objecto de estudo, e referido no capítulo anterior, há uma ideia de coberto contínuo que percorre toda a casa, permitindo a continuidade entre edifícios, contribuindo para uma percepção do conjunto como um organismo único que se desdobra e modifica consoante as necessidades do terreno e do programa. É apenas em algumas situações pontuais que este elemento é interrompido, como por exemplo, na separação da capela com o volume da habitação, assinalando a mudança do programa e autonomizando a capela, e no alçado Sudeste, onde o complexo é encerrado por um muro que o separa de terrenos adjacentes.

Da intercepção dos pátios com a cobertura nascem espaços singulares, realçando as qualidades da envolvente exterior. São então criadas zonas de trabalho que, além da sua vantagem funcional, acabam por dinamizar as relações entre interior-exterior e a qualidade espacial do pátio, como que funcionando como uma extensão do próprio, remetendo-nos de novo à sua potencialidade na geração de espaço e programa. Toda esta organização alude-nos para uma interpretação extremamente funcional e regrada do espaço, reflexos próprios da precariedade de uma vida dedicada ao trabalho das terras.

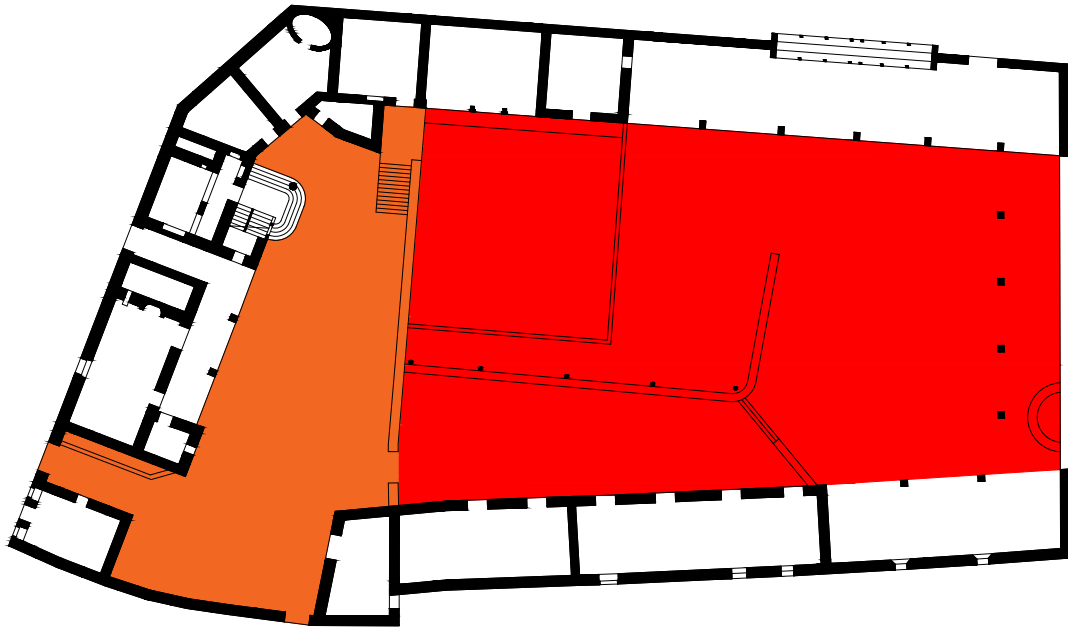


Fig. 38 - Esquema de divisão funcional do pátio (Távora et al., 1998, pp.50-51)  
(Desenho editado pelo autor)

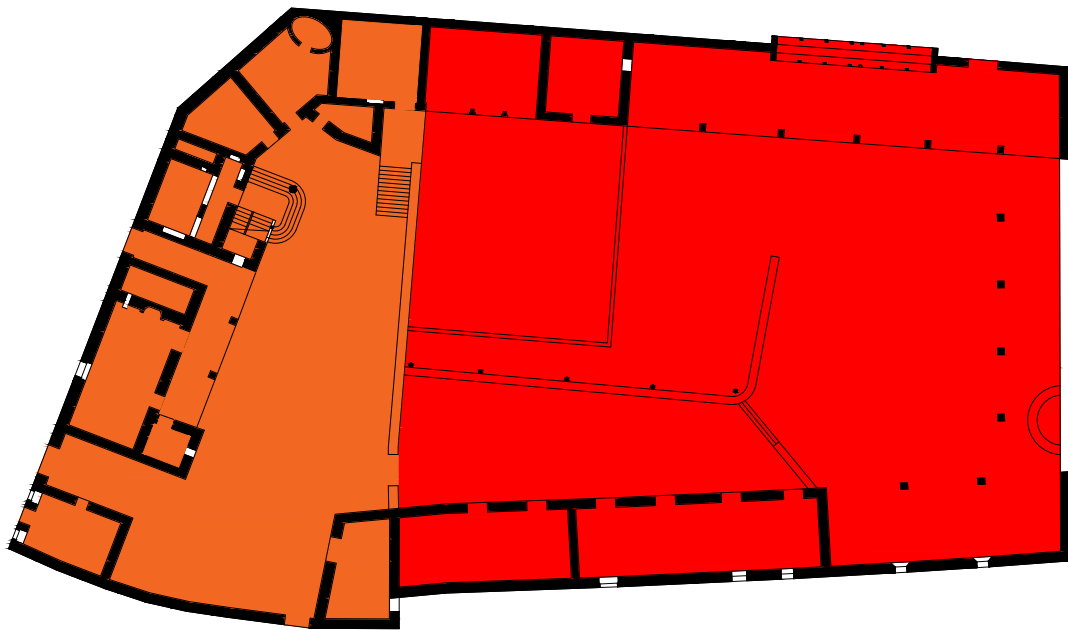


Fig. 39 - Relação entre sectores do pátio e programa (Távora et al., 1998, pp.50-51)  
(Desenho editado pelo autor)

Legenda:

■ Sector 1 ■ Sector 2



## VÃOS E RELAÇÃO INTERIOR-EXTERIOR

A casa de Calvelhe estabelece um limite com o exterior formado pelos próprios edifícios que a compõem. Os vãos, então, tornam-se elementos importantes nas relações passíveis de se estabelecer com o exterior, sendo estas visuais ou espaciais.

Verifica-se uma significativa introdução de vãos na fachada exterior da ala Sul, onde se situam os cortes de gado. Já nas alas Norte e Nascente, na habitação e dependências, há um encerramento completo, com excepção do segundo piso da habitação e do portão de acesso para os campos (18). Contrariamente, no interior, a intenção é oposta, há um maior número de aberturas na ala Norte, estabelecendo assim uma relação imediata com o pátio e aproveitando a exposição solar (Sul), especialmente benéfica tanto para a habitação como para algumas dependências.

A questão da privacidade e segurança também é de referir, dado o contraste entre os vãos nesta ala, que são praticamente inexistentes na relação com a rua. O complexo encerra-se sobre si mesmo, não havendo contacto visual a partir do exterior e, portanto, dando um carácter totalmente privado ao pátio. O edifício da ala Sul é pontualmente marcado pelas portas de acesso aos cortes de gado e pelos dois cobertos que o ladeiam a Poente e Nascente, a oficina (9) e o coberto para as desfolhadas (13), onde aqui se verificam esporádicas aberturas para o exterior, provavelmente de acesso a campos pertencentes aos proprietários.

Relativamente ao pátio, na sua relação com os alçados interiores, é caracterizado pela alternância entre vários planos, oscilando entre a transparência total dos cobertos e parcial dos panos de parede, que transitam na sua utilização consoante as relações que estabelecem com o exterior e com o programa.

## DEFINIÇÃO MATERIAL E CONSTRUTIVA

Não há dúvida que estamos perante um exemplar que incorpora todos os aspectos do regionalismo Minhoto, tanto do ponto de vista arquitectónico como do ponto de vista material e construtivo, confirmando-se pelo evidente uso do granito como principal material de construção. O granito é abundante na região, e a sua aplicação abrange a maioria das construções, não se deixando intimidar pela mais rica igreja e imponente solar, ou desprezando a (mais) elementar habitação.

O granito está para o Norte como o calcário para o Centro e o barro e taipa para o Sul. É, de facto, o material basilar desta região que constrói não só a sua arquitectura, mas também



Fig. 40 - Vista da eira coberta (16) (Távora et al., 1998, p.50)  
(Fotografia editada pelo autor)



Fig. 41 - Vista do pátio (Sector 2) para o sequeiro (15) e loja (2) (Távora et al., 1998, p.50)  
(Fotografia editada pelo autor)



a sua paisagem: “Nos aspectos da natureza e nas obras humanas, o granito é um traço essencial da paisagem da maior extensão do Norte do país. [...] se existe uma «civilização do granito» é este um dos lugares do globo onde ela toma uma expressão mais completa.” (Ribeiro, 2013, p.27).

Não podemos deixar de referir o xisto, embora também muito presente, a sua aplicação não é tão assídua, recorrendo-se ao seu uso quando o granito é ausente, ou para efeitos muito específicos, como por exemplo em situações particulares de coberturas. Mas é, de facto, a rigidez do granito, a sua capacidade estrutural e facilidade de trabalho e transporte que o tornou o material alicerçador das construções vernaculares desta região do país.

Orlando Ribeiro, na sua obra *Geografia e civilização* (2013), escreve um capítulo inteiramente dedicado a este tema, “A civilização do granito do norte de Portugal”, onde menciona que toda a construção do Norte, com especial ênfase no Minho, tem este material como seu alicerce constructivo e paisagístico: “Um dos traços mais impressionantes da civilização do Norte de Portugal é certamente a mestria na construção de granito. Nas casas, nos muros, nos suportes, nos monumentos, a pedra constitui sempre o principal material de construção.” (Ribeiro, 2013, pp.20-21).

Relativamente ao nosso exemplo de análise, esta volumetria que se distribui extensivamente pelo terreno é composta por paredes de alvenaria de pedra, em que o próprio bloco de granito, que ronda entre os 50-80 cm de comprimento, certamente definirá a espessura da parede. Estes blocos têm o que aparenta ser junta desencontrada e preenchida com argamassa, contudo, através de visualizações de fotografias mais actuais da casa observa-se uma linguagem diferente entre alguns dos seus elementos, nomeadamente entre o volume principal, a habitação, e o volume da capela. Este último revela ter um assentamento da pedra distinto do corpo principal do complexo, exibindo uma junta maior com argamassa (mais) recente. Tal deriva de épocas de construção distintas, em que, apesar de não se saber o ano exacto de construção da casa de Calvelhe, é sabido que já existia no ano de 1588, (Séc. XVI), já a capela, sabe-se que foi ordenada a sua construção no ano de 1785 (Séc. XVIII).

Fora a pedra, observável pelo registo fotográfico, torna-se óbvio mencionar a utilização da madeira para suportar as coberturas, onde podemos observar sistemas de asnas nos cobertos.

Relativamente às coberturas, temos também linguagens diferentes, produto certamente de intervenções mais recentes. O volume principal aparenta usar telha de marselha, comum no meio rural; já na capela e no volume Sul (cortes de gado), é utilizada telha de canudo.



Fig. 42 - Vista da rua principal de acesso (Sentido Norte-Sul)  
(Fotografia editada pelo autor a partir de Google Earth Pro © 2018 Google)



Fig. 43 - Vista do pátio (Sector 1) para a habitação (Távora et al., 1998, p.50)  
(Fotografia editada pelo autor)

Temos de novo o granito, em blocos de menores dimensões e agora de montagem e assentamento irregular, sem argamassa nas juntas, para os muros de vedação e muretes interiores, por exemplo do pátio e dos campos exteriores. Mas o aspecto mais curioso relativamente ao tratamento material é talvez no interior do complexo, que a privacidade do pátio, numa vista exterior, não nos permite contemplar.

Através de fotografias podemos atentar na existência de um reboco, não se sabendo constatar se data da fase original do complexo ou não, aplicado principalmente no volume da habitação, revelando uma intenção estética e de tratamento material no interior do complexo. Alertamos então para um contraste com o modelo de algumas casas do Centro, onde se verifica a situação oposta.

Como referimos anteriormente, na região Centro, há uma intenção estética, através da aplicação de motivos ornamentais e do tratamento da fachada exterior com reboco, demonstrando uma “subordinação ao interesse pela via pública” (Oliveira, 2003, p.185), e por sua vez deixando a rigidez da pedra à vista no interior do complexo.

Neste exemplo, o pátio tem um carácter praticamente privado, dado o seu distanciamento da via de acesso, e a forma como a volumetria o enquadra, tornando-se quase imperceptível a partir do exterior. Contudo, é no interior que verificamos um tratamento “ornamental” do edificado, reforçando a ideia do pátio como um espaço totalmente privado, criando assim uma identidade própria dentro do complexo, distinta dos seus limites exteriores.

Já no Centro o cenário é o oposto, as habitações, com uma maior envolvimento urbana, trabalham o ornamento e os elementos estéticos na relação com a rua que as próprias enquadram, contribuindo assim para o desenho urbano. Já no interior do complexo, esta vontade de ornamento parece ser desprezada, deixando a crueza do material que constitui o edificado à vista. (Oliveira, 2003)

No fundo, pretende-se com isto sublinhar e evidenciar as diferentes soluções construtivas e os distintos modos de pensar o pátio e a habitação entre estes “povos” e regiões, consequência do factor geográfico e do factor do povoamento: geográfico pela utilização e interpretação do material, e do povoamento porque remetem para a organização e disposição da casa na malha “urbana” e para a interpretação e carácter dos respectivos pátios. Ainda assim, o pátio assume tanto um valor funcional, como também um próprio valor simbólico, criando dentro de cada complexo um “mundo” próprio, afirmando a autonomia de cada um a partir do seu interior:

## QUINTA NOVA DE POIARES

Quadro informativo:

Região: Centro

Província Histórica (1936): Beira Litoral

Distrito: Coimbra

Concelho: Vila Nova de Poiares

Freguesia: Poiares (Santo André)

Datado de: 1869 (Séc. XIX)\*

Programa: Habitação, produção agrícola/animal/alimentar

Inserção urbana: Povoamento concentrado

Cota altimétrica: Aprox. 103m

Distância até Coimbra: Aprox. 25Km

Distância até Vila Nova de Poiares: Aprox. 1Km

NOTA: A data de fundação da Quinta encontra-se afixada no portão de entrada da própria.

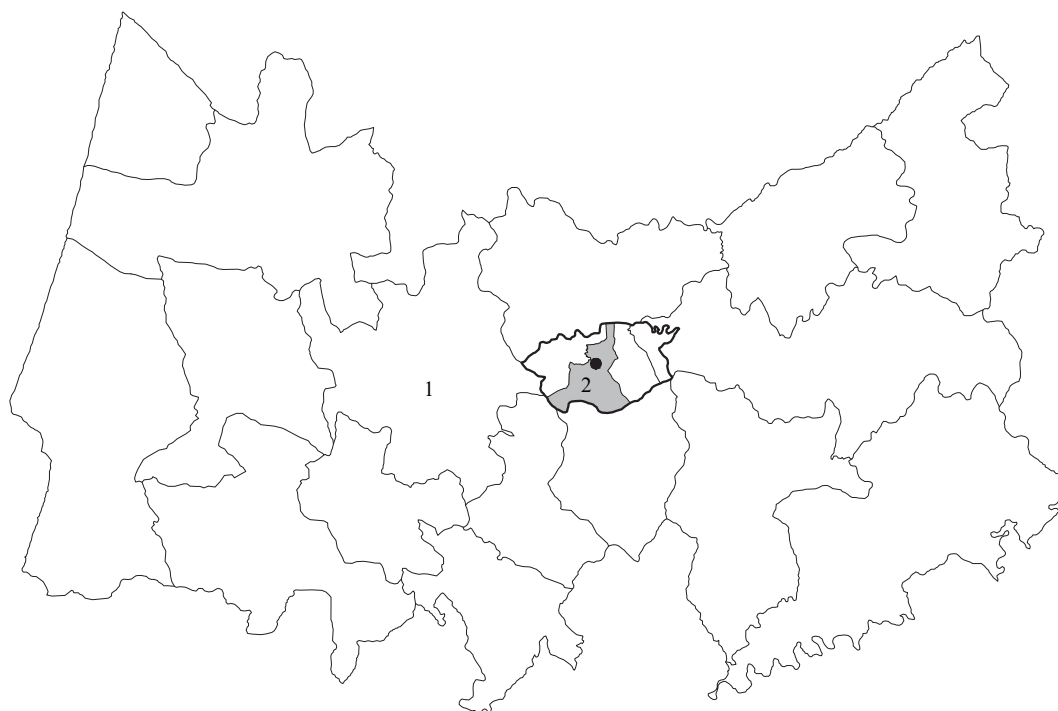
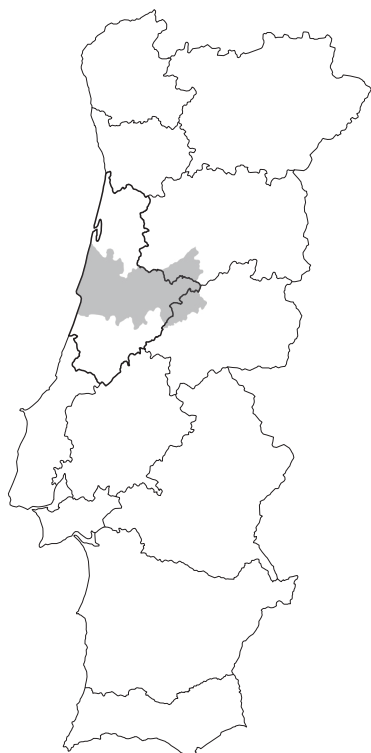


Fig. 44 - Distrito de Coimbra e respectivos concelhos  
(desenhos realizados pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

1. Concelho de Coimbra 2. Vila Nova de Poiares ● Quinta Nova

— Concelho de Poiares e respectivas Freguesias ■ Freguesia de Poiares (Santo André)

0 10 20KM



“El patio es un lugar al aire libre completamente propio, privado, interior, y ésta es su esencia. Ello significa seguridad, la casa se abre al exterior sin que nadie pueda acceder a ella; pero al mismo tiempo significa privacidad, y no sólo en el sentido funcional sino también en el posesivo y representativo: el patio es un paraíso privado, un particular centro del mundo.” (Capitel, 2005, p.12)

## **2.3 A QUINTA DO CENTRO – BEIRA LITORAL**

### **QUINTA NOVA DE POIARES (Séc. XIX)**

Não podemos mencionar a Beira Litoral sem contextualizar o seu enquadramento. Esta faz parte de um conjunto de três grandes províncias que perfazem a região Centro de Portugal, ou a região das Beiras, composta então pela Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa.

A Beira Litoral compreende fundamentalmente os distritos de Coimbra, Aveiro e uma parte do distrito de Leiria, que depois se estende maioritariamente para a província da Estremadura que a delimita (Beira Litoral) pelo Sul. A Beira Alta, por sua vez, engloba os distritos de Viseu e Guarda, e a Beira Baixa o distrito de Castelo Branco.

Embora formando os três em conjunto a conhecida região Centro, não podemos assumir que estas três províncias partilham das mesmas características geográficas, sociais e mesmo arquitectónicas, em que, nesta última vertente, as diferenças são significativas. Já a respeito disto, e voltando até ao capítulo 1, Orlando Ribeiro (1945) estabelece as “divisões fundamentais da terra portuguesa” (Ribeiro, 1945), fazendo a distinção entre o Norte Atlântico, que incorpora a Beira Litoral, e o Norte Transmontano, onde se inserem as restantes Beiras (Ver pág. 16, fig.1): “À primeira, essencialmente oceânica, [Norte Atlântico] contrapõe-se o bloco de regiões interiores do Noroeste, que as montanhas separam das influências marítimas; [...]” (Ribeiro, 1945, p.221).

Ou seja, desde a húmida planura dos arrozais da faixa atlântica até aos inóspitos picos da Serra da Estrela, revelam-se contrastes tão ou mais profundos, e numa menor porção de território, do que aqueles que encontramos entre os extremos Norte e Sul do País.

Estas discrepâncias regionais justificam-se em grande parte pela geografia física que, por sua vez, condiciona os factores sociais e os modos de habitar. Mas ainda assim, encontramos dissemelhanças dentro das próprias regiões. Por exemplo, o extremo litoral, pela sua proximidade ao mar e aos rios invoca certos modos de vida, de habitar e construir, alguns directamente relacionados e dependentes da actividade piscatória, que moldou parte desta



Fig. 45 - Ovar, Furadouro (Aveiro) (Oliveira, 2003, p.267)  
(Fotografia editada pelo autor)



Fig. 46 - Cinfães, Gralheira (Viseu) (Oliveira, 2003, p.114)  
(Fotografia editada pelo autor)

região durante séculos. Por sua vez, o interior litoral, condicionado pelos factores, geológicos e geográficos apresenta-nos soluções distintas, também materializadas nos modos de habitar e construir (Fig. 45 e 46):

“Assim, enquanto que os habitantes do litoral, de economia preponderantemente piscatória, constroem casas de madeira sobre estacaria – os conhecidos *palheiros* –, a gente do interior, predominantemente agricultora, constrói casas de adobe, que obedecem a conceitos totalmente diferentes.” (Oliveira, 2003, p.184)

Já o extremo serrano, Beira Alta e Baixa, remete-nos para um eremitismo lusitano, de “gente rija e aguerrida” (Amaral et al., 1998, p.8) com os seus modos precários de viver e construir, quase que esculpido da própria pedra no alto das serras:

“[...] Os povoados da Beira impressionam pela relação estreita que mantém com o meio natural – rude, pedregoso e pobre – pela preponderância do factor agrícola, pela estrita economia das soluções, pelo primitivismo, a irregularidade e emprego dos materiais de mais fácil aprovisionamento local, com predomínio da pedra.” (Amaral et al., 1998, pág.14)

Relativamente à região Centro, o seu solo é maioritariamente constituído por granito e xisto, embora na região Litoral seja importante referir o calcário, as areias, argilas e os quartzitos, factos estes que se vão traduzir na linguagem construtiva da Arquitectura popular, assim como verificaremos, por exemplo, neste caso de análise, a Quinta Nova de Poiares.

Mas à medida que nos direccionamos para o interior, o granito e o xisto têm uma presença mais assídua na materialização da sua arquitectura, sendo raro depararmo-nos com um edifício (popular) que não seja construído em nenhum destes materiais.

Foi, então, à luz de contraste, que sugerimos o nosso objecto de estudo, a Quinta de Oliveira do Mondego, ser um caso híbrido, por se situar numa zona de transição entre as Beiras, nomeadamente entre o interior da Beira Litoral e a Beira Alta, revelando então uma dualidade de características que se verificam principalmente ao nível material e construtivo.

Como tal, temos a presença do xisto e do granito, que conferem robustez à construção, mas também o emprego do calcário e das argilas, denotando-lhe uma relação directa com os solos do litoral. No próprio inquérito *Arquitectura Popular em Portugal* (1961), Volume II, a Beira Litoral é analisada em conjunto com a Estremadura e Ribatejo constituindo a análise

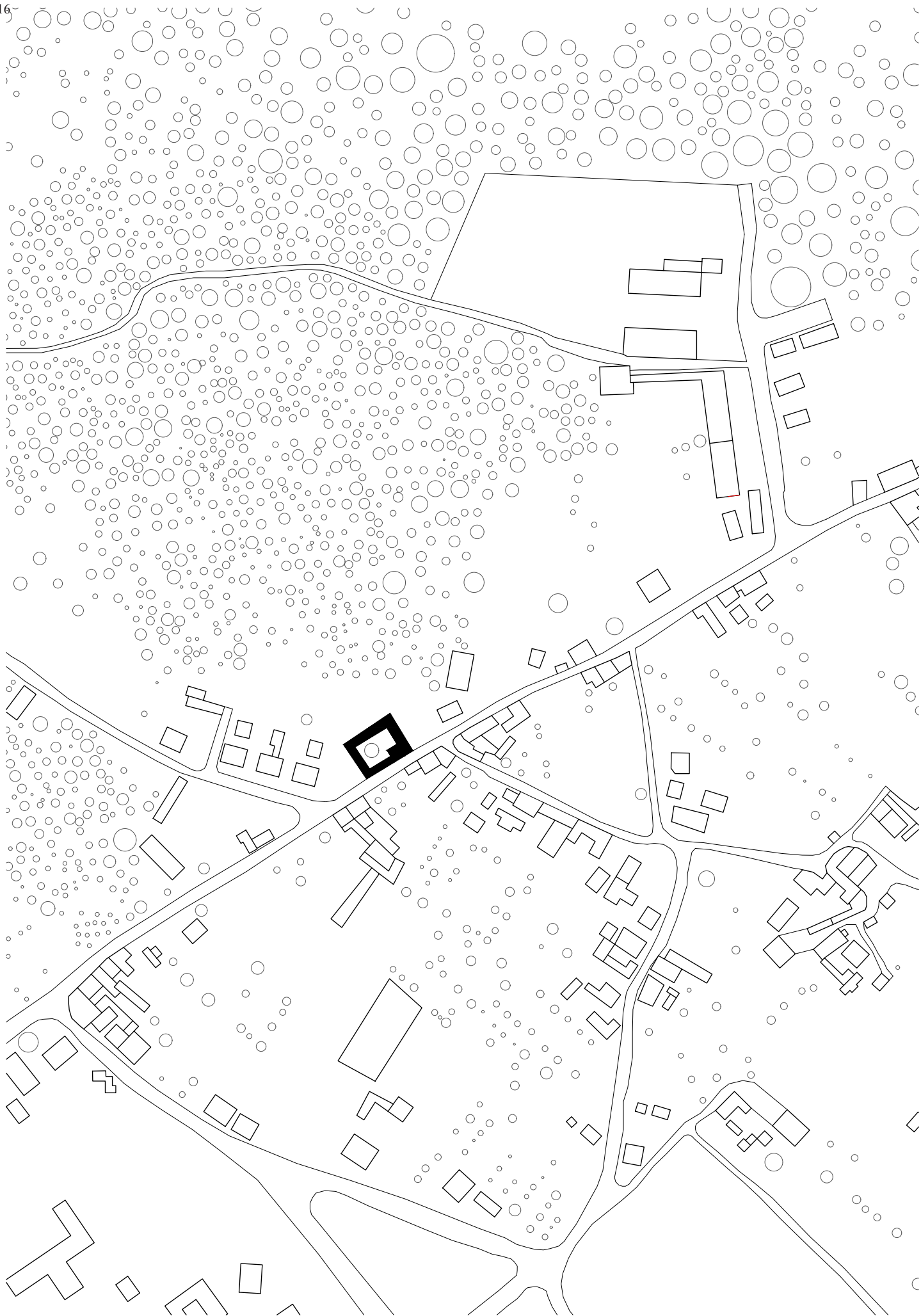


Fig. 47 - Implantação urbana da Quinta Nova de Poiães  
(Desenho realizado pelo autor a partir de [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))



da Zona 4, sendo que a Beira Alta e Beira Baixa, pelas suas diversas semelhanças, nomeadamente geográficas e arquitectónicas, são analisadas em conjunto, constituindo assim a Zona 3.

### **2.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

Situado praticamente no núcleo de Poiares (Santo André), a Quinta Nova encontra-se na estrada principal do município (M541), na localidade de Risca Silva, distando apenas 1Km do centro da Freguesia e desenvolvendo-se no sentido SO-NE, paralelamente à estrada.

Podemos referir, também através da leitura da planta de implantação, que partilha de um contexto urbano mas distingue-se claramente da sua envolvente, como também todos os casos que aqui apresentámos, pelas suas características formais e tipológicas, assinalando um contraste entre esta construção, que data de 1869 (Séc. XIX), e o edificado envolvente.

Identificamos de imediato um perímetro rectangular, encerrando no seu interior um pátio a céu aberto, também de forma regular, facto este que contrasta com os casos analisados neste capítulo, onde se verificam formas ligeiramente mais poligonais e orgânicas.

É uma Quinta que estabelece uma importante relação com a rua, desenhada pelo destacado e imponente volume principal, a habitação, que nos apresenta um alçado nobre e de esmero trabalhado, e pela volumetria de encerramento da propriedade, com as diversas entradas para funções distintas, seguindo a mesma lógica dos casos analisados (Quinta de Oliveira do Mondego e Casa de Calvelhe).

Contudo, à semelhança do nosso objecto de estudo, este apresenta-nos um encerramento integral da propriedade, ou seja, não há nenhuma ala murada, criando-se assim uma total continuidade em redor do pátio, provendo esta quinta de um maior carácter de introversão, talvez imposto pela sua proximidade ao restante edificado, em contraste com a casa de Calvelhe, por exemplo, que se encontra distanciada da envolvente, e o Monde da Herdade da Terrosa que estudaremos de seguida.

### **2.3.2 CARACTERIZAÇÃO FORMAL E ESPACIAL**

#### **FORMA E EDIFICADO**

Não obstante ao perímetro rectangular e desenho aparentemente unitário que caracteriza esta casa de lavoura, ela é na verdade composta por dois sectores em “L”, cada um contendo

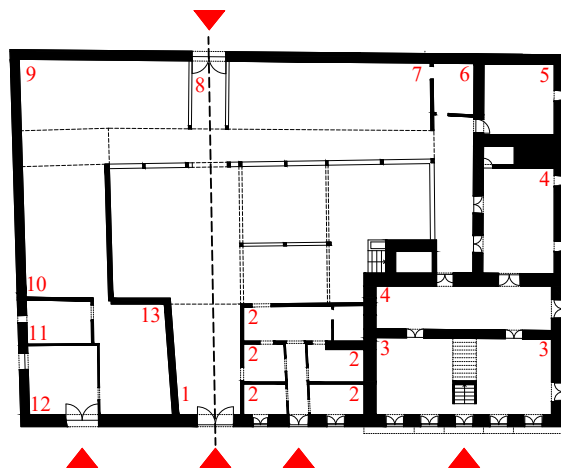


Fig. 48 - Planta do piso térreo  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Novembro de 2017)




Fig. 49 - Programa do piso térreo  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Novembro de 2017)

Legenda:

1. Entrada principal do pátio 2. Habitação do caseiro 3. Comércio 4. Adegas 5. Casa do forno 6. Arrumos 7. Currais (gado menor)  
 8. Saída para os campos 9. Currais (gado maior) 10. Cavalariças 11. Acesso à eira 12. Espaço para tractor/alfaias 13. Arrumos

Habitação
  Habitação (2ªP)
  Dependências/outros
  Alimentar
  Animal
  Comércio
  Acessos ao complexo

1:500 

programas funcionais distintos, e que, resultado da sua justaposição, formam um pátio interior e central de forma rectangular.

É na ala Poente da quinta que se desenvolve o volume principal, onde se situam ao nível térreo a habitação do caseiro, as zonas de comércio e espaços de produção alimentar, estando a habitação dos proprietários no primeiro piso. O programa de comércio desenvolve-se a partir de uma estrita relação com a rua, com acesso directo através da mesma e tendo contacto com a habitação do piso superior através de uma escadaria, mas por sua vez já independente dos aposentos do caseiro.

Quanto aos espaços de produção alimentar, (4) e (5), prolongam-se na direcção Norte, obtendo assim um carácter mais privado e não usufruindo da exposição urbana do programa comercial, produto da sua natureza funcional, que os recolhe para o núcleo da propriedade.

O segundo volume, como referido acima, também em “L”, tem um desenho mais leve e efémero, contrastando com a robustez construtiva da unidade habitacional, produto também do seu programa que é destinando a zonas de arrumos e dependências agrícolas, cavalariças e currais para animais de grande e pequeno porte, juntamente com dependências de apoio aos mesmos.

Em contraste com o nosso objecto de estudo, onde os programas estão amplamente distribuídos pelo espaço e a continuidade entre edifícios não se verifica na totalidade, havendo interrupções e quebras entre os mesmos, neste caso, como também em Calvelhe, há uma clara continuidade volumétrica entre o edificado e as funções, reforçando assim o carácter do pátio, que se assume como elemento preponderante e nuclear do espaço, estabelecendo uma relação mais íntima com a actividade que prolifera e organiza no seu interior, dado também as suas menores dimensões.

Mas, apesar desta relação mais próxima que o pátio estabelece com os programas interiores, revela-se um contraste: em contraponto este complexo, revela, ao mesmo tempo, uma intenção de se relacionar com a rua, verificável no alçado que faz frente com a mesma, demonstrando aqui uma envolvimento urbana claramente superior à dos exemplos abordados neste capítulo.

A própria forma do complexo, constituída por dois corpos em “L”, remete para tal intenção, em que um corpo agrega o programa mais relacionado com a actividade agrícola, e o restante contém os espaços mais formais, como comércio, habitações, e programa relacionado com os mesmos. O pátio, então, torna-se aqui o elemento agregador e hierárquico destes diferentes diálogos funcionais, assumindo no seu interior o palco de relações que estes sectores estabelecem entre si.

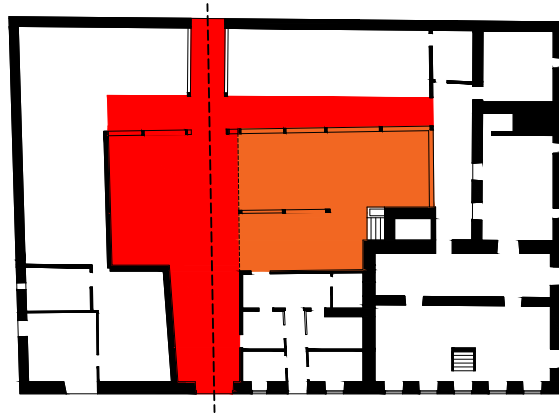


Fig. 50 - Esquema de divisão funcional do pátio  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Novembro de 2017)

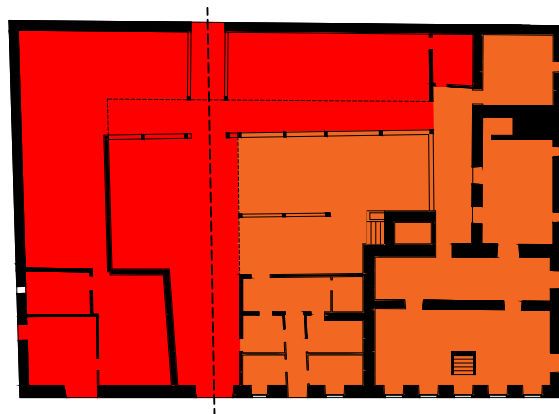


Fig. 51 - Relação entre sectores do pátio e programa  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Novembro de 2017)

Legenda:

Sector 1  Sector 2

## PÁTIO

Fruto das menores dimensões e versatilidade formal deste pátio, e do complexo em geral relativamente aos que nesta dissertação também se apresentam, a sua desconstrução torna-se mais difícil, pois não tendo a escala dos anteriores, a sua relação com o programa e as suas características espaciais não se tornam tão diversificadas, e portanto não se distinguem com tanta clareza, facto também proporcionado pela sua geometria extremamente regular.

Ainda assim, observa-se, a partir dos elementos que o circundam, uma certa divisão funcional que nos permite realizar tal análise. Este pátio desenvolve uma relação mais directa com a volumetria que o enquadra, criando um certo imediatismo nas relações espaciais entre espaço-programa e pátio, facto também que contribui, neste caso em particular, para uma melhor leitura e apreensão da continuidade do edificado.

Ou seja, exemplificando, no caso de Oliveira do Mondego, dado o pátio ser formalmente diverso e irregular, dividindo-se nos seus sectores, a continuidade volumétrica do edificado é de certa forma conturbada, criando involuntariamente lacunas e espaços ambíguos entre os programas que depois a proposta de reconversão vem resgatar, contrastando com este caso em que todas as formas aparentam ser relativamente regulares e, portanto, culminando num diálogo contínuo, coerente e ininterrupto entre as diversas funções.

Ainda assim, tal como a própria volumetria do complexo, também o pátio toma parte desta divisão funcional, relacionando-se com os sectores específicos que o programa suscita, ainda que tal não se verifique directamente nos seus aspectos formais. Embora uno, e de forma regular, o pátio aparenta não se compartimentar em determinados sectores, mas podemos atentar em dois elementos que contribuem para esta divisão: a entrada para o próprio pátio, feita pela rua (1) e o acesso para as traseiras (8), estabelecendo assim uma divisão axial do mesmo que acaba por distribuir as diferentes funções.

Posto isto, o primeiro sector deste pátio relaciona-se maioritariamente com a ala Poente da quinta, onde residem os programas para animais, estendendo-se assim, já através de um corredor de circulação, para os currais de animais de menor porte (7), por onde é criado um acesso directo através do pátio central. Podemos também referir que os acessos ao pátio interior através, tanto da rua como do quintal das traseiras, são elementos determinantes da definição do primeiro sector, e tornar-se-ão também, assim como no nosso objecto de estudo, factores de peso numa reinterpretação contemporânea deste espaço, sendo que vão organizar o programa e conceber a própria espacialidade da nova quinta.



Tal como em Oliveira do Mondego, a entrada, ou o acesso, torna-se um elemento que despoleta uma ideia de projecto muito relacionada com o pátio que a recebe, e proliferando a partir deste conceito uma estratégia projectual que se reflecte na distribuição do programa pelo interior do complexo.

O segundo sector do pátio, de escala mais reduzida que o primeiro, estabelece uma maior relação com o edifício principal da quinta, o volume da habitação, desenvolvendo-se para o lado Nascente a partir da entrada a Sul. É um sector delimitado por muretes de pedra à vista que sustentam uma estrutura de apoio para a introdução de elementos vegetais, com o intuito de criar um sombreamento no próprio espaço, dando-lhe um carácter mais estático e de zona de lazer (exterior).

Este sector está directamente relacionado com os programas habitacionais, tendo um acesso imediato para a habitação do caseiro e para o piso superior da habitação principal por intermédio de uma escadaria. Ainda assim encontra-se fisicamente separado da zona de circulação anexa à adega e ao forno, podendo apenas criar relações visuais com estas duas divisões e, portanto, tendo um carácter exclusivo do programa de habitação.

É um espaço de estar e lazer, distinto do primeiro que nos remete para uma função de trabalho. Também isto se reflecte nos seus aspectos formais, ou seja, através da sua forma quadrangular adquire-se uma ideia de espaço de repouso e permanência, já o sector anterior remete-nos para um função de circulação e trabalho, especialmente enfatizado pelo corredor que nos distribui para as funções animais e agrícolas, obtendo-se assim um contraste de formas entre estes sectores, mais dinâmicos num e estáveis noutro, produto do programa com que se relacionam, mas aparentemente dando a ideia de um espaço unitário e perfeitamente regular.

Tal também acontece com os dois sectores do nosso objecto de estudo, em que o primeiro, onde hoje se situa a piscina, através da sua forma quadrangular, se assumia como um espaço de funções fixas, e o segundo, de forma mais longitudinal, remetia para uma ideia de movimento, reflexo da própria actividade que ali decorria, relacionada com o quintal. É mesmo na relação destes aspectos formais com o programa que vai nascer uma proposta de projecto respondendo aos requisitos de um programa contemporâneo, tanto neste caso, a Quinta Nova, onde será apresentado o projecto de reconversão mais adiante, no capítulo IV, como no nosso objecto de estudo, a Quinta de Oliveira do Mondego, cuja proposta será analisada em paralelo.



Fig. 52 - Vista da estrada principal de acesso, M541 (Fachada Sul)  
(Fotografia do autor, Novembro de 2017)



## VÃOS E RELAÇÃO INTERIOR-EXTERIOR

Como já referido acima, parte do programa deste complexo, bem como as suas características gerais de inserção na malha urbana justificam a sua relação com o exterior.

No que toca os vãos é nítida a diferença das relações com o exterior que se pretendem estabelecer, quase como se este complexo assumisse nos seus extremos duas linguagens diferentes, que se espelham na própria linguagem compositiva e formal do edificado através da sua distribuição programática.

No bloco principal, onde se situam os programas de habitação e comércio há uma considerável introdução de vãos que resulta numa distinta composição de fachada, alternando entre porta-janela-porta e criando assim acessos directos para os espaços comerciais, para a habitação dos proprietários com acesso directo e independente pela caixa de escadas, para a habitação do caseiro, (com entrada própria e autónoma), bem como entradas para o pátio principal e para uma zona de estacionamento de alfaias agrícolas.

Estas relações também se evidenciam na fachada Nascente, embora não detentoras da mesma organização compositiva e do mesmo número de vãos, dado não haver contacto directo com a vivência urbana, mas sim com um terreno pertencente à casa. Este facto despoletou a criação de um espaço de carácter distinto na reabilitação deste complexo, contendo um total de cinco vãos: dois na zona comercial, três na adega e um no forno, que se relacionam então com um espaço jardim que aqui será proposto (jardim das camélias).

No entanto, as relações que esta volumetria principal do complexo estabelece com o pátio e com o interior da propriedade revelam-se mais pobres, existindo apenas no espaço de adega e habitação do caseiro e forno, mais a Norte, sendo a maior parte desta extensão de parede opaca, contrastando com o protagonismo urbano do exterior.

Já nas restantes zonas da quinta, nomeadamente nas que se desenvolvem para Norte e Poente, como as cavaliças e os currais, há uma opacidade total para o exterior da propriedade, divergindo da maior transparência no interior, relacionando mais estes espaços com o pátio, e provendo-os de um carácter mais rural e intimista. Temos portanto aqui uma alternância entre panos transparentes e opacos que espelha intenções e relações com o espaço distintas, onde nos programas de trabalho o contacto com o pátio é muito mais directo e praticamente inexistente com o exterior, apenas justificado pela necessidade de saída para os campos. Nos programas de habitação e comércio verifica-se a situação oposta, havendo uma exposição quase total para a rua e uma maior contenção no interior, sendo o pátio o elemento que faz esta transição, ou a mediação, entre este contraste de intenções.



Fig. 53 - Pormenorização do Arenito (Fachada Poente)  
(Fotografia do autor, Novembro de 2017)

## MATERIAIS E ASPECTOS CONSTRUTIVOS

Apesar da sua inserção na Beira Litoral, onde já referimos o xisto, calcário e granito como materiais constituintes dos solos e aplicados na construção, a Quinta Nova assume uma identidade material muito própria, típica e específica do local dada a sua proximidade à Serra de Alveite, da qual dista cerca de 4Km, e portanto usufruindo deste fenómeno geológico ao aproveitar a extracção da pedra que ali se fazia, aplicando-a integralmente na sua construção, caracterizando assim praticamente a totalidade do complexo.

Como tal, cria um regionalismo particular, onde construções contíguas partilham do mesmo material, e portanto criando quase que um universo próprio dentro do contexto da Beira Litoral, distanciando-se especialmente das restantes Beiras, onde a utilização irrevogável do xisto e do granito caracteriza fundamentalmente as construções populares.

Mencionaremos aqui apenas o aspecto mais importante e particular deste caso de estudo, como tal, é no chamado “Arenito de alveite”, um arenito de tonalidade avermelhada, rocha macia e sedimentar, que por vezes dificulta o seu trabalho, que vamos encontrar a identidade construtiva deste complexo (Fig. 53).

Embora toda a volumetria, visível a partir de fotografias e visitas ao terreno, se encontre rebocada e pintada a branco pelo exterior, de facto, a constituição das suas paredes é composta por este arenito, sendo, curiosamente, o xisto completamente ausente nesta construção. Tal é possível observar nos muros de vedação da propriedade que, do lado exterior expõe a pedra, onde se verifica um assentamento irregular da mesma.

No que toca à habitação, mencionamos a delicadeza do seu desenho e sofisticação na sua composição ornamental e formal, onde os vãos de ambos os pisos, térreo e primeiro, estão perfeitamente enquadrados entre si à medida que nos oferecem um vislumbre do espaço interior. Há um aspecto a sublinhar, em que todos os vãos são emoldurados por este arenito, já em forma de blocos, pontuando a fachada de um tom avermelhado e único, ausente de manipulações cromáticas, próprio da natureza material da pedra. Não só se verifica esta linguagem nos vãos, mas também no lambrim contínuo que percorre toda a fachada Sul do complexo e enquadra, nesta continuidade material, os vãos por onde se faz o acesso ao interior da propriedade, de certa forma criando um efeito dissimulado quando na intercepção do tom avermelhado desta pedra com a tonalidade escurecida da caixilharia de madeira.

Ainda assim, a fachada principal, em que as paredes são também constituídas por esta pedra, com junta de argamassa à base de cal, coexiste uma alternância entre a frieza do reboco pintado de branco e o calor natural do avermelhado que o arenito proporciona, não

## MONTE DA HERDADE DA TERROSA

Quadro informativo:

Região: Alentejo

Província Histórica (1936): Alto Alentejo

Distrito: Portalegre

Concelho: Avis

Freguesia: Figueira e Barros

Datado de: Séc. XVIII\*

Programa: Habitação, produção agrícola/animal/alimentar

Inserção urbana: Isolado

Cota altimétrica: Aprox. 190m

Distância até Portalegre: Aprox. 60Km

Distância até Avis: Aprox. 18Km

NOTA: Data retirada de *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1992). O ano de fundação não é especificado.

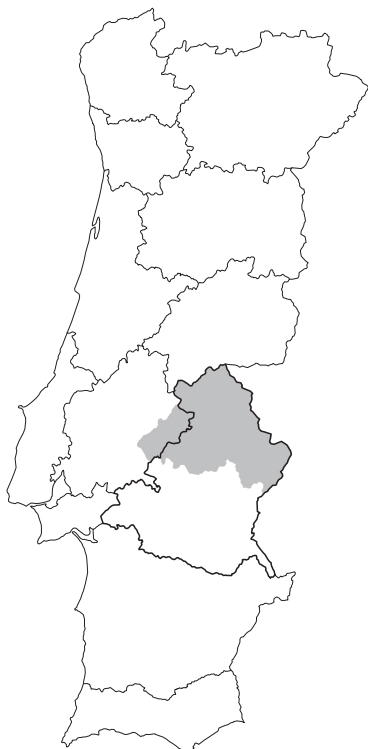


Fig. 54 - Distrito de Portalegre e respectivos concelhos  
(desenhos realizados pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

1. Concelho de Portalegre 2. Avis ● Monte da Herdade da Terrosa

— Concelho de Avis e respectivas Freguesias ■ Freguesia de Figueira e Barros

0 10 20KM



tendo, como nos casos anteriores, uma linguagem de fachada onde a estética e a composição provêm quase unicamente do assentamento e da linguagem tectónica e visual da pedra. O caso mais próximo, onde verificamos intenção semelhante é talvez em Oliveira do Mondego, onde na fachada exterior, de contacto com a rua, se aplica um reboco à base de cal e argila posteriormente pintado a branco e os vãos se emolduram com tijolo maciço.

Concluindo esta análise, este caso apresenta-nos um contexto e um exemplar muito específico, concebido a partir das próprias condições geológicas e mesológicas do lugar, criando assim uma variante local dentro do próprio regionalismo da Beira Litoral.

## **2.4 O MONTE DO SUL – ALTO ALENTEJO**

### **MONTE DA HERDADE DA TERROSA (Séc. XVIII)**

Produto de um influxo cultural mais aprofundado que a região Norte, é no Alentejo que encontramos reminiscências directas e mais vinculadas das civilizações Romana e Árabe, que, moldadas pelos séculos, culminaram na cultura arquitectónica popular que predomina hoje na região. Num enquadramento distrital que compreende Portalegre (Alto Alentejo), Évora (Alentejo Central) e Beja (Baixo Alentejo), temos presente uma transposição do modelo da *villa* romana, que, na actualidade, se equipara ao monte e à herdade. Esta última expande-se por vastas porções de território, sendo o monte seu elemento constituinte. Orlando Ribeiro (1991) dá-nos a definição de monte:

“Designa um conjunto de casas que compreende a habitação dos donos, instalações para ganhões, isto é, trabalhadores rurais assalariados, permanentes e temporários e várias acomodações agrícolas, para gados etc. Ao mesmo tempo casa de residência e centro de exploração, cujas proporções variam em relação com a importância da propriedade que lhe anda anexada.” (Ribeiro, 1991, p.305)

Temos portanto aqui a continuidade de uma tipologia de raízes arcaicas, onde a questão do pátio central, espaço integrante destas *villas*, se manteve e adaptou, com resiliência e unidade, como elemento de extrema importância tipológica: “O monte é um todo, uma unidade, pelos edifícios que se apinham à roda de um pátio interior, voltando para o campo paredes de poucas aberturas [...]” (Ribeiro, 1991, p.311).

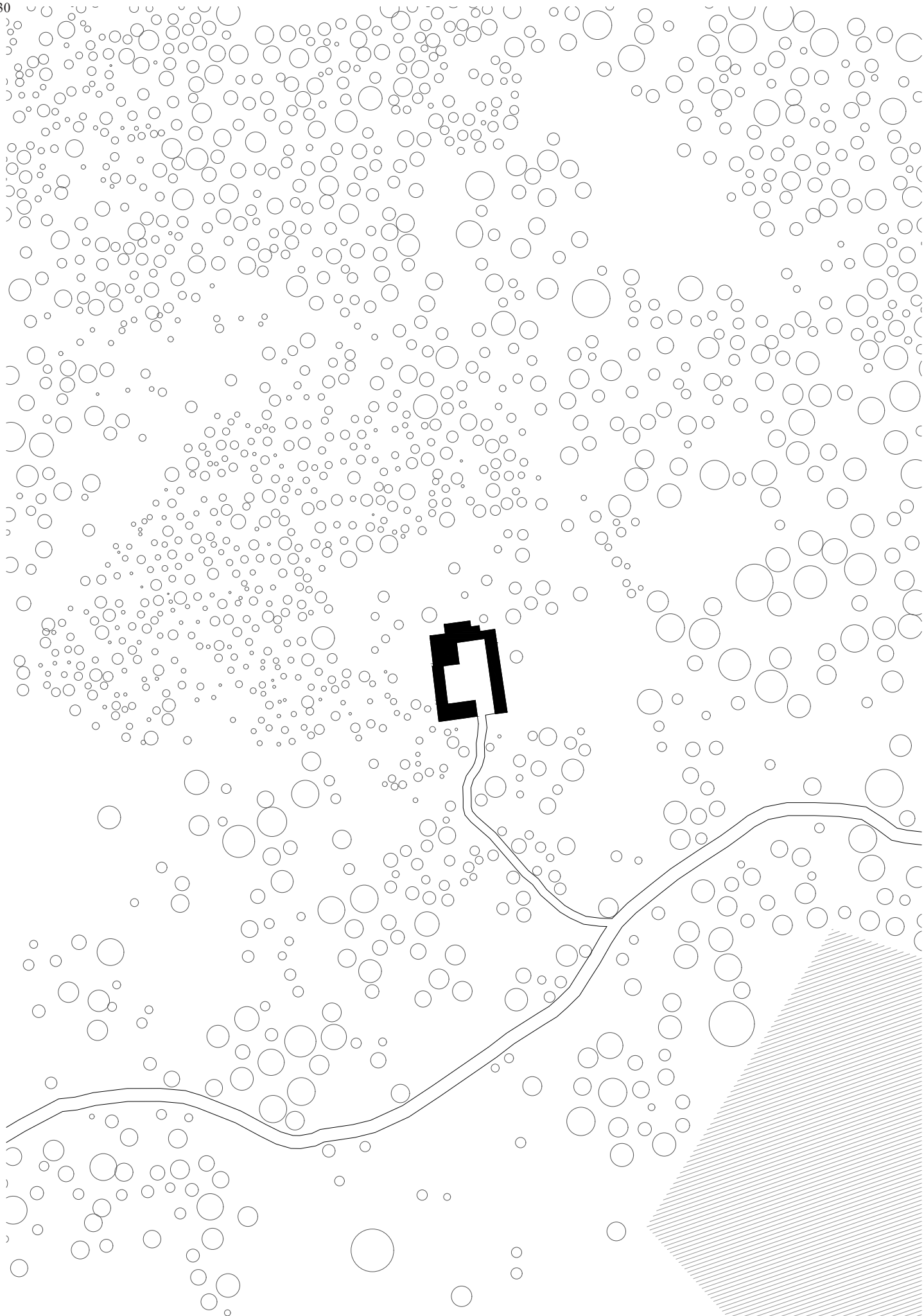


Fig. 55 - Implantação territorial do monte da Herdade da Terrosa  
(Desenho realizado pelo autor a partir de [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

No exemplo que se apresentará de seguida, colmatando numa análise que sintetiza três usos do pátio no contexto popular nacional, inseridos numa janela temporal que compreende os séculos XVI - XX, introduzimos o Monte da Herdade da Terrosa, construção do século XVIII, que nos oferece um breve entendimento do poder de produção alentejano e da sua apropriação territorial, e que, embora em actual ruína, ainda nos permite estudar a sua Arquitectura, distribuição espacial e funcional e, principalmente, o propósito de toda esta investigação, o pátio, que ainda deixa marcas evidentes da relevância que outrora teve na organização deste monte.

### **2.4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

Isolado num raio de cerca de 6,5Km, distância até à povoação mais próxima (Cano), e elevado no terreno cerca de 190m, o Monte da Herdade da Terrosa, datado do séc. XVIII e situado no concelho de Avis, distrito de Portalegre, do qual dista 60Km, é composto por dois volumes longitudinais que desenham um perímetro rectangular e se desenvolvem no sentido Poente-Nascente. Na organização espacial que caracteriza este monte, com cerca de 2299m<sup>2</sup>, a volumetria desenvolve-se em redor de um pátio central, de grandes dimensões e para onde se relacionam os vários programas, situando a habitação no seu extremo.

Relativamente ao programa, poderemos dividi-lo também em três componentes:

- Habitação: habitação do lavrador, dos trabalhadores e do guarda;
- Produção animal/agrícola/alimentar: Cavalariças, galinheiros, lagar, casa da amassaria, abegoaria, casa do forno;
- Anexos/Dependências: Casa do trem e arreios, casa da ferramenta, abegoaria, casa das alfaias, arrecadação, capela.

### **2.4.2 CARACTERIZAÇÃO FORMAL E ESPACIAL**

#### **FORMA E EDIFICADO**

De forma aproximadamente rectangular, o monte da Herdade da Terrosa conta com um vazio central que ocupa aproximadamente metade da área de todo o complexo, sendo a restante área construída. Com uma linguagem longitudinal promovida também pela forma do pátio, contamos com duas grandes alas laterais a Norte e Sul, onde respectivamente se encontra a habitação dos ganhões e lagar de azeite (N), e a casa do guarda, arrumos e outras dependências (S). Nas extremidades (O-E) situam-se os maiores edifícios da herdade, a

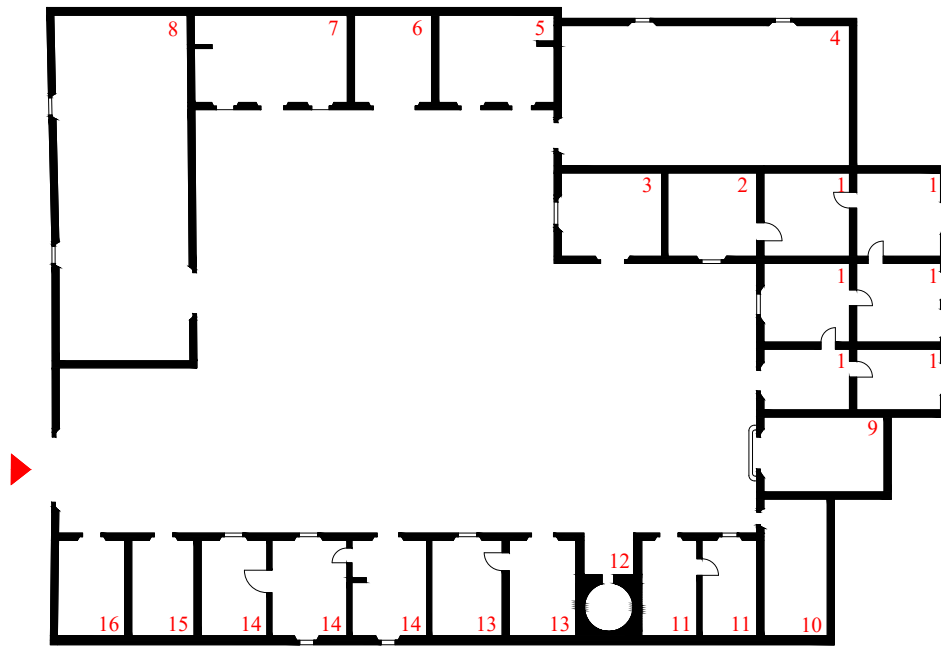


Fig. 56 - Planta do piso térreo (Olivera, 2003, p.168)  
(Desenho editado pelo autor)

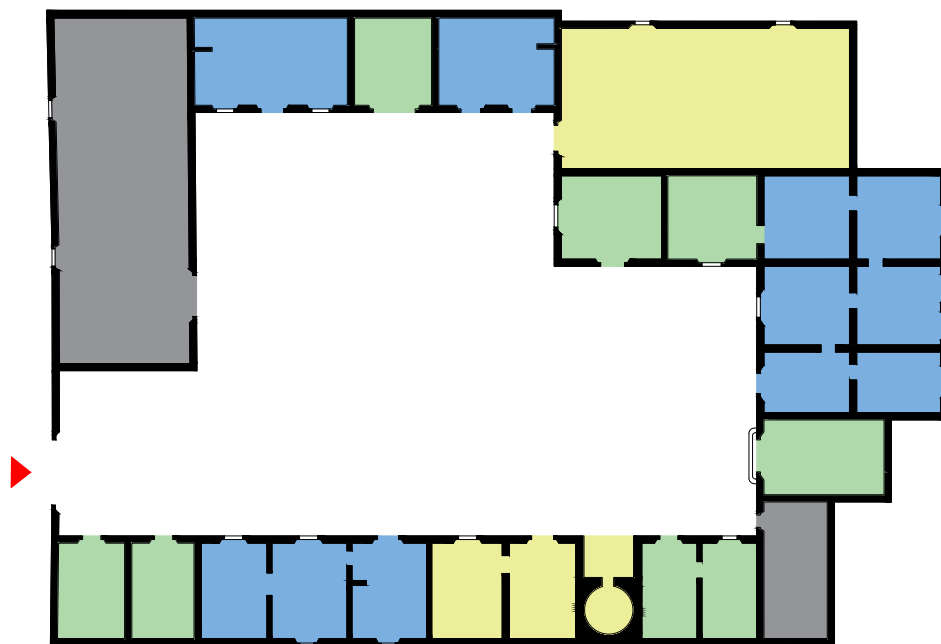


Fig. 57 - Programa do piso térreo (Olivera, 2003, p.168)  
(Desenho editado pelo autor)

Legenda:

1. Habitação do lavrador 2. Dependências 3. Abegoaria 4. Lagar de azeite 5. Refeitório dos ganhões 6. Casa do trem e arreios 7. Casa dos ganhões  
8. Cavalariças 9. Capela 10. Galinheiro 11. Arrecadação 12. Casa do forno 13. Casa da amassaria 14. Casa do guarda 15. Casa das alfaias 16. Casa da ferramenta

Habitação
  Dependências/outros
  Alimentar
  Animal
  Acessos ao complexo





Poente as cavalariças e palheiros, um volume que remata a entrada, e a Nascente, axial a todo o complexo e no extremo oposto da (única) entrada, a casa do lavrador. Esta questão da localização da habitação no complexo será aprofundada mais adiante, pois o local desta não é de todo espontâneo e é alvo de muita problematização. É depois ladeada pela capela, um programa “particular”, mas típico das grandes herdades (pertencentes a lavradores com maior poder financeiro) que abrigavam grande número de proprietários e trabalhos, de maneira a responder à grande produção (Ribeiro, 1945).

## **PÁTIO**

O pátio organiza então neste recinto interior os programas específicos em cada uma das suas alas. Assume-se como o elemento central da herdade, enfatizado pelo facto de apenas existir uma entrada para o interior da mesma, e portanto, tornando-o um espaço mediador de todo o programa. Numa segunda análise, poderemos fazer uma leitura mais profunda deste pátio:

De imediato este é lido como um todo, recortado e desenhado pelas paredes do edificado que o contorna, mas na verdade, poderemos sugerir aqui a existência de três sectores.

Embora não haja uma separação ou barreira física que defina cada um deles, as suas escalas, áreas devidamente dimensionadas e a localização em relação a um programa específico, levantam-nos essa hipótese: um sector (Sector 3) funciona como um vestíbulo, que se situa precisamente na entrada para a propriedade, desenhado pela fachada Sul das cavalariças e pela casa das alfaias e ferramentas. Este funciona como um átrio de entrada que antecede o pátio principal.

O sector 1, principal, e o de maiores dimensões, preenche o centro de todo o monte, sendo ele a principal zona de trabalho. Axial a toda a herdade ele era o agregador do trabalho e da vivência que ali decorriam, tornando-se mais fácil, a partir desta centralidade, a distribuição de trabalhos dos operários, dado que ele é também axial à habitação dos mesmos. Seguido deste, temos um terceiro pátio, de escala mais reduzida, que funciona como espaço de entrada para a habitação e capela, e de apoio à arrecadação e abegoaria (Sector 2).

Através do pátio principal este sector tem, de certa forma, uma conotação mais privada, marcando o momento de chegada à habitação. Como dito anteriormente, embora não haja nenhum elemento físico que assinala esta hierarquia espacial, como acontece na casa em Calvelhe, podemos, através da análise das dimensões, localização no espaço e relação entre as escala e o programa de cada pátio, tirar esta conclusão. Mas é importante referir que estes espaços não são autónomos, daí se tornar pertinente ter uma leitura conjunta e global destes

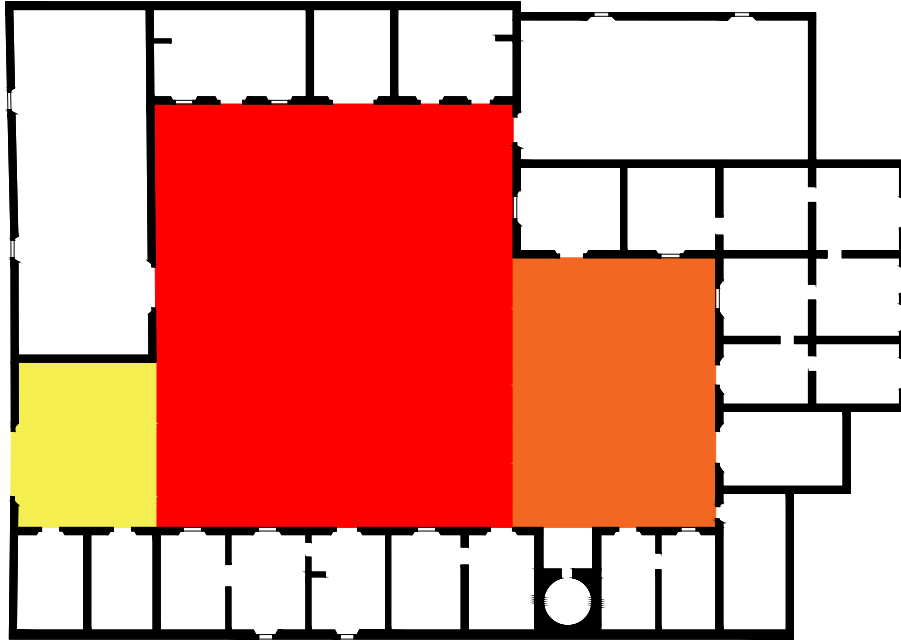


Fig. 58 - Esquema de divisão funcional do pátio (Olivera, 2003, p.168)  
(Desenho editado pelo autor)



Fig. 59 - Relação entre sectores do pátio e programa (Olivera, 2003, p.168)  
(Desenho editado pelo autor)

Legenda:

Sector 1
  Sector 2
  Sector 3



elementos, ou seja, que todos estão incorporados num só, e todos formam um pátio central, o núcleo do monte.

## VÃOS E RELAÇÃO INTERIOR-EXTERIOR

Por norma estas propriedades reduziriam o contacto com o exterior por questões de segurança, dado encontrarem-se muitas vezes isoladas na paisagem, (Oliveira, 2003) neste caso, não fugindo à regra, há uma clara contenção no contacto com o exterior, que é apenas feito na habitação do lavrador e do caseiro, no lagar e cavalariças (pelas necessidades de ventilação), e no portão de entrada, o único acesso ao interior do monte. Como tal, os vãos ocupam cerca de 14% do comprimento total da parede que encerra o monte.

Já na relação com o pátio, os vãos ocupam mais que 50% do perímetro total da parede, criando permeabilidade entre interior-externo, e tornando o pátio como um elemento em permanente relação (espacial e visual) com a vivência da quinta. Mas a questão dos vãos, nesta região Sul, não se limita apenas à permeabilidade visual. A sua maior introdução, especificamente nas habitações, remete-nos para uma preocupação funcional, levantando questões de conforto térmico. Sendo a região conhecida pelo seu clima árido, encontramos diversas soluções e modos de defesa da elevada temperatura e exposição solar, em que a existência do pátio, como já referido acima no ponto – Civilização – é uma delas, permitindo, neste caso, a ventilação cruzada com os espaços interiores das habitações.

Mas, simultaneamente, é a localização precisa e pontual de cada vão em redor do complexo que acaba também por reduzir e controlar a transmissão de calor para os espaços interiores, sendo estes abertos apenas nas divisões mais pertinentes. Contudo, a Arquitectura regional do Sul adopta ainda um outro método, evidenciado em grande parte das construções da região, para a protecção térmica, revestindo o edificado com uma caição branca, impedindo assim a absorção de calor por parte do mesmo:

“A casa do Sul é pois uma casa térrea, feita de materiais leves e de grande plasticidade, que permitem todas as fantasias de estilo e que funcionam ao mesmo tempo como isoladores do calor, rebocadas e caiadas exterior e interiormente, com poucas janelas [...]” (Oliveira, 2003, p.153)



Podemos depreender, pela exposição acima, o engenho e a perícia adoptados pelo povo rural, aplicando conhecimentos e estratégias empíricas, passados por gerações anteriores, face às exigências, neste caso, geográficas da região. Mas podemos perceber, acima de tudo, a essência da ruralidade do pátio, colmatando as três premissas acima indicadas: surge como premissa da civilização, por assinalar a passagem de civilizações antigas, simultaneamente correlacionado com a premissa da geografia, neste caso face às condições climáticas, permitindo a ventilação e o conforto térmico dos espaços interiores. E, finalmente, a premissa do povoamento, que, dada a segregação urbana deste monte, o pátio permite a segurança, vigilância e controlo do interior da propriedade bem como dos seus bens, algo que, pela sua extensão, os terrenos exteriores não facultavam.

## **MATERIAIS E ASPECTOS CONSTRUCTIVOS**

Embora as análises anteriores relativas à inserção do objecto no território, à relação com a topografia e à estruturação espacial e funcional tenham sido exequíveis, é, lamentavelmente, na sua definição material e construtiva que nos deparamos com alguma incerteza e ambiguidade, dado que a escassa informação sobre o mesmo, aliada à falta de registos e ao presente estado de ruína não nos deixaram apurar, de forma assertiva, esta componente.

No entanto, com base na investigação efectuada no âmbito desta dissertação poderemos deixar algumas opções em aberto: em primeiro lugar, relativamente a este aspecto é-nos apontado que o granito está presente nos solos da região, e portanto, tem de facto alguma presença em construções alentejanas: “O granito disseminado em afloramentos por todo o Alentejo interior, reveste-se de maior importância na região de Évora e Portalegre.” (George et al., 1998, p.48). Coloca-se assim a primeira hipótese: a utilização do granito como elemento integrante da construção deste monte, hipótese que também poderá ser suportada pelo facto das ruínas ainda se manterem hoje, talvez pela capacidade estrutural que a pedra forneceu ao longo dos séculos. A segunda hipótese assenta num princípio de construção leve, de certa forma mais incorporada na linguagem construtiva da região, empregando a cal, o adobe e a taipa. É referido, no Volume 3 da obra *Arquitectura Popular em Portugal* (1961) que a sub-região de Barros é assim denominada devido à constituição das suas terras ricas em argila, compreendendo os concelhos de “Aviz”, Sousel e Fronteira, entre outros: “Nela registamos um maior esmero de construção, o emprego da cal toma maior vulto na valorização da arquitectura.” (George et al., 1998, p.32).



Ora, o monte da Herdade da Terrosa, pertence à freguesia de Figueira e Barros, da qual dista apenas 6,5Km. Dista também 17Km do município de Avis, 14Km de Fronteira e apenas 9Km de Sousel, portanto podemos facilmente assumir a probabilidade de uma ideia de construção leve caracterizar também este monte. Contudo, não podemos desvalorizar a primeira hipótese, remetente ao granito, dado este ter considerável presença em Portalegre, distrito de inserção deste exemplo.

Mas ainda debruçando-nos na segunda hipótese, Orlando Ribeiro, relativamente a este tema introduz-nos o contraste entre a «civilização do granito do Norte» e a «civilização do barro do Sul»: “A oposição entre uma «civilização do granito» e uma «civilização do barro» [...] é mesmo um dos mais fortes elementos de contraste entre o Norte e o Sul do País.” (Ribeiro, 2013, p.30).

Onde mais tarde refere que a taipa é a técnica de construção mais utilizada, tanto nas habitações como nos muros que encerram as aldeias e os montes: “Taipa e adobe andam no geral associados à casa térrea típica do Sul [...] a associação entre a pedra e a casa de andar do Norte, e o barro e a casa térrea do Sul, exprime uma harmonia inegável entre a forma e o material de construção.” (Ribeiro, 2013, p.51).

Ernesto Veiga de Oliveira também nos refere que a casa térrea do Sul assim o seria devido à fraca capacidade estrutural dos seus materiais constituintes, que não suportavam uma construção em altura: “[...] mas ao contrário daquela [casa do Norte], e designadamente nos casos propriamente rurais, ela é aqui de um só piso térreo. Isto explica-se, sem dúvida, em parte, pela natureza do material corrente de que ela é feita, cuja fragilidade não consentiria uma edificação elevada; [...]” (Oliveira, 2003, p.152).

Sugerem-se estas duas hipóteses para a definição material e construtiva do monte da Herdade da Terrosa, embora ainda possa haver uma terceira que funcione como uma associação das duas, dada a disseminação do granito a um nível de maior abrangência, distrital, e a presença da cal e argila numa escala mais concentrada, ao nível local.

Considera-se, então, pouco provável, que os elementos construtivos do monte não tenham em si a própria essência regional, dado que embora em actual ruína e aparentemente esquecido pelo tempo, este monte outrora respondeu à grande exploração latifundiária alentejana, e portanto incorporava em si, desde a organização espacial e da habitação até aos materiais de construção todas as premissas regionais.

Este capítulo permitiu densificar o entendimento do pátio rural português, onde, desde início, sublinhámos a intemporalidade do pátio e a sua constante presença no modo de projectar a





habitação, tanto urbana como rural, bem como os diferentes tipos e caracteres que o pátio assume em cada contexto específico.

De seguida partimos para o tema – A regionalidade do pátio –, ou seja, identificámos as premissas fundamentais que caracterizam esta mesma regionalidade, e o porquê dos distintos modos de apropriação e interpretação do pátio em diferentes regiões do País. Vimos serem consequência directa, como referimos, da Geografia, dos modos de povoamento e do factor civilização, que moldaram, digamos, o pátio, e o complexo, até aos exemplos que encontramos hoje. Como tal, de modo a exemplificar esta mesma regionalidade que acima propomos, apresentaram-se três casos no País, seguindo as fundamentais divisões do território nacional: Norte, Centro e Sul, de maneira a sintetizar três diferentes apropriações ou “tipos” de pátio que podemos encontrar.

Para tal poder concluir, procederam-se a várias análises do complexo e do pátio: primeiro, ao nível regional, estabelecendo um paralelismo com a geografia e civilização, depois ao nível do concelho, distrito e freguesia, em correlação com os modos povoamento, e, de novo com o factor geográfico. Por fim, ao nível do complexo, e da relação do pátio com a sua envolvente exterior, interior e programas, de novo, aludindo às três premissas fundamentais de formulação do próprio, que trabalham sempre como pano de fundo.

Concluimos que, apesar desta regionalidade, o pátio actua sempre do mesmo modo, ainda que de diferentes formas, ou com um carácter distinto nas diferentes situações, organizando os programas interiores, sendo escalado pelos próprios, e dividindo-se funcionalmente em sectores para melhor poder relacionar-se com cada programa em específico.

A não esquecer, e não menos importante, foi também objectivo fundamental deste capítulo determinar uma correlação com o objecto de estudo anteriormente apresentado, no capítulo 1, de modo que a interpretação crítica que aqui se fez destes complexos, apoiada em reflexão teórica e pesquisa bibliográfica, vem também entrar em conformidade com a análise efectuada anteriormente, do modo de organização funcional do nosso pátio. Portanto, o objectivo foi também suportar a proposta de projecto previamente exposta com a teoria e bibliografia aqui aprofundadas, que alicerçaram, igualmente, a própria análise dos casos que aqui se abordaram.

O capítulo que se segue funcionará como uma síntese da própria regionalidade do pátio aqui estudada, expondo estes três casos, que, juntamente com o nosso objecto de estudo, serão comparados, nas pré existências, segundo os mesmos parâmetros, evidenciando as suas diferenças e aproximações, tendo como foco da análise, sempre, o pátio como unidade do complexo agrícola.



3

## **PÁTIO COMO UNIDADE DO COMPLEXO AGRÍCOLA**



Tomando partido das análises anteriormente realizadas, o capítulo 3 tem como objectivo estabelecer uma síntese transversal de todos os exemplos apresentados, agora introduzindo também o nosso objecto de estudo, a quinta de Oliveira do Mondego, na sua fase original (1910). Pretende-se realizar um estudo comparativo dos quatro exemplos em simultâneo, onde o pátio, o seu uso e a sua relação com a envolvente interior e exterior serão os principais focos. O objectivo aqui não é apontar qual o melhor caso de apropriação ou concepção do pátio, mas sim, tentar sintetizar, segundo uma série de parâmetros que mencionaremos de seguida, as principais diferenças e características entre cada complexo e o seu pátio, e que possam, ao mesmo tempo, reflectir o seu regionalismo.

Esta análise será então categorizada em quatro parâmetros, tendo sempre como ponto de partida uma escala de maior abrangência, neste caso ao nível da sua implantação regional, passando para uma escala de aproximação ao espaço interior e programa, e terminando numa apresentação de valores e percentagens concretas de cada complexo:

### **3.1 – A regionalidade do pátio;**

Será em primeiro lugar feita uma exposição territorial e distrital que tem como objectivo comparar as diferentes inserções de cada caso, destacando a sua província, distrito, concelho e freguesia, bem como a sua topografia, e hidrografia, colmatando alguns pontos mencionados no subcapítulo 2.2.1 – A regionalidade do pátio.

### **3.2 – Pátio e envolvente exterior;**

O segundo ponto analisa as relações do complexo e do seu pátio com a envolvente exterior, comparando as relações com a rua, os vãos e os respectivos acessos.

### **3.3 – Pátio e envolvente interior;**

No terceiro ponto comparam-se as relações com o programa, os aspectos formais de cada pátio, as suas subdivisões em sectores e as relações que cada sector estabelece com as funções. Também abordaremos a relação da habitação com o pátio, os espaços cobertos e a definição do pátio consoante a continuidade volumétrica que o enquadra.

### **3.4 – Pátio – Análise quantitativa;**

Por último, será feita uma análise às áreas, calculados os valores percentuais e taxas de ocupação de cada pátio, bem como a sua ocupação em relação à área total da propriedade, e a percentagem de ocupação dos seus sectores em relação ao próprio. O objectivo aqui é tentar traduzir a formulação funcional do complexo, e do respectivo pátio, em valores concretos, de maneira a perceber como o pragmatismo de que estes eram detentores se traduzia na sua organização espacial.

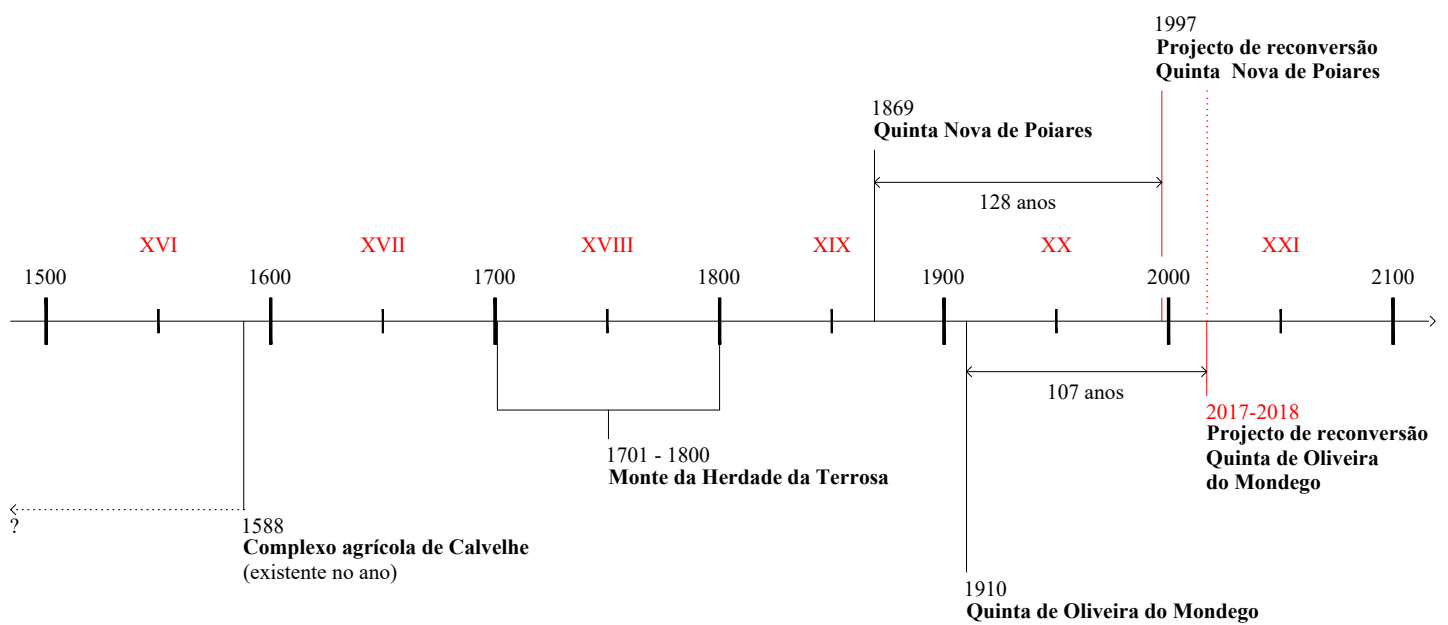


Fig. 60 - Intemporalidade do pátio  
Esquema cronológico dos casos analisados  
(Desenho realizado pelo autor)

No fim de cada parâmetro será elaborado um quadro síntese com os casos analisados e os seus dados mais importantes, provenientes das análises que se farão. Não será uma caracterização individual, como no capítulo 2, mas sim uma análise conjunta em que cruzaremos e destacaremos as diferenças entre cada um.

Como dito acima, não se trata de perceber qual o melhor uso do pátio, por tornar-se impossível chegar a tal conclusão, mas resumir as suas principais diferenças através de uma perspectiva crítica, transversal e imparcial.

Será uma síntese conclusiva que representa a diversidade regional de cada pátio, e em que cada exemplo surge como elemento representativo das regiões estudadas, e portanto, tentando colmatar, de forma breve, as principais diferenças entre os complexos agrícolas e a interpretação do seu pátio pelo território nacional.

## **A INTEMPORALIDADE DO PÁTIO**

Antes de partirmos para uma análise física, digamos, abordamos em primeiro lugar uma vertente mais abstracta e imutável, que é o próprio tempo, mas simultaneamente focando-nos no pátio. Os quatro complexos que descrevemos ao longo desta dissertação revelam-nos uma história e percurso do pátio, da sua apropriação e do seu uso, sempre no contexto rural.

Ainda que já especificado nos capítulos anteriores, estes exemplos analisados, incluindo o nosso objecto de estudo, remetem a tempos distintos (Fig. 60), revelando-nos, de certa forma, um avanço secular do próprio pátio e da sua forma de distribuir e organizar o complexo de lavoura, que pode ou não ter-se mantido constante.

O complexo agrícola de Calvelhe, embora não se saiba datar precisamente o seu momento de fundação, é o que recua mais no tempo, tendo sido possível saber que já existia no ano de 1588, (Séc. XVI), sendo provavelmente anterior a este ano mas ainda pertencente ao mesmo século. De seguida temos o monte da Herdade da Terrosa, do séc. XVIII, portanto estando inserido algures entre 1701 - 1800, não se sabendo precisar o próprio ano.

Seguido deste é a quinta Nova de Poiares, fundada em 1869, portanto do séc. XIX, e, por fim, o mais recente, mas não deixando de ser tomado como um complexo antigo, a quinta de Oliveira do Mondego, do séc. XX, datada de 1910.

Verificamos que os estes complexos ao mesmo tempo retratam uma evolução, ou uma constante, do pátio como elemento de grande pertinência no complexo agrícola, que se mantém ao longo dos séculos XVI - XX, onde, nos quatro casos que aqui analisamos, revelou ter um aparecimento mais precoce nas regiões Norte e Sul.



Fig. 61 - Províncias de Portugal (1936) e respectivos distritos de inserção dos casos a analisar (desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

- Distrito de inserção dos casos a analisar
- Províncias de inserção dos casos a analisar

0 40 80KM





Contudo, o objectivo desta introdução é apenas reforçar a ideia de continuidade do pátio como um modo de organização espacial que perdurou durante séculos, e incorporá-lo nesta janela temporal (séc. XVI - XX), no contexto popular nacional. Portanto pretende-se, de certa forma, perceber a continuidade e o percurso histórico do pátio, reinterpretá-lo, assimilando a sensibilidade necessária para intervir num património que utiliza tal método de organização do espaço, para que possa, no futuro, funcionar à luz de um novo programa, devidamente adaptado às necessidades e requisitos actuais.

Esta relação entre pátio-tempo não teria o mesmo carácter reflexivo se todos os casos aqui apresentados fossem contemporâneos, pois apresentaria uma certa estagnação temporal do próprio, e o seu uso isolado num século, sem contexto e continuidade, desassociando-o do percurso da História. Como já referimos, este é um elemento que encontra as suas raízes na antiguidade (Capitel, 2006) e portanto pretendemos aqui reforçar a sua intemporalidade, estudando-o nos séculos XVI - XX, reinterpretando-o no presente, séc. XXI, e catapultando-o para o futuro, tendo sempre como base a sua potencialidade na organização de espaço e programa, consoante a intervenção a realizar.

### **3.1 A REGIONALIDADE DO PÁTIO**

Esta análise expõe dados mais concretos da relação entre a província e o distrito de inserção de cada exemplo. Através da figura 61 podemos perceber, em primeiro lugar, que o distrito de Braga, onde se situa o complexo de Calvelhe, está inserido na totalidade na província do Minho, sendo os seus limites, a Sul, coincidentes.

Já no distrito de Coimbra, ao qual pertencem as quintas de Oliveira do Mondego e Poiares, ainda que maioritariamente inserido na Beira Litoral, estende-se ligeiramente para as restantes Beiras. Por último, o distrito de Portalegre, onde se insere o monte da Herdade da Terrosa, pertence à província do Alto Alentejo, mas estende-se parcialmente para o Ribatejo.

Vale a pena então debater esta questão entre a relação provinciana e distrital, que não é tão linear como assim os desenhos nos comunicam, revelando questões que podem influenciar os próprios casos de estudo.

No caso do Norte, Barcelos encontra-se no limite administrativo entre a província do Minho e do Douro Litoral, que constitui principalmente a região do Porto, Norte de Aveiro e Viseu, contudo os aspectos formais e materiais do complexo não nos revelam directamente características desta proximidade.

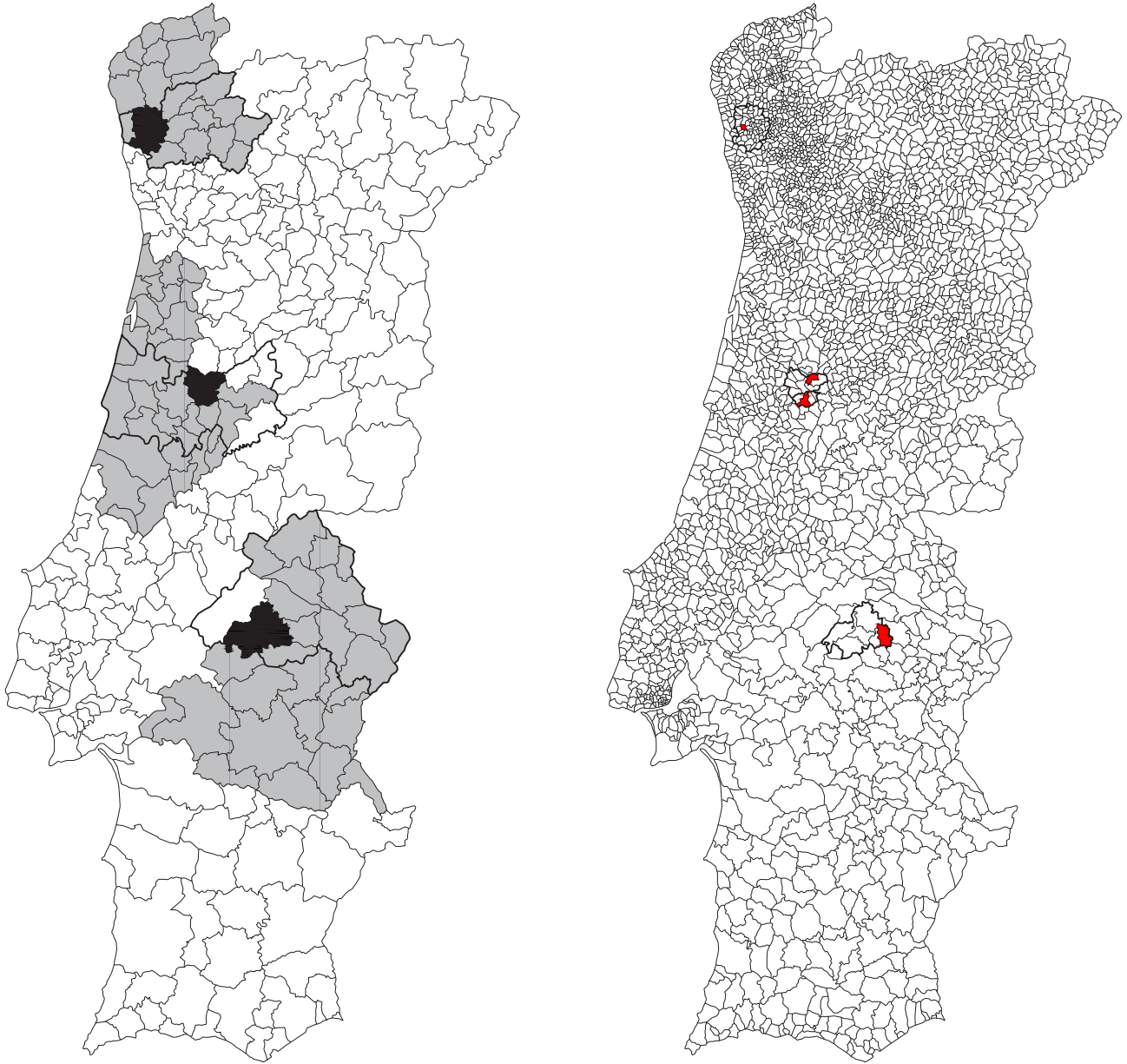


Fig. 62 - Concelhos de Portugal (esq.) e Freguesias de Portugal (dir.) com respectivas inserções dos casos a analisar (desenhos realizados pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

Províncias de inserção dos casos a analisar
  Concelhos de inserção dos casos a analisar  
 Distritos de inserção dos casos a analisar
  Freguesias de inserção dos casos a analisar

0 40 80KM



Já nos restantes casos a situação é distinta. Relativamente ao Centro, referimos anteriormente, no capítulo 1, que o nosso objecto de estudo, a Quinta de Oliveira do Mondego, poderia tratar-se de um caso híbrido por conter características formais e materiais de ambas as Beiras (Beira Litoral e Beira Alta).

Pois aqui reforça-se de novo esta ideia, conferindo que tanto o concelho e freguesia onde esta quinta se insere, localizam-se nos limites destas duas províncias, Beira Litoral e Alta, como dos seus distritos, nomeadamente Coimbra e Viseu.

No monte da Herdade da Terrosa também há semelhanças: esta herdade pertencente ao distrito de Portalegre, (Alto Alentejo), que se prolonga para a província do Ribatejo. O seu município de inserção, Avis, encontra-se na zona de transição destas duas regiões, e portanto, facto este possivelmente explicaria a dúvida que faltou colmatar relativamente à sua definição material e construtiva, dado estas duas regiões apresentarem constituição de solos e materiais de construção distintos: taipa, cal e adobe da zona Ribatejana, e xistos e granitos no Alto Alentejo, (George et al., 1998) podendo então tratar-se também de um caso híbrido.

## **DISTRITO, CONCELHO, FREGUESIA**

No que diz respeito às características e dimensões dos respectivos distritos e concelhos, Portalegre é o de maior área, com 6084Km<sup>2</sup>, seguido de Coimbra, com 3937Km<sup>2</sup> e finalmente Braga, com 2760Km<sup>2</sup>, mas ao mesmo tempo apresenta-nos tanto o menor número de concelhos, tendo apenas 15, como também o menor número de freguesias, com 69.

Coimbra é o distrito com maior divisão municipal, contando com 17 concelhos. Mas é, curiosamente, no distrito com menor área, Braga, que verificamos a maior divisão em freguesias, totalizando 347, quase cinco vezes mais que Portalegre.

Relativamente aos concelhos, Barcelos está dividido em 61 freguesias, contrastando com os restantes casos, Penacova, Vila Nova de Poiares e Avis que apenas se dividem em 8,4 e 6 freguesias, respectivamente.

Podemos atentar nos mapas da figura 62, onde esta maior fragmentação de concelhos e freguesias se constata especialmente na região Norte do país e se dissipa à medida que nos dirigimos para o Sul. Fazemos aqui referência ao subcapítulo 2.1.1 – A regionalidade do pátio, em que abordámos a questão da civilização, onde se mencionaram as *villas* romanas, distribuídas amplamente no território, e que originaram as possíveis freguesias que conhecemos hoje.

Cria-se então um contraste com a região Sul do país. Por exemplo, em Avis há uma maior área de concelho, com 605Km<sup>2</sup>, mas uma menor compartimentação em freguesias, tendo

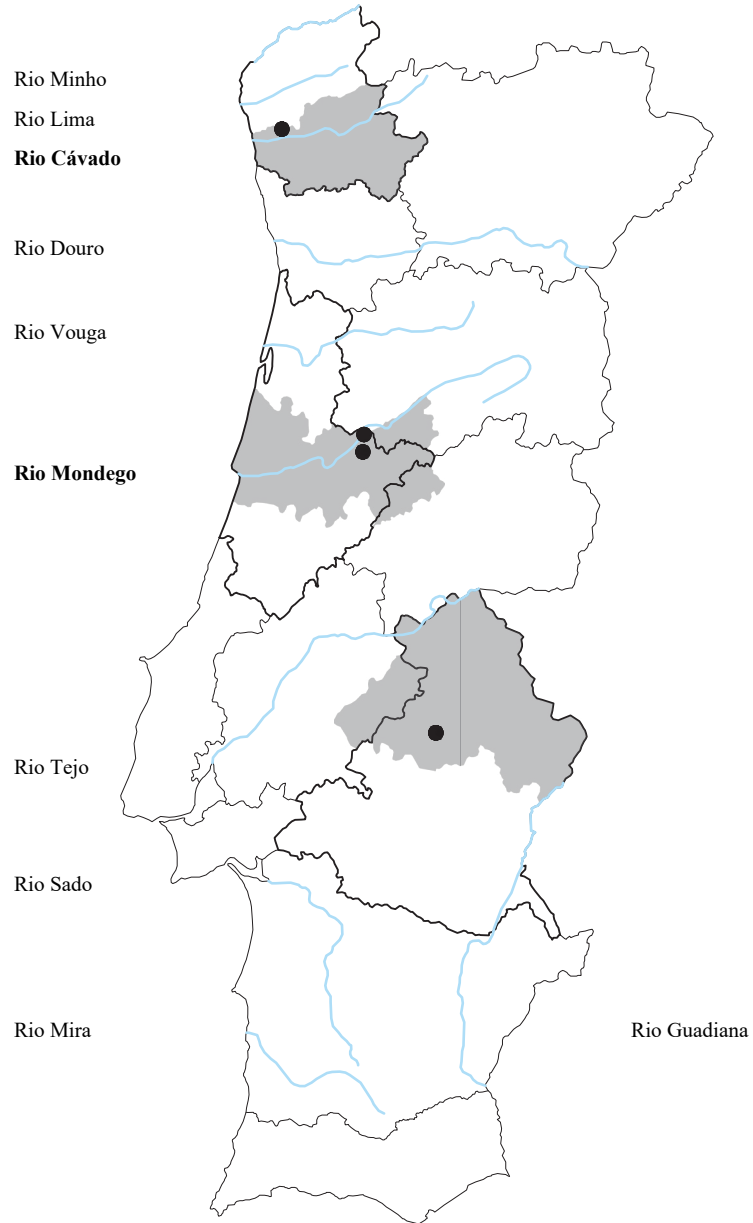
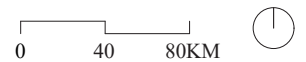


Fig. 63 - Principais rios de Portugal  
 (desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

- Províncias de inserção dos casos a analisar  
 ■ Distritos de inserção dos casos a analisar ● Casos a analisar



apenas 6. Já Barcelos, com 378Km<sup>2</sup>, tem dez vezes mais freguesias do que Avis, totalizando 61, numa porção de território que representa pouco mais de 50% da área de Avis.

Passando para uma escala de maior aproximação, atentemos na extensão das próprias freguesias: Figueira e Barros, (freguesia onde se situa a Herdade da Terrosa), tem uma área aproximada de 70Km<sup>2</sup>, e por sua vez, Creixomil e Mariz, (freguesia onde se situa o complexo de Calvelhe), é dez vezes menor, com apenas 7Km<sup>2</sup>.

Podemos especular aqui a extensão de uma *villa* romana antiga, hoje convertida na freguesia em questão, e contrastar com a compartimentação territorial do Alentejo onde tal fragmentação pode não ter existido, transpondo o carácter das grandes herdades romanas de onde possivelmente descenderam os exemplares que encontramos hoje.

## HIDROGRAFIA

Torna-se importante referir a presença dos cursos de água e a sua proximidade aos nossos objectos de estudo, dado serem elementos geográficos importantes na caracterização e configuração regional, sendo que a Arquitectura popular e os próprios modos de povoamento se mostram dependentes dos mesmos (Orlando, 1991).

É em Braga e Coimbra (Fig. 63) que observamos uma maior proximidade a cursos naturais de água, dado que os rios Cávado e Mondego, respectivamente, correm nas proximidades dos locais de implantação dos casos que analisámos, com distâncias que rondam entre os 60m (Oliveira do Mondego) e 1,5Km (Calvelhe).

Voltamos de novo ao capítulo 1, onde referimos que a presença do rio Mondego foi decisiva no estabelecimento das povoações à sua margem, bem como proporcionou também o cultivo e o aparecimento de flora propícia à sua presença. Como tal, voltamos a sublinhar que esta proximidade influencia os modos de apropriação e povoamento do território, ou como também referimos no capítulo 2, que por vezes, em situações mais extremas, condiciona os próprios modos de vida e de construir, como nas zonas do Litoral, onde a Arquitectura popular reflecte a própria precariedade da vida piscatória, através das suas construções de madeira, cabanas e palheiros (Oliveira, 2003).

Já no Alentejo, o curso de água mais próximo do nosso caso de estudo é a albufeira do Maranhão, de onde podemos distar, do seu centro, cerca de 10Km até ao Monte da Herdade da Terrosa.

Estes dados, embora não directamente relacionados com o tema fulcral desta dissertação, o pátio rural, contribuem para contextualizar e comparar as diferentes e distintas inserções

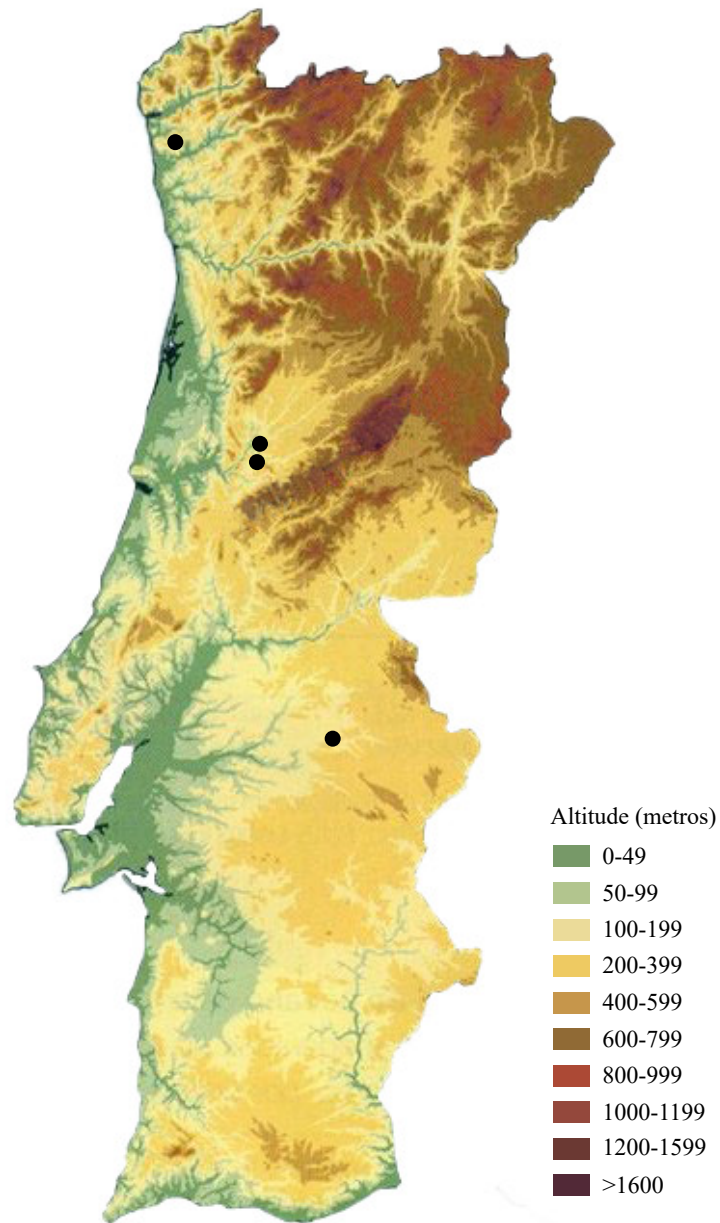


Fig. 64 - Mapa hipsométrico de Portugal  
(desenho editado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))



no território, sendo que nesta análise ao pátio começámos por abranger a sua regionalidade, assinalando o contraste entre as diversas regiões e províncias do País, e portanto neste primeiro parâmetro pretende-se sintetizar, com mais detalhe, essa exposição.

## TOPOGRAFIA

Em termos topográficos, as cotas de implantação destes complexos nunca ultrapassam os 200m (Fig. 64). Por exemplo, no concelho de Barcelos a altitude máxima e mínima varia entre os 488m e 9m, facto explicado por ser uma região montanhosa, e simultaneamente perfurada por linhas de água, contribuindo assim para este contraste.

Em Penacova temos uma variação entre 550m e 36m, verificando-se aqui o maior intervalo altimétrico, especialmente proporcionado pelo contraste entre a proximidade à Beira Alta, de topografia mais acentuada, e a presença do rio.

Poiares, com um intervalo semelhante, entre os 456m e 43m, e Avis com o intervalo mais curto, rondando entre os 244m e 75m, mostrando uma altitude mínima muito mais elevada que os anteriores. Contudo, as cotas de implantação dos casos analisados funcionam, curiosamente, no sentido inverso.

O complexo de Calvelhe está implantado à cota de 100m, a quinta de Oliveira do Mondego, embora num concelho que atinja elevadas altitudes, pela sua adjacência ao rio, situa-se apenas à cota de 85m. A quinta Nova de Poiares implanta-se aproximadamente aos 130m, estando a uma cota mais elevada por dois motivos: o seu distanciamento dos vales do Mondego, e também, a proximidade ao interior Beirão. A cota do monte da Herdade da Terrosa, situado no distrito com menor altitude entre os aqui expostos, ronda os 190m, sendo a implantação mais elevada de todos os casos.

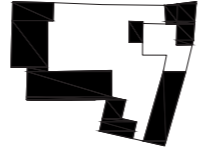
Torna-se importante referir que é um monte, e estes eram assim denominados por se implantarem numa elevação natural do terreno, “sobre um suave cabeça” (George et al., 1998, p.115), ao cimo de um monte, de maneira a obter um melhor controlo e vigia da extensão exterior da propriedade ou dos terrenos e edificios anexos ao complexo.







COMPLEXO AGRÍCOLA DE CALVELHE



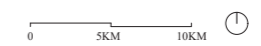
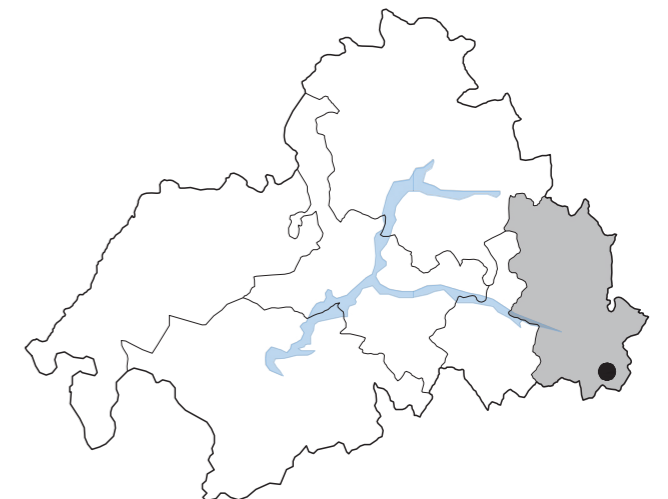
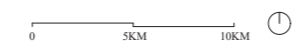
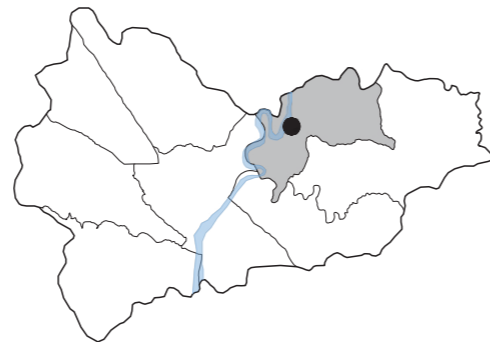
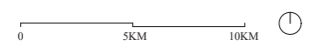
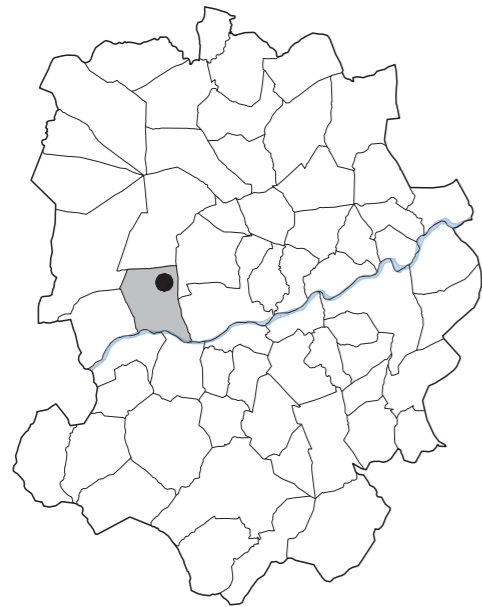
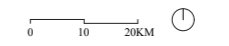
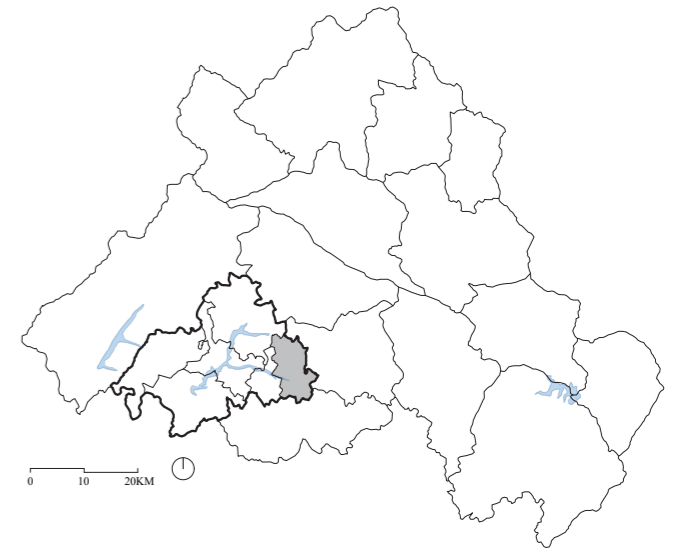
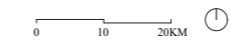
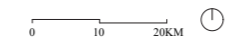
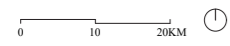
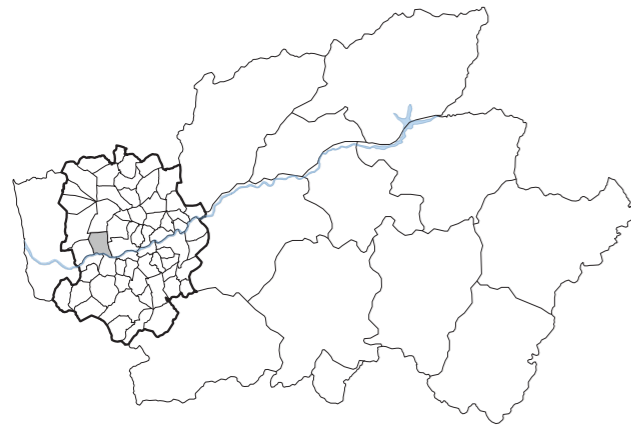
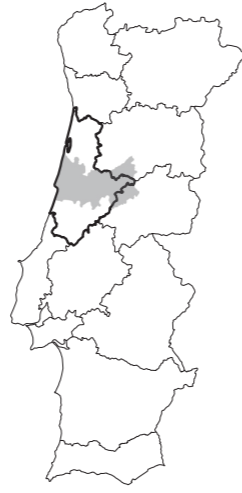
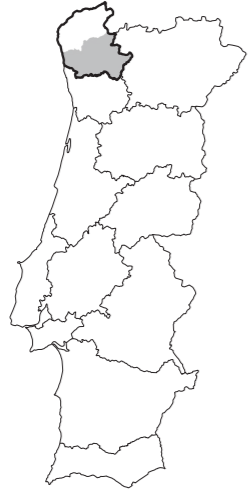
QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO



QUINTA NOVA DE POIARES



MONTE DA HERDADE DA TERROSA



Legenda: Distrito e freguesia de inserção dos complexos a analisar Linhas de água Complexo

A regionalidade do pátio  
Desenho n.º 8 (realizado pelo autor)





	<b>Complexo agrícola de Calvelhe</b>	<b>Quinta de Oliveira do Mondego</b>	<b>Quinta Nova de Poiares</b>	<b>Monte da Herdade da Terrosa</b>
<b>Data</b>	Séc. XVI (1588?)	Séc. XX (1910)	Séc. XIX (1869)	Séc. XVIII (1701-1800)
<b>Região</b>	Norte	Centro	Centro	Sul
<b>Província</b>	Minho	Beira Litoral	Beira Litoral	Alto Alentejo
<b>Distrito</b> Área Número de Concelhos Número de Freguesias	Braga 2706 Km <sup>2</sup> 14 347	Coimbra 3973 Km <sup>2</sup> 17 155	Coimbra 3973 Km <sup>2</sup> 17 155	Portalegre 6084 Km <sup>2</sup> 15 69
<b>Concelho</b> Área Altitude máx. (M) Altitude mín. (M) Número de Freguesias	Barcelos 378,90 Km <sup>2</sup> 488 M 9 M 61	Penacova 216,73 Km <sup>2</sup> 550 M 36 M 8	Vila Nova de Poiares 84,45 Km <sup>2</sup> 456 M 43 M 4	Avis 605,96 Km <sup>2</sup> 244 M 75 M 6
<b>Freguesia</b> Área	Creixomil e Mariz 6,97 Km <sup>2</sup>	Oliveira e Travanca do Mondego 22,58 Km <sup>2</sup>	Poiares (Santo André) 28,8 Km <sup>2</sup>	Figueira e Barros 70,26 Km <sup>2</sup>
<b>Cota altimétrica</b>	Aprox. 100 M	Aprox. 85 M	Aprox. 130 M	Aprox. 190 M
<b>Hidrografia</b>	Rio Cávado (a 1,5 Km)	Rio Mondego (a 60 M)	Rio Mondego (a 2 Km)	Albufeira do Maranhão (a 2 Km)

NOTA: As informações relativas aos distritos, número de concelhos, freguesias e respectivas áreas, bem como as altitudes máximas e mínimas foram retiradas de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)



## 3.2 PÁTIO E ENVOLVENTE EXTERIOR

### RELAÇÃO COM A RUA

É nas quintas de Poiares e Oliveira do Mondego que observamos uma maior envolvimento urbana, traduzida particularmente na linguagem compositiva das respectivas fachadas, resultado da sua implantação num aglomerado, à face da via pública.

Há ainda uma outra particularidade comum a estes dois casos, não se evidenciando da mesma maneira nos restantes complexos (Norte e Sul), que consiste no contacto directo, (para além da habitação), do pátio com a rua, sendo possível aceder ou estabelecer relações visuais com o mesmo sem termos que transitar necessariamente pela habitação. Tal é resultante das próprias actividades decorrentes no interior de ambas as propriedades, como a circulação e o acesso para gado ou alfaias agrícolas.

Em Calvelhe, embora também partilhe de um contexto “urbano”, as relações estabelecidas com o exterior não se verificam do mesmo modo. Ou seja, ainda que próxima da rua, e não à sua face (como na região Centro), cria um distanciamento da mesma, facto também proporcionado pela sua implantação numa cota superior em relação ao arruamento.

Apesar da proximidade a uma via de comunicação, aspecto comum a estes três casos, observam-se então situações distintas: no Centro, ao percorrer a rua de acesso, transitamos directamente pelo edificado, podendo estabelecer relações físicas e visuais com o mesmo, daí resultarem os diferentes acessos para o seu interior. Já em Calvelhe, sendo mais recolhido, o complexo reveste-se de maior privacidade, limitando o acesso ao seu interior.

A situação mais extrema é no monte da Herdade da Terrosa, onde há apenas um acesso isolado, uma estrada secundária proveniente do município de Sousel, e que nos direciona única e exclusivamente ao monte, contrastando então com os casos anteriores em que as propriedades se situam numa via que interliga localidades. Portanto, neste caso, não se verifica nenhuma relação com a envolvente exterior, sendo esta apenas limitada ao aproveitamento paisagístico e dos campos agrícolas.

### ACESSOS

Relativamente aos acessos, encontramos novamente aspectos em comum nos complexos do Norte e do Centro. A casa de Calvelhe, por se encontrar rodeada por um terreno próprio e privado, separado da rua por muros de contenção, tem maior liberdade na introdução destes



elementos, nunca interferindo na privacidade do complexo. No Centro, dada a exposição urbana mais significativa, ambas as quintas têm acopladas a si um terreno que se desenvolve maioritariamente para as traseiras, limitando, de certa forma, que os acessos seja distribuídos por toda a extensão do perímetro exterior.

Contamos então, em Calvelhe, com cinco acessos ao interior, e sendo um deles exclusivo à capela, não será considerado nesta análise. Há dois acessos principais para o interior da casa na ala Poente, que nos direcionam para o primeiro sector do pátio principal, sendo nesta os únicos vãos que se verificam ao nível térreo. Temos, de seguida, um acesso no coberto da oficina que nos encaminha para um eido, local de cultivo, e que estabelece a relação com a rua. Na ala Nordeste há também uma saída para os campos agrícolas das traseiras, situada no coberto de eira.

A quinta de Oliveira do Mondego partilha do mesmo número de acessos, mas aqui observam-se intenções diferentes. Dada a relação com a rua, que mencionámos anteriormente, parte destes têm uma natureza funcional, havendo três entradas distintas: entrada para cavalariças, o portão de entrada principal e o portão de acesso ao gado, axial ao pátio. Há, depois, duas outras entradas situadas nas traseiras, o acesso principal do quintal, mencionado diversas vezes no capítulo 1, e um outro, também a partir do quintal, mas secundário, que nos direcciona para o coberto principal. Mencionamos também um sexto acesso, respectivo à habitação privada, mas por não se relacionar directamente com o interior da quinta, não será considerado nesta análise.

Em Poiães contamos com seis: quatro à face da rua, levando-nos para o pátio, zonas de habitação e comércio, um para as traseiras, respectivo ao quintal, e outro para a eira, situada na ala Poente. Podemos concluir aqui que a questão da acessibilidade e dos vãos têm repercussões tanto na caracterização do espaço interior como, fundamentalmente, no carácter do pátio. Ou seja, nos casos da região Centro, ainda que exista uma maior relação com a rua, o pátio não é totalmente desprovido de privacidade, relacionando-se funcional e visualmente com o exterior. Já no caso de Calvelhe, havendo apenas duas entradas que permitam o acesso directo através da rua, tanto o interior como o próprio pátio revestem-se de um maior isolamento, relacionando-se exclusivamente com os seus terrenos adjacentes.

No monte da Herdade da Terrosa, onde há apenas um acesso para todo o interior da propriedade, o pátio torna-se um elemento com maior preponderância, obrigatoriamente transitável quando acedemos à mesma ou a qualquer divisão no seu interior. Visto que se encontra isolado na paisagem, especula-se que, por termos de segurança, fosse mais vantajoso criar apenas uma entrada para servir todos os propósitos.





## VÃOS E RELAÇÃO COM O EXTERIOR

Em Poiares e Oliveira do Mondego verifica-se, como já referido, uma maior introdução de vãos nos alçados que contactam com a rua, sendo que esta relação se vai tornando mais pobre à medida que percorrermos a restante volumetria. Por sua vez, em Calvelhe e na Herdade da Terrosa, dada uma implantação e relação com o território distinta dos anteriores, verificam-se mais aberturas para o exterior, com maior evidência nos programas de habitação.

Na casa de Calvelhe os vãos ocupam cerca de 8% do comprimento total da parede exterior, sendo que três destes são de acesso ao interior, e os restantes apenas estabelecem relações visuais, também produto do afastamento que a própria quinta cria da via pública, oferecendo assim uma maior liberdade na sua introdução.

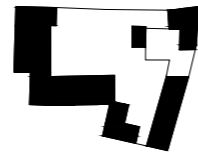
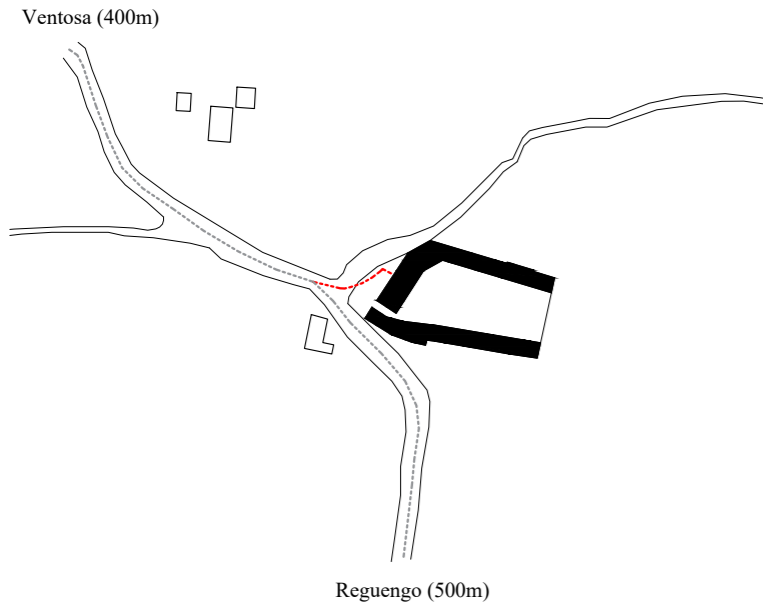
Ainda assim, é na região Centro que o pátio tem um contacto directo com a envolvente exterior, por se situar junto à rua, tornando-se, nos restantes casos, pouco perceptível pelo seu distanciamento e forma como o edificado se organiza em seu redor. É em Oliveira do Mondego e Poiares que verificamos uma maior percentagem na relação com o exterior, ocupando os vãos, respectivamente, 11 e 17% do comprimento total da parede exterior.

No Monte da Herdade da Terrosa poderemos atentar nas quatro aberturas que são introduzidas (para três divisões distintas) na habitação, sendo que neste monte em particular, e como já referimos nos complexos do Sul, os vãos são reduzidos e portanto, neste caso, apenas se verificam nos programas de habitação (casa do lavrador e casa do guarda), no lagar e nas cavaliças, pela necessidade de ventilação, ocupando então, apenas 7,4% da parede exterior, e mais de 50% na relação com o pátio.

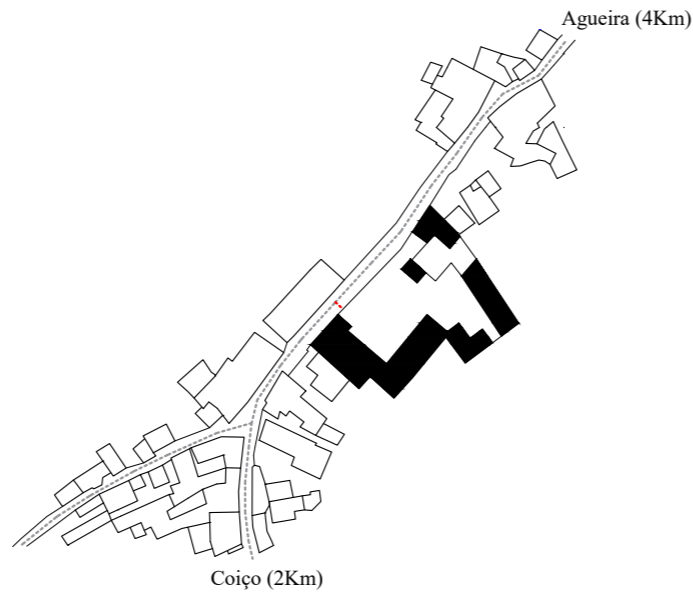




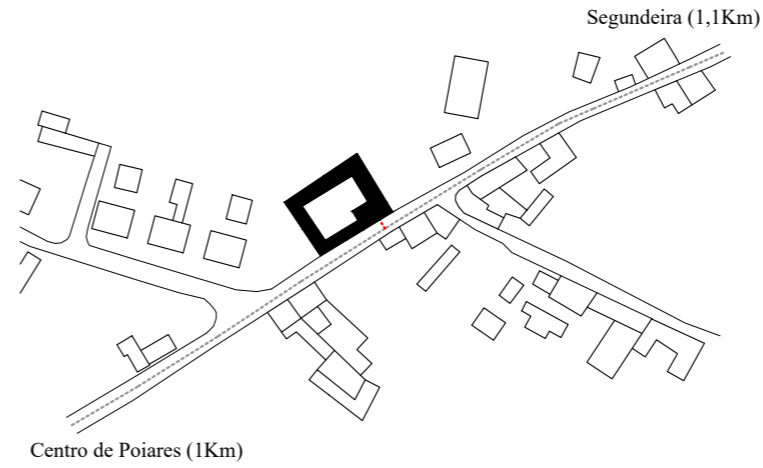
COMPLEXO AGRÍCOLA DE CALVELHE



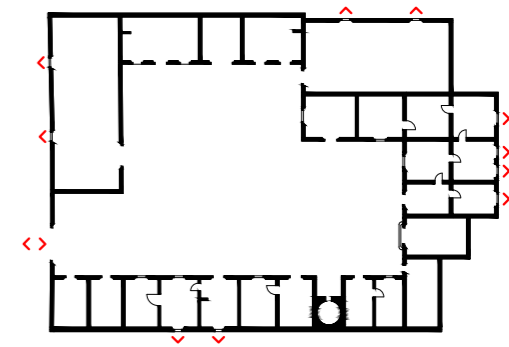
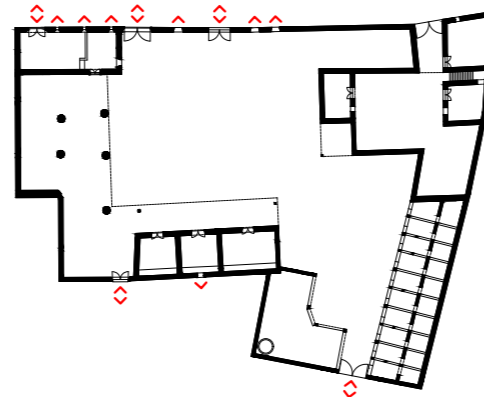
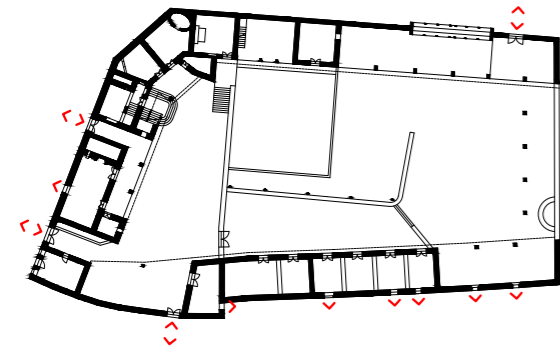
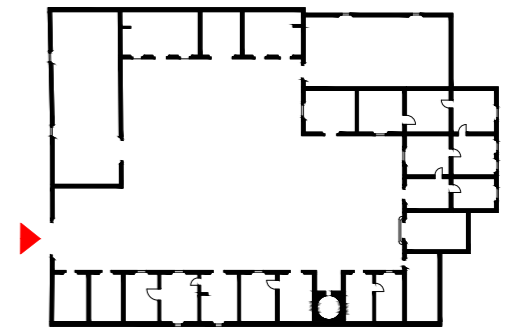
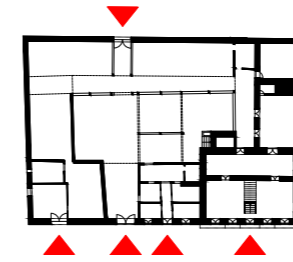
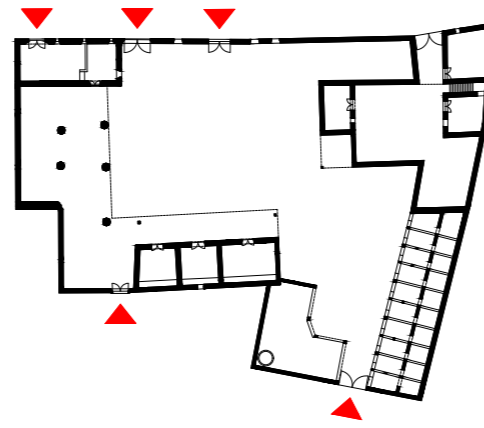
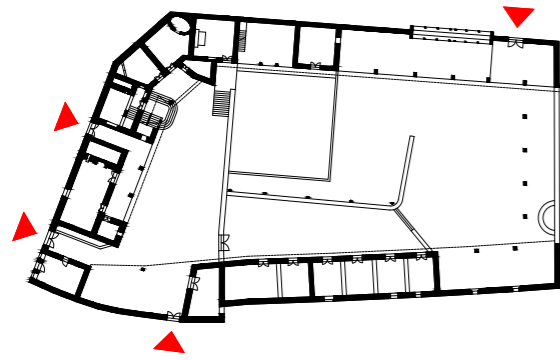
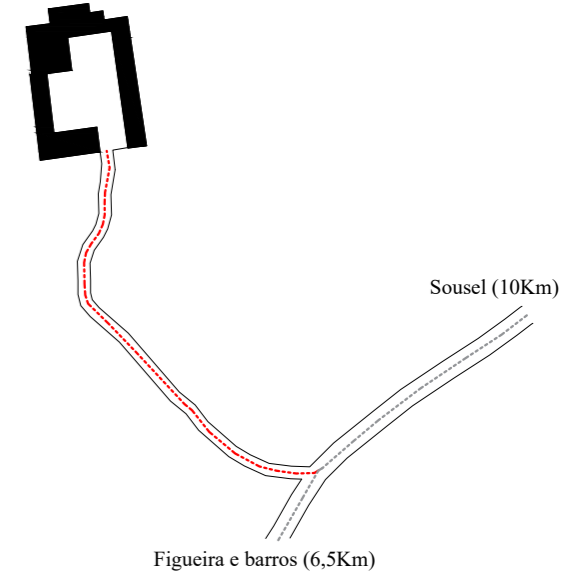
QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO



QUINTA NOVA DE POIARES



MONTE DA HERDADE DA TERROSA



Pátio e envolvente exterior

Legenda:  
----- Via de comunicação ----- Acesso ao complexo pela via de comunicação ▶ Acessos ao complexo ◊ Vãos de acesso ▲ Vãos (janelas)

Pátio e envolvente exterior  
Desenho n.º 9 (realizado pelo autor)

1:1000



	<b>Complexo agrícola de Calvelhe</b>	<b>Quinta de Oliveira do Mondego</b>	<b>Quinta Nova de Poiares</b>	<b>Monte da Herdade da Terrosa</b>
<b>Acessos (total)</b>	4	5	5	1
<b>Acesso pela via de comunicação/rua</b>	2	3	4	1
<b>Outros acessos</b>	2	2	1	–
<b>Vãos exteriores (total)</b>	14	14	18	11
<b>Percentagem dos vãos</b> (ocupação no perímetro total da parede exterior)	8%	11%	17%	7,4%



### 3.3 PÁTIO E ENVOLVENTE INTERIOR

Relativamente aos pátios destes quatro casos, verifica-se uma tendência para a subdivisão dos mesmos em dois sectores, sendo apenas no monte da Herdade da Terrosa onde há uma divisão tripartida. Como já referimos, esta divisão assenta em questões funcionais, relacionadas com o programa que cada sector contém.

Vemos que, por exemplo, em Calvelhe, o pátio se organiza em dois sectores, um secundário, de menores dimensões, 398m<sup>2</sup>, que se relaciona com um programa mais formal, e o principal, de maior escala, 1012m<sup>2</sup>, que se relaciona com programas pecuários, agregados por cobertos.

Referimos aqui, sublinhando uma citação exposta no capítulo 2, que o considerável número de cortes de gado, neste caso cinco, podem certamente ter dimensionado a escala deste maior sector. Já no secundário verificamos que há apenas uma divisão para gado, possivelmente de menor porte, (Ver 3, fig. 36, pág. 104). Portanto, aliando este facto ao restante programa que se situa neste sector, encontramos uma possível explicação para a sua reduzida escala.

No caso de Oliveira do Mondego, ainda que não detenha a mesma diversidade programática de Calvelhe, esta repartição de sectores em função do programa é também muito marcada. Percebemos, através da leitura da planta, como no pátio principal se situam elementos que lhe são equiparáveis, permitindo que este tenha uma área de 721m<sup>2</sup>, definida e decorrente do próprio trabalho aqui imposto, como as cavalariças, o coberto principal e o edifício de currais; já o segundo sector agregava as funções secundárias, dos segundos currais e da nitreira, e portanto apresenta-nos então uma escala mais reduzida, com 303m<sup>2</sup>.

Em Poiares também percebemos como a divisão funcional do edificado, nos dois volumes em “L”, se reflecte na divisão e relação do pátio com o programa, sendo o primeiro sector inteiramente relacionado com os currais e as suas dependências anexas, situadas em toda a ala Poente/Norte do complexo, e o segundo sector, agregado aos programas da habitação.

Sendo que nestes casos anteriormente analisados há sempre uma organização em dois sectores, um de menores dimensões que o outro, portanto havendo sempre um sector de funções e carácter principal, e um secundário.

Contudo, esta formulação é alterada no monte da Herdade da Terrosa. Neste monte verifica-se uma divisão tripartida: o sector 3, de escala muito reduzida, com 101m<sup>2</sup>, e situado na própria entrada, tendo junto a si apenas duas dependências de alfaias, possivelmente relacionadas com o trabalho exterior ao complexo. O sector 1, e principal, com 661m<sup>2</sup>, que se relaciona com os programas de habitação dos ganhões, refeitórios, casa





do guarda, etc, assimilando-se como espaço agregador dos operários que ali trabalhavam, juntamente com os programas de produção alimentar. E finalmente, o sector 2, mais formal, que antecede a habitação do lavrador, dependências e capela, somando 232m<sup>2</sup>.

Portanto, fazendo uma análise transversal conclui-se que no Norte e no Centro existe uma divisão funcional do espaço e do programa em duas componentes: um sector principal, detentor de mais funcionalidades, sendo o espaço principal de trabalho no complexo; e um secundário, de índole mais específica e de escala consideravelmente menor.

Ainda assim, revelam-se contrastes: em Calvelhe, o sector mais reduzido é o que tem relação com maior diversidade de programas, e o principal apenas com funções pecuárias, juntamente com os cobertos.

Em Oliveira do Mondego a situação é inversa, o sector principal é o que agrega mais funções e maior diversidade programática e portanto reveste-se de maior escala e imponência formal no edificado, sendo o secundário de menor área e funções mais específicas.

Em Poiares também se verifica a lógica de Calvelhe, um primeiro sector do pátio que está inteiramente relacionado com o programa animal e as suas dependências, e um segundo que estabelece relações com as zonas comerciais, de produção alimentar e habitação.

Mais uma vez encontramos a particularidade no monte da Herdade da Terrosa, que coloca ao seu centro o sector principal e de maior escala, equiparável aos sectores principais dos casos do Norte e Centro, mas neste caso agregando as funções das habitações (dos trabalhadores) e algumas dependências, sendo que o segundo sector, com um programa mais específico, enquadra a habitação, equiparável, por exemplo, ao sector secundário da casa de Calvelhe ou de Poiares.

Concluindo, e colmatando a ideia exposta anteriormente, verifica-se sempre que o pátio se subdivide fundamentalmente em duas zonas, ou como chamamos, sectores: um principal, sempre de maior escala, reflexo da própria actividade rural e um secundário, mais específico ou formal, podendo conter programas mais distintos, que estabelecem propositadamente um distanciamento do sector anterior.

Ambos os projectos de reconversão que apresentaremos de seguida, (no capítulo 4) respectivos à quinta Nova em Poiares e à quinta em Oliveira do Mondego, apresentam esta intencionalidade, a assimilação destes dois sectores como duas pré existências declaradas, e a (re)formulação do espaço e programa em função desta organização funcional, que em tempos definiu e distribuiu a actividade destes complexos.



## HABITAÇÃO E RELAÇÃO COM O PÁTIO

Independentemente do objecto analisado constatamos que a localização, ou inserção, da sua habitação no complexo ocupa, manifestamente, um lugar proeminente. Este facto varia naturalmente em cada um dos casos, dado o seu regionalismo próprio, e portanto como se observam relações e implantações distintas no território, na paisagem e na malha urbana, não esquecendo, também, os próprios modos de povoamento, a habitação torna-se variável, bem como a sua relação formal e espacial com o pátio, que surge como consequência deste fenómeno.

Considere-se em primeiro lugar a casa de Calvelhe: ao percorrer a rua somos imediatamente chamados à atenção pela imponência granítica da sua habitação, que apesar de não estabelecer uma relação directa com a rua, como se verifica nos casos do Centro, marca decididamente o seu percurso, facto também intensificado pela sua cota superior, situando-se no primeiro piso, que já referimos ser um típico modo de organização da casa popular do Norte, e portanto destacando ainda mais o próprio volume num breve momento de passagem dos transeuntes.

Como tal reconhece-se a posição exclusiva que esta habitação ocupa na casa de lavoura, desenhando, juntamente com a capela, toda a ala Poente e encimando o complexo, obtendo assim um controlo visual tanto do exterior como, especialmente, do seu pátio, reforçado pela privacidade que a restante volumetria circundante proporciona. Marca também, simultaneamente, o seu acesso, dado que a entrada principal para o recinto interior se situa abaixo da habitação, funcionando como que um elemento de controlo para quem acede a partir do exterior.

Num caso paralelo, embora em região oposta do país e onde se espera uma postura totalmente distinta, no monte da Herdade da Terrosa, a habitação ocupa também um posição notável, rematando juntamente com a capela a ala Nascente, embora neste caso de maiores dimensões que a habitação de Calvelhe. Contudo há um aspecto divergente, envolvendo o pátio, elemento transversal a todos estes casos, que vale a pena sublinhar. Quando acedemos ao interior do monte, a habitação situa-se na sua extremidade mais longínqua, estando do lado oposto da (única) entrada e, portanto, torna-se inevitável percorrer todo o pátio para aceder à mesma, sendo este um espaço mediador de todas as funções do monte.

Contrariamente, em Calvelhe, a habitação coroa e situa-se na própria entrada da propriedade, portanto não se torna necessário percorrer o pátio na sua globalidade para aceder à mesma. Contudo, o acesso vertical que aqui existe, as escadarias de acesso à



habitação, funcionam como uma barreira, ou um filtro, que hierarquiza e assinala esta divisão de espaços e funções, aludindo então a um espaço distinto e totalmente privado.

Percorremos brevemente um dos sectores do pátio (sector que definimos no capítulo anterior) por sermos directamente encaminhados para o mesmo assim que entramos no complexo, um primeiro pátio que agrega funções informais e de trabalho diverso, e que funciona então como que um próprio átrio de entrada que recebe a escadaria e nos direcciona para a habitação.

Retornando ao Sul, deparamo-nos com uma verdadeira metáfora ou materialização do lugar do poder, a casa do fidalgo que sustenta os seus ganhões, que se situa ao fundo da propriedade. É de facto, ao atravessar todo o pátio, percorrendo inteiramente as suas alas, que chegamos à habitação, que também usufrui, como já proposto na análise do capítulo 2, de um pátio próprio, que antecede o momento da sua chegada, tendo também junto a si uma capela e revestindo este sector de um certa formalidade.

Neste caso, o acesso através do pátio à habitação é directo, já no Norte não é tão imediato, havendo acessos verticais que hierarquizam estas funções, e de certa forma, distanciam a habitação do fidalgo das zonas de trabalho, promovendo também a salubridade e condições gerais da mesma. No Sul podemos transpor esse acesso vertical que existe em Calvelhe para uma extensão horizontal, que então nos leva a percorrer todo o interior do monte, já que se referiu ser pouco comum no Alentejo haver um segundo piso nas construções, dada a organização funcional dos programas ter uma lógica horizontal, distribuída em vários edifícios ou alas.

Mas há, curiosamente, um princípio comum entre estes dois casos, descendentes de regiões tão distantes e cujos séculos relatam histórias tão distintas, mas que aparentam aqui encontrar a sua harmonia ao partilhar do mesmo sistema de composição: um sistema axial e longitudinal com um pátio ao centro que desenha duas grandes alas laterais, e impõe no seu extremo a habitação, agregada a um programa religioso, materializando o trono do complexo, e portanto sugerindo assim uma certa concepção hierárquica da volumetria e do programa em função do próprio pátio. Embora, aqui, sempre condicionados e adequados a cada região, à sua geografia, aos seus materiais e ao seu percurso civilizacional, o que não nos impede certamente de equiparar estes dois exemplos no que toca à sua organização espacial e às características funcionais do seu pátio.

Por sua vez, nos casos de análise da Beira Litoral relata-se uma situação divergente das anteriores, havendo também certas aproximações entre ambos. A habitação surge como um



elemento pertinente na relação com a rua, o que de certa forma a distancia de uma localização no extremo do complexo, sendo que este se desenvolve paralelamente à via de comunicação.

Ambas se situam à face da rua, mas é na sua incorporação na quinta que encontramos dissemelhanças. Em Poiares, a habitação tem uma frente urbana e encontra-se integrada na quinta, catalisando-se uma série de volumetrias e espaços a partir deste ponto. Já mencionámos a fachada, de composição equiparável à importância da sua relação urbana, e que permite as comunicações entre interior-exterior. A habitação divide-se em dois pisos, e ao contrário de Calvelhe, que abriga no piso térreo dependências diversas, aqui o intuito é a introdução de espaços de comerciais, sendo consequência da sua inserção num aglomerado urbano e da proximidade ao centro do município.

Respectivamente à quinta de Oliveira do Mondego, não podemos deixar de referir a sua peculiaridade, dado a habitação não se integrar no organismo agrícola, estando desassociada da mesma pela via de comunicação principal da aldeia. Não se sabendo explicar de forma exacta o porquê desta fragmentação, propõe-se no mínimo uma hipótese: a via de comunicação, possivelmente antes de ser devidamente “formalizada” seria anterior às propriedades, o que poderá significar que houve uma intenção voluntária de separar a habitação da quinta, talvez aliando a disponibilidade de terrenos à preferência em manter os dois organismos separados no que diz respeito às suas funções.

Não podemos também esquecer, e agora voltando ao capítulo 1, em que no corte transversal pelo território (Pág. 21), claramente percebemos que a habitação, se situada do lado oposto da quinta, aproveitaria de uma implantação singular no território, captando uma extensão de paisagem a jusante do Rio Mondego de cerca de 1,5Kms, facto que não seria possível, ou igualmente valioso, se integrada no complexo.

Mas não é esta separação volumétrica que nos impede de correlacionar estes dois elementos, que, apesar de fisicamente separados, mantêm uma constante relação patrimonial. A casa-mãe, distando apenas cerca de 5,50m da quinta, que é precisamente a largura da via de comunicação, funcionaria em conjunto com a mesma, que era, e ainda hoje é, um elemento sempre presente quando nos situamos na habitação, e vice-versa, havendo um contacto visual entre ambas praticamente constante.

Estas relacionavam-se também funcionalmente, dada a sua proximidade, em que os proprietários poderiam estabelecer um controlo assíduo da produção pecuária, sendo que a rua funcionava apenas como um elemento de ligação entre ambos e não como uma obstrução espacial. Ainda hoje esta simbiose se mantém, traduzida em diversos aspectos:

- A produção agrícola é controlada a partir da habitação e encaminhada para a mesma;





- A quinta não tem autonomia total, portanto, apesar de oferecer espaços de lazer para os proprietários e os demais, a habitação é sempre um elemento pertinente no conjunto, contendo programa que o complexo não tem;
- A quinta funciona como uma extensão exterior e funcional da habitação, albergando algumas das suas infraestruturas.

Ainda retomando este tema da “casa”, mencionamos brevemente a habitação privada que se situava mais a Norte, estando esta situada também à face da rua e acoplada ao complexo, mas que não determinava quaisquer relações com o mesmo, dado não haver acessos ou vãos que permitissem estabelecer tal contacto.

### **COBERTOS E CONTINUIDADE VOLUMÉTRICA – RELAÇÃO COM O PÁTIO**

É no Norte e no Centro que os cobertos se revestem de maior importância, oferecendo diversos tipos de apropriação: arrumos, sequeiros, eiras, espaço para alfaias agrícolas, elementos agregadores de programa (cortes para gado), oficinas etc. Mas, acima de tudo, a constante entre todos os casos analisados é a continuidade volumétrica em redor dos diferentes pátios, contribuindo para a leitura coerente de todo o complexo, ainda que não evidenciada da mesma forma em todos.

Na casa de Calvelhe os cobertos percorrem ambas as alas Norte e Sul do complexo, sendo na primeira (Norte), de funções relacionadas com a actividade agrícola (sequeiro, eira coberta com espigueiro agregado), e na segunda impondo um diferente uso, como oficina e cobertão para desfolhadas (tratamento de produtos alimentares). Estão assim integrados na volumetria, contornando-a e permitindo a continuidade com as restantes funções, havendo também uma zona coberta que marca a entrada para a propriedade e que é apenas descontinuada no momento de intercepção com a capela.

Há cobertos, então, em alas diferentes do complexo que remetem para funções também diferentes, mas funcionam todos como um próprio prolongamento do pátio, sendo fundamentalmente longitudinais e, portanto, contribuindo para a leitura da volumetria como um todo, um perímetro global de forma rectangular, como podemos observar numa planta de cobertura, em que a continuidade da mesma é apenas interrompida na entrada para o complexo, e na ala Nascente, sendo esta murada e mantendo uma relação visual com os campos próximos. Em termos da sua presença e ocupação no complexo geral, os cobertos totalizam uma área de cerca de 500m<sup>2</sup>, ocupando aproximadamente 20% do complexo.



No Sul, pelo que foi possível estudar do complexo, não se conseguiu chegar a nenhum apontamento de cobertos, sendo a continuidade do edificado estabelecida apenas pela justaposição das funções e das divisões lado a lado. Ainda que possam oferecer protecção solar, dada a pouca precipitação no Alentejo, podemos especular que a funcionalidade dos cobertos nesta região possa não ter tanta relevância.

Sendo elementos exteriores tornam-se fragilizados pelas elevadas temperaturas que aqui regem, e, como consequência, os espaços interiores surgem como uma hipótese mais apropriada para as possíveis funções que tivessem de se realizar nestes cobertos exteriores, oferecendo uma melhor capacidade de protecção térmica. Tal é meramente especulativo, dado que nos montes estudados no âmbito desta dissertação, a presença de espaços cobertos era muito reduzida e/ou inexistente, portanto não pretendemos aqui declarar a sua inexistência nos complexos do Sul, mas apenas especular, a partir do estudo de diversos casos.

Já na região Centro, o coberto volta a dominar grandes áreas do complexo e a tomar parte no envolvimento espacial e de definição do pátio, ainda que assumindo uma forma mais diversificada. Na quinta de Oliveira do Mondego há um grande coberto principal, agregador de inúmeras funções, e que estabelece uma relação entre o volume das cavalariças e os currais, tendo uma área aproximadamente equivalente à dos mesmos.

Pelas suas dimensões, 233m<sup>2</sup>, em comparação com cavalariças e currais, que juntos somam 108m<sup>2</sup>, podemos depreender a sua importância no conjunto bem como a variedade de usos que poderia proporcionar, não esquecendo também a sua proximidade ao pátio central da quinta. Em relação à sua área (de todos os espaços cobertos), esta corresponde a 370m<sup>2</sup>, ocupando 16% da propriedade.

Fazendo um aparte, a nitreira, apesar de ser uma volumetria que é essencialmente um coberto, não se incorpora nesta análise, dado a sua funcionalidade muito específica. Portanto, não a consideramos aqui como um coberto, ou um espaço “habitável” que permitisse outras funções, dado também que a cota no seu interior se situa abaixo do restante complexo (Ver corte longitudinal D-D’, pág. 47). Em relação à continuidade da volumetria, é claramente visível um gesto que parte do volume das cavalariças e depois é interrompido na ligação com o edifício da nitreira, assinalando o segundo pátio, depois tornando a ser interrompido na marcação do acesso ao quintal, intenção esta que se mantém e reforça na proposta de projecto. É retomado pelo volume longitudinal dos currais onde depois se vem a desmaterializar no sector 2, da habitação privada. Ainda assim, é identificável o grande pátio encerrado por toda esta volumetria, embora de forma não tão directa como em Calvelhe onde, pelas suas formas longitudinais e pela extensão dos cobertos, os pátios assumem um



perímetro ligeiramente mais regular. Neste caso, surgem de um desdobramento da própria descontinuidade volumétrica, onde podemos então perceber como esta afecta a forma do pátio, e portanto, como estes espaços cobertos e a sua relação com o mesmo são elementos importantes na sua definição bem como numa eventual reinterpretação contemporânea que se possa fazer.

Em Poiares estabelecemos dois paralelismos com Oliveira do Mondego e Calvelhe: em primeiro lugar, com Oliveira do Mondego porque a cobertura parte de uma volumetria principal, as cavaliças (que, como em Poiares poderiam ser um volume da habitação, e portanto a proposta vem de certa forma resgatar esta ideia popular da habitação relacionada com a rua), e assim o coberto nasce e desdobra-se a partir da mesma, percorrendo o restante recinto. O paralelismo com Calvelhe é possível porque os cobertos assumem uma forma mais rectilínea e constante, que melhor define tanto a volumetria como as áreas dos espaços subsequentes. Neste caso, em Poiares, o volume principal funciona como a génese de todo o resto do complexo e portanto o coberto nasce deste e percorre todo o perímetro até voltar a ser rematado pelo mesmo, na habitação do caseiro, desenhando assim a forma rectangular que identificamos de imediato. Em Poiares ocupam assim 32% da área total, com 292m<sup>2</sup>, quase um terço da propriedade.

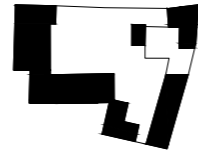
Ainda assim, apesar de ter dois acessos bem marcados, a continuidade da volumetria, e da cobertura, contrariamente a Calvelhe, não é interrompida, acabando por criar uma leitura contínua do edificado, remetendo-nos para um sistema claustral, mas, neste caso, adaptado ao popular. Observamos na planta que os espaços cobertos envolvem todo o pátio e portanto criam relações directas com as suas funções, embora aqui, como no Norte, tenham funções muito próprias, agregando os currais, as cavaliças e dependências. Já em Oliveira do Mondego, os volumes dos currais e das cavaliças assumem uma volumetria própria, sendo que neste caso, em Poiares, todo o coberto envolve o programa.

Então, percebemos que a partir desta leitura a condicionante do pátio se altera, ou seja, a influência do espaço coberto e do seu programa afecta a percepção do mesmo, aludindo-nos para um pátio de perímetro mais controlado e regular em Calvelhe e Poiares. Já no caso de Oliveira do Mondego, apesar das suas consideráveis dimensões, esta leitura torna-se, a certo ponto, destoada e descontínua, e foi, portanto, através do entendimento desta importância da sucessão, tanto volumétrica como dos cobertos em função dos pátios, que nasceu uma das estratégias basilares do projecto: a criação de espaço e programa novo através de um gesto que vem reabilitar e reforçar a continuidade entre volumes, tendo como princípio as relações que estes (volumes novos) vêm estabelecer com os próprios pátios.





COMPLEXO AGRÍCOLA DE CALVELHE



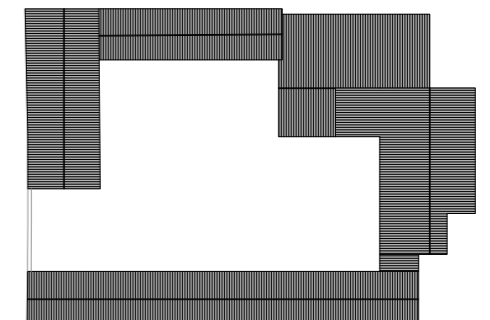
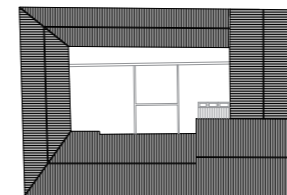
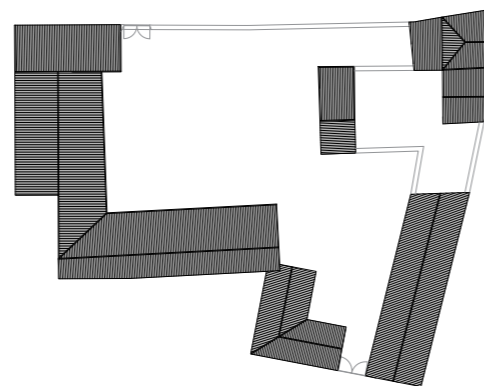
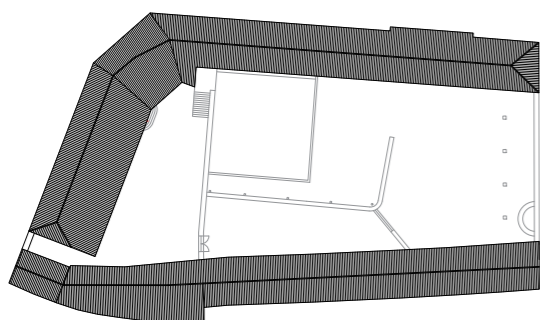
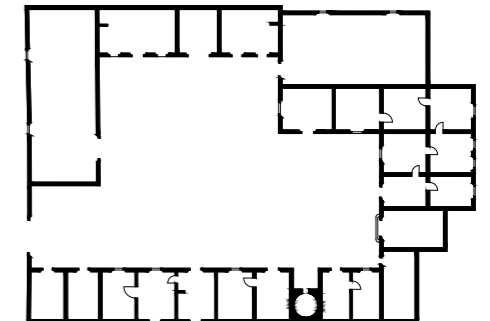
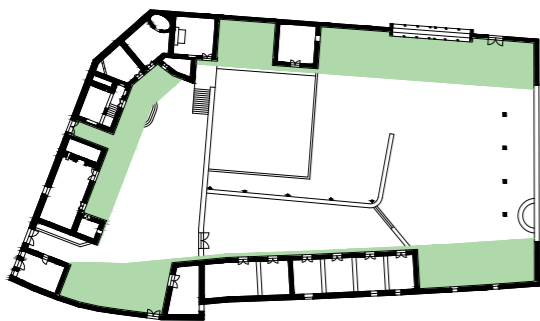
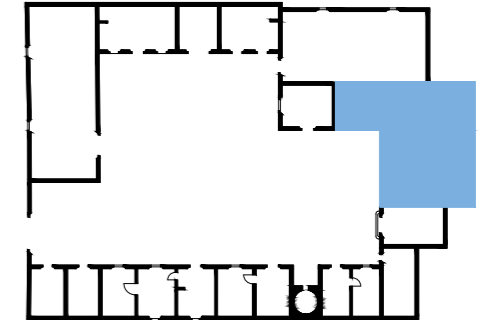
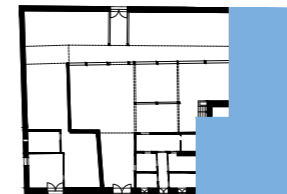
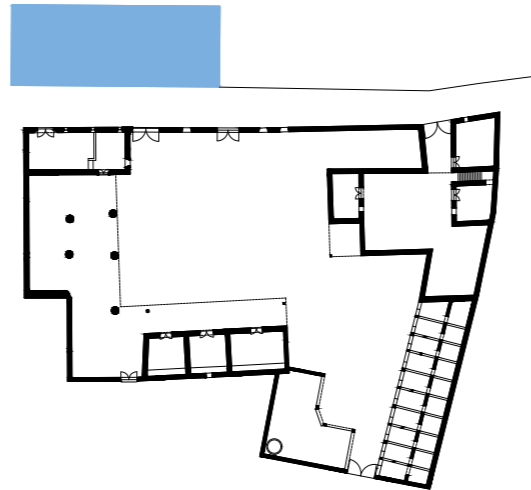
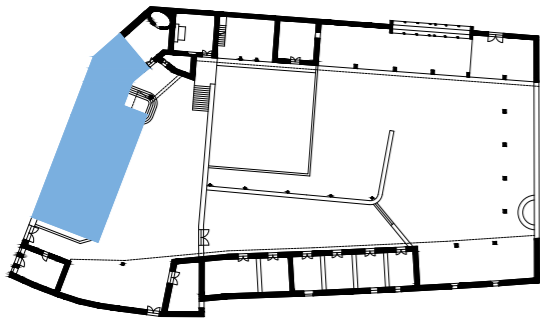
QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO



QUINTA NOVA DE POIARES



MONTE DA HERDADE DA TERROSA



Legenda: Habitação Espaços cobertos Cobertura

Pátio e envolvente interior Desenho n.º 10 (realizado pelo autor)

1:1000







	<b>Complexo agrícola de Calvelhe</b>	<b>Quinta de Oliveira do Mondego</b>	<b>Quinta Nova de Poiares</b>	<b>Monte da Herdade da Terrosa</b>
<b>Funções/Produção</b>	Agrícola Animal Alimentar	Agrícola Animal	Agrícola Animal Alimentar	Agrícola Animal Alimentar
<b>Tipos de habitação</b>	Proprietário e trabalhadores	Apenas trabalhadores	Proprietário e trabalhadores	Proprietário e trabalhadores
<b>Pátio</b> Área Sectores	1411m <sup>2</sup> 2	1024m <sup>2</sup> 2	270m <sup>2</sup> 2	1000m <sup>2</sup> 3
<b>Cobertos</b> Área (total)	5 500m <sup>2</sup>	3 370m <sup>2</sup>	3 292m <sup>2</sup>	– –
<b>Ocupação dos cobertos em relação à área total (%)</b>	19%	16%	32%	–



### 3.4 PÁTIO – ANÁLISE QUANTITATIVA

Este parâmetro aborda uma vertente mais objectiva de cada pátio, onde o foco principal é, de certo modo, traduzir a sua concepção espacial, estudada aqui e no capítulo 2, mas agora em valores e percentagens concretas. Tentaremos perceber os seus alicerces quantitativos, e como estes, trabalhando como pano de fundo, se materializaram em espaços que primavam pela funcionalidade, permitindo que estes complexos funcionassem como organismos autónomos e independentes. Abordaremos diversos cálculos relativos às áreas dos complexos, dos seus pátios e respectivos sectores, e numa análise transversal, tentaremos perceber se são meramente casuais, se partilham de semelhanças compositivas ou se são totalmente díspares. Nesta fase, depois de estudado cada complexo faz-se o processo inverso, tentando desconstruí-lo, perceber como foi formulado e como os seus pátios se originaram em função do edificado.

Começando de novo por uma análise de maior abrangência, partindo do geral para o particular, foquemo-nos, primeiramente, nas áreas de cada complexo. O complexo de Calvelhe, o mais antigo, é o de maior área, contando com 2340m<sup>2</sup>, seguido do monte da Herdade da Terrosa, com 2327m<sup>2</sup>, depois Oliveira do Mondego com 2275m<sup>2</sup>, e por fim, de escala mais reduzida, mas não impedindo de o incorporar nesta análise, a quinta Nova de Poiares, com 900m<sup>2</sup>. Podemos desde esta primeira informação referir que são todos complexos de grande escala, embora já tal tivesse sido reconhecido e referido pelos desenhos e análises respectivas a cada um, agora os números confirmam, este facto.

Mas torna-se importante referir, antes de mais, que as áreas que aqui apresentamos são exclusivas ao complexo “físico” propriamente dito, à sua construção, e portanto não consideramos os terrenos agrícolas adjacentes aos próprios. Por tal não ter sido possível apurar de forma exacta, principalmente nos casos do Norte e Sul, decidi não se ter em conta tal factor. Ainda assim, apresentam-se alguns valores, dos que foram possíveis de obter, para pelo menos demonstrar a escala dos terrenos pertencentes a cada propriedade:

O nosso objecto de estudo, com os seus terrenos acoplados, totaliza cerca de 6700m<sup>2</sup>, e a quinta Nova de Poiares, com a menor área, 900m<sup>2</sup>, ganha uma escala considerável, totalizando, aproximadamente, pouco mais de 22471m<sup>2</sup>, de certa forma compensado a sua menor escala de construção, e, portanto, equiparando-se aos casos que aqui se apresentam.

Como relativamente ao complexo de Calvelhe e ao monte da Herdade da Terrosa não foi possível apurar tais áreas, deixaremos de parte tal factor, até porque, para a questão do pátio, a escala e área dos terrenos adjacentes não se revelam elementos de extrema importância.



Em Calvelhe, o pátio tem uma área de aproximadamente 1411m<sup>2</sup>, ocupando cerca de 60% da área do complexo em geral, tendo mais 407m<sup>2</sup> que o pátio do monte alentejano, que apresenta 1004m<sup>2</sup>, e portanto ocupa 43% do complexo.

Na quinta de Oliveira do Mondego a situação é semelhante ao Alentejo, o pátio com apenas mais 20m<sup>2</sup> do anterior, soma um total de 1024m<sup>2</sup>, ocupando então 45%, praticamente metade, do complexo em geral.

Evidencia-se aqui, que o monte da Herdade da Terrosa é maior em área, com 2327m<sup>2</sup>, mas o seu pátio tem menores dimensões, ocupando 43% da área total; em Oliveira do Mondego o complexo é menor em área mas o seu pátio tem uma maior taxa de ocupação do espaço. Aqui, a Quinta Nova de Poiães torna-se então o caso distinto, o pátio, com uma área de 270m<sup>2</sup>, ocupa apenas 30% do complexo. É, portanto, em Calvelhe que o pátio assume as maiores dimensões e escala, ocupando mais de metade do complexo, sendo nos restantes casos de 45, 43 e 30%.

Verifica-se assim uma tendência para que o pátio ocupe aproximadamente metade do complexo, acabando por criar, de certa forma, uma harmonia entre o construído e o vazio, e contribuindo com um equilíbrio entre espaço e programa justamente adequado ao funcionamento da propriedade agrícola, onde o edificado e o vazio se tornam proporcionais.

Podemos então dividir o complexo em duas partes: uma primeira, o programa, com todas as dependências e funções necessárias ao funcionamento do organismo agrícola; e uma segunda parte, o pátio, de apoio a estas mesmas funções, e de escala proporcional às que ele mesmo permite desempenhar, disputando estas duas componentes praticamente a mesma área relativamente ao espaço total.

Torna-se, de certo modo interessante, constatar uma tendência tão equitativa, visto parecer-nos provável que estes complexos tenham apenas sido concebidos pelos próprios proprietários e seus construtores, mas que resultam numa concepção espacial que aparenta ter uma abordagem regrada e distinta do espaço, onde o vazio é, quantitativamente, proporcional ao construído. Estabelece-se assim uma aparente ordem e coerência na construção e nas relações entre interior e exterior, em que o pátio e a forma construída coexistem, desenhados pela relação funcional que os associa.

É notável que tal coerência nestes espaços advenha deste contexto, de uma Arquitectura rural e anónima, alicerçada em princípios funcionais e pragmáticos, (Ribeiro, 1991) e concebida a partir do conhecimento passado por gerações e do seu empirismo; mas a construção dos volumes e sua justaposição em função de um elemento vazio central mostra,



por detrás da robustez e rudeza construtiva, uma certa ordem, revelando um certo método na sua composição espacial.

Fazendo uma aproximação de escala, em que tratamos o pátio e a sua divisão em sectores, constatamos que no primeiro caso, o complexo de Calvelhe, o sector 1 (trataremos sempre o sector 1 como o de maior área e assinalado a vermelho nos desenhos), ocupa cerca de 72% da área total do pátio, e 43% da área total do complexo, e o sector 2, de área mais reduzida, ocupa 28% do pátio e apenas 17% da área total, sendo que esta soma perfaz os 60% de ocupação total do pátio em relação à propriedade. A situação mais semelhante é talvez na quinta de Oliveira do Mondego, onde temos valores equiparáveis: o sector 1, principal, com 721m<sup>2</sup>, ocupa 70,4% do pátio, e o menor, de 303m<sup>2</sup> ocupa 29,6%. Em relação à área total, há então uma ocupação de 31,7% (sector 1) e apenas 13,3% (sector 2), somando os 45% de ocupação do pátio em relação à área total. É nestes dois exemplos que os valores se assemelham em termos da proporção e ocupação que têm, tanto na composição geral do pátio, como na sua extensão dentro do próprio complexo.

Na Quinta Nova o sector 1 ocupa cerca de 62,2% do pátio e o sector 2 37,8%, mas na perspectiva geral, da sua extensão dentro do complexo, os valores reduzem, sendo que há uma ocupação do sector 1 e 2 de aproximadamente de 18,7% e 11,3% respectivamente.

A situação distinta volta a ser no monte da Herdade da Terrosa, em que há uma divisão em 3 sectores, ainda assim os valores dos mesmos contêm algumas semelhanças: O sector 1, sector principal, com 661m<sup>2</sup> ocupa 66% do pátio, o sector 2, que antecede a habitação, com 24%, e o mais reduzido, situado na entrada, com 10% do pátio. As respectivas ocupações no monte são de: 28,5% para o sector 1, 10,2% para o sector 2 e apenas 4,3% para o sector 3, totalizando os 43% de taxa de ocupação do pátio em relação ao complexo, como já indicado acima.

Concluindo a análise desta escala de aproximação, verificamos que há semelhanças entre os casos analisados, podendo assim esta vertente quantitativa, criar tais pontes, através do próprio pátio. É importante referir em primeiro lugar a semelhança dos pátios e dos seus sectores nos complexos de Calvelhe e Oliveira do Mondego, onde os valores de ocupação do sector 1 rondam os 72% - 70%, respectivamente, e para o sector 2 os 28% - 29%, respectivamente, tornando praticamente o pátio semelhante na sua composição e organização. Já na quinta de Poiares e no monte da Herdade da Terrosa estes valores, mais reduzidos, também contêm semelhanças, onde o sector 1 de cada complexo ocupa entre 62,2% e 65,8% (66%), respectivamente, do pátio.





Mas fazendo uma comparação transversal aos quatro, que é o que aqui se pretende, as taxas de ocupação do maior sector (em relação apenas ao pátio) estão compreendidas entre 72% e 66%, revelando um intervalo reduzido nestes casos e tornando-os equiparáveis na composição dos sectores, verificando-se que ocupa sempre pouco mais de metade do pátio, aludindo ao seu programa e funções. Já nos sectores mais reduzidos, dependentes de funções mais diversificadas em alguns casos, esta percentagem compreende-se entre os 23% e 37%.

Contudo, na percentagem dos menores sectores (2) em relação ao complexo geral, é onde encontramos um menor intervalo, indo desde os 10% - 17%, sendo que no sector de maior área este intervalo está entre os 28% - 43%, mas onde encontramos mais semelhanças é, de novo, entre Calvelhe e Oliveira do Mondego, em que estes sectores, principais, ocupam respectivamente 43 e 31%.

O que estes valores essencialmente traduzem, partindo, em primeiro lugar, da ocupação total do pátio, é que a taxa de ocupação do mesmo é proporcional, de certo modo, à ocupação da volumetria, o que confere a teoria que aqui aprofundámos, onde o pátio é dimensionado e desenhado de acordo com as funções que lhe são atribuídas, revelando assim o carácter da sua importância na engrenagem que é o complexo agrícola. Portanto, há uma coexistência simbiótica e funcional entre pátio e volumetria, dado que, na maior parte dos casos, aproxima-se de uma divisão equitativa.

Já no que toca à ocupação dos sectores em relação ao pátio, é dada, nos casos do Norte e Centro, primazia ao sector que se relaciona com as actividades agrícolas e pecuárias do complexo. Estas são indispensáveis ao funcionamento da quinta, e portanto, tal facto, como já citado anteriormente, pode estar relacionado com a escala do pátio/sector em função do número de gado e dimensões dos currais, suportando, de novo, a formulação do pátio sob critérios pragmáticos e funcionais (Ribeiro, 1991).

Por sua vez, a menor taxa de ocupação dos sectores secundários explica-se pela sua relação com programas distintos e complementares. Como por exemplo, programas alimentares, de tratamento de materiais, aludindo então para uma menor percentagem de ocupação do espaço que estes próprios programas requerem.

Porém, esta intencionalidade é alterada no monte da Herdade da Terrosa, em que o sector principal do pátio agrega, maioritariamente, os programas relacionados com o operariado do monte. Pela observação da planta, e atentando no número de espaços que são dedicados aos “ganhões”, podemos deduzir um maior número de trabalhadores do que os restantes exemplos analisados. Sugerimos então, que neste caso, este sector representa a força operária da herdade, já nos anteriores, o sector principal ilustra o potencial pecuário e agrícola do



complexo. O sector intermédio, um pouco à semelhança dos acima descritos, relaciona-se também com um programa mais específico, mas neste caso particularizado maioritariamente pela habitação, revelando a importância que esta assume neste objecto em particular, algo que não se verifica com tanta intensidade nos restantes casos.

Portanto, quer-se com isto dizer que, embora haja uma aproximação destes valores e taxas na sua essência numérica e, conseqüentemente, espacial, eles traduzem também uma significância funcional e programática, traduzindo a força e o potencial pecuário/operariado de cada complexo. Este aspecto mantém-se comum entre todos casos, estando o sector principal dimensionado de acordo com os próprios programas responsáveis pela escala do pátio e do complexo, e o segundo sector com os programas secundários, que não contribuem, de forma directa, para a representatividade da escala do complexo, mas, ainda assim, são essenciais ao seu funcionamento.

Com este capítulo sumariou-se a regionalidade do pátio, representando as essenciais diferenças de formulação do complexo e do pátio consoante a região e as premissas inicialmente definidas. Como tal, abordámos quatro parâmetros:

Em – Pátio e envolvente exterior – analisaram-se as distintas relações do pátio e do complexo com a sua envolvente, realçando as diferentes atitudes psicológicas inerentes a cada região. Também constatámos que a consequência da relação entre pátio – complexo – malha urbana se traduziu no número de acessos, na relação estabelecida com a rua, e na introdução dos vãos. Como tal, evidenciaram-se complexos de carácter mais introvertido, em que o pátio se relaciona de forma mais significativa com o espaço interior, e outros de carácter mais extrovertido, em que o pátio demonstra uma intenção de envolvimento urbana.

No segundo parâmetro, – Pátio e envolvente interior – procurou-se compreender, já única e exclusivamente, a concepção do próprio espaço interior do complexo, portanto, a subdivisão do pátio em sectores funcionais e a consequente associação com o programa de cada objecto. Abordámos também a importância da habitação como elemento representativo do utilizador do complexo e o significado que a sua localização e relação com o pátio estabelecem no mesmo. Ou seja, dado o pátio ser um elemento fundamental na organização do organismo agrícola, a sua relação com a habitação torna-se essencial, bem como a relação da habitação com a envolvente exterior, que como vimos, pode surgir no contacto com a rua, isolada num extremo do complexo, ou destacada num piso superior.

Abordou-se também, relativamente à definição e envolvente interior, o tema dos cobertos e continuidade volumétrica em prol do pátio, elementos caracterizadores e definidores do



mesmo, e potenciais temas de projecto, como se verificará na proposta seguinte. Visto que o pátio sobrevive da própria relação que estabelece com os elementos que o rodeiam, os cobertos e a continuidade da volumetria revelam-se, assim, essenciais.

Por fim, no parâmetro – Pátio – Análise quantitativa –, partimos para uma outra realidade do pátio, onde tentámos extrapolar a dimensão do desenho e abordámos uma representação numérica da sua formulação, revelando aqui, de forma imediata, a própria estratégia de configuração do pátio segundo a sua relação com os programas.

Revelaram-se, expectavelmente, aproximações e valores distintos em certos aspectos, mas concluiu-se que o valor do pátio no complexo entra em unanimidade com a volumetria, ocupando aproximadamente a sua metade, alternando entre os valores de 60% - 45% - 43% e 30%, exibindo uma aparente sensibilidade ao desenho do espaço e harmonia entre forma construída e vazio.

Constatou-se também, trabalhando já no seu núcleo interior, que há sempre um sector principal que ocupa mais de metade do pátio, aludindo para a sua importância funcional, e apresentando valores entre 72% - 62%. Como consequência, surge um segundo sector, remetente para funções secundárias, e que apresenta valores entre os 28% - 23%, o que nos faz pressupor uma relação entre sectores de 70% - 30%, representativos, estes valores, da relevância de cada um dentro do complexo.

O seguinte e último capítulo relata já um momento contemporâneo, em que iremos transformar as realidades anteriormente investigadas, tendo como base a investigação teórica que até aqui se produziu e argumentou, actuando como suporte projectual.

Portanto, iremos analisar as propostas de reconversão da Quinta Nova de Poiares e da Quinta de Oliveira do Mondego seguindo os parâmetros estabelecidos neste capítulo, mas agora espelhando a sua contemporaneidade, tentando, simultaneamente, demonstrar a regionalidade dos objectos, traduzida em ambas as propostas.



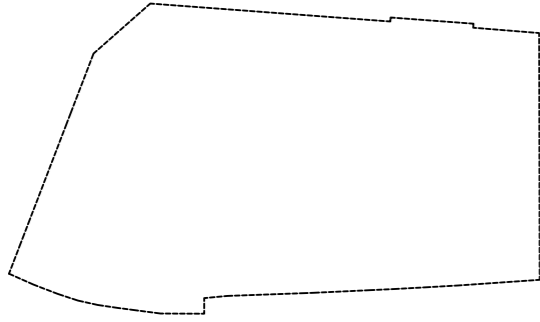
	<b>Complexo agrícola de Calvelhe</b>	<b>Quinta de Oliveira do Mondego</b>	<b>Quinta Nova de Poiares</b>	<b>Monte da Herdade da Terrosa</b>
<b>Área do complexo</b> (sem terrenos contabilizados)	2340m <sup>2</sup>	2275m <sup>2</sup>	900m <sup>2</sup>	2327m <sup>2</sup>
<b>Área do pátio</b> (e percentagem em relação à área total)	1411m <sup>2</sup> 60%	1024m <sup>2</sup> 45%	270m <sup>2</sup> 30%	1004m <sup>2</sup> 43%
<b>Número de sectores e áreas</b>	2	2	2	3
Sector 1	1012m <sup>2</sup>	721m <sup>2</sup>	168m <sup>2</sup>	661m <sup>2</sup>
Sector 2	398m <sup>2</sup>	303m <sup>2</sup>	102m <sup>2</sup>	238m <sup>2</sup>
Sector 3	–	–	–	101m <sup>2</sup>
<b>Ocupação dos sectores</b> (em relação ao pátio)				
Sector 1	72%	70,4%	62,2%	66%
Sector 2	28%	29,6%	37,8%	24%
Sector 3				10%
<b>Ocupação dos sectores em relação à área total</b>	(soma perfaz a ocupação do pátio)	(soma perfaz a ocupação do pátio)	(soma perfaz a ocupação do pátio)	(soma perfaz a ocupação do pátio)
Sector 1	43%	31,7%	18,7%	28,5%
Sector 2	17%	13,3%	11,3%	10,2%
Sector 3				4,3%



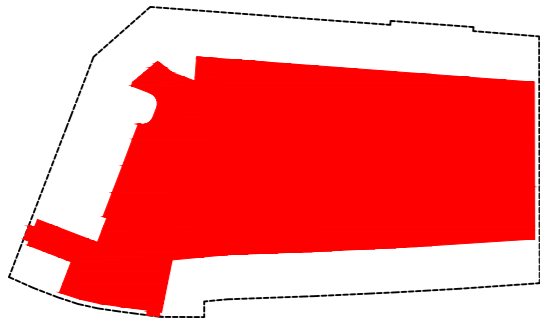




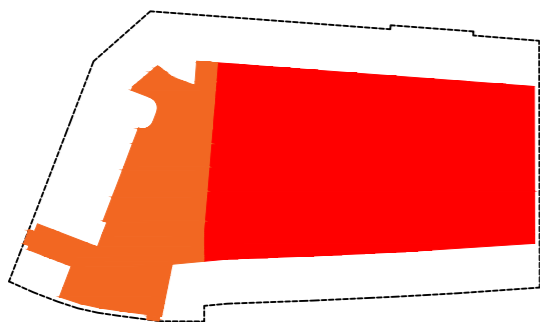
COMPLEXO AGRÍCOLA DE CALVELHE



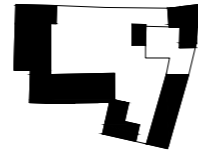
Área total: 2340m<sup>2</sup>



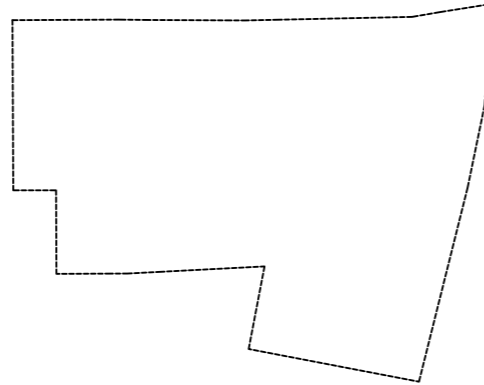
Área do pátio: 1411m<sup>2</sup>  
 Percentagem em relação à área total: 60%



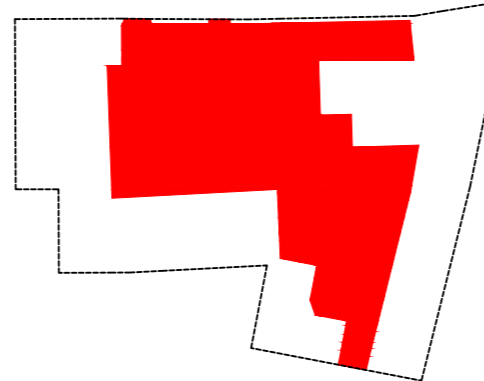
Sector 1: 1012m<sup>2</sup> (72% do pátio e 43% do complexo)  
 Sector 2: 398m<sup>2</sup> (28% do pátio e 17% do complexo)



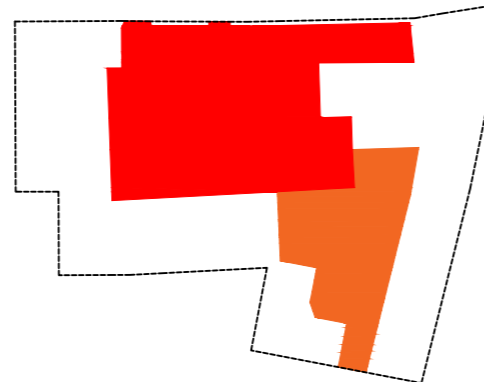
QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO



Área total: 2275m<sup>2</sup>



Área do pátio: 1024m<sup>2</sup>  
 Percentagem em relação à área total: 45%



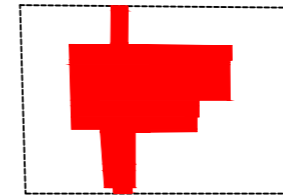
Sector 1: 721m<sup>2</sup> (70,4% do pátio e 31,7% do complexo)  
 Sector 2: 303m<sup>2</sup> (29,6% do pátio e 13,3% do complexo)



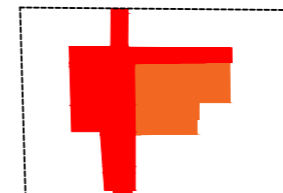
QUINTA NOVA DE POIARES



Área total: 900m<sup>2</sup>



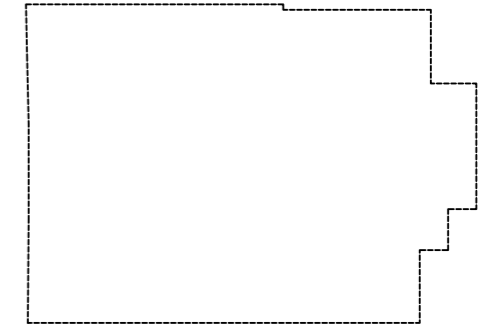
Área do pátio: 270m<sup>2</sup>  
 Percentagem em relação à área total: 30%



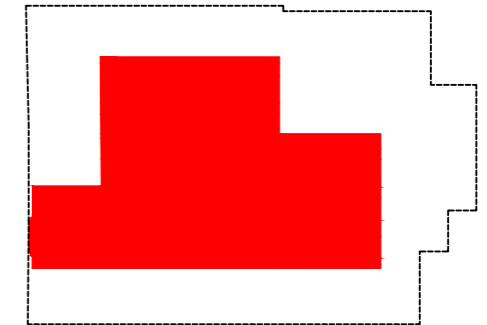
Sector 1: 168m<sup>2</sup> (62,2% do pátio e 18,7% do complexo)  
 Sector 2: 102m<sup>2</sup> (37,8% do pátio e 11,3% do complexo)



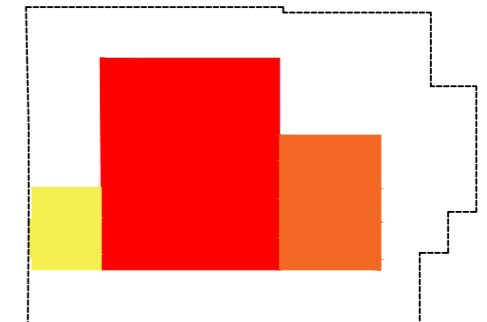
MONTE DA HERDADE DA TERROSA



Área total: 2327m<sup>2</sup>



Área do pátio: 1004m<sup>2</sup>  
 Percentagem em relação à área total: 43%



Sector 1: 661m<sup>2</sup> (66% do pátio e 28,5% do complexo)  
 Sector 2: 238m<sup>2</sup> (24% do pátio e 10,3% do complexo)  
 Sector 3: 101m<sup>2</sup> (10% do pátio e 4,3% do complexo)

Legenda:  
 - - - Perímetro do complexo  
 ■ Pátio e sector principal ■ Segundo sector ■ Terceiro sector

Representação quantitativa do pátio e sectores  
 Desenho n.º 11 (realizado pelo autor)

1:1000



4

## **PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

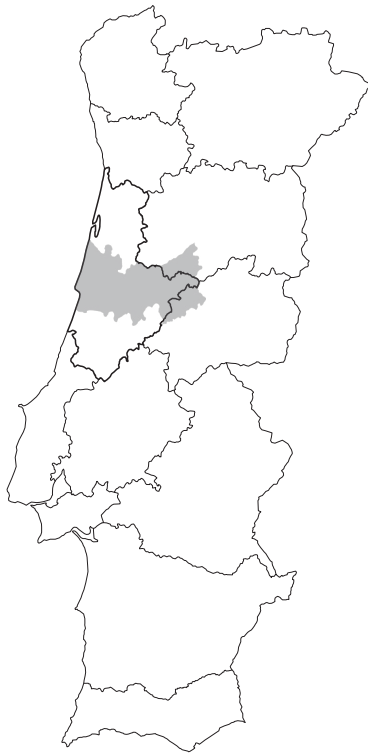


Representando um processo de investigação que teve início no capítulo 1 e nos trouxe até ao que aqui se apresenta, pretendeu-se, em primeiro lugar, conhecer e explorar o pátio rural, perceber a sua história, contexto, regionalismo, funcionalidades e modos de aplicação, para, agora, o poder reinterpretar através de uma de reconversão de usos. Como tal, toda a investigação e informação expostas nos capítulos anteriores termina neste capítulo, – Proposta de intervenção – na apresentação do projecto do nosso objecto de estudo, a reconversão da Quinta de Oliveira do Mondego, para um empreendimento de turismo em espaço rural.

Este representa o culminar de um processo de aprendizagem, teórica e prática, que, justamente, suporta a proposta e os próprios conceitos que a alicerçam. Será também apresentado um caso de estudo, o projecto de reconversão da Quinta Nova de Poiães, estabelecendo um paralelismo crítico entre as duas propostas, não com o objectivo de os comparar formal ou espacialmente, mas acentuando a utilização e exploração das potencialidades do pátio, e de como o mesmo se torna um elemento essencial na abordagem projectual das próprias quintas.

O objectivo fundamental passa precisamente por demonstrar como um projecto de Arquitectura pode ser concebido a partir do pragmatismo “anónimo” de um organismo agrícola e da sua apropriação do pátio, e como a funcionalidade do mesmo actua, de certo modo, como o embrião de uma proposta de projecto. Ou seja, como estas propostas e os seus programas nascem a partir dos mesmos princípios de concepção que outrora originaram os próprios complexos. Torna-se também importante demonstrar como a Arquitectura funciona como um mediador temporal e espacial, neste caso traduzindo aquilo que o pátio era, anteriormente, através das propostas que aqui se apresentarão; mas também pretendemos sublinhar esta questão do tempo e da intemporalidade do pátio, já referida no capítulo 3, e a sua potencialidade na criação de espaço e programa, trabalhando dentro de diversas janelas temporais, funções e requisitos programáticos.

Este capítulo apresentará duas propostas em simultâneo, seguindo os mesmos parâmetros do capítulo 3, de forma obter uma leitura coerente do antes e do depois, mas agora comparando as propostas de projecto. Depois, aprofundando e densificando mais a proposta do nosso objecto de estudo, através de uma aproximação de escalas, mais uma vez, do geral para o particular, apresentaremos um edifício específico do conjunto que se propôs desenvolver a um maior nível de detalhe, indo até à escala dos elementos construtivos.



## QUINTA NOVA DE POIARES QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO

Quadro informativo:

Região: Centro

Província Histórica (1936): Beira Litoral

Distrito: Coimbra

Concelho: Vila Nova de Poiares e Penacova

Freguesia: Poiares (Santo André) e Oliveira do Mondego

Datados de: 1869 (Séc. XIX) e 1919 (Séc. XX)

Projectos de: 1997 (Poiares) e 2017/2018 (Ol. Mondego)

Programa: Habitação, produção agrícola/animal/alimentar

Inserção urbana: Povoamento concentrado

Cota altimétrica: Aprox. 103m e 85m

Distância entre ambos: Aprox. 20Km

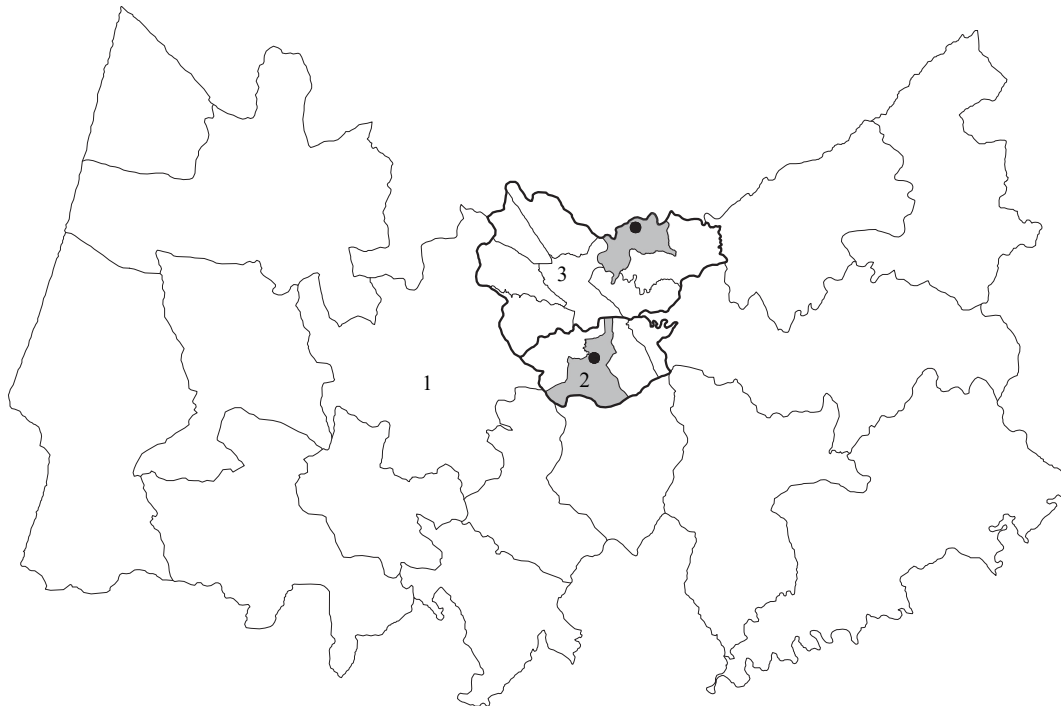


Fig. 65 - Distrito de Coimbra e inserção do objecto e caso de estudo  
(desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt))

Legenda:

1. Concelho de Coimbra 2. Vila Nova de Poiares 3. Penacova ● Quinta de Oliveira do Mondego e Quinta Nova

— Concelhos de Penacova e Vila Nova de Poiares ■ Freguesias de Ol. do Mondego e Poiares (Santo André)

0 10 20KM



## **4.1 PÁTIO COMO CATALISADOR DE PROJECTO RECONVERSÃO DE DUAS QUINTAS QUINTA NOVA E QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO**

Antes de iniciarmos a apresentação de cada proposta, torna-se importante referir, ainda que brevemente, o contexto temporal e regional das mesmas, bem como o âmbito e o propósito com que surgem.

Já referimos, anteriormente, o pátio enquanto elemento constante na organização do espaço, bem como a sua contínua presença na Arquitectura popular em Portugal. Como tal, apresentamo-lo aqui num intervalo temporal mais curto, que ao mesmo tempo representa duas “faces” do mesmo, a pré existente e a reconvertida, mas mantendo a sua essência como uma constante. Como referido atrás, comparamos agora duas pré existências, a Quinta Nova de Poiares, remetente a 1869, e a Quinta de Oliveira do Mondego de 1910, portanto dois objectos de séculos distintos (XIX - XX), distando 41 anos entre si.

Quanto às propostas de reconversão, relativamente à Quinta Nova, o projecto data de 1997, portanto 128 anos depois da sua fundação. Por sua vez, a proposta de reconversão da Quinta de Oliveira do Mondego surge em 2017/2018, 107 anos após a sua origem, o que nos dá um intervalo de apenas 20 anos entre as propostas. Este curto intervalo de 20 anos aproxima, de certo modo, ambas as intervenções, facto também proporcionado por partilharem do mesmo contexto, características e abordagens.

Em termos regionais, e já especificado nos capítulos anteriores, localizam-se no mesmo distrito, Coimbra, mas pertencentes a concelhos e freguesias diferentes (Fig. 65), ainda assim, são apenas 19Km que separam estes dois complexos. Portanto, estas quintas e propostas, revelam uma associação não só temporal, como também regional e projectual e, como consequência de tal associação, serão analisadas em paralelo.

Os principais pontos que pretendemos aferir entre estas duas abordagens residem precisamente na interpretação de cada pátio e dos seus sectores, bem como cada um destes foi decisivo e pertinente em cada intervenção. Portanto, ainda que com objectivos diferentes, o pátio assume-se como a base de trabalho e o tema principal da cada projecto, pois interessa também perceber como este elemento, comum nestas intervenções, se adapta a cada programa, sendo portanto interpretado de forma semelhante, mas abrangendo diferentes opções funcionais e programáticas.





## **QUINTA NOVA (1869)**

### **PÁTIO COM UNIDADE DO COMPLEXO DE HABITAÇÃO (1997)**

Autor do projecto: Arquitecto João Mendes Ribeiro

Relativamente à Quinta Nova, a proposta de reabilitação passava por reconverter parte dos usos da quinta para uma habitação de grande escala, com programa agrícola, animal e de lazer, funcionando o pátio agora como a nova unidade do complexo habitacional.

De certa forma, ao contrário da nossa intervenção, que não propõe a continuação integral das funções de produção que a quinta outrora tinha, este projecto vem dar continuidade a essa vertente, propondo espaços de cultivo e jardim, produção agrícola e animal. Como tal, apresenta-se o programa a introduzir e a manter relativo à Quinta Nova:

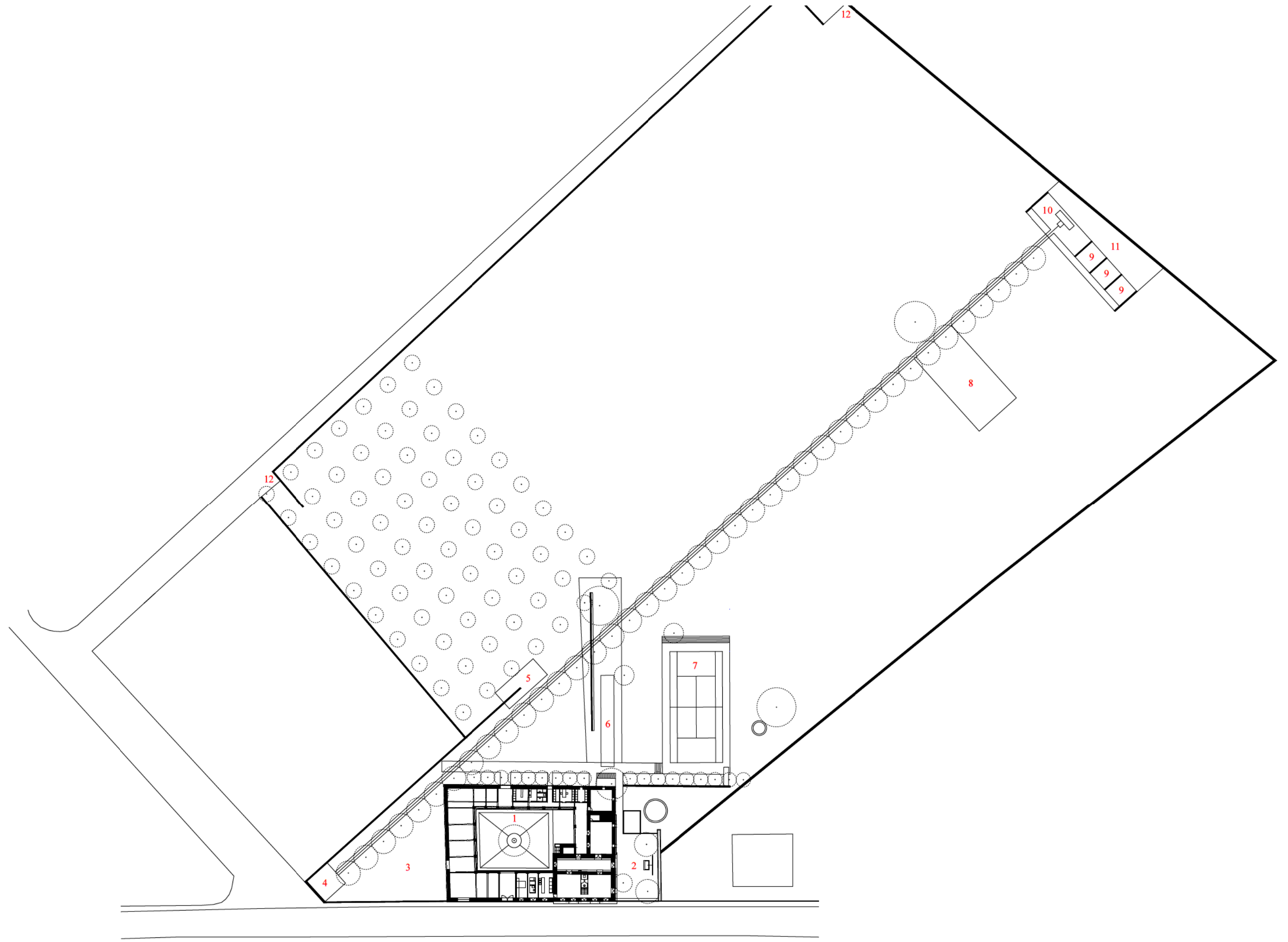
#### **Programa a introduzir:**

- Habitação para hóspedes;
- Espaço de arrumos e garagem;
- Balneários e piscina;
- Despensa e lavandaria;
- Espaço exterior de jardim e estufa;
- Espaço de recreio infantil;
- Campo de jogos;
- Picadeiro, boxes e espaço de lavagem para cavalos.

#### **Programa a manter/reabilitar:**

- Habitação dos proprietários;
- Adega e garrafeira;
- Forno.





Legenda:  
 1. Pátio 2. Jardim das camélias 3. Espaço de recreio infantil 4. Fonte 5. Estufa 6. Piscina 7. Campo de jogos  
 8. Picadeiro 9. Boxes 10. Espaço para lavagem de cavalos 11. Espaço de armazenamento 12. Entrada de serviço  
 - - - Limite de propriedade

Estratégia geral (Piso térro)  
 Desenho n.º 12 (editado pelo autor)

1:750



## **QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO (1910)** **PÁTIO COMO UNIDADE DO COMPLEXO TURÍSTICO (2017/2018)**

Relativamente à Quinta de Oliveira do Mondego, a proposta é, de certo modo, mais invasiva, sendo necessário redesenhar o espaço com um maior nível de profundidade, dado o novo programa. Como tal, era imperativa a introdução de nova volumetria para suportar as novas funções bem como a transformação dos próprios espaços interiores de maneira a se adequarem aos requisitos actuais (áreas, térmicos e acústicos, etc).

Numa situação oposta a Poiares, esta proposta não vem reabilitar grande parte das funções originais, como tal, não se verifica programa animal, mas mantém-se/reabilita-se uma parte da quinta para produção agrícola, dado ainda ter esse potencial.

Portanto é uma proposta exigente, mas considera-se que o próprio espaço tem escala para suportar tal intervenção, sendo que o pátio vem agora adaptar-se às novas funções, trabalhando como a unidade do complexo turístico.

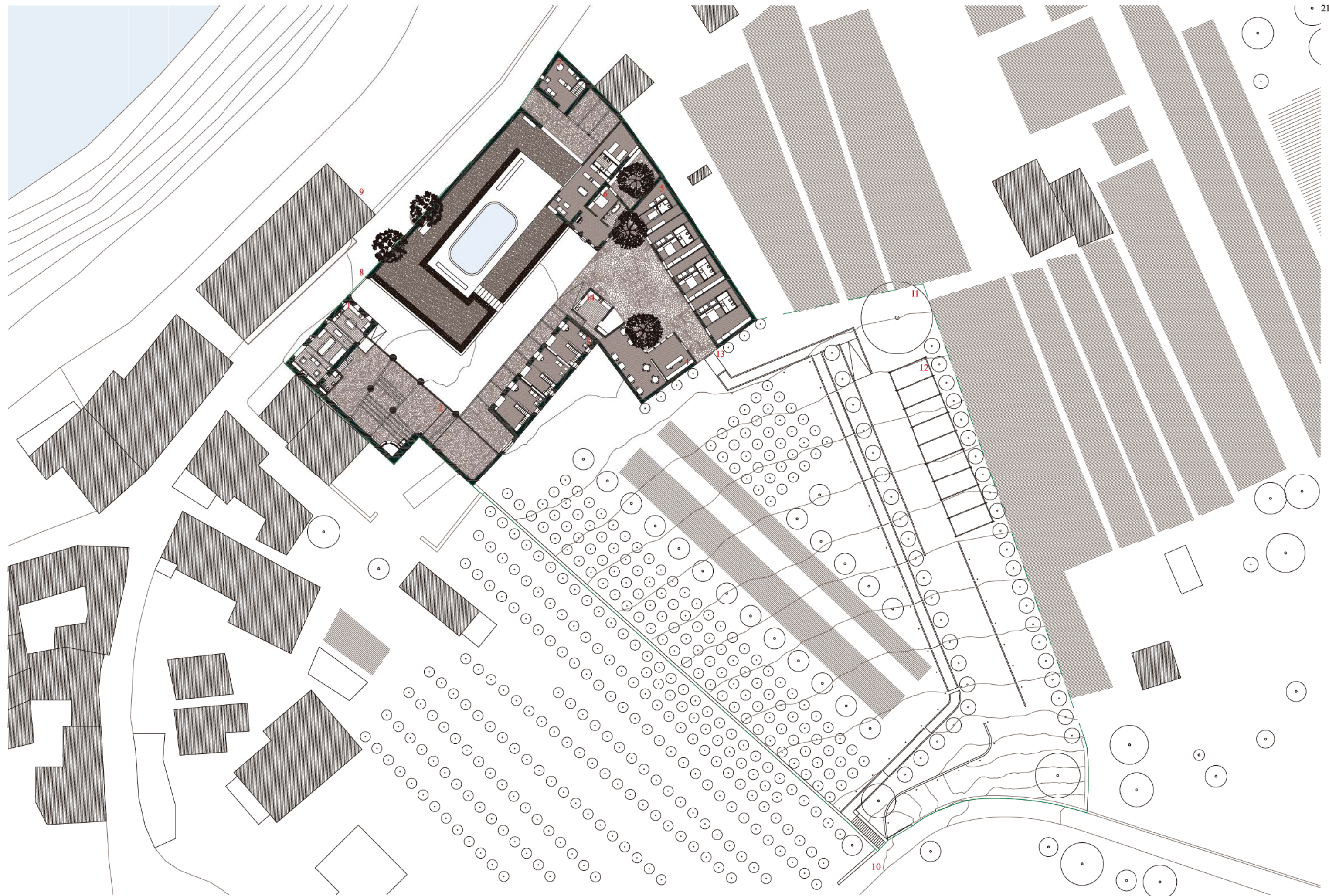
### **Programa a introduzir:**

- Recepção;
- Sala de estar e sala de refeições;
- Cozinha;
- Quartos simples (4);
- Suites duplex (3);
- Habitações privadas (2);
- Zona de estacionamento (9 lugares);
- Jardim e espaço de cultivo.

### **Programa a manter/reabilitar:**

- Habitação dos proprietários;
- Espaço coberto (para diversas funções);
- Espaço de piscina e jardim (reabilitado);
- Espaço de cultivo (reabilitado).





Legenda:  
 1. Cozinha e sala (antigas cavaliariças) 2. Telheiro 3. Suites (antigos currais) 4. Recepção e zona de refeições 5. Quartos (antigos currais) 6. Habitação privada  
 7. Habitação privada 8. Acesso pedonal 9. Casa-mãe 10. Acesso principal automóvel 11. Quintal 12. Estacionamento coberto 13. Entrada principal 14. Cozinha  
 - - - Limite de propriedade

Estratégia geral (Piso térreo)  
 Desenho n.º 13 (realizado pelo autor)

1:500





## 4.1.1 PÁTIO E ENVOLVENTE EXTERIOR

### RELAÇÃO COM A RUA

Das análises dos capítulos 2 e 3 pudemos depreender que uma das características principais destes complexos do Centro era a importância que davam à sua envolvência urbana. Como tal, ambas as propostas que aqui se apresentam preservaram a originalidade deste tema, conferindo-lhe continuidade (Quinta Nova), ou intensificando-a (Quinta de Oliveira do Mondego), através do contraste entre construções, agora sob uma nova abordagem e programa.

Seguindo esta lógica, a forma do edificado e o programa são sempre trabalhados a partir do pátio, ou seja, do interior para o exterior, sendo que os gestos de projecto mais significativos vão-se gradualmente desvanecendo à medida que nos aproximamos dos limites físicos dos complexos, nomeadamente, neste caso, da via de comunicação, assegurando assim que a relação tanto do edificado como do pátio com a rua mantenha o carácter que sempre teve.

No caso da Quinta Nova, a fachada principal não sofreu grandes alterações, sendo que a própria funciona como um invólucro que agrega os novos programas no seu interior e os adequa ao seu desenho. É apenas na antiga entrada de alfaias agrícolas, na extremidade SO do complexo, que se verifica um alargamento do vão, de maneira a possibilitar o estacionamento automóvel.

Relativamente à Quinta de Oliveira do Mondego, a relação urbana é ligeiramente trabalhada, consequência da necessidade imposta pelas novas funções, dada a introdução de um programa definitivo de habitação (que densificaremos mais adiante) em contacto directo com a rua. Mas, excluindo este facto, as relações que o complexo estabelece com a via principal de comunicação são mantidas.

O carácter do pátio, do ponto de vista urbano, permanece o mesmo, sendo comum nestas duas propostas que as maiores alterações se verifiquem ao nível da área interior do complexo, portanto dos seus pátios e áreas interiores envolventes, e deixando a relação com a rua como que no próprio estado “original”, numa tentativa de preservar a identidade urbana do próprio complexo no aglomerado. Ainda assim, apesar da introversão que o pátio proporciona a estas pré existências (e propostas), estas contêm duas faces, uma exterior e urbana, e uma interior e privada.

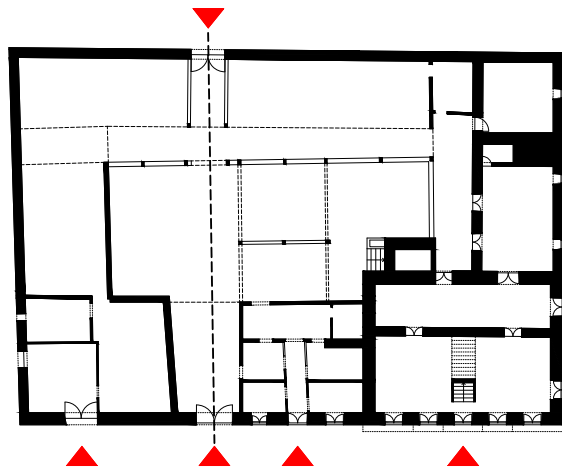


Fig. 66 - Esquema de acessos da Quinta (pré existência)  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Novembro de 2017)

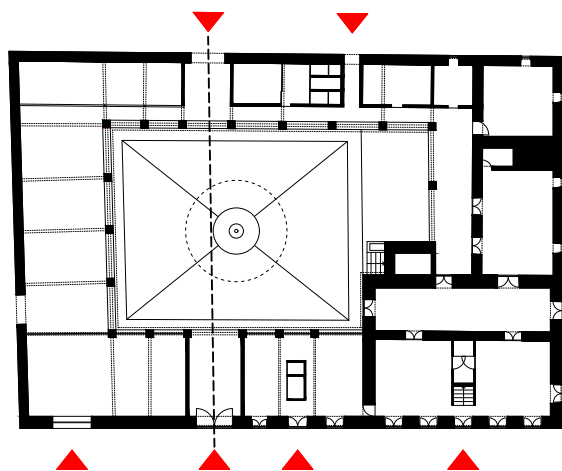


Fig. 67 - Esquema de novos acessos da Quinta (projecto)  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pelo autor do projecto, Novembro de 2017)

Legenda:

▶ Acessos ao complexo

1:500



Ou seja, a rua fez e sempre fará parte dos próprios complexos, sendo que a fachada que se relaciona com esta actua como a própria face do mesmo.

Portanto, e como conclusão deste parâmetro, dado valorizarem a relação com a rua e ocultarem as suas funções para a privacidade do interior, as intervenções vêm, não resgatar, mas assegurar esta intenção, que caracterizou estas propriedades ao longo do tempo, produto do seu regionalismo.

## **ACESSOS**

É na questão da acessibilidade que começam a surgir contrastes entre as abordagens, mas o foco principal acaba sempre por ser a relação em comum com o pátio, que resulta das próprias características do edificado, dos seus aspectos formais, da sua inserção no aglomerado e da própria estratégia de projecto.

O principal ponto a referir antes desta análise é que ambas as propostas alteram o número de acessos ao interior, contrastando principalmente na forma como o acesso ao complexo passa a ser feito, e qual o seu acesso principal. Em primeiro lugar, debruçemo-nos sobre o número total de acessos em cada proposta:

Na Quinta Nova contávamos com cinco acessos: quatro pela via de comunicação e um pelo quintal. A proposta vem então introduzir um novo acesso pelo quintal, secundário e de menores dimensões, situado no alçado Norte, entre os balneários e a despensa, criando assim uma alternativa aos percursos possíveis de acesso aos programas nas traseiras. Contamos agora com quatro acessos na frente urbana: um para o pátio principal, dois para a habitação, um para a garagem; e dois na frente do quintal, que nos direccionam para o pátio, totalizando seis acessos.

Relativamente a Oliveira do Mondego, à nossa proposta, é necessário voltar a referir que na sua pré existência contava com cinco acessos, mas, como já descrito, após intervenções e alterações programáticas na quinta, alguns foram entaipados, limitando assim o número de entradas consoante as funções que a quinta passava a exercer.

A nova proposta passa a contar com apenas quatro: dois pela rua principal, (actual portão principal de entrada e um outro situado junto à habitação privada a Norte), e dois pelas das traseiras (o acesso ao pátio secundário, e o acesso pelo portão secundário que nos dirige para o coberto principal).

Criam-se assim acessos principais e secundários em cada uma destas frentes, dois na frente urbana e dois na frente do quintal, revelando aqui uma hierarquia do próprio carácter

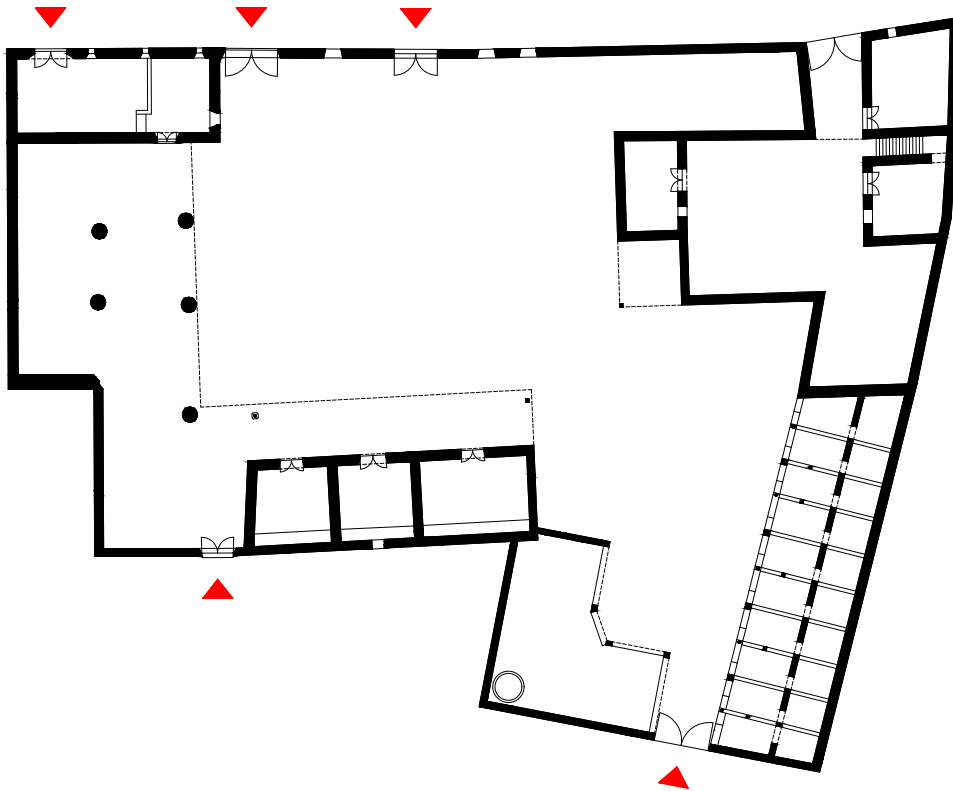


Fig. 68 - Esquema de acessos da Quinta (pré existência)  
(Desenho realizado pelo autor)

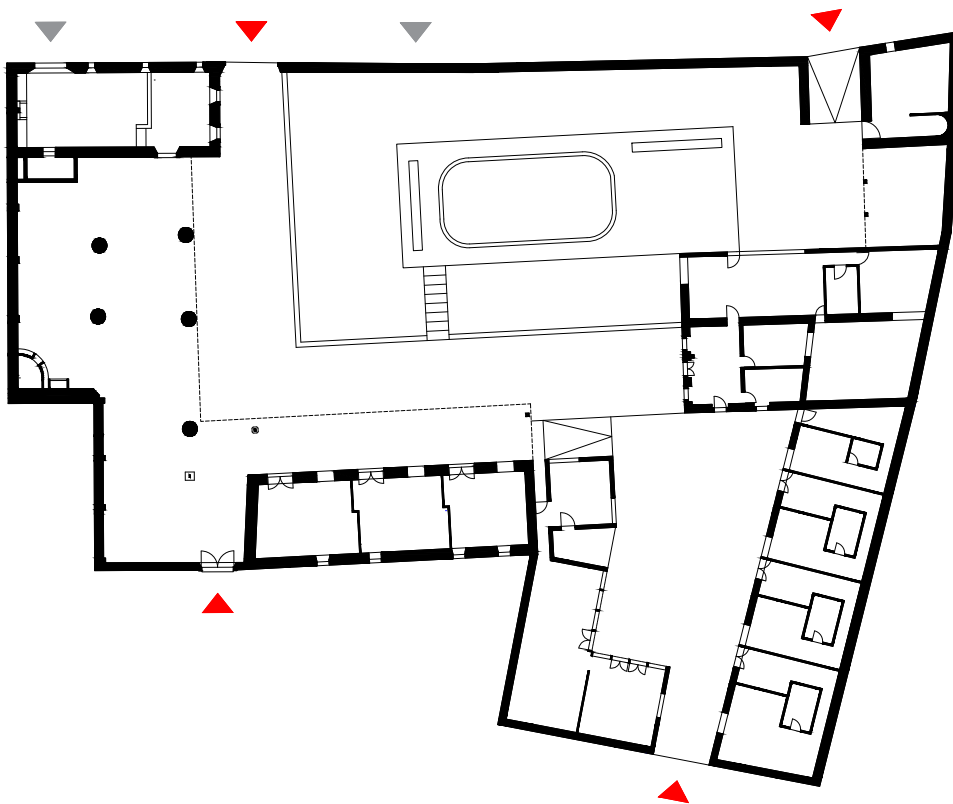


Fig. 69 - Esquema de novos acessos da Quinta (projecto)  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

▶ Acessos ao complexo    ▶ Acessos ao complexo (encerrados)

1:500



de cada um, consoante a divisão funcional do pátio. O contraste mais assinalável entre estas propostas é relativo ao seu acesso principal, mas advém, naturalmente, do programa que as propostas vêm introduzir.

Como tal, em Poiares, o acesso principal ao pátio e à propriedade continua a ser feito pela rua, mantendo a sua importância e função urbana. Já em Oliveira do Mondego, pela natureza do seu programa, a situação é diferente. Numa tentativa de impedir a circulação automóvel no interior do complexo, o acesso principal passa a ser feito pela rua secundária, que nos encaminha para a zona de estacionamento da quinta, e portanto, é a partir daqui que acedemos à sua entrada principal, para o pátio de entrada e recepção.

Considera-se que, apesar desta alteração logística, a relação urbana do complexo não é afectada, visto que este acesso continua a ter uma utilização crucial e assídua, dada a sua adjacência à rua, mas é agora apenas limitado à circulação pedonal, de maneira a promover o conforto e segurança no espaço interior, livre de circulação automóvel.

Referimos anteriormente que os acessos estabelecem relações directas com os pátios, e voltamos a encontrar contrastes e formas de abordagem distintas em ambos os casos: no caso da Quinta Nova, o pátio é central ao eixo definido entre os seus dois acessos principais, da rua e do jardim, sendo que se situam numa posição axial entre si, e portanto o pátio surge como produto desta situação, ao mesmo tempo que é dividido nos seus sectores segundo este mesmo eixo.

É a própria disposição dos acessos segundo este alinhamento (Fig. 66 e 67) que vai, por sua vez, redefinir os sectores do pátio, sendo que o seccionam a meio, e portanto, na proposta tornam-se essenciais na (re)definição tanto do pátio, como na distribuição do programa.

Numa situação distinta temos a Quinta de Oliveira do Mondego, em que cada acesso está directamente relacionado com um sector do pátio, criando assim uma logística dos mesmos, facto explicado, como já referido acima, pelos aspectos formais da própria quinta, da sua escala e da compartimentação dos sectores do seu pátio.

Mas na Quinta Nova é mesmo a ideia de “axialidade” dos próprios acessos que catalisa a reafirmação dos sectores, como a própria pré existência já ditava, e neste caso, com a exploração de maior área do pátio, esta intenção é reforçada, dando a imediata ideia de dois sectores que se desenvolvem no pátio a partir dos próprios acessos para o interior do complexo. Aqui os acessos principais não estão organizados funcionalmente segundo os sectores do pátio, mas contribuem para a sua divisão.



Em Oliveira do Mondego a situação é oposta, os acessos estão funcionalmente relacionados com um sector específico do pátio mas não contribuem para a sua divisão, apesar de, como em Poiães, se situarem em frentes distintas, não são de todo axiais.

Mas esta observação não diz respeito apenas aos acessos e à sua funcionalidade, pois o pátio é um elemento sempre presente em todas as decisões de projecto nestas propostas, e como consequência, os acessos correlacionam-se com o próprio e com os seus sectores.

Como tal, e já referido brevemente no capítulo 1, o acesso principal à Quinta de Oliveira do Mondego passa a ser feito pelas traseiras, e portanto este, outrora justificado pela sua localização num sector que se relacionava com as traseiras da quinta, é promovido a acesso principal, relacionando-se, de novo, com as traseiras da mesma, dado o acesso directo do estacionamento. Portanto, tanto o carácter do sector como do próprio acesso, mantêm-se na proposta, mas são meramente adaptados às novas funções.

Aqui os acessos espelham, de certo modo, a própria índole dos sectores onde estão inseridos: o acesso pela rua é pedonal, de maneira a relacionar-se com as funções deste sector do pátio, que são de lazer, jardim e espaços de refeições exteriores. O acesso pelo pátio de entrada, apesar de pedonal, reflecte o carácter deste sector, que é funcional, pois está relacionado com a chegada do estacionamento à quinta, com o jardim, os edifícios de recepção, refeições e cozinha, funções que este sector agrega. Assim sendo, os acessos nesta proposta definem e são definidos pelos pátios, formalmente, mas também tipológica e funcionalmente, sendo cada acesso em cada extremidade relacionado com uma funcionalidade diferente da quinta.

A ideia final a concluir entre estas duas distintas aproximações, é que na proposta de reconversão da Quinta Nova os acessos contribuem para a divisão do pátio em sectores. Por sua vez, na reconversão da Quinta de Oliveira do Mondego, os acessos têm uma relação exclusiva com os sectores, pelo que definem e são definidos pelos próprios.

## **VÃOS E RELAÇÃO COM O EXTERIOR**

Embora distintas, dada a natureza do programa a implementar, ambas as propostas se mostram sensíveis ao tema dos vãos e da relação com o exterior do complexo, tentando adoptar uma linguagem adequada ao que a pré existência já estabelecera. Como tal, estas propostas de reabilitação e reconversão, apresentam uma melhoria na relação com o exterior, no sentido de favorecer o interior dos novos espaços propostos, mas sem nunca descaracterizar a identidade do complexo e o carácter tipológico da região, que tem como

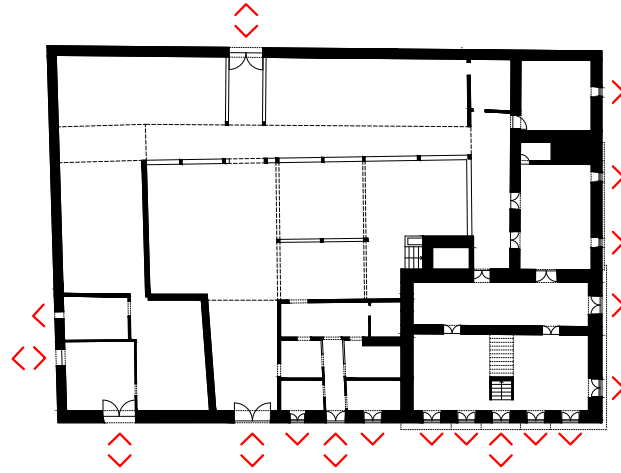


Fig. 70 - Esquema de vãos da Quinta (pré existência)  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Novembro de 2017)

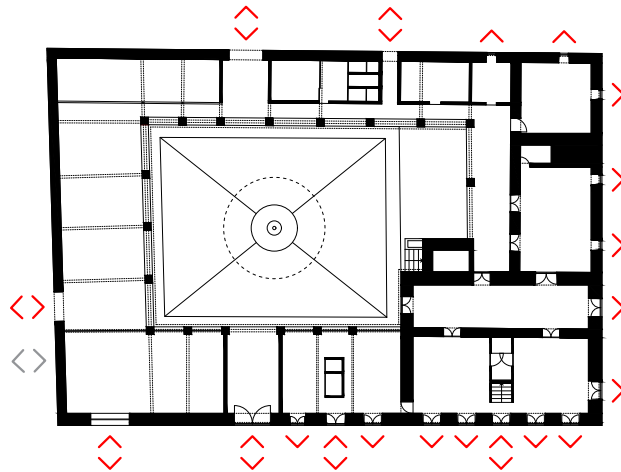


Fig. 71 - Esquema de novos vãos da Quinta (projecto)  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pelo autor do projecto, Novembro de 2017)

Legenda:

◊ Vãos de acesso ◊ Vãos de acesso (encerrados) ^ Vãos (janelas) ^ Vãos encerrados (janelas)



uma das premissas um limite cego entre pátio, interior e exterior, sendo este apenas mais trabalhado nas relações urbanas.

Ainda assim, dada a natureza da proposta, é em Oliveira do Mondego que se verifica uma maior quantidade na introdução destes elementos, visto que as exigências do programa eram incontornáveis em relação a este aspecto. Sendo assim, a maior parte dos vãos surge com o intuito de relacionar o programa interior com o espaço exterior para efeitos de luz e ventilação, e portanto, é assegurada a privacidade do pátio, dado não existirem vãos directos do mesmo para fora do perímetro do complexo, assegurando assim o seu carácter intimista e nuclear.

Por sua vez, na Quinta Nova, observa-se um grande contraste no plano do alçado Norte, em termos dos vãos, onde na pré-existência, podemos perceber que o único vão aberto é o de acesso para o interior do pátio através do quintal e, na nova proposta, acrescentam-se três, de certa forma enriquecendo este alçado, permitindo luz e ventilação para o novo interior, mas ao mesmo tempo assegurando a sua privacidade, dado que se relacionam com o próprio jardim do complexo. Esta fachada soma agora um total de quatro vãos, contrastando apenas com um que a caracterizava no estado original.

Tal facto também acontece na proposta de Oliveira do Mondego, dado que a introdução mais significativa de vãos também acontece na relação com as traseiras (campos de cultivo e jardim), fruto da intervenção a realizar nos espaços interiores, mas, de novo, nunca comprometendo o recinto interior. Então, no que diz respeito aos vãos que se relacionam com o jardim da quinta, estes são apenas introduzidos num dos edifícios pré existentes, edifício que densificaremos de seguida, os antigos currais, que a proposta vem reconverter em suites duplex.

Neste caso, replicou-se a memória de um apontamento danificado e desgastado de vãos pré existentes, que serviriam de ventilação para os currais. Estes vãos foram replicados segundo uma linguagem contemporânea (Ver desenho n.º 14, pág. 233), em que um vigeamento de metal vem substituir o lintel de madeira que caracterizava a pré existência.

Estes vêm proporcionar luz natural para o interior das suites, sem, ao mesmo tempo, comprometerem a privacidade das mesmas, daí a sua reduzida escala, pretendendo também o menor impacto na linguagem compositiva do edificado, como na imagem e carácter do complexo em geral. Uma vez que a proposta tem que se adaptar tanto ao pré existente como aos novos requisitos, o ponto de concordância residiu nesta solução.

Outro aspecto a destacar são os vãos novos, que consistem em mansardas que coroam o piso superior deste edifício. Dado serem elementos respectivos a instalações sanitárias de

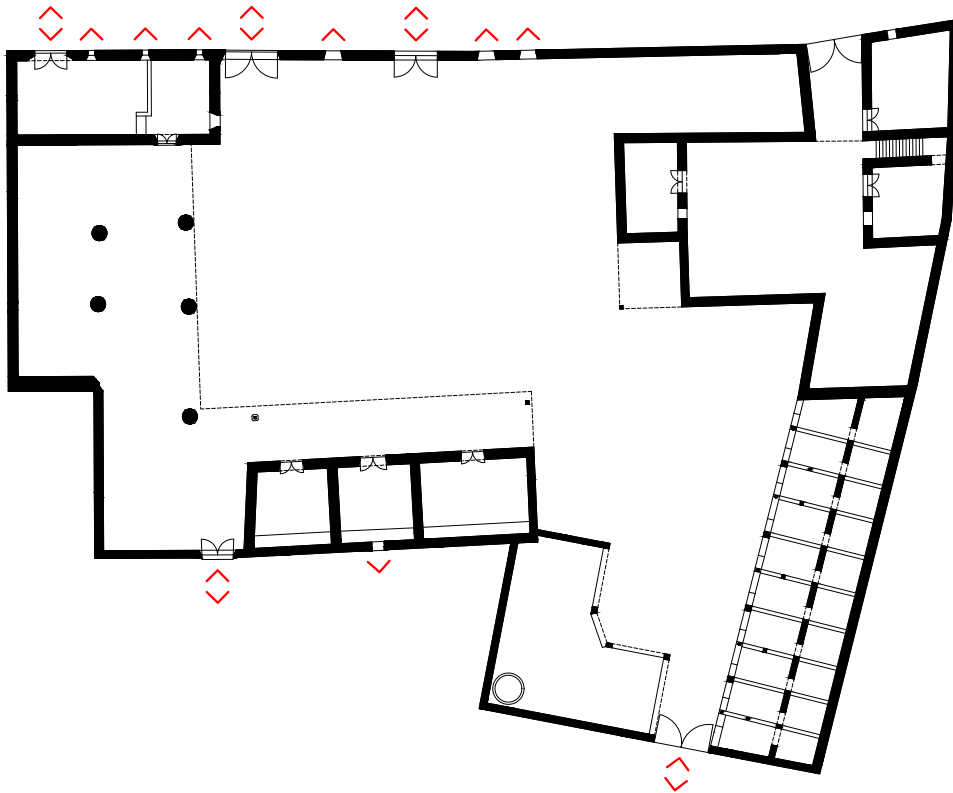


Fig. 72 - Esquema de vãos da Quinta (pré existência)  
(Desenho realizado pelo autor)

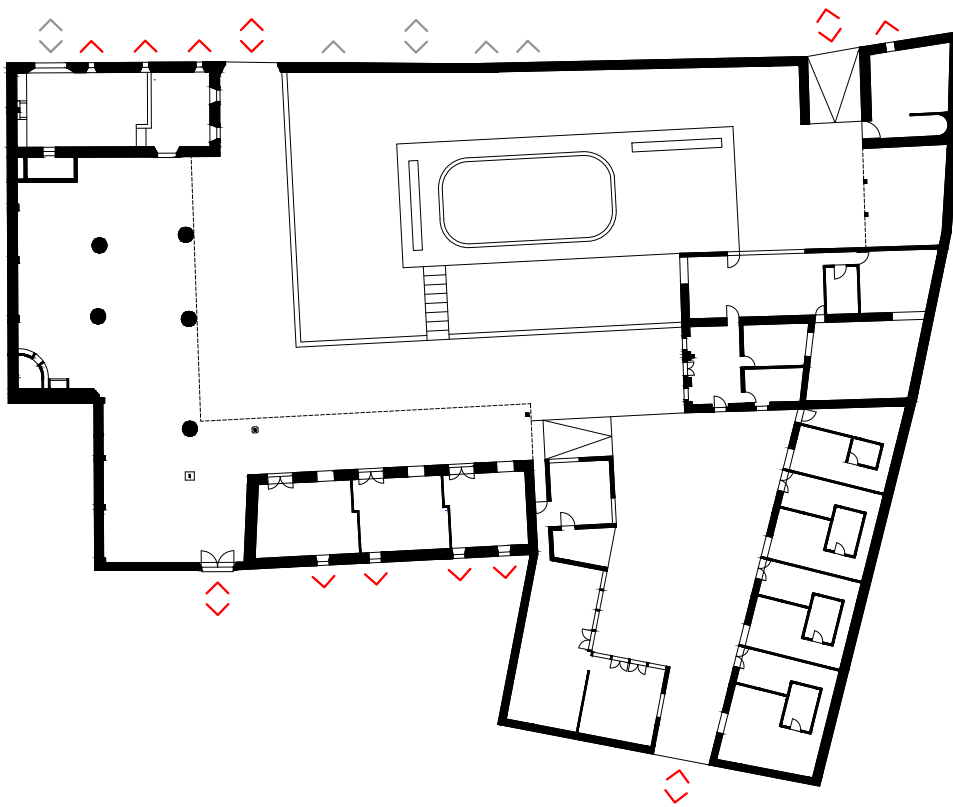


Fig. 73 - Esquema de novos vãos da Quinta (projecto)  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

◇ Vãos de acesso    ◇ Vãos de acesso (encerrados)    ▲ Vãos (janelas)    ▲ Vãos encerrados (janelas)

1:500



cada suite, a sua introdução seria essencial, tendo o objectivo de encaminhar luz natural para a própria divisão e proporcionar ventilação, fundamental para estes espaços.

Contudo, estes pretendem acima de tudo dois aspectos: permitir a qualidade interior destes espaços e contrastar com a construção pré existente, afirmando-se com uma linguagem compositiva que dista 107 anos da anterior, estabelecendo assim um diálogo entre dois séculos.

Relativamente aos vãos no contacto com a rua, na Quinta Nova manteve-se o existente, no sentido de respeitar a pré existência, sendo que o espaço interior foi desenhado em função destes. Apesar deste contraste, a proposta consegue manter a essência do original, criando uma diferenciação entre os vãos que se relacionam com a rua e os vãos que se relacionam com o jardim.

Já em Oliveira do Mondego, na relação com a rua, os vãos das antigas cavalições, parcial habitação na actualidade, e na proposta uma habitação completa e autónoma, são também trabalhados. Repete-se o tema das mansardas, com a principal função de iluminar e ventilar o espaço interior, dado os existentes (frechas e óculos) serem demasiado reduzidos para tal poderem proporcionar. De certa forma repete-se o gesto das suites, mas aqui num contexto e enquadramento diferentes, dado que neste caso, os vãos são abertos na relação com a rua, e portanto segue-se a característica regional destes complexos, em que há uma certa liberdade na introdução dos mesmos para a via pública.

Estas duas mansardas surgem também como elementos de confronto (Ver desenho n.º 15, pág. 235) entre uma abordagem contemporânea e uma construção centenária, afirmando a contemporaneidade da quinta, com uma nova identidade, actual, com novas funções e requisitos, relativos ao complexo turístico, e declarando tal identidade através do imediatismo na relação com a rua, marcando o percurso de qualquer transeunte.

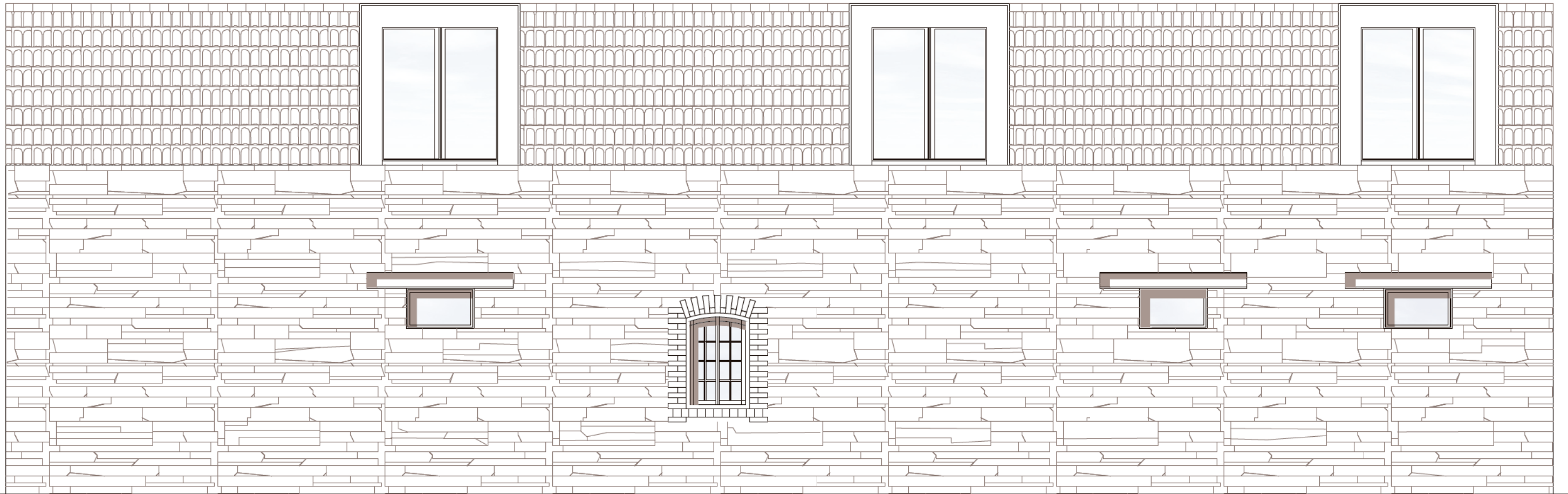
Concluindo, a nova introdução de vãos é contida, e as propostas respeitam o tema popular, do limite opaco, sendo que os vãos introduzidos são exclusivamente de carácter funcional e apenas os considerados necessários, produto de uma adequação ao programa que pretende colaborar e trabalhar entre a identidade regional do objecto e os requisitos de uma proposta e programa contemporâneos. Contudo, partilham ainda de outro aspecto em comum: apesar dos vãos introduzidos, a privacidade do pátio é preservada, sendo que estes se relacionam essencialmente com os espaços interiores.



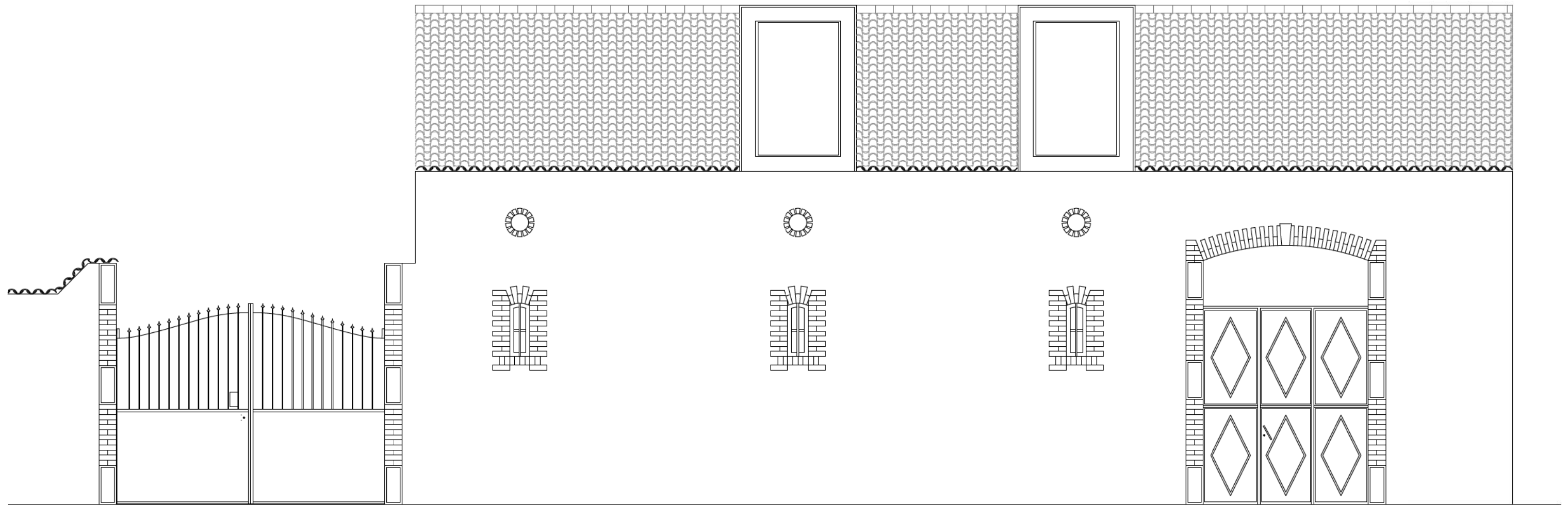
Fig. 74 - Fachada Nascente (estado actual)  
(Fotografia do autor)



Fig. 75 - Fachada Poente (relação com a via de comunicação/estado actual)  
(Fotografia do autor)











## 4.1.2 PÁTIO E ENVOLVENTE INTERIOR

### PÁTIO, PROGRAMA E SECTORES

Embora tanto a escala como o programa das propostas que aqui se apresentam diferirem, as estratégias de projecto contêm diversos aspectos em comum. Em primeiro lugar, o programa e os espaços são organizados funcionalmente, segundo o pátio e os seus sectores; em segundo, ambas as propostas recorrem à demolição de elementos físicos na tentativa de aumentar a área útil, e portanto, a escala do próprio pátio.

Relativamente à proposta de reconversão da Quinta Nova, a matriz funcional que organizava o complexo na sua pré existência foi o ponto de partida para o projecto de reconversão. Podemos perceber na observação da planta que os acessos principais ao pátio são, como já referido, dois elementos que criam um eixo ortogonal ao próprio, estabelecendo de imediato a divisão dos seus sectores, sendo já esta ideia presente na própria pré existência, embora com uma leitura não tão imediata. É, então, este o ponto de partida para a nova abordagem ao espaço interior que a proposta vem adoptar.

O sector secundário, de menores dimensões na pré existência, passa agora a ser o sector com maior peso e relevância no novo complexo de habitação, podendo-se tal depreender através de vários aspectos: em primeiro lugar, de maneira a redesenhar o alojamento para hóspedes, propõe-se demolição parcial da habitação do caseiro, portanto regularizando o desenho do pátio e aumentando área útil deste sector, que agora passa a usufruir de acessos directos para os programas de garrafeira, adega e forno, reforçando a sua relação com os espaços interiores.

Mas a sua importância é também observável pelo desenho e programa dos espaços que o próprio passa a conter: balneário, despensa e lavandaria, que vêm substituir os antigos currais e arrumos, e portanto é agora um sector de escala equiparável ao próprio programa com que se relaciona, revertendo a situação em relação ao pré existente, e ocupando agora uma maior área e importância no conjunto.

Já o restante sector, outrora o principal, passa agora a secundário, na medida em que revela menos desenho no seu espaço, produto também do programa que lhe é atribuído, passando a ser um sector de apoio ao principal, com espaços de arrumos, garagem e um corredor que interliga ambos, sendo um espaço livre para circulação e proporcionando algum abrigo ao mesmo tempo que contemplamos o próprio vazio.

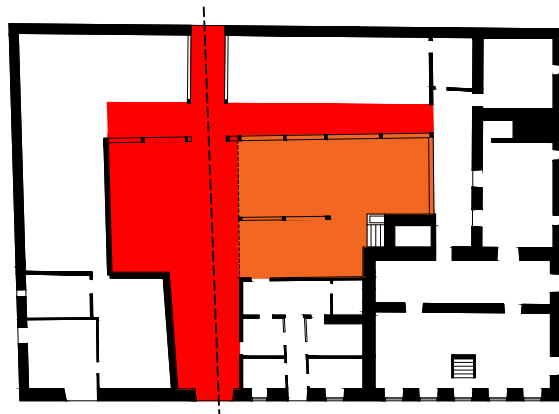


Fig. 76 - Esquema da divisão funcional do pátio (pré existência)  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Novembro de 2017)



Fig. 77 - Esquema da nova divisão funcional do pátio (projecto)  
 Desenho editado pelo autor  
 (cedido pelo autor do projecto, Novembro de 2017)

Legenda:

Sector 1  Sector 2

Portanto, através da leitura da planta torna-se directa esta divisão funcional, proporcionada pelo tanto pelo desenho do espaço interior, como pela própria divisão axial que os acessos criam, tendo sido elementos determinantes na administração das funções e do programa desta quinta e do novo complexo.

À semelhança do nosso objecto de estudo, o agora sector principal deste novo complexo relaciona-se maioritariamente com os programas de habitação e seus adjacentes, estabelecendo maiores relações físicas e visuais com os mesmos; já o sector secundário funciona como um sector de apoio aos programas principais do complexo.

Mas, por outro lado, não há uma linguagem volumétrica que contribua para esta divisão dos sectores, sendo que são os acessos, o programa e o desenho do espaço interior a comunicar a organização funcional do complexo.

Podemos concluir que aqui o carácter dos próprios sectores se inverteu, sendo que o sector principal da pré existência é agora secundário, maioritariamente justificado pela reconversão dos usos da quinta, algo que não acontece na reconversão de Oliveira do Mondego, independentemente da implementação de um programa mais radical.

Mas aqui, apesar de uma situação distinta, o ponto de concordância entre estas duas abordagens é o próprio foco do projecto: cada sector relaciona-se com funções específicas do novo complexo.

Relativamente ao nosso objecto de estudo, o sector secundário do pátio, que na pré existência se relacionava com os programas secundários da quinta, preserva esta vertente, representando dois momentos, de fim e início. Ou seja, representa o culminar (fim) do percurso feito pelo quintal, proveniente do trajecto automóvel e pedonal até se chegar ao portão de entrada da quinta, e o começo (início) do percurso a fazer-se no interior do complexo, onde se situam os programas logísticos e de apoio.

Este sector é então enquadrado e desenhado com um programa ajustado ao seu carácter, contendo assim os programas de apoio, como recepção, sala de estar comum, sala de refeições e cozinha, onde a linguagem compositiva do alçado interior destes edifícios pretende reforçar a própria relação de intimidade com este espaço.

A transição para o sector principal é depois marcada por dois edifícios chave: a antiga oficina, agora habitação, e a sua réplica formal, a cozinha. Embora com funções semelhantes, de marcar a divisão dos dois sectores, estes apresentam situações diferentes no que toca à relação com o edificado envolvente. O volume da cozinha é, de certa forma, autónomo, ou seja, cria uma separação da restante volumetria que o enquadra, destacando-se, e criando um acesso ao seu interior a partir deste afastamento, mas, o seu objectivo principal, é assumir-se

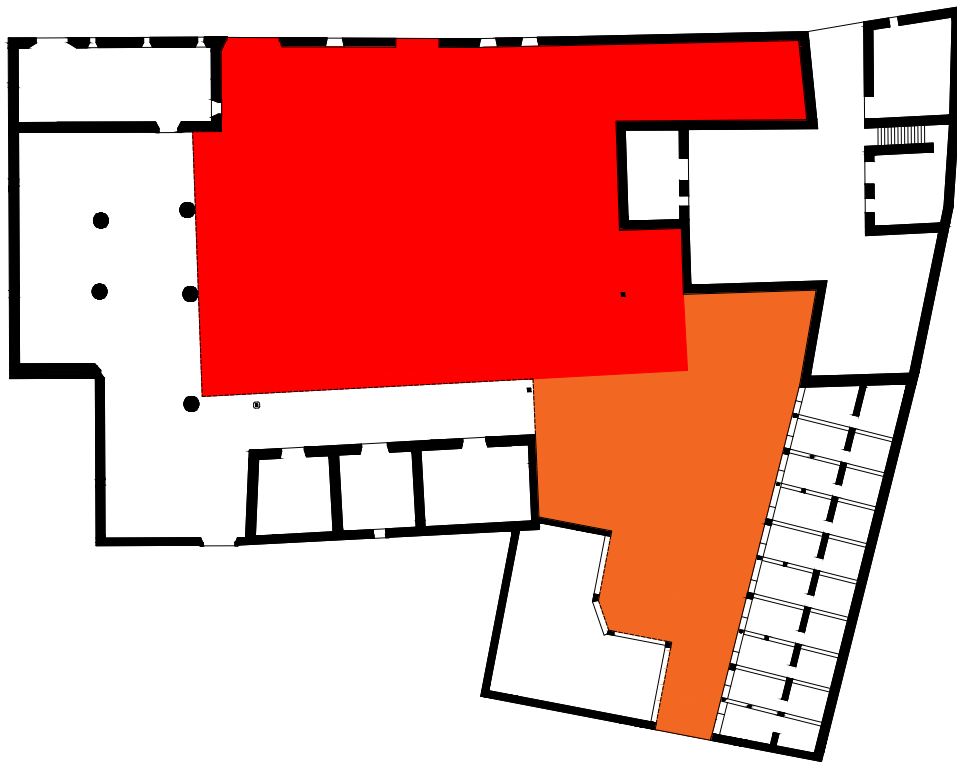


Fig. 78 - Esquema da divisão funcional do pátio (pré existência)  
(Desenho realizado pelo autor)

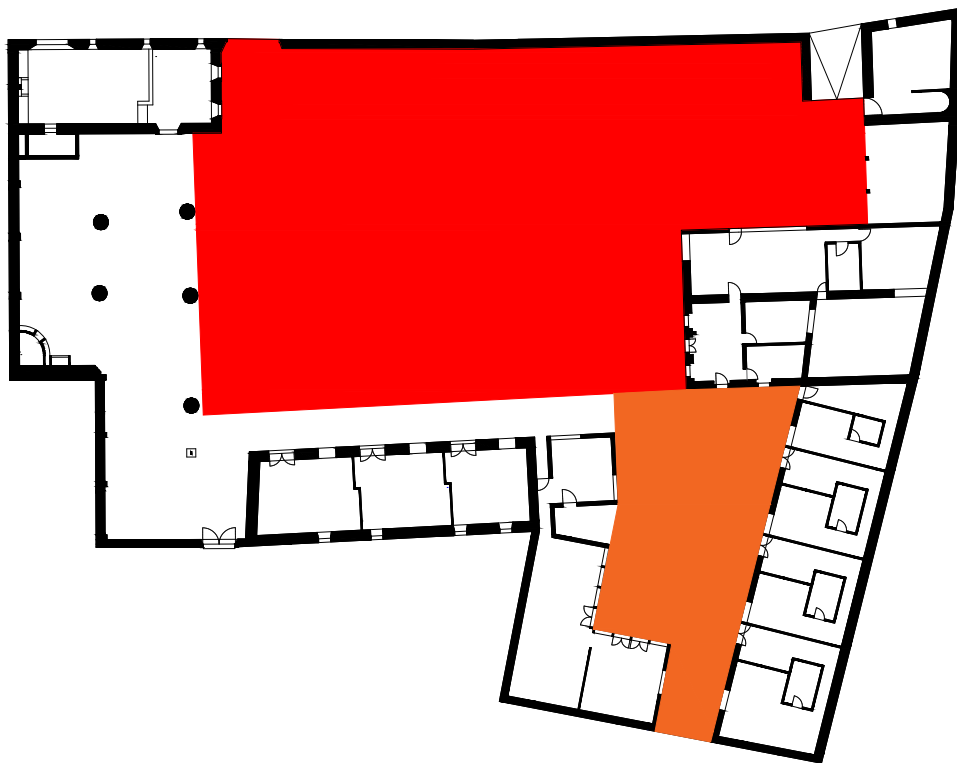


Fig. 79 - Esquema da nova divisão funcional do pátio (projecto)  
(Desenho realizado pelo autor)

Legenda:

Sector 1  Sector 2

como um edifício novo, que se vem integrar no edificado, dando-lhe continuidade, mas não se agregando fisicamente ao mesmo, reforçando assim a sua função de edifício-charneira.

Já a antiga oficina, agora habitação, cria um contacto directo com o novo volume que lhe é acoplado, dado agora tratarem-se os dois de uma habitação única. Aqui esta agregação era imperativa, visto que assegurava a continuidade volumétrica em redor do pátio. Ainda assim são estes dois edifícios (oficina e cozinha), bem como o alinhamento que os próprios definem, que desenham tanto os limites deste sector, como a transição para o sector principal, que por sua vez espelha diferentes usos. Este último está relacionado com as actividades centrais da quinta, como outrora estaria.

Portanto agora face à nova proposta, a intenção original mantém-se, e como tal, este sector principal passa a agregar o programa das habitações privadas, suites e o coberto principal, sendo que todo este programa enquadra a zona central do pátio, onde se situa a piscina e o jardim.

Ao contrário do pátio secundário, este já não se reveste de um carácter logístico ou de átrio, mas afirma-se como o espaço de lazer, tanto pela sua escala, como desenho, programa e elementos que o caracterizam. É portanto um pátio mais trabalhado ao nível espacial e material, que pretende conferir a qualidade do programa que ele próprio serve.

A sua área foi também potenciada, sendo que o seu espaço útil se ampliou para Norte, estendendo-se para o antigo sector 2 e prolongando o seu jardim, que é depois rematado pelas duas habitações a Norte, juntamente com o coberto que as interliga.

Observa-se assim uma clara distinção entre o programa e o sector que cada um enquadra. O sector 1 continua a ser o principal, definido pelos programas de habitação privada e suites, juntamente com as zonas de lazer, em que o próprio se torna proporcional à escala do edificado, de certa forma também espelhando a tipologia do seu programa. Já o segundo sector, o pátio de entrada, mais contido e apresentando menores dimensões, relaciona-se com o programa de serviços e de apoio logístico do complexo.

Aqui, ao contrário da Quinta Nova, os acessos não funcionam como elemento de divisão dos sectores, pois percebemos de imediato na observação a planta, (Pág. 247) que cada acesso está directamente relacionado com o sector que ele próprio marca.

Relativamente ao tratamento material, na proposta de Oliveira do Mondego podemos atentar na diferenciação de pavimentos e caracterização material que é dada a cada sector do pátio. Por exemplo, no pátio secundário é apenas proposta calçada para o pavimento, dando mais unidade e coerência a este recinto, dada também a sua reduzida escala e função.



Temos, então, um contraste com a diversidade de materiais que são aplicados no sector principal, onde se evidenciam diversos elementos: calçada para espaços cobertos, saibro estabilizado para o espaço principal de circulação, relvado na zona do jardim e lajetas de pedra a circundar a piscina (Ver desenho n.º 17, pág. 247).

O objectivo deste tratamento material é fomentar e espelhar a própria diversidade de utilização dos espaços que este sector oferece, remetendo para várias utilizações. Já o sector anterior, com uma pavimentação única, remete para um carácter diferente, mais logístico, pretendendo estabelecer a diferenciação de usos do sector principal. Ou seja, a definição material de cada pátio contribui, também, para a sua definição funcional.

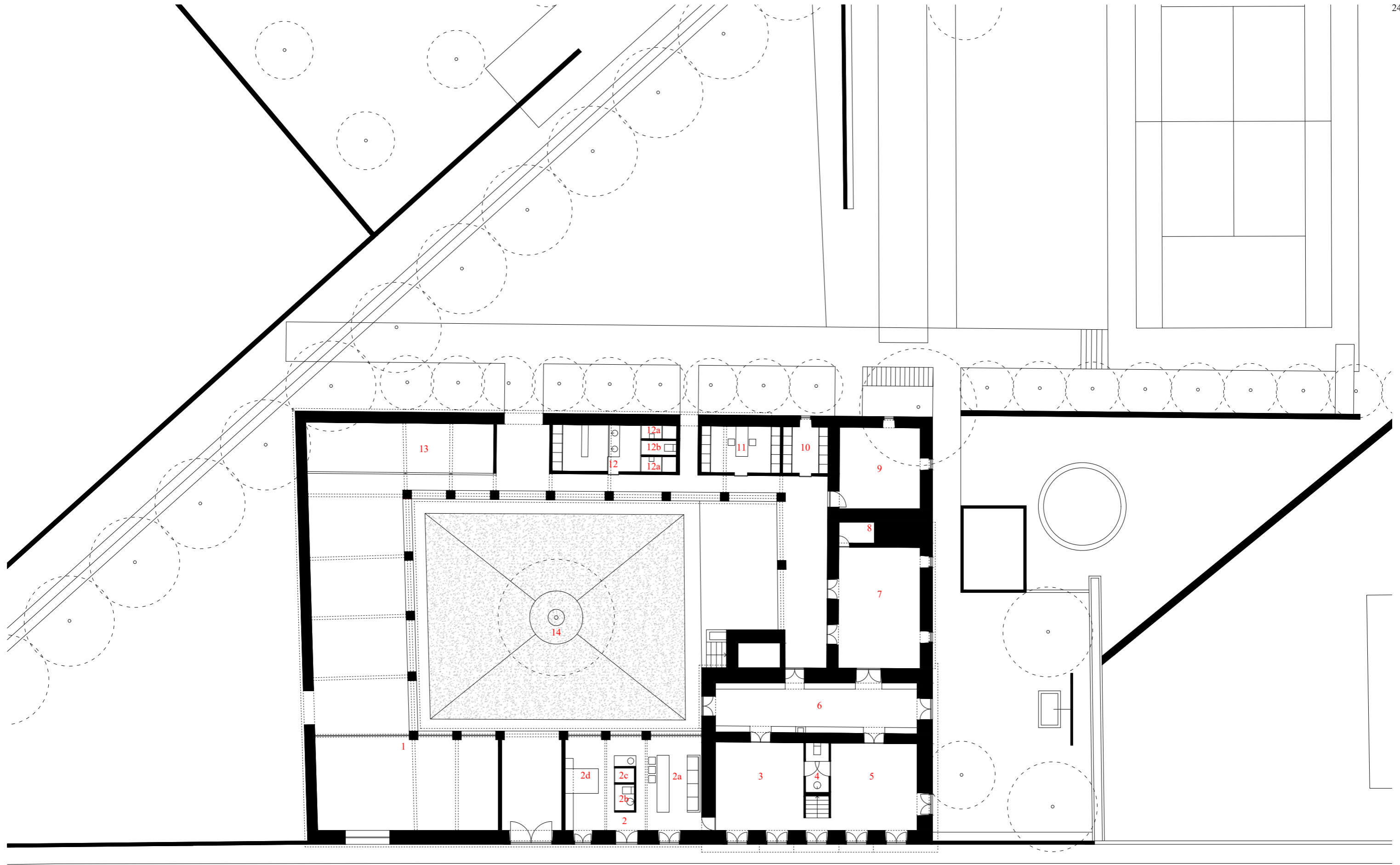
No caso da Quinta Nova também é dado um tratamento geral aos materiais e criada uma diferenciação de pavimentos, mas, contrariamente ao nosso objecto de estudo, tal diferenciação de materiais não está relacionada directamente com os próprios sectores, dada a menor escala do pátio. Ainda assim, podemos identificar como a centralidade do pátio é desenhada por um plátano que é rodeado por um relvado. Enquadrando este elemento é introduzido um pavimento que depois percorre toda a área coberta comum a ambos os sectores do pátio.

Contudo, há um aspecto importante a referir, relativo à definição também deste pátio, que é ritmado no seu perímetro por pilares de secção quadrangular, de 50cm, que contornam e seguem o alinhamento da cobertura, assinalando assim a alternância entre os espaços cobertos e o pátio. Tal gesto não se verifica nos cobertos de Oliveira do Mondego, dado que a sua continuidade não tem a mesma leitura que esta quinta apresenta.

Concluindo, embora as abordagens programáticas sejam distintas, é essencial referir que a abordagem projectual e a adaptação ao programa têm o mesmo ponto de partida, da organização do complexo segundo a pré existência, em que o pátio e os sectores desenharam as regras da intervenção. Cada projecto adaptou-se à sua pré existência, moldando a própria estratégia, mas a abordagem que envolve o pátio e a definição do novo programa consoante os vários sectores é comum.







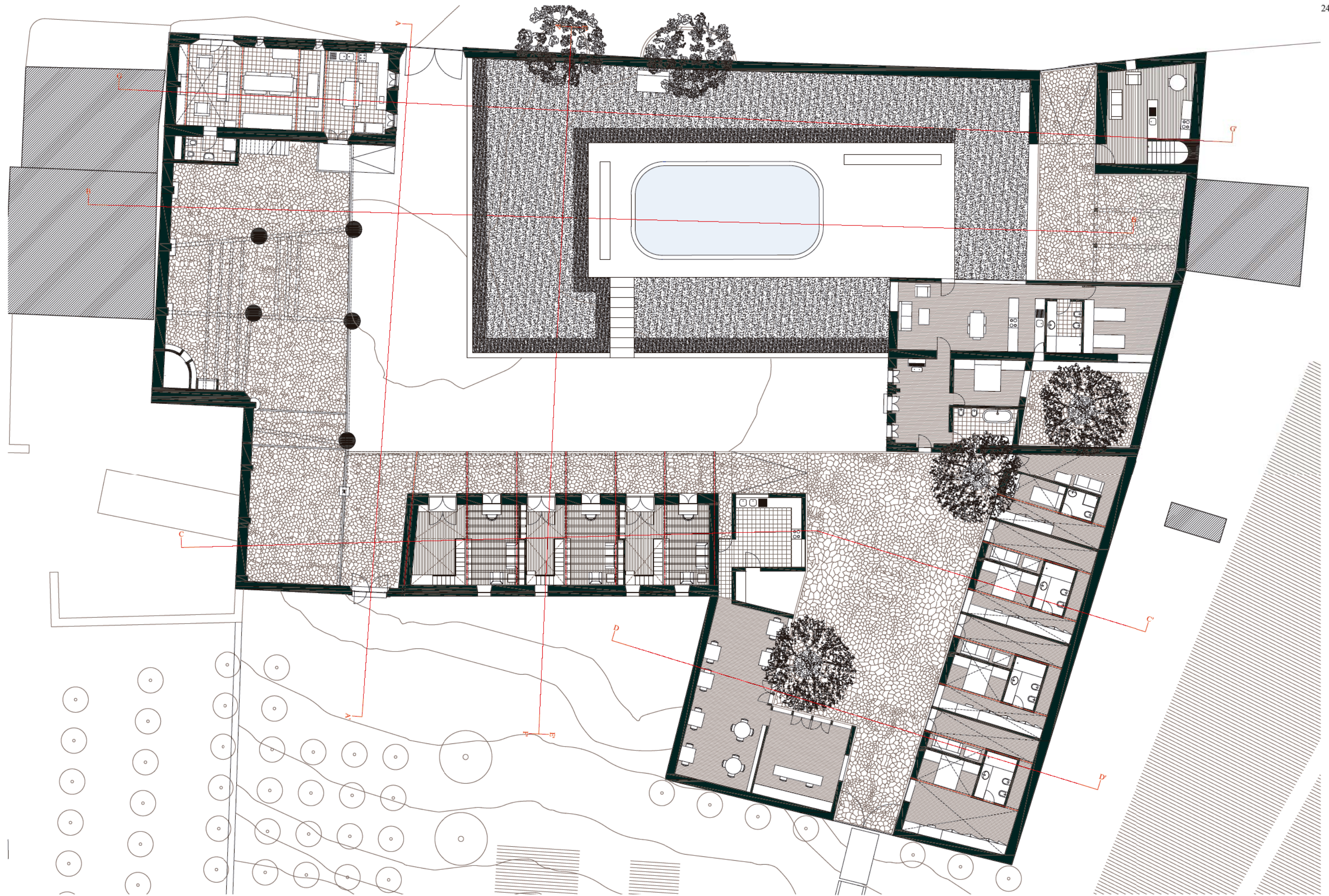
Legenda:

- 1. Garagem 2. Apartamento de hóspedes 2a. Sala 2b. Quarto de banho 2c. Chuveiro 2d. Quarto 3. Escritório 4. Quarto de banho 5. Sala de estar 6. Garrafeira 7. Adega
- 8. Casa de máquinas de aquecimento 9. Forno 10. Lavandaria 11. Despensa 12. Balneários 12a. Chuveiro 12b. Sanitário 12c. Vestiário 13. Arrumos 14. Pátio

Proposta da intervenção (Piso térreo)  
 Desenho n.º 16 (realizado pelo autor)

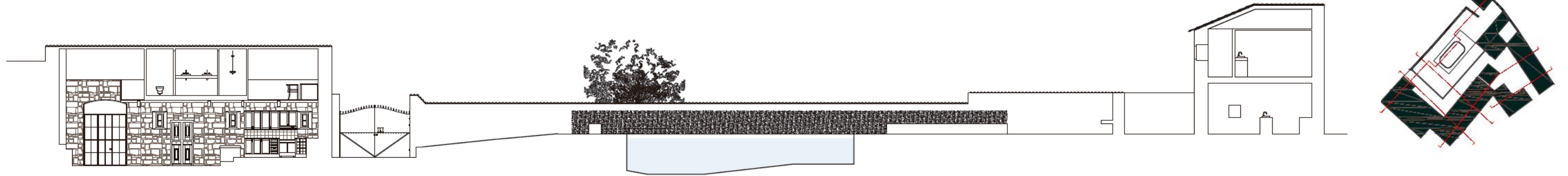
1:200



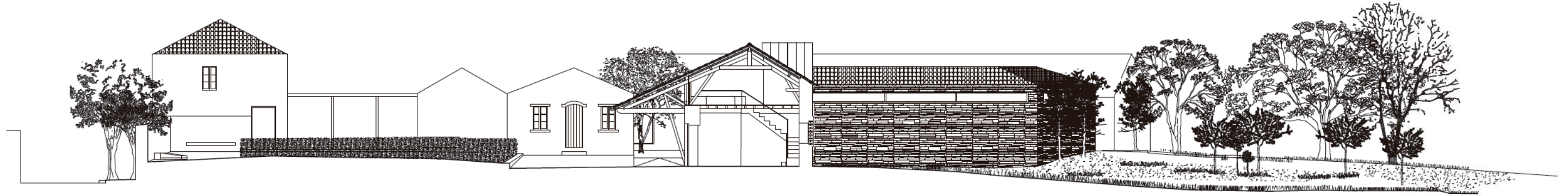


Proposta de intervenção (Piso térreo)  
Desenho n.º 17 (realizado pelo autor)

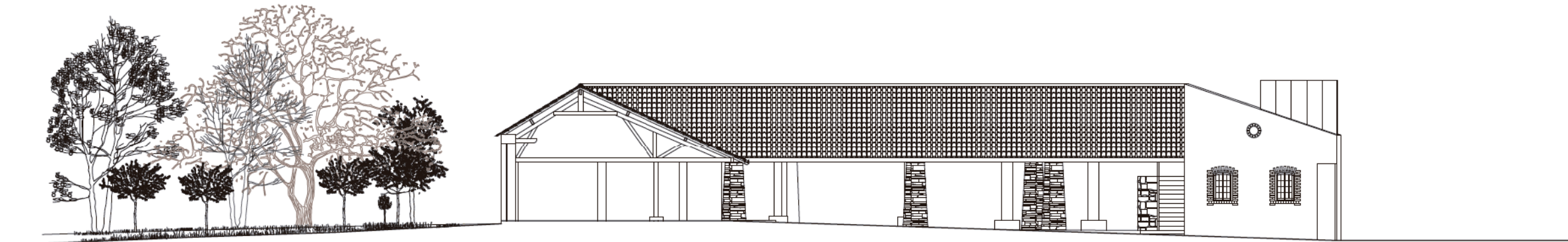




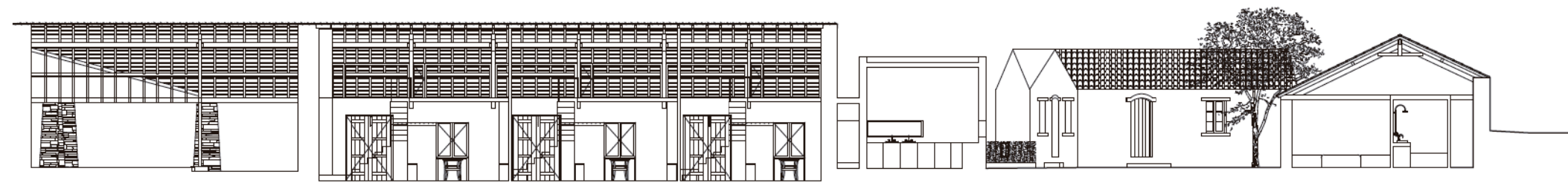
Corte longitudinal G-G'



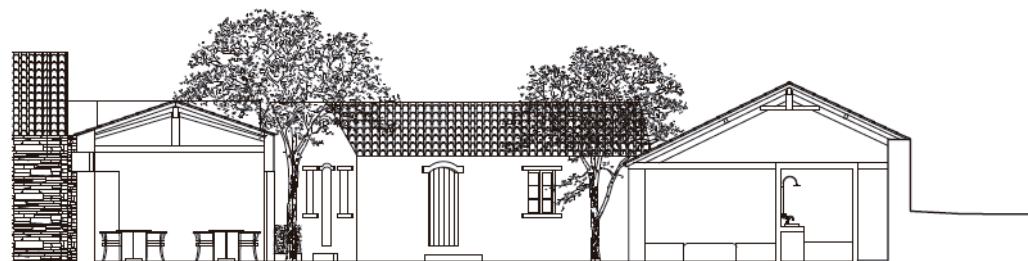
Corte transversal E-E'



Corte transversal A-A'



Corte longitudinal C-C'



Corte longitudinal D-D'



## HABITAÇÃO E RELAÇÃO COM O PÁTIO

Em relação a este parâmetro as duas propostas, ainda que com programas distintos, partilham da mesma intenção: recuperar e reabilitar a habitação e preservar a sua relação com a rua, deixando o restante programa para o interior do pátio. Na Quinta Nova, a habitação dos proprietários, que estabelecia a relação com a rua a partir de uma cota superior, mantém-se, continuando a desenvolver-se inteiramente neste piso, e portanto obtendo uma dualidade de “relações”, tanto urbana, continuando a usufruir de um acesso directo pela rua através da caixa de escadas pré existente, como com o interior do seu complexo, tendo acesso directo também para o pátio.

Portanto, como na pré existência, continua a situar-se num ponto singular em todo o (novo) complexo, sendo que as suas alterações mais significativas foram relativas ao espaço interior, como a introdução de novos quartos, de um terraço e da marquise, criando uma varanda interior e privada que se relaciona exclusivamente com o pátio (Pág. 257).

Contudo, a maior alteração surge ao nível do piso térreo, nomeadamente na nova habitação dos hóspedes, que vem substituir a casa do caseiro. Esta demoliu-se parcialmente, de maneira a regularizar a área do pátio, acabando por criar também um novo acesso para a adega. Mas a área desta habitação é prolongada para os antigos espaços comerciais, sendo agora a sala e escritório. Ou seja, a proposta vem reviver este tema popular, em que a habitação ocupa um lugar não só de destaque no complexo, mas também na rua, ao mesmo tempo que se desenvolve para o interior do seu próprio complexo.

Podemos também perceber como esta pequena demolição da habitação do caseiro, acaba por ser uma decisão de projecto também em função do pátio, aumentando ligeiramente a sua área, sendo que, como já referimos acima, o espaço é trabalhado de dentro para fora, ou seja, do pátio para o exterior. Consequentemente, este ganha uma forma mais regular, dado o alinhamento que aqui é criado para definir a restante volumetria. Então, o pátio surge aqui como elemento que controla o vão, espaços, alinhamentos e dimensões, tentando com que os seus espaços circundantes se desenhem e desenvolvam em função dele próprio, sendo a escala e desenho do mesmo, elementos que controlam esta intenção. Esta abordagem também se verifica em Oliveira do Mondego, onde a proposta veio reforçar o conceito popular, catapultando os seus modos de concepção para a actualidade.

A nova habitação surge no antigo edifício das cavaliças, que na actualidade é um espaço de sala e cozinha, sendo uma “habitação” parcial, que agora se vem autonomizar.





É um edifício, como já referido no capítulo 1 (Pág. 55), que se desenvolve em dois pisos, em que o segundo é destinado a arrumos, assim sendo, dá-se à amplificação total do espaço, criando uma *mezzanine*, em que o quarto surge no piso superior, tendo contacto visual directo com a sala que se situa abaixo (Ver corte G-G', pág. 249).

O tema da mansarda que referimos atrás surge como consequência deste gesto, que agora vem introduzir uma luz contemporânea ao espaço, canalizada pelo pé direito duplo que vem relacionar estes dois pisos e portanto incorporando luz no piso térreo, dado que as frechas na sua fachada limitavam a luminosidade interior. Há também uma segunda intenção por detrás destes novos elementos: de enriquecer a presença urbana do edifício, como em Poiares, através de um piso superior, com um olhar e uma linguagem actuais.

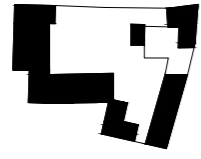
Esta nova habitação iria funcionar como uma réplica da habitação dos proprietários que se situa no lado oposto da estrada, substituindo-a e assegurando uma estadia permanente e exclusiva para o proprietário ou *staff* no próprio complexo, de maneira a ter maior proximidade com a logística do empreendimento. A proposta vem então resgatar este tema, onde a nova quinta do Centro integra a habitação no seu complexo, afirmando a sua renovada presença urbana.

Há também um aspecto em comum: quando procedemos à análise da Quinta Nova, no capítulo 3, sugerimos que a habitação surgia como o ponto génese do complexo, em que a volumetria, o programa e a continuidade volumétrica surgiam a partir deste ponto inicial, contornando todo o perímetro.

A partir desta referência, tal também é proposto em Oliveira do Mondego, o edifício novo da habitação surge agora como origem do complexo, em que a redesenhada continuidade volumétrica e desdobramento do edificado surgem a partir deste, culminando, no extremo Norte da quinta, também na nova habitação.

Tal intenção vem assegurar, com mais firmeza, as novas relações que a mesma estabelece com a via de comunicação, em que toda a extensão do complexo que se relaciona com a rua é desenhada por edifícios de habitação, funcionando como dois pontos que marcam o fim e o início do complexo na sua face urbana. Portanto relativamente a este parâmetro, apesar de se tratarem de projectos contemporâneos, os autores recorrem aos alicerces de origem popular para suportarem as próprias decisões de projecto, evocando o pragmatismo e funcionalidade do próprio povo e região. Tal não é só evidenciado na linguagem formal e material do edificado, mas também na própria organização do complexo e dos seus espaços, mas agora sob uma nova perspectiva, em que a Arquitectura funciona como elemento mediador entre estas duas vertentes e tempos.





QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO  
PRÉ EXISTÊNCIA



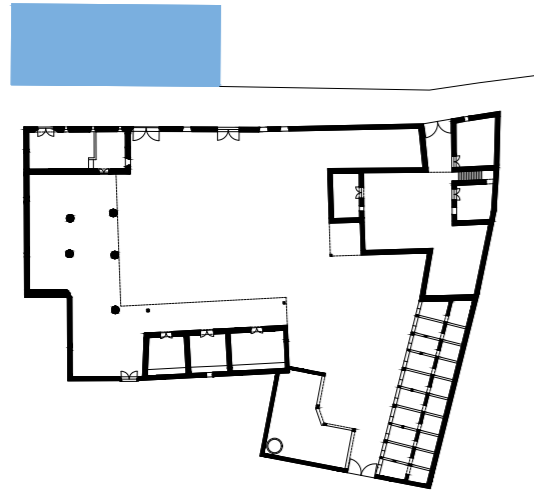
QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO  
PROJECTO



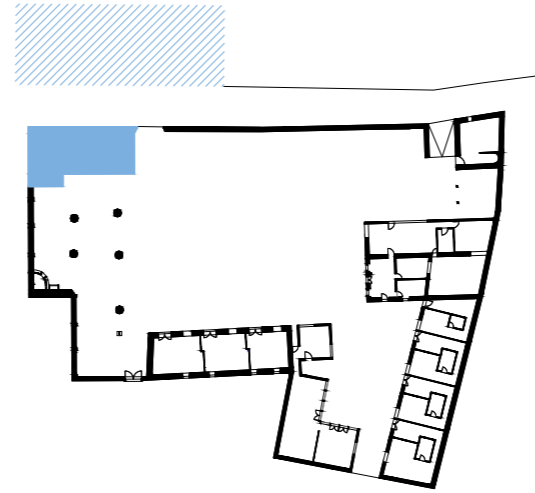
QUINTA NOVA DE POIARES  
PRÉ EXISTÊNCIA



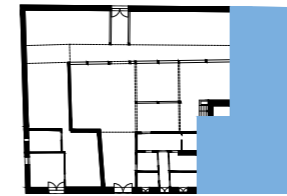
QUINTA NOVA DE POIARES  
PROJECTO



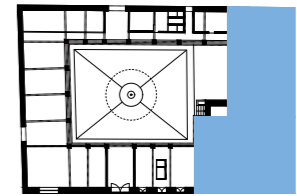
Habitação da Quinta de Oliveira do Mondego



Habitação da Quinta de Oliveira do Mondego (proposta)



Habitação da Quinta Nova de Poiares



Habitação da Quinta Nova de Poiares (proposta)

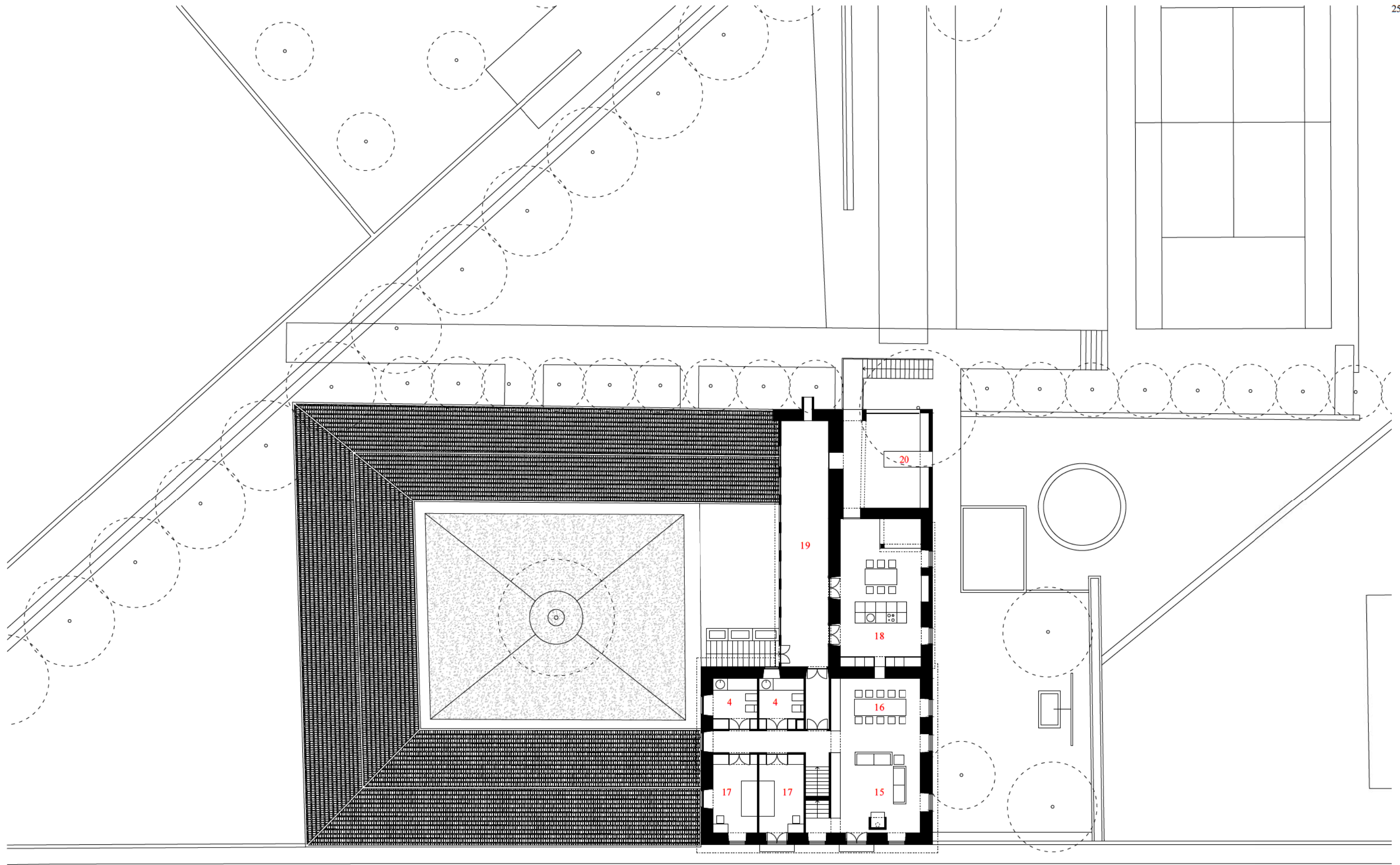
Legenda:

 Habitação dos proprietários  Habitação dos proprietários (1910)

Habitação e relação com o pátio  
Desenho n.º 19 (realizado pelo autor)

1:1000 





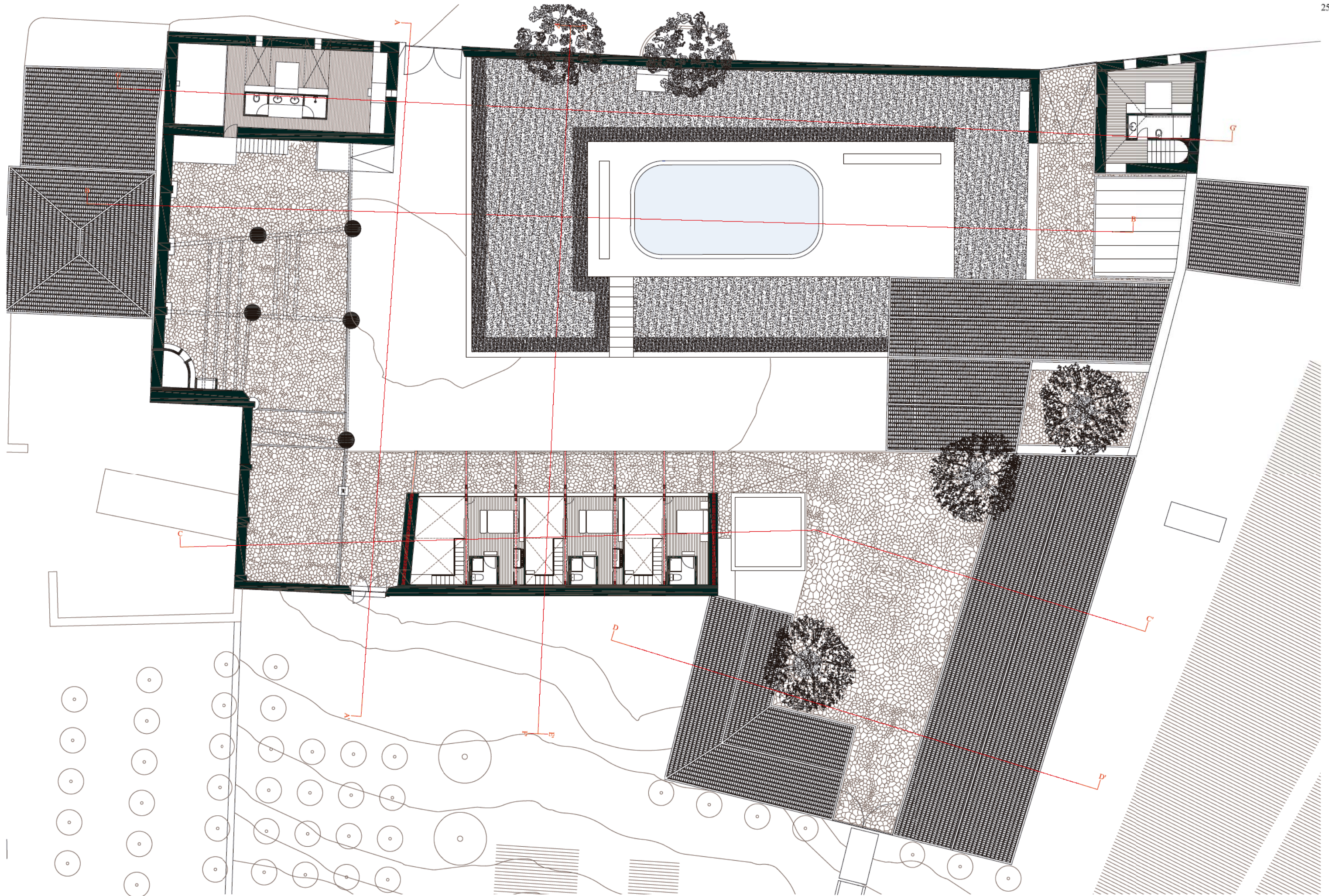
Legenda:  
 15. Sala de estar 16. Sala de jantar 17. Quarto 18. Cozinha 19. Marquise 20. Terraço

Proposta de intervenção (Primeiro piso)  
 Desenho n.º 20 (editado pelo autor)

1:200







Proposta de intervenção (Primeiro piso)  
Desenho n.º 21 (realizado pelo autor)





## COBERTOS E CONTINUIDADE VOLUMÉTRICA – RELAÇÃO COM O PÁTIO

Relativamente aos cobertos e continuidade volumétrica, as duas quintas, bem como as respectivas propostas, apresentam gestos diferentes tanto na sua pré existência como na própria proposta de intervenção. Mas interessa fundamentalmente frisar os seguintes aspectos, agora relativamente às propostas de projecto.

Na Quinta Nova o projecto vem preservar o tema da pré existência. Um coberto contínuo que desenha e percorre toda a volumetria, sendo que o mesmo agrega todo o programa e espaços novos a propor, excluindo a volumetria da habitação, que funciona como seu ponto de partida.

Como tal, a continuidade volumétrica deste complexo é definida maioritariamente por este coberto, contínuo, agregador do novo programa, bem como pela volumetria da habitação. Conjugam-se assim os dois “L” que referimos no capítulo 3, sendo um definido pela habitação e o restante pelo próprio coberto, estabelecendo assim uma clara distinção da tipologia do programa.

A própria manipulação do pátio e dos espaços que lhe são adjacentes contribuíram também para um desenho mais regular da cobertura, que é agora alicerçada por pilares em toda a extensão do pátio, criando um ritmo que intervala entre a opacidade e transparência dos espaços interiores.

Em Oliveira do Mondego a situação é distinta, dado o coberto ter uma presença, que apesar da sua elevada importância era apenas pontual, não percorrendo toda a extensão do espaço. Em Poiães, o coberto é de menores dimensões e área, e portanto, percorre a volumetria agregando diversas funções; em Oliveira do Mondego o coberto é apenas um, mas pela sua considerável escala, oferece também uma pluralidade de usos.

Mas nesta proposta a fragmentação entre o edificado é preenchida maioritariamente por uma nova volumetria, que por sua vez vem redefinir os pátios, numa tentativa de dar continuidade à leitura do conjunto através da introdução do programa necessário. É apenas introduzido um novo coberto, de dimensões reduzidas, para relacionar os programas de habitação no extremo Norte da quinta, contrastando assim com o coberto que lhe é oposto.

Um dos aspectos mais assinaláveis entre as propostas é que na Quinta Nova a continuidade dos cobertos não é interrompida nos acessos ao pátio, consequentemente sugerindo uma leitura ininterrupta, caso que não se verifica no nosso objecto de estudo, em que os acessos aos sectores do pátio são marcados pela interrupção da cobertura.

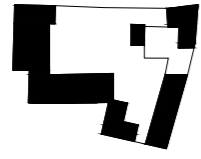


Este gesto foi intencional, principalmente por dois motivos: para estabelecer o desenho da pré existência, e para acentuar a marcação dos próprios acessos e dos sectores correspondentes, estabelecendo-se como pontos fulcrais que, neste caso, a proposta da Quinta Nova não contém, pois como são agregados pela cobertura, os acessos ao pátio não se destacam. Portanto, a continuidade da cobertura é certamente aqui um elemento determinante na definição do próprio pátio, da volumetria e do programa.

Como conclusão, sublinham-se os seguintes pontos: na Quinta Nova o coberto agrega o programa e a continuidade volumétrica é definida pelo mesmo, juntamente com a volumetria da habitação. Em Oliveira do Mondego o coberto aparece como elemento pontual, que agrega funções diversas, relacionadas com a sua localização na quinta, e a continuidade volumétrica é proveniente da alternância entre edificado novo, pré existente e cobertos, dada a escala da quinta, e a forma como a própria se desdobra no terreno.

Então, o ponto de convergência entre ambas as propostas é que os cobertos e o edificado colaboram e trabalham em conjunto, proporcionando a continuidade volumétrica que reveste os novos complexos da unidade desejada.





QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO  
PRÉ EXISTÊNCIA



QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO  
PROJECTO



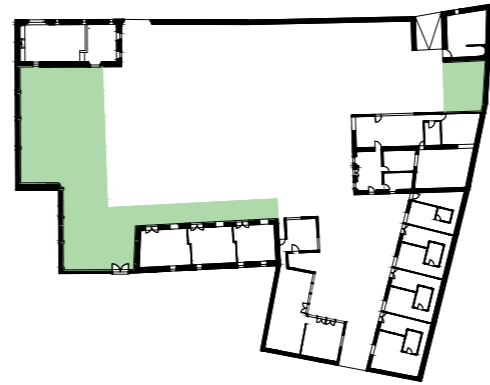
QUINTA NOVA DE POIARES  
PRÉ EXISTÊNCIA



QUINTA NOVA DE POIARES  
PROJECTO



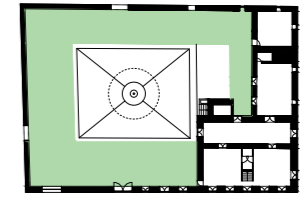
Cobertos da Quinta de Oliveira do Mondego



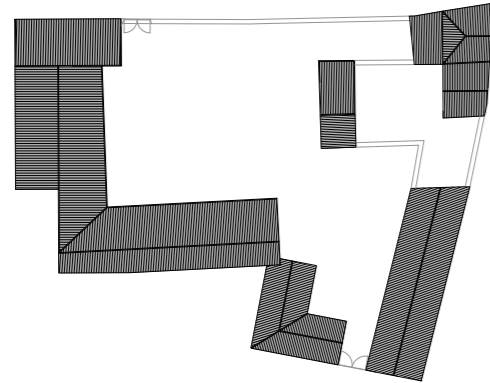
Cobertos da Quinta de Oliveira do Mondego (proposta)



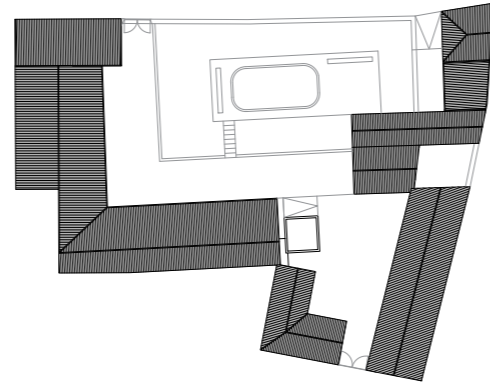
Cobertos da Quinta Nova de Poiares



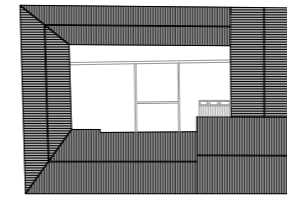
Cobertos da Quinta Nova de Poiares (proposta)



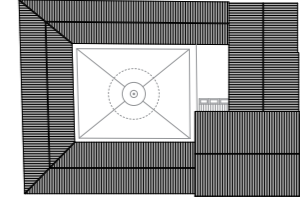
Continuidade volumétrica da Quinta de Oliveira do Mondego



Continuidade volumétrica da Quinta de Oliveira do Mondego (proposta)



Continuidade volumétrica da Quinta Nova de Poiares



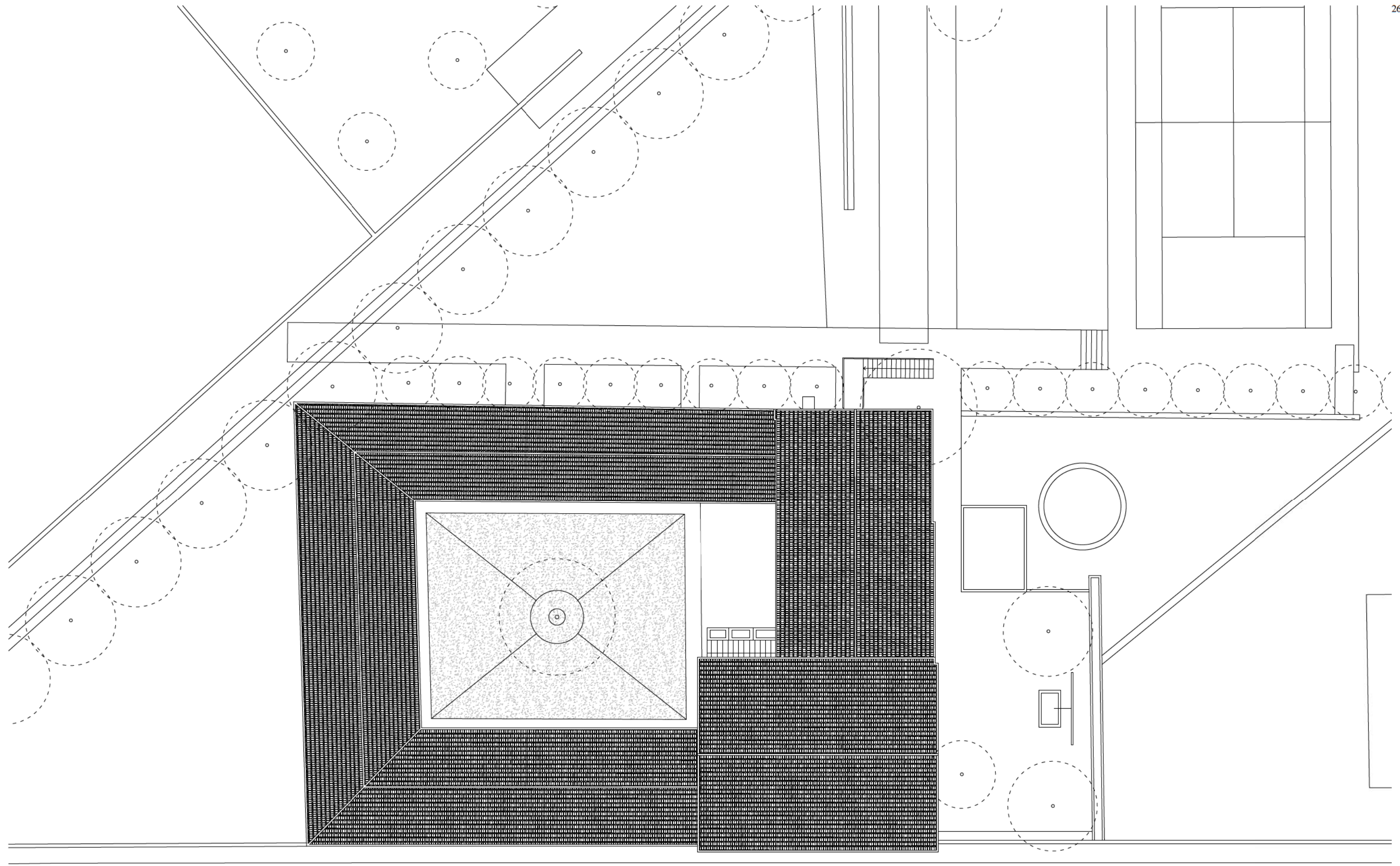
Continuidade volumétrica da Quinta Nova de Poiares (proposta)

Legenda:  
■ Espaços cobertos ■ Cobertura do edificado

Cobertos e continuidade volumétrica  
Desenho n.º 22 (realizado pelo autor)

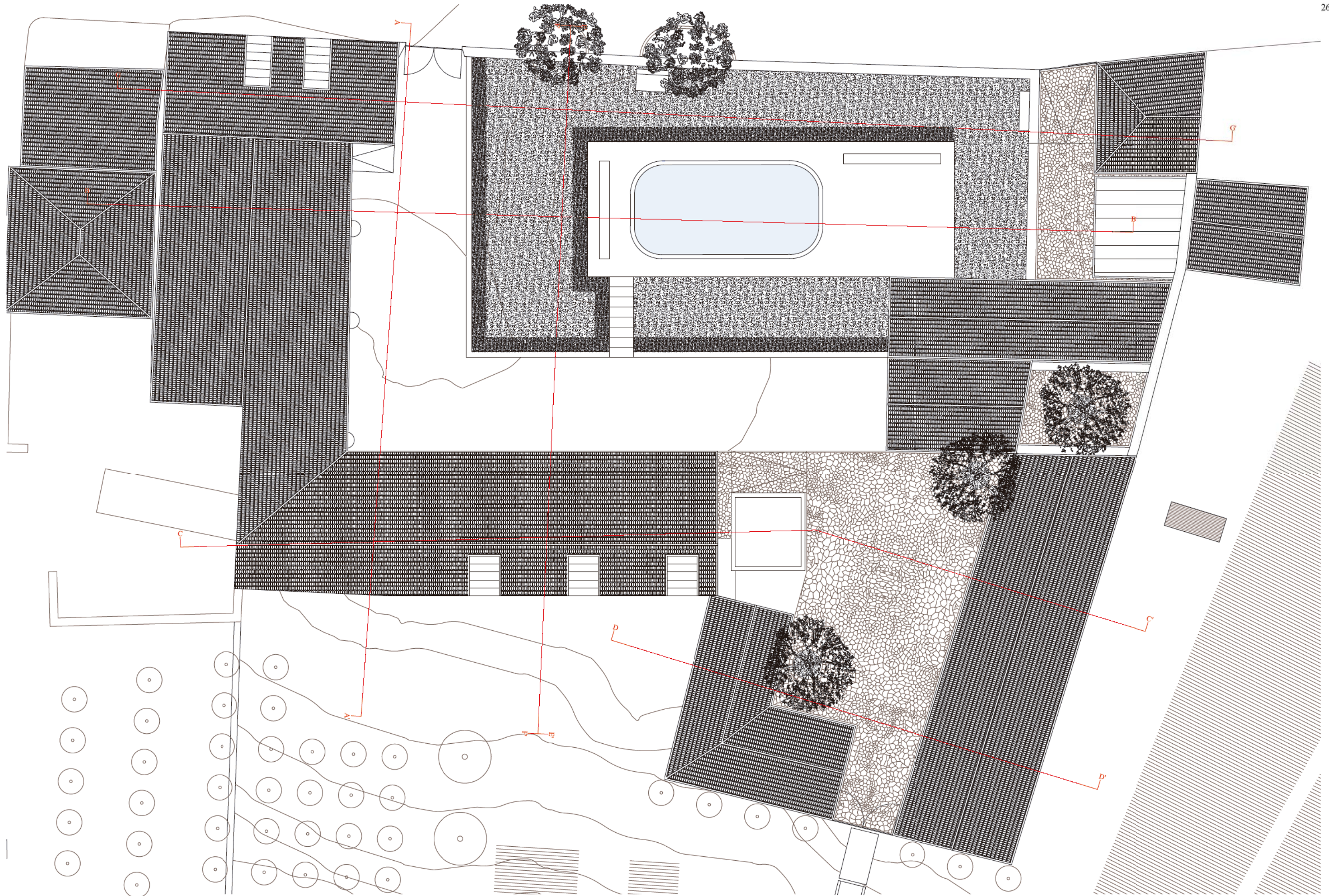
1:1000











Proposta de intervenção (Cobertura)  
Desenho n.º 24 (realizado pelo autor)



### 4.1.3 PÁTIO – ANÁLISE QUANTITATIVA

Este parâmetro vem sublinhar as principais diferenças que os complexos, pátios e respectivos sectores sofreram em função das propostas de intervenção. Pretende-se comparar a variação dos valores que os pátios assumem entre a pré existência e a proposta, tentando perceber como a espacialidade dos mesmos é trabalhada em função do programa que se vem introduzir.

Começando pela Quinta de Oliveira do Mondego, onde a área total do complexo se mantém, com os originais 2275m<sup>2</sup>, agora o pátio ganha maior relevância no conjunto, contabilizando uma área de 1073m<sup>2</sup>, aproximadamente mais 50m<sup>2</sup> que a sua pré existência, e ocupa agora cerca de 47% da área total da quinta.

Tendo em consideração que, no estado original, o pátio ocupava cerca 45% do complexo, podemos referir que, apesar de aumentar visivelmente a sua área, se mantém a lógica exposta no subcapítulo 3.4 Pátio – Análise quantitativa –, continuando a ter uma ocupação global no espaço que se aproxima de metade da área do complexo. Ou seja, a proposta não se distanciou muito da escala e da relevância espacial do pátio em relação à sua pré existência, sendo este aumento explicado pelo acoplamento do sector 2 ao complexo (sector da habitação privada que se encontrava separado do restante perímetro). Já relativamente aos seus sectores, verificam-se alterações de maior significância, embora sempre condicionadas pela proposta a introduzir, dado que o próprio programa suscitou tais alterações no desenho dos mesmos. Quanto à escala e ocupação dos seus sectores: o sector principal, que contava com 721m<sup>2</sup> na fase original, conta agora com mais 155 m<sup>2</sup>, portanto totalizando 876m<sup>2</sup>, produto da sua extensão para o extremo Norte.

Já no sector secundário a situação é oposta, dado não ter havido uma ampliação do espaço, mas sim uma redução do mesmo, que surge da introdução do volume da cozinha, que pretende regularizar o próprio sector. Como consequência este sector vê a sua escala limitada, mas importa referir que tal era o próprio objectivo da proposta, que pretendia através deste gesto assinalar a sua natureza funcional, contrastando-o com o sector principal e oferecendo-lhe um maior protagonismo. Então este sector, que em 1910 totalizava 303m<sup>2</sup>, está agora limitado apenas a 197m<sup>2</sup>.

Em relação às percentagens de ocupação, começemos pela ocupação dos sectores em relação ao próprio pátio: o sector 1, com 876m<sup>2</sup>, passa a ocupar cerca de 80% do pátio, portanto mais 10% que na fase original. Relativamente ao segundo, que ocupava 29,6%,



totaliza agora apenas 18,4%. Salientamos aqui o contraste entre as alterações do desenho e escala de ambos, em que a área do principal é potenciada, e reduzida a do secundário.

Este gesto advém fundamentalmente da intencionalidade da proposta e da função que é atribuída a cada sector em relação ao programa que lhe é relativo. Já na perspectiva geral do complexo, o sector 1 ocupa cerca de 38,5%, do mesmo, mais 7% que na sua fase original, e o sector 2 8,6%, sendo que esta soma totaliza os 47% de ocupação do pátio na área total.

Podemos então depreender que a ocupação do pátio, em que no capítulo anterior referimos ser comum e aproximar-se da metade do complexo, rondando os 45%, foi acentuada, passando para agora para 47%. Tal facto demonstra um controlo do desenho que permitiu adequar o novo pátio à estratégia de reconversão da quinta, salvaguardando o já existente equilíbrio entre o vazio e o construído, sendo que a ideia de adição de volumetria estaria necessariamente dependente de espaço vazio que lhe fosse proporcional, tendo como foco preservar este equilíbrio.

Na Quinta Nova a abordagem é semelhante, na medida em que se recorre também à expansão de um dos sectores, reconvertendo-o a principal, e à redução do restante, revestindo-o de um carácter secundário.

Mas neste caso, ao contrário da Quinta de Oliveira do Mondego, a estratégia inverteu a própria hierarquia e função dos mesmos, sendo que o sector 1 passou a ser o de menor presença, dado o programa que passou a agregar.

O pátio, agora com 273m<sup>2</sup>, continua a ocupar os mesmos 30% em relação à área total do complexo, os originais 900m<sup>2</sup>. Dado já ter sido explicado na proposta, apesar das áreas terem sido aumentadas, não contribuíram, dada a menor escala do complexo, para que o pátio aumentasse a sua presença de forma significativa, embora relativamente aos sectores, se tenha verificado uma maior alteração.

O sector 1, originalmente com 168m<sup>2</sup>, conta agora apenas com 96m<sup>2</sup>, reduzindo bastante a sua área e sendo agora lido como secundário. Já o sector 2, que na pré existência era o de menores dimensões, com 102m<sup>2</sup>, totaliza pouco menos do dobro, 176m<sup>2</sup>, adquirindo assim uma renovada leitura e função no conjunto. Como tal, podemos desde já perceber como a proposta, adequando-se ao espaço e ao programa, reformulou os seus sectores, e como tal, as suas respectivas escalas e áreas são redesenhadas. Relativamente às taxas de ocupação, o sector 1, mais reduzido, ocupa apenas 35% do pátio, contrastando com os 62% da sua fase original, pouco mais de metade.



O sector 2 assume agora maior protagonismo, totalizando 65% do pátio, portanto, à semelhança de Oliveira do Mondego, adquire uma maior escala, passando a ser o principal, dado o tipo e a diversidade de programa que agora enquadra.

Tal como no projecto de reconversão de Oliveira do Mondego, ambas as propostas trabalham a escala e morfologia dos pátios consoante o programa a introduzir, e em ambos os casos, evidenciam-se grandes contrastes nas escalas de cada sector, de maneira a melhor assinalar a função de cada um como do próprio programa que contém.

Já na relação com o complexo, o sector 1 ocupa apenas 10% do total, passando o sector 2 a totalizar o seu dobro, 20%. O diferencial entre estas taxas é relativamente menor ao que se verifica na proposta de reconversão de Oliveira do Mondego (38,5% - 8,6%), mas tal resultado é produto da própria escala de cada empreendimento.

Como tal, verificamos que os pátios, embora com uma taxa de ocupação distinta em relação ao complexo, entre os 30% - 47%, mantêm e reforçam a ideia da pré existência, apenas ligeiramente mais evidenciada em Oliveira do Mondego, o complexo turístico, dado o aumento da área útil da propriedade e a menor escala do complexo de Poiares.

Mas o aspecto mais comum que ambas partilham é a própria manipulação da área dos respectivos sectores, em que se (re)definiu um principal, relacionado com o programa principal de cada quinta, aumentando a sua área, e a redução de escala do secundário, (ainda que com um carácter diferente em cada proposta). Mas, apesar desta estratégia aparentemente específica a cada sector, é essencial referir que nenhum funciona isoladamente, dado que cada um apenas cumpre a sua função se lido no conjunto, como uma peça da engrenagem, que é o pátio como unidade do novo complexo.

De certo modo, estes novos valores que as propostas vêm apresentar representam fundamentalmente uma atitude de projecto, em que, como já sublinhado anteriormente, ambas não desvirtuam as respectivas pré existências, e portanto representam um processo de assimilação da própria e um claro entendimento do modo de concepção do pátio, da sua divisão em partes e da relação das mesmas com o programa novo e pré existente.

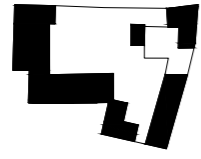
Portanto, ambas as intervenções adoptam o modo “original” de construção do espaço, mas propõem-lhe uma continuidade contemporânea, adaptando-o a um novo programa, a novos requisitos e a um novo complexo, esculpindo o pátio e os sectores da mesma forma que na sua origem, trabalhando com as sugestões formais que as pré existência deixavam, e adaptando o pátio ao programa a introduzir, nunca divergindo da linha de raciocínio que outrora os originou.



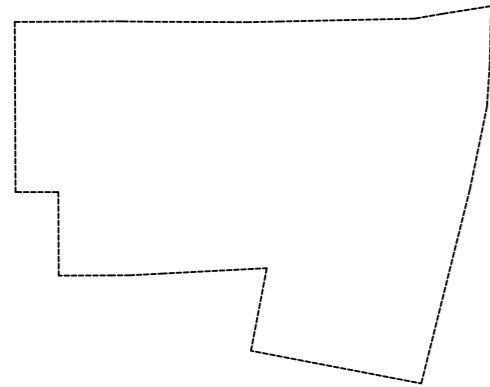


	<b>Quinta de Oliveira do Mondego</b> <b>Pré existência (1910)</b>	<b>Quinta de Oliveira do Mondego</b> <b>Projecto (2017/2018)</b>	<b>Quinta Nova de Poiares</b> <b>Pré existência (1896)</b>	<b>Quinta Nova de Poiares</b> <b>Projecto (1997)</b>
<b>Área total do complexo</b>	2275m <sup>2</sup>	2275m <sup>2</sup>	900m <sup>2</sup>	900m <sup>2</sup>
<b>Área do pátio</b> (e percentagem em relação à área total)	1024m <sup>2</sup> 45%	1073m <sup>2</sup> (+49m <sup>2</sup> ) 47% (+2%)	270m <sup>2</sup> 30%	273m <sup>2</sup> (+3m <sup>2</sup> ) 30%
<b>Número de sectores e áreas</b>	2	2	2	2
Sector 1	721m <sup>2</sup>	876m <sup>2</sup>	168m <sup>2</sup>	95m <sup>2</sup>
Sector 2	303m <sup>2</sup>	197m <sup>2</sup>	102m <sup>2</sup>	176m <sup>2</sup>
<b>Ocupação dos sectores</b> (em relação ao pátio)				
Sector 1	70,4%	81,6%	62,2%	35%
Sector 2	29,6%	18,4%	37,8%	65%
<b>Ocupação dos sectores em relação à área total</b>	(soma perfaz a ocupação do pátio)	(soma perfaz a ocupação do pátio)	(soma perfaz a ocupação do pátio)	(soma perfaz a ocupação do pátio)
Sector 1	31,7%	38,5%	18,7%	10%
Sector 2	13,3%	8,6%	11,3%	20%

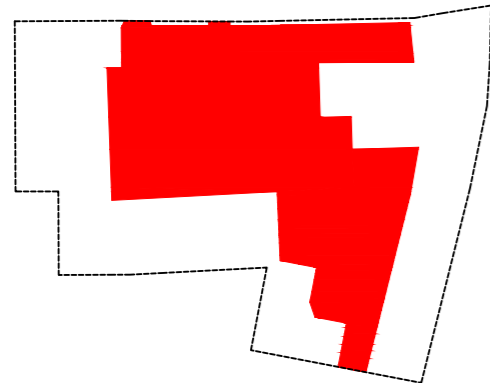




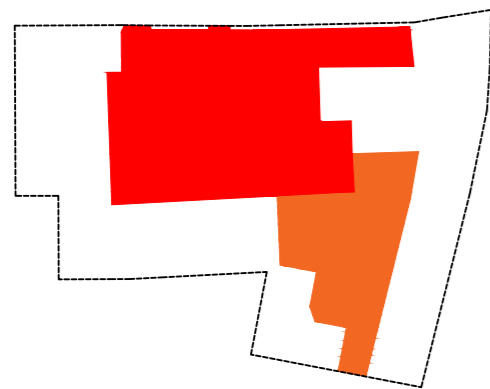
QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO  
PRÉ EXISTÊNCIA



Área total: 2275m<sup>2</sup>



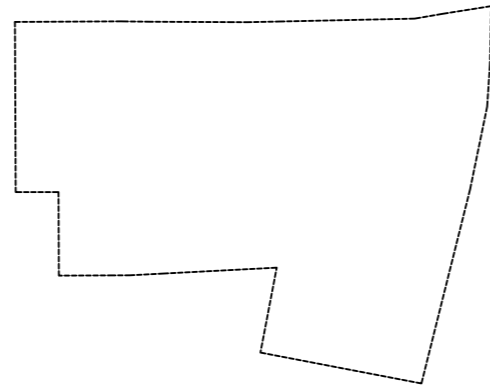
Área do pátio: 1024m<sup>2</sup>  
Percentagem em relação à área total: 45%



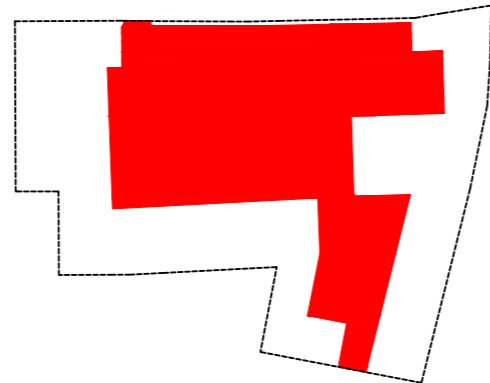
Sector 1: 721m<sup>2</sup> (70,4% do pátio e 31,7% do complexo)  
Sector 2: 303m<sup>2</sup> (29,6% do pátio e 13,3% do complexo)



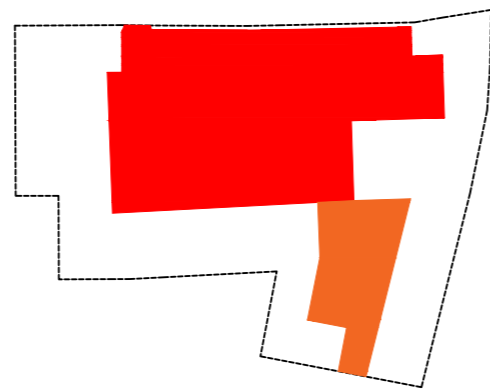
QUINTA DE OLIVEIRA DO MONDEGO  
PROJECTO



Área total: 2275m<sup>2</sup>



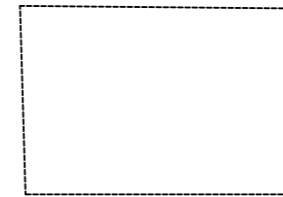
Área do pátio: 1073m<sup>2</sup>  
Percentagem em relação à área total: 47%



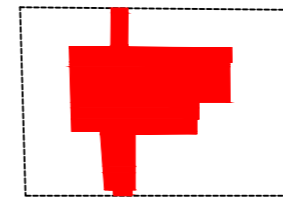
Sector 1: 876m<sup>2</sup> (81,6% do pátio e 38,5% do complexo)  
Sector 2: 197m<sup>2</sup> (18,4% do pátio e 8,6% do complexo)



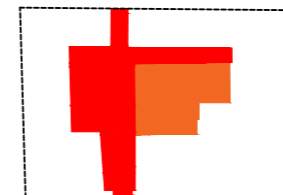
QUINTA NOVA DE POIARES  
PRÉ EXISTÊNCIA



Área total: 900m<sup>2</sup>



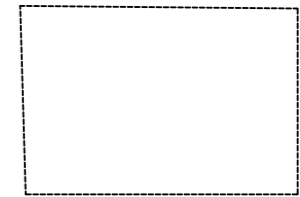
Área do pátio: 270m<sup>2</sup>  
Percentagem em relação à área total: 30%



Sector 1: 168m<sup>2</sup> (62,2% do pátio e 18,7% do complexo)  
Sector 2: 102m<sup>2</sup> (37,8% do pátio e 11,3% do complexo)



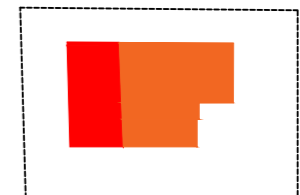
QUINTA NOVA DE POIARES  
PROJECTO



Área total: 900m<sup>2</sup>



Área do pátio: 273m<sup>2</sup>  
Percentagem em relação à área total: 30%



Sector 1: 95m<sup>2</sup> (35% do pátio e 10% do complexo)  
Sector 2: 176m<sup>2</sup> (65% do pátio e 20% do complexo)

Legenda:  
----- Perímetro do complexo  
■ Pátio e sector principal ■ Sector secundário

Representação quantitativa do pátio e sectores  
Desenho n.º 25 (realizado pelo autor)





## 4.2 RECONVERSÃO DE UM EDIFÍCIO DE CURRAIS

A presente dissertação propôs densificar um estudo relativo ao pátio no contexto popular português, e, como tal, todo o processo aqui apresentado envolve uma análise transversal a várias escalas, começando pela escala temporal, passando para a escala da província e da região, seguindo para o distrito, concelho e freguesia, e, por fim, culminando no complexo e no seu espaço interior.

O pátio rural surge então como elemento alicerçador e constante no estudo que se propôs realizar. Portanto, abordámo-lo na sua maior escala de abrangência, e agora, terminamos na sua escala de maior detalhe e aproximação, no desenho do espaço interior e do detalhe construtivo, sintetizando assim o maior intervalo possível de análise do mesmo. Como tal, no âmbito do desenvolvimento do projecto de reconversão da Quinta de Oliveira do Mondego para um complexo de turismo em espaço rural, comprometemo-nos a aprofundar um dos (diversos) edifícios da quinta até um maior nível de pormenor.

Pretende-se também conhecer a potencialidade espacial e construtiva da própria pré existência face a uma abordagem contemporânea, e como os elementos constituintes deste património vernacular, desenhados de acordo com as suas funções originais, podem ser adaptados a novas, e totalmente distintas funções.

Concluindo esta introdução, propôs-se desenvolver o edifício dos currais, pertencente ao sector principal do pátio (Fig. 80) para conter um programa de três suites duplex.

A proposta pretendia escolher um edifício o mais aproximado possível do estado original, de maneira a enfrentar a exigência do exercício, conjugando as suas características vernaculares com as novas exigências a impor, e, portanto, este edifício assumia-se como o eleito pelas seguintes razões:

- A sua relação imediata com o pátio, dado situar-se num dos locais nucleares da quinta;
- A sua riqueza e complexidade estrutural e material, já descrita no capítulo 1 (Ver pág. 59), bem como o estado de conservação do próprio;
- A adequação do desenho do seu espaço interior ao programa que se viria a introduzir;
- E, finalmente, do ponto de vista espacial, por ser o edifício mais rico e com maior potencial dentro do conjunto.

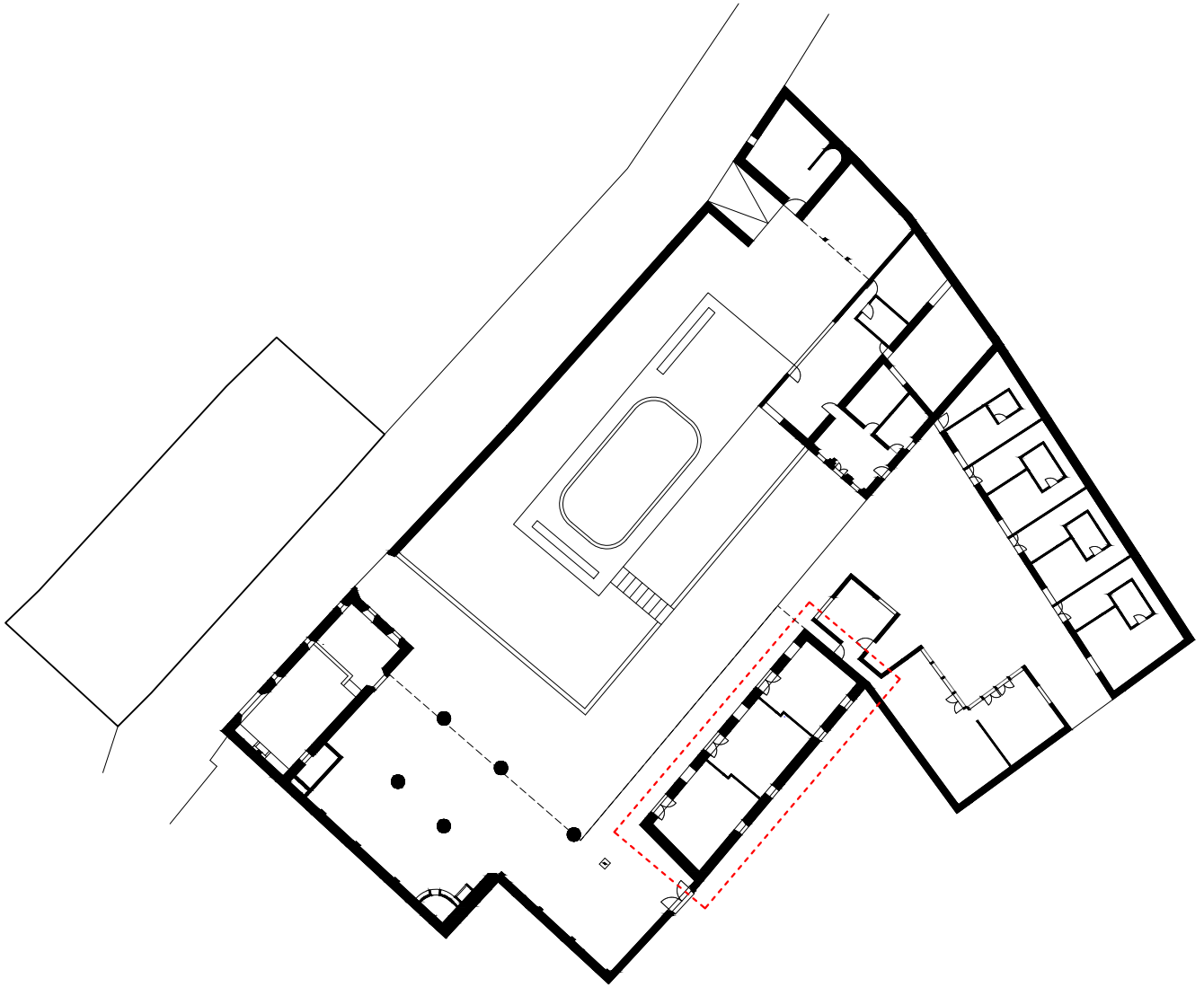


Fig. 80 - Edifício a reconverter para suites (antigos currais)  
(Desenho realizado pelo autor)

## PÁTIO, MATERIALIDADE E ESPAÇO INTERIOR

Como a pré existência desenhava, o interior deste volume estaria organizado em três divisões distintas (actuais arrumos), respectivas a três currais, comunicáveis através de vãos interiores que os relacionavam. Mais uma vez, a pré existência deixa uma sugestão da abordagem a ponderar, e portanto, tal facto resulta na proposta de três suites para este espaço, sendo que o edifício em questão, com um piso térreo e um sobrado, satisfazia as condições necessárias para suportar o novo programa.

Apesar de usufruir de uma relação directa com o pátio, como todos os restantes, o seu desenho foi ainda trabalhado no sentido de a reforçar, portanto trabalhando os seus interiores em função do pátio, utilizando o desenho como ferramenta de investigação e explorando diversas estratégias para que tal fosse sucedido.

Mas queremos aqui sublinhar esta transversalidade do pátio, em que o mesmo é analisado ao nível distrital e regional, ao nível do complexo, mas também ao nível do interior, sendo um elemento preponderante nas interações que estabelece com os espaços interiores e vice-versa, e portanto, demonstrando como podemos trabalhar na escala mais reduzida, do interior e do detalhe, tendo o pátio sempre como a matriz do espaço, pensando-o a partir do interior.

Voltamos então a trabalhar numa vertente endógena, do interior para o exterior, agora não partindo do pátio para o exterior do complexo, mas sim do espaço interior para o pátio. Desta maneira, ele não só se torna um elemento decisivo tanto na organização dos novos complexos, como também no desenho do novo espaço interior, controlando o seu desenho, os vãos e a medida.

A divisão das três suites parte, então, da compartimentação dos próprios currais, mas a proposta vem demolir as paredes interiores, dada a divisão tripartida do seu interior não ser equitativa, bem como não se tratarem de paredes estruturais. A nova concepção do espaço interior parte do elemento mais valioso do conjunto, a estrutura que alicerça a cobertura do edifício e que assenta nas suas paredes exteriores.

Esta consiste em sete asnas que se apoiam num vigamento transversal ao volume (Ver fotografia e descrição da página 59), distando três metros entre si (medida ao eixo) e, portanto, que serviam de apoio para uma estrutura secundária, perpendicular às vigas mestras, que por sua vez suportava o soalho. Segundo a estrutura principal, o interior fica agora organizado em três módulos principais, com 6×5,50m, e por sua vez, cada módulo destes era constituído por dois módulos secundários, com aproximadamente 3m de largura (medida ao eixo do vigamento) por 5,50m de comprimento (Fig. 81).

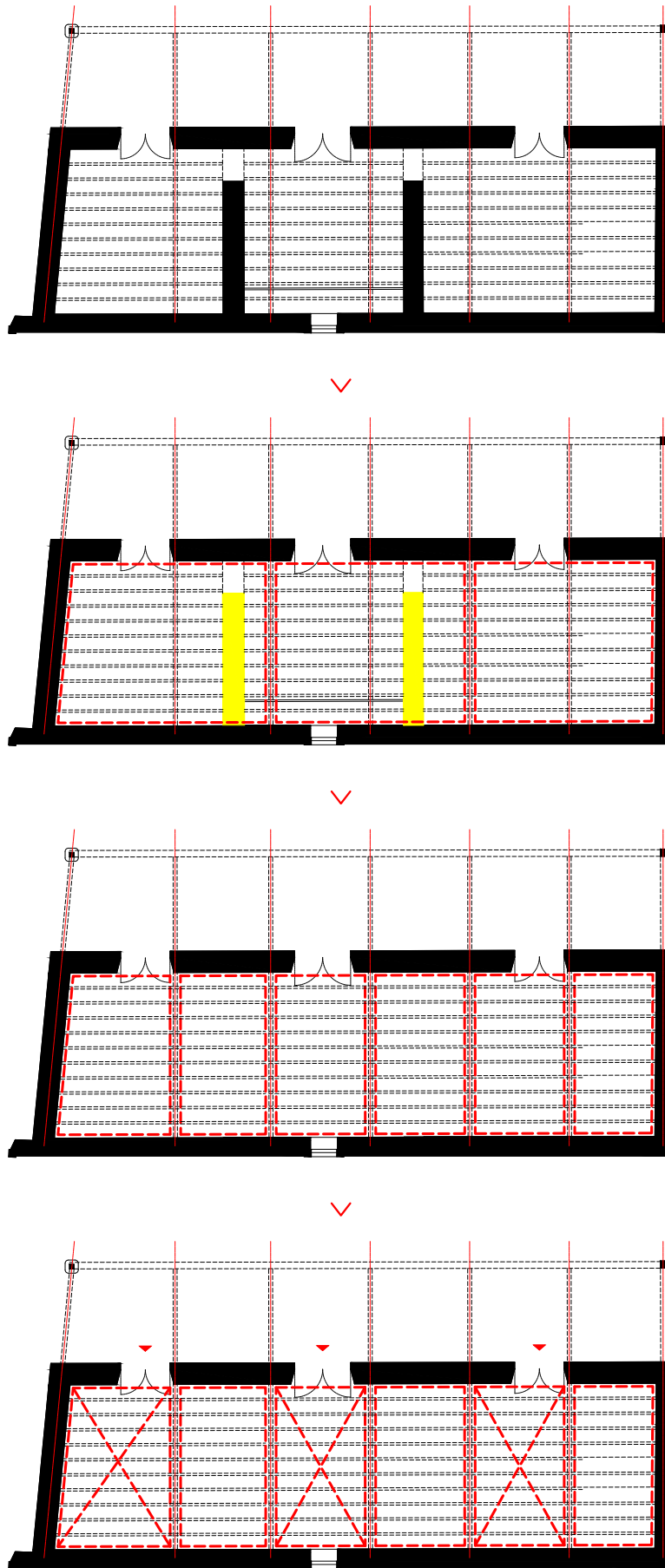


Fig. 81 - Esquema de organização espacial das suites  
(Desenho realizado pelo autor)



Dado isto, cada módulo principal define a área de uma suite, e os seus módulos secundários organizam os diferentes espaços no interior. Salienta-se aqui um ponto importante, que a definição do espaço interior provém também da linguagem estrutural do edifício: o piso térreo contém o átrio de entrada, mobiliário de apoio ao mesmo e o acesso vertical, constituindo assim o primeiro módulo, e o segundo é constituído pela sala de estar e por uma pequena zona de escritório.

Relativamente aos vãos, são aqui introduzidos dois tipos, com desenhos e formas distintas, dadas as funções que vêm desempenhar: são abertos vãos na fachada Sudeste que se relaciona com as traseiras da quinta, iluminando o interior, que carecia de luz natural, mas sem comprometer a privacidade da suite, dada a sua introdução numa cota mais elevada. De seguida são também introduzidos vãos na fachada que se relaciona com o pátio, podendo iluminar a zona de escritório e sala, e criar uma relação visual com o mesmo, que agora surge como elemento de presença constante quando nos situamos no espaço interior.

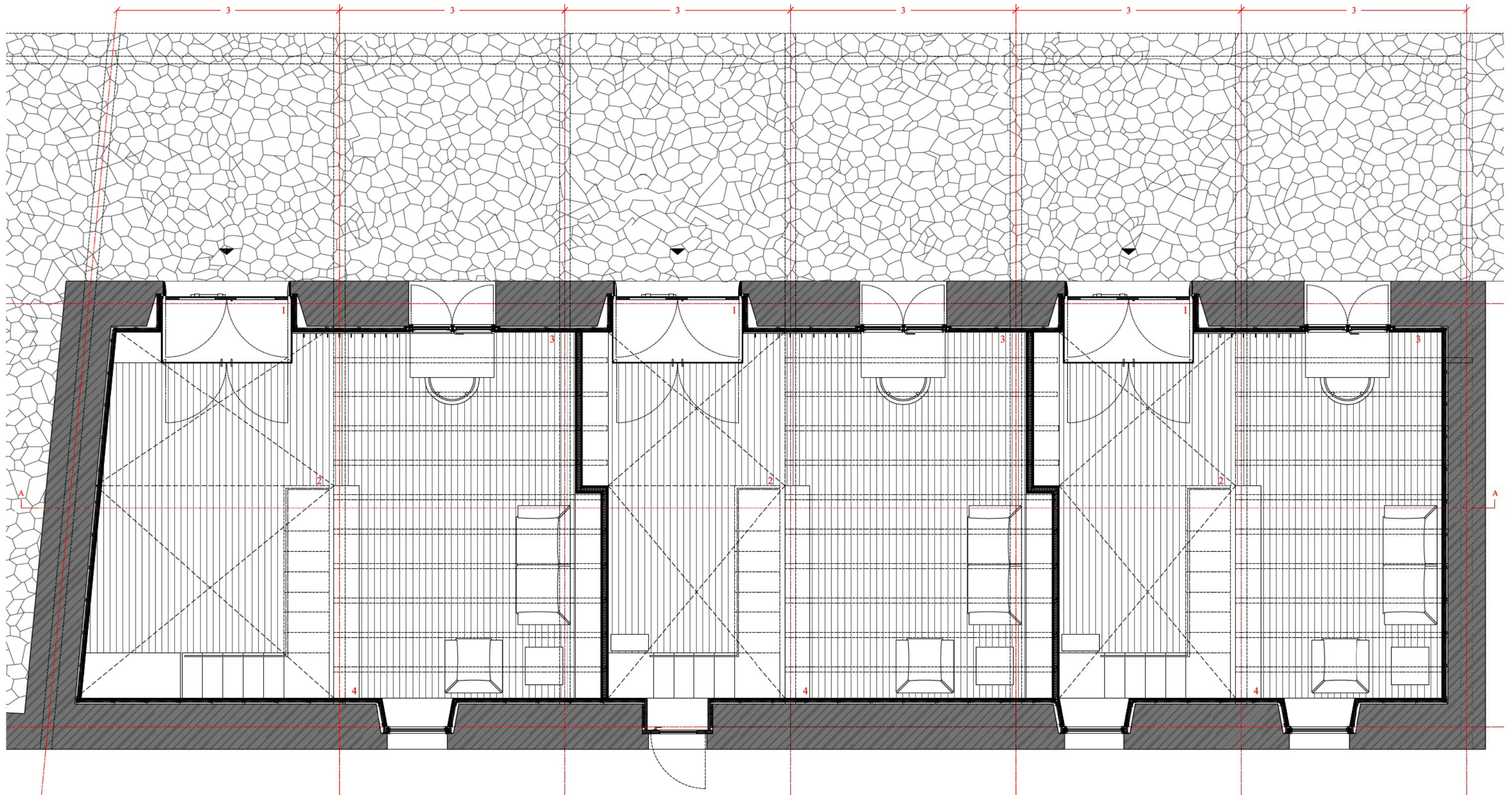
A diferenciação formal dos vãos introduzidos ao nível térreo (Ver corte transversal A, pág. 291) reflecte a própria relação que se pretende criar com o pátio, funcionando o edifício em questão como um filtro das relações que partem do exterior do complexo para o interior. Portanto, os vãos que se relacionam com as traseiras são mais reduzidos, e os que se relacionam com o pátio apresentam maiores dimensões, consequência do objectivo de cada um. Relativamente ao interior, a proposta pretende também reforçar a relação com o pátio.

Para tal, opta-se por manter as portadas de madeira originais, dado o seu estado de conservação e o registo vernacular que conferem à proposta, preservando a memória do objecto, e também do próprio pátio, após a reconversão.

Como consequência, cria-se um segundo “vão”, ou uma segunda portada de acesso ao interior, que consiste numa caixa de vidro, em que o objectivo passa pelo seguinte: as portadas pré existentes, dada a sua opacidade, poderiam estar totalmente abertas ou fechadas, consoante a luz e privacidade desejadas no interior, mas o pano de vidro, assegura, durante o dia, a permanência de luz no interior, ao mesmo tempo preservando a privacidade, funcionando como uma barreira.

Portanto esta solução resume-se aqui, mantendo o objecto da pré existência, gesto imperativo no resgate do património popular, mas simultaneamente contornando a situação, deixando fluir a luz natural para o interior. Mas mais importante, como consequência de tal, é criada uma relação constante com o pátio, tanto visual como de acesso, em que mais uma vez este se torna um elemento presente na vivência interior das suites.





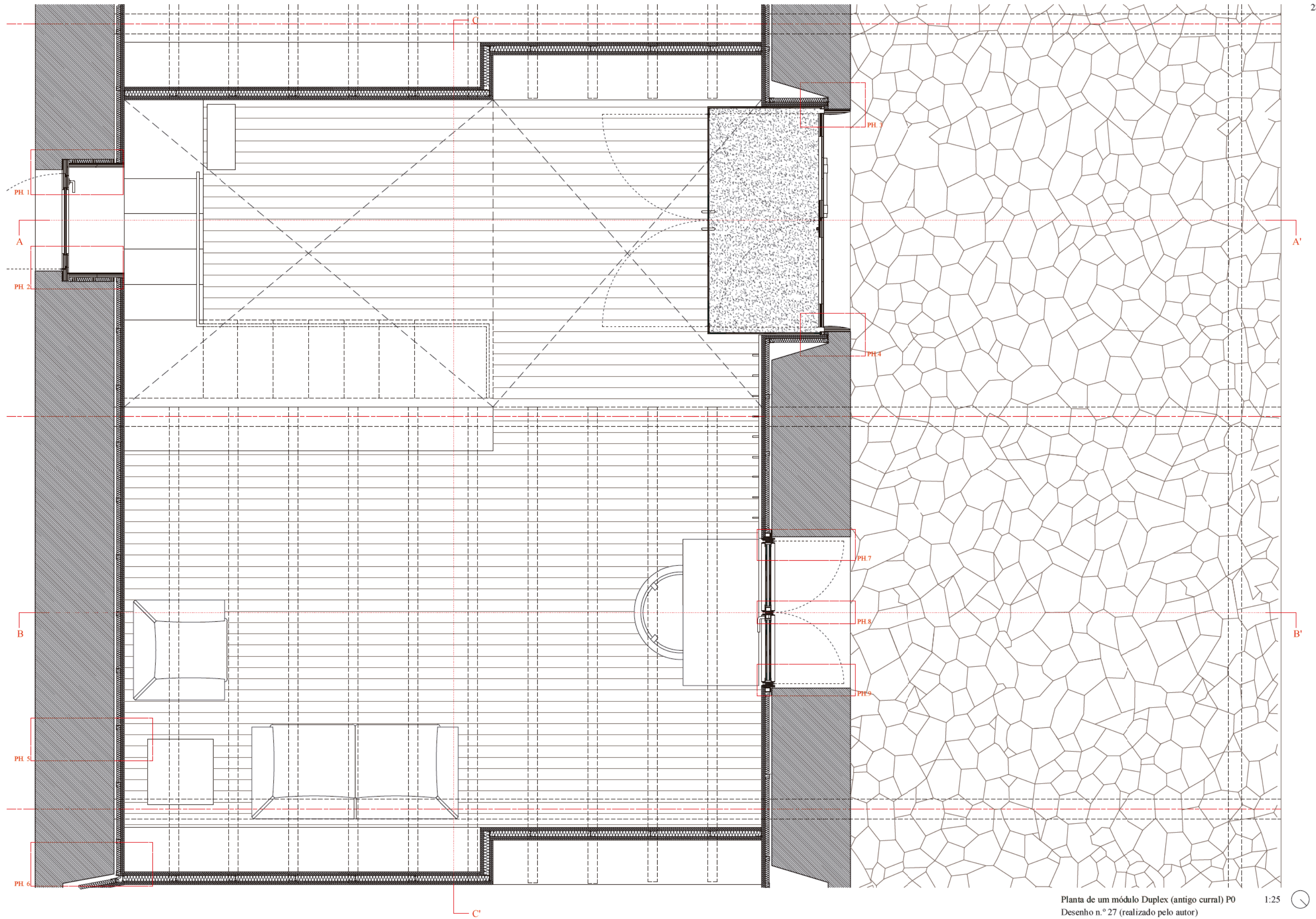
Legenda:  
1. Vestibulo 2. Hall de entrada 3. Zona de escritório 4. Sala de estar 5. Casa de banho 6. Zona de armário/maleiro

Planta do volume das suites (antigos currais) P0  
Desenho n.º 26 (realizado pela autor)

1:200





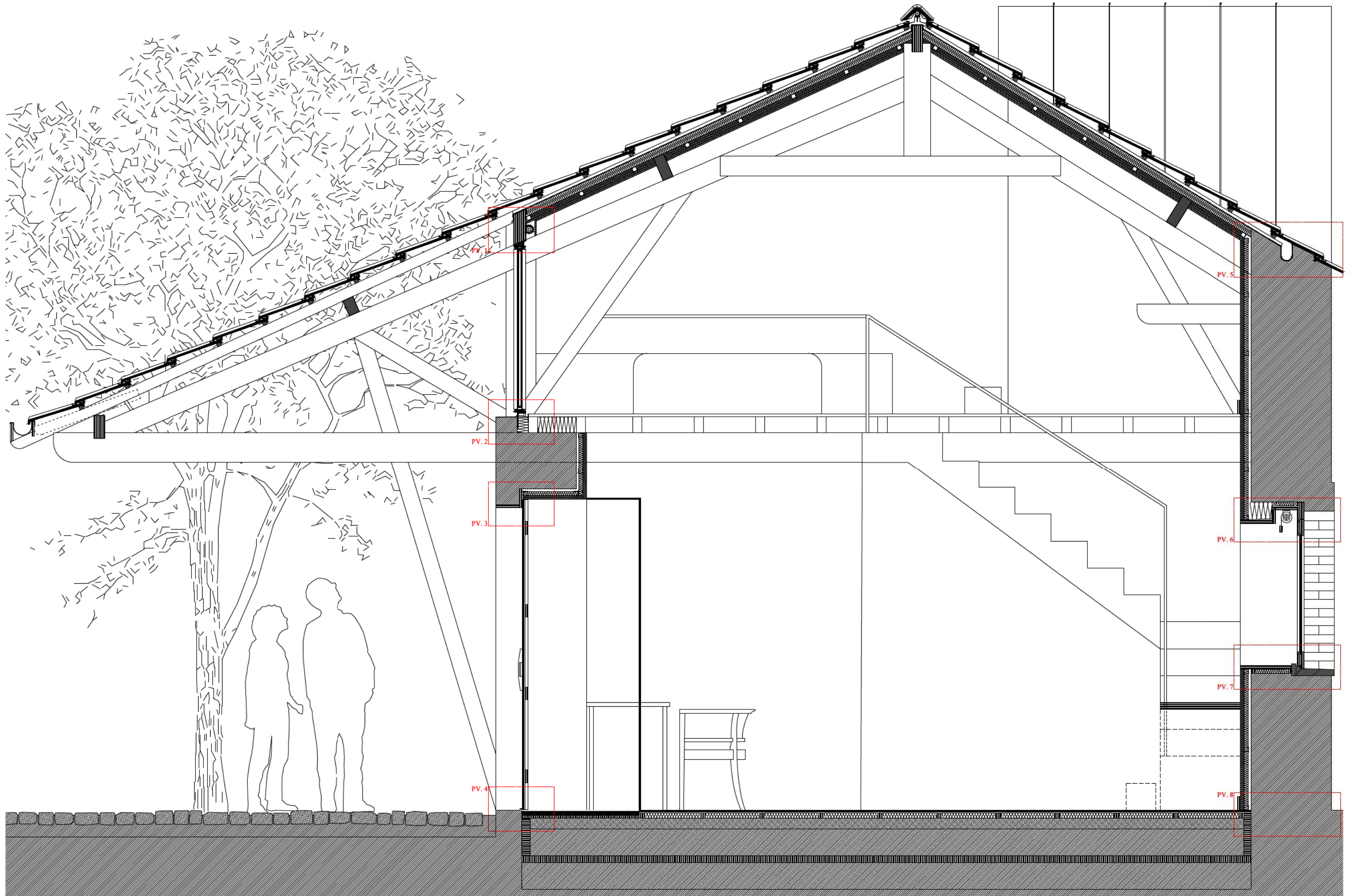


Planta de um módulo Duplex (antigo curral) P0  
Desenho n.º 27 (realizado pelo autor)

1:25







Corte transversal A  
Desenho n.º 28

1:25





O piso térreo estaria agora totalmente desenvolvido, constituído por um módulo estrutural (dois módulos secundários). Passando para o piso superior, este seria apenas definido por um módulo. Como tal, a solução de uma *mezzanine* era incontornável, concebendo-se através do pé direito duplo introduzido no módulo da entrada, reforçando o tema da luz, (à semelhança da estratégia nas cavalariças) e descomprimindo o espaço, sendo a entrada do usuário na suite marcada pela extensão vertical do interior. Introduce-se também uma escadaria de madeira para permitir não só o acesso ao quarto, mas também para reforçar a divisão dos dois módulos do piso térreo, o módulo de entrada e o módulo da sala de estar.

Como referido acima, este piso é agora apenas definido por um módulo estrutural (secundário), portanto de novo reforçamos a divisão do espaço interior consoante as próprias regras da pré existência, onde apenas os únicos elementos que não seguem tal lógica são paredes de gesso cartonado que separam as suites, tendo precisamente 48cm de afastamento da própria asna, em que tal medida (a eixo) surge do seu alinhamento com as varas da cobertura. (Ver corte transversal A-A', pág. 297 e corte longitudinal C, pág. 305).

O piso superior é então o espaço de quarto, com instalação sanitária e pequeno *closet*, e é também trabalhado em função do pátio, aperfeiçoando a sua relação com o mesmo e simultaneamente explorando o tema da luz.

Relativamente à instalação sanitária, optou por se conceber e representá-la como um bloco autónomo, a mansarda que referimos atrás, que vem perfurar verticalmente a cobertura, afirmando a contemporaneidade da intervenção na leitura global do conjunto.

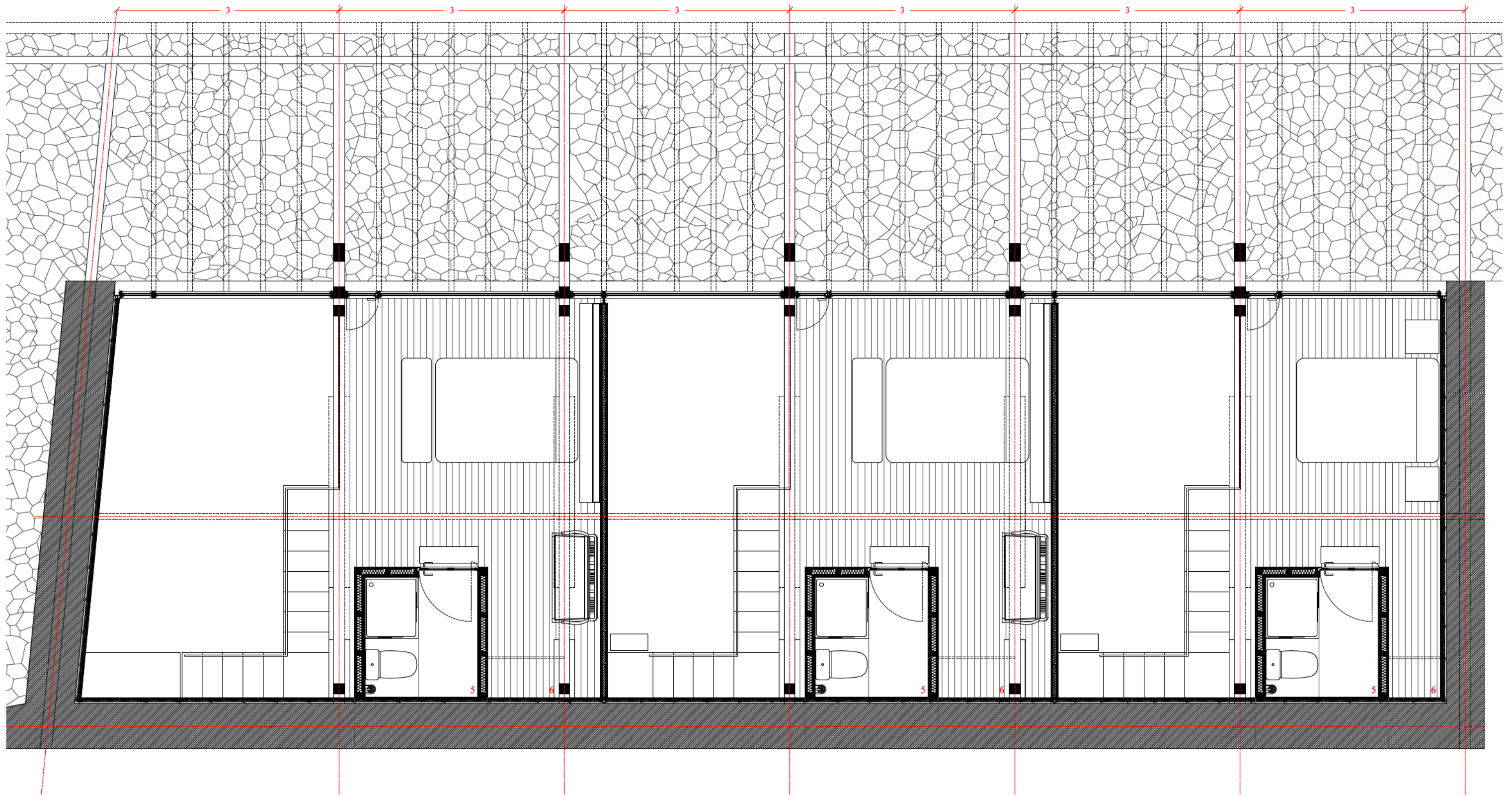
Trata-se de um elemento volumétrica e infraestruturalmente autónomo, dado ser um paralelepípedo que cria um segundo nível de pavimento, independente do soalho e da estrutura originais, para permitir a circulação da tubagem proveniente dos seus equipamentos directamente para o interior das paredes. (Ver corte transversal B, pág. 301)

O objectivo deste volume é também acentuar a harmonia entre a construção nova e existente, e portanto, não se optou por incorporar a instalação sanitária no piso térreo, pois além de perder este carácter, não se enquadrava no desenho deste piso, desregulando a leitura dos módulos estruturais, e retirando algum pragmatismo ao próprio quarto.

Já, especificamente, na zona do quarto, a sua localização com maior proximidade ao vão explica-se pelo maior contacto com o exterior e a melhor exposição à luz, dado este vão surgir do sobrado pré existente, e então a proposta assim manteve a sua leitura.

Portanto, introduz-se uma caixilharia constituída por cantoneiras e barras de ferro que é aparafusada na estrutura as asnas, enquadrando-se no próprio módulo estrutural, tentando dar a maior transparência possível ao mesmo, mantendo a ideia original do sobrado.





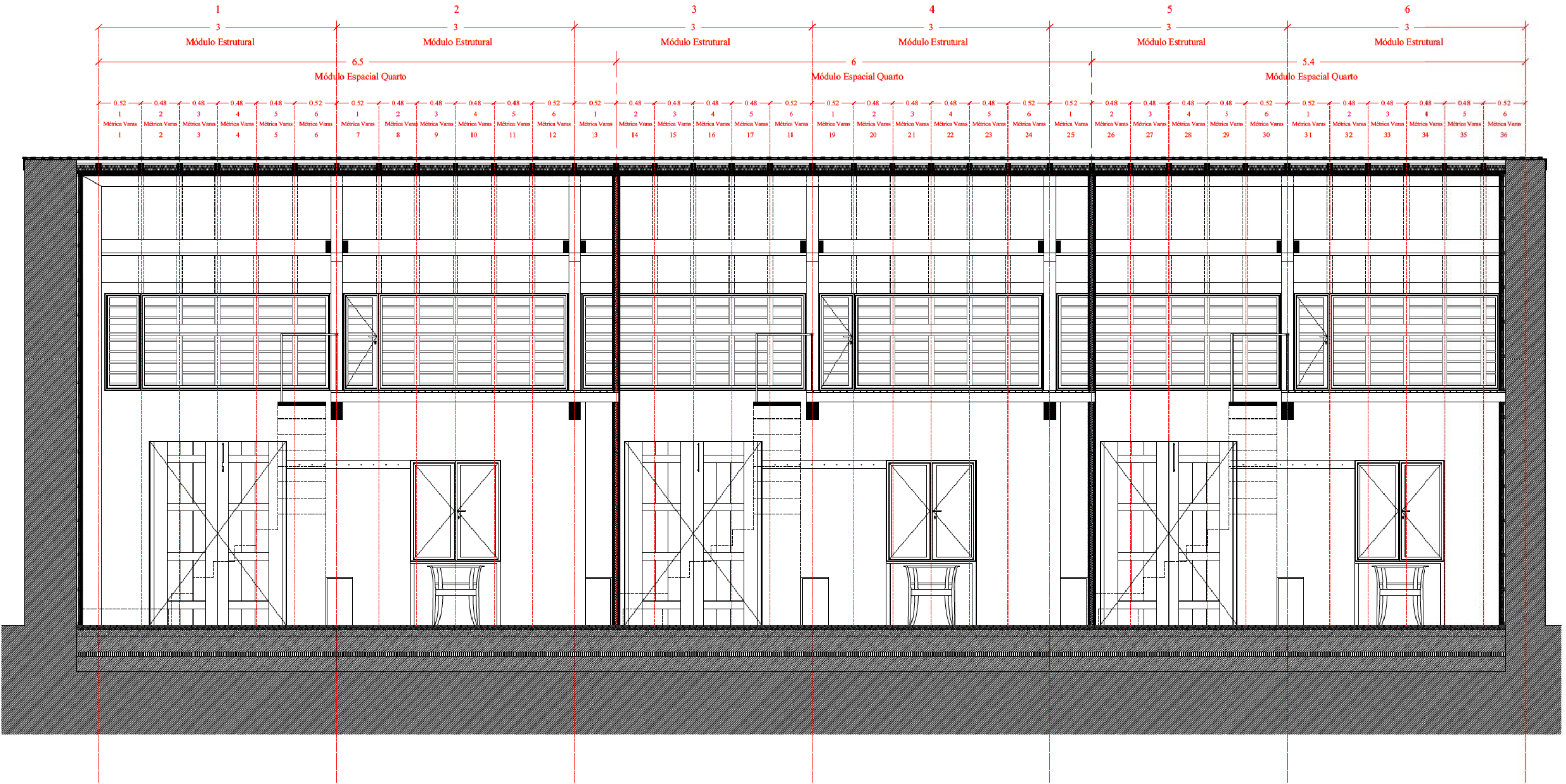
Legenda:  
5. Casa de banho 6. Zona de armário/maleiro

Planta do volume das suites (antigos currais) 1ºP  
Desenho n.º 29 (realizado pelo autor)

1:50

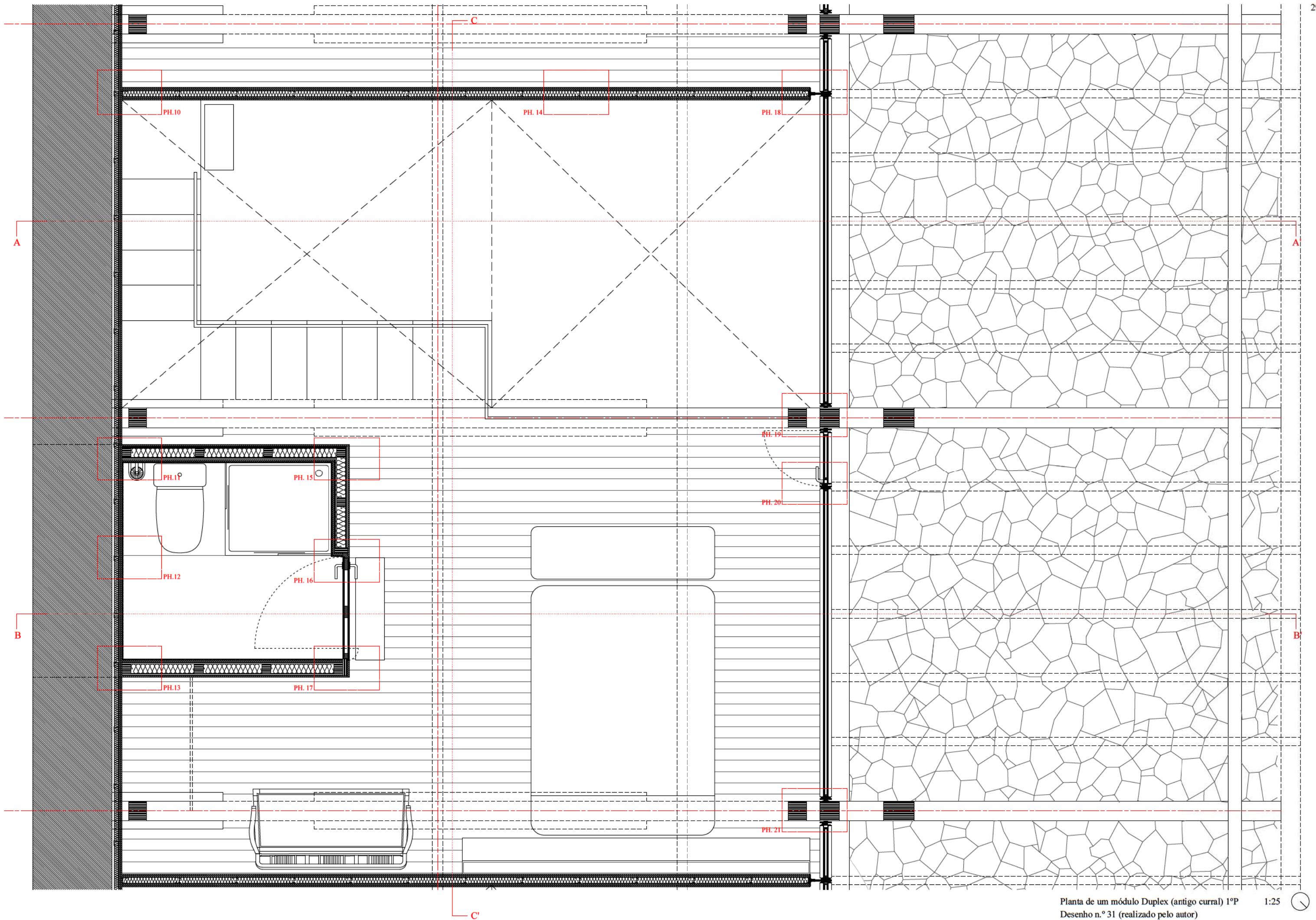






Corte transversal A-A'  
Desenho n.º 30 (realizado pelo autor)





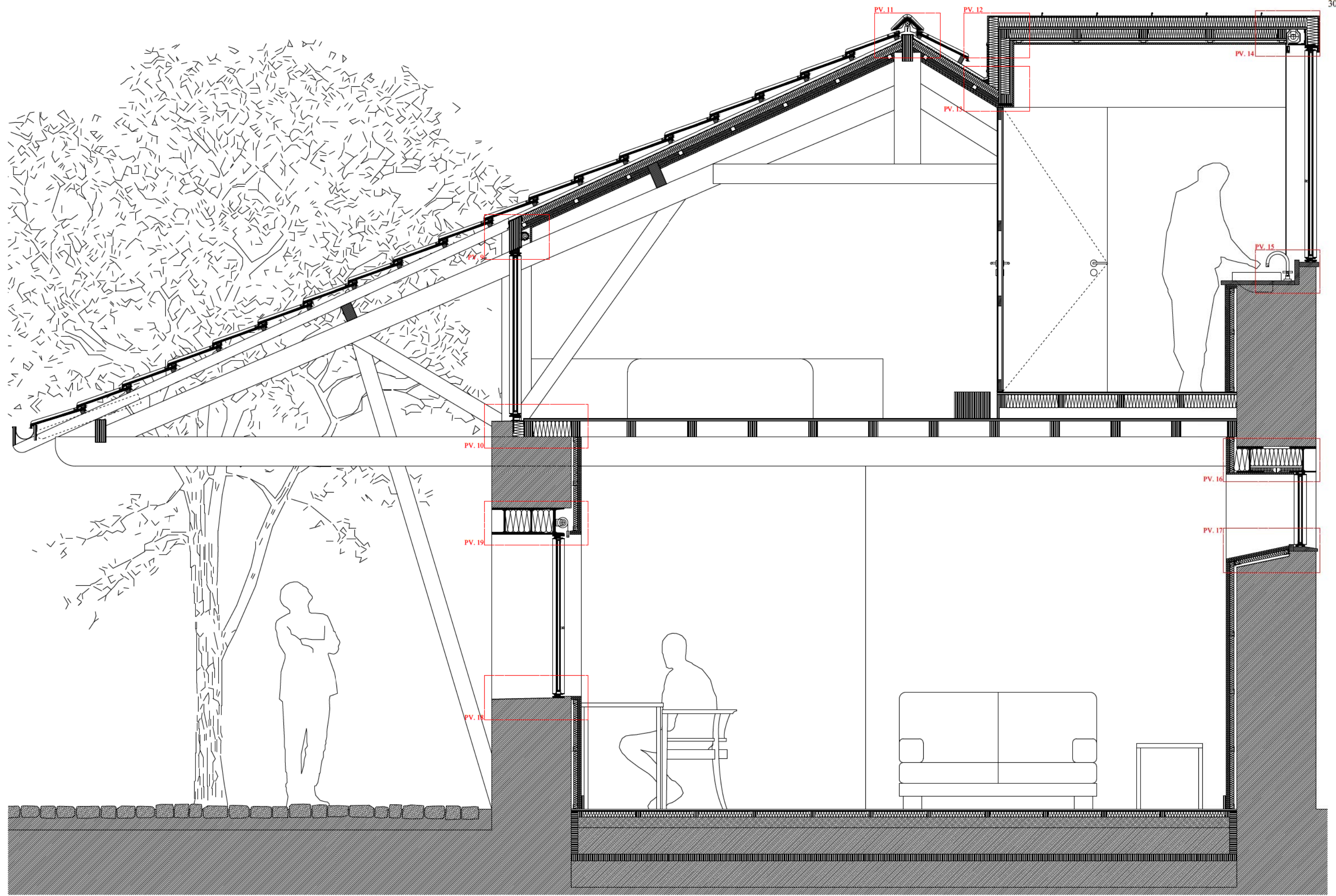
Planta de um módulo Duplex (antigo curral) 1ºP  
Desenho n.º 31 (realizado pelo autor)

1:25









Corte transversal B  
Desenho n.º 32 (realizado pelo autor)



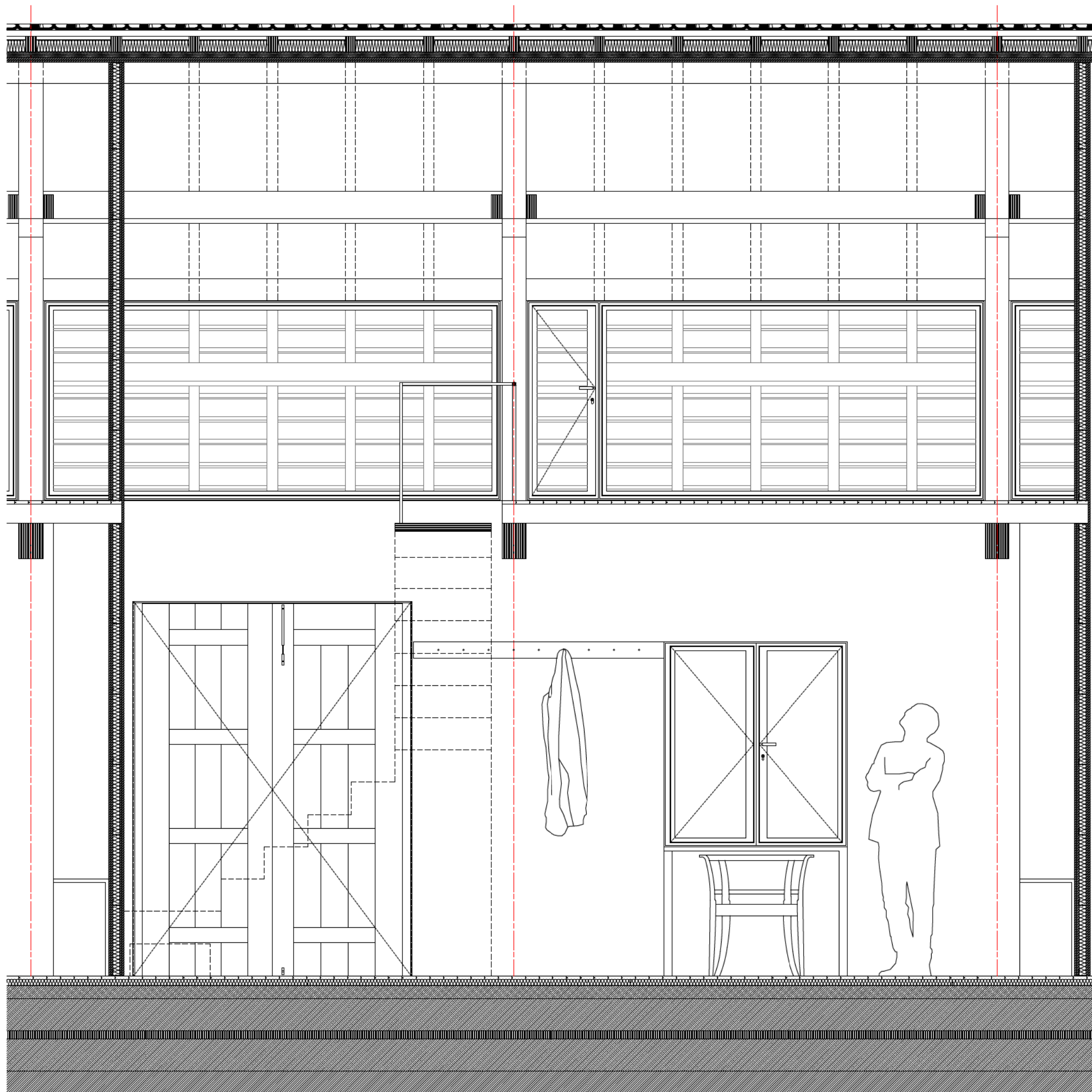
Para efeitos de ventilação, (Ver corte longitudinal C, pág. 305) introduz-se uma pequena “portada” que é rematada por um novo vigamento de madeira, este funciona como uma réplica das “madres” originais que apoiam nas asnas, tentando manter a coerência na linguagem dos elementos construtivos (Ver PV.9, pág. 307 e PV.1, pág. 329, desenhos anexos). Este vão, com possibilidade de ser encerrado por uma cortina (*blackout*), estabelece o contacto directo com o exterior, e é simultaneamente resguardado da incidência solar directa pela inclinação da própria cobertura. Ainda assim, torna-se possível obter contacto visual com a galeria que percorre o exterior do edifício. Portanto, há uma relação constante com o espaço exterior, mas é sempre assegurada a privacidade do quarto, principalmente pela cota em que este se situa.

Através desta leitura referimos que um tema essencial nesta abordagem, trabalhando principalmente na escala do espaço interior, foi o tema da materialidade e dos sistemas construtivos. Um dos objectivos fundamentais da intervenção, quer neste edifício em particular, quer no conjunto, e como já referido no capítulo 1, visava preservar e aproveitar o máximo dos elementos pré existentes. (Ver planta de construção e demolição, pág. 351, desenhos anexos). Mas era também necessário introduzir uma nova linguagem construtiva e material, que não só pretendia promover a renovada leitura do edificado, como também se tornava essencial para o cumprimento dos requisitos necessários para o programa proposto.

Então, no âmbito da intervenção, pretende-se afirmar a contemporaneidade do objecto, e, como tal, verifica-se que os novos elementos introduzidos não vêm estabelecer uma continuidade directa com os que caracterizavam a pré existência, constituindo, de certo modo, uma ruptura. Ainda assim, a intervenção vem respeitar e adequar-se às condicionantes que o edifício impunha, revelando um respeito e reconhecimento do seu valor patrimonial.

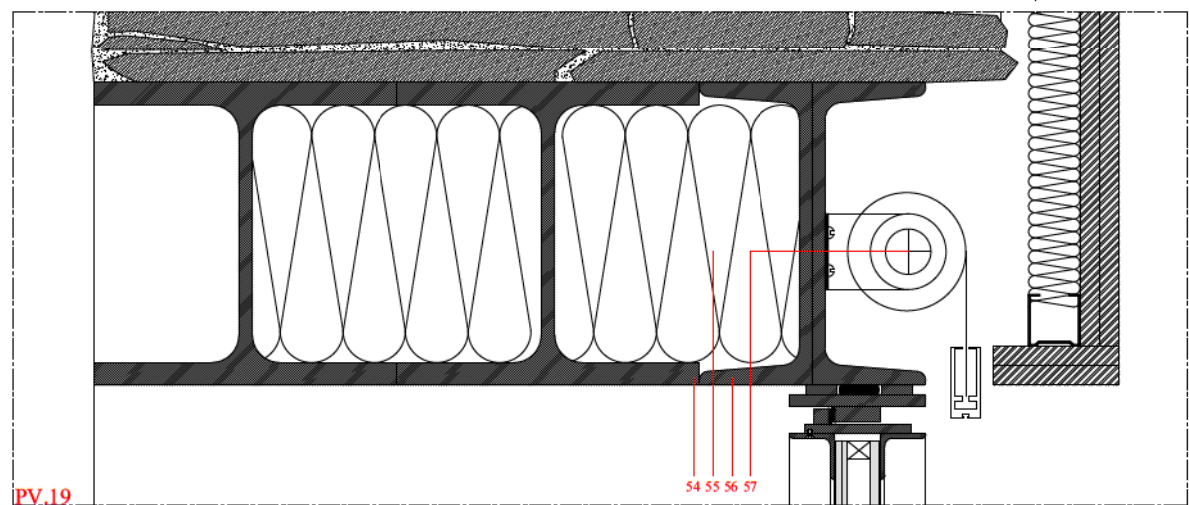
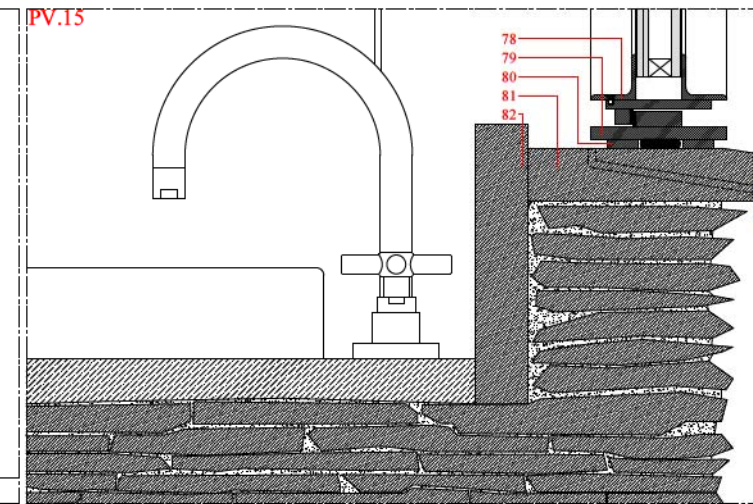
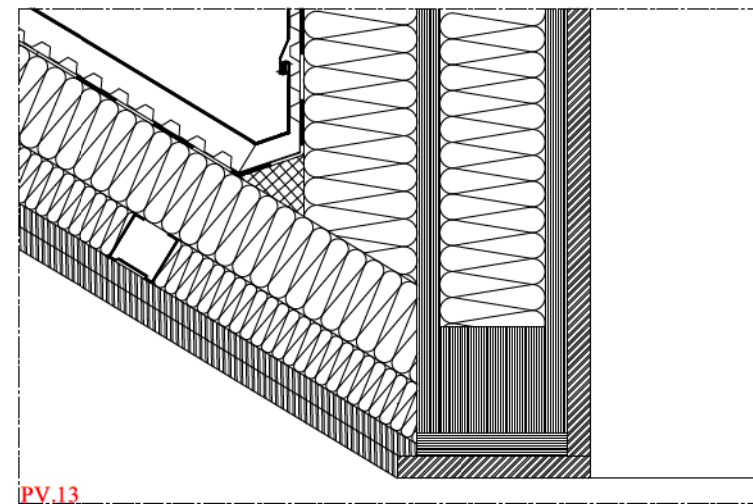
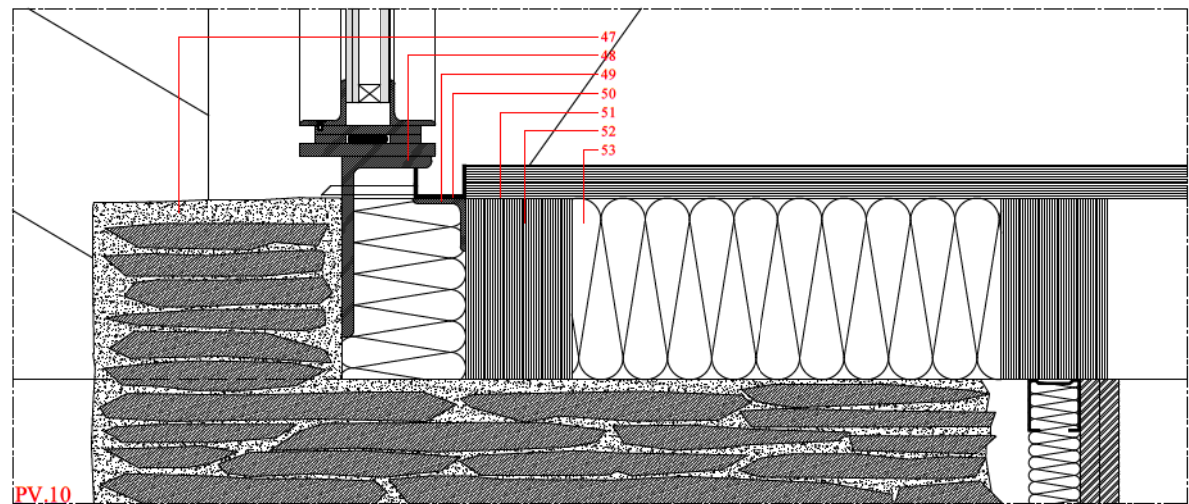
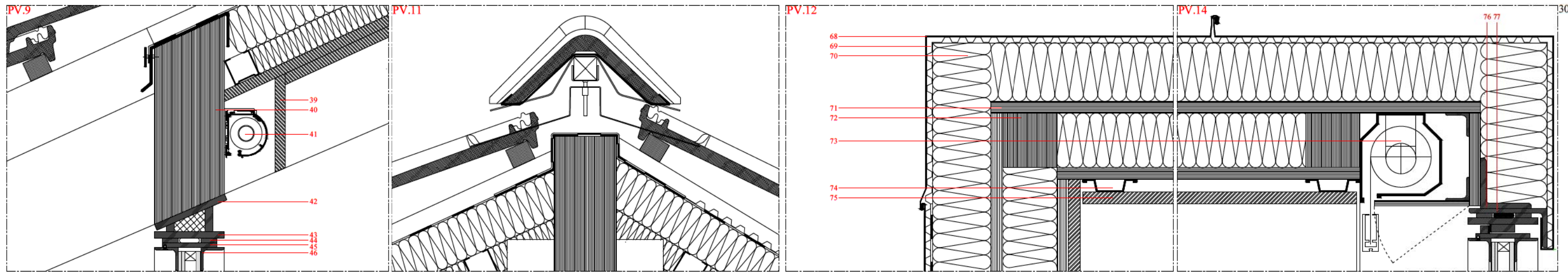
Portanto, torna-se importante frisar a questão da materialidade, sendo que foi imperativo estabelecer uma coesão, através do desenho e do processo de projecto, entre os novos elementos construtivos e a pré existência, sendo que estes vêm afirmar a nova identidade da Quinta, e, simultaneamente, preservar o vernacular do objecto.



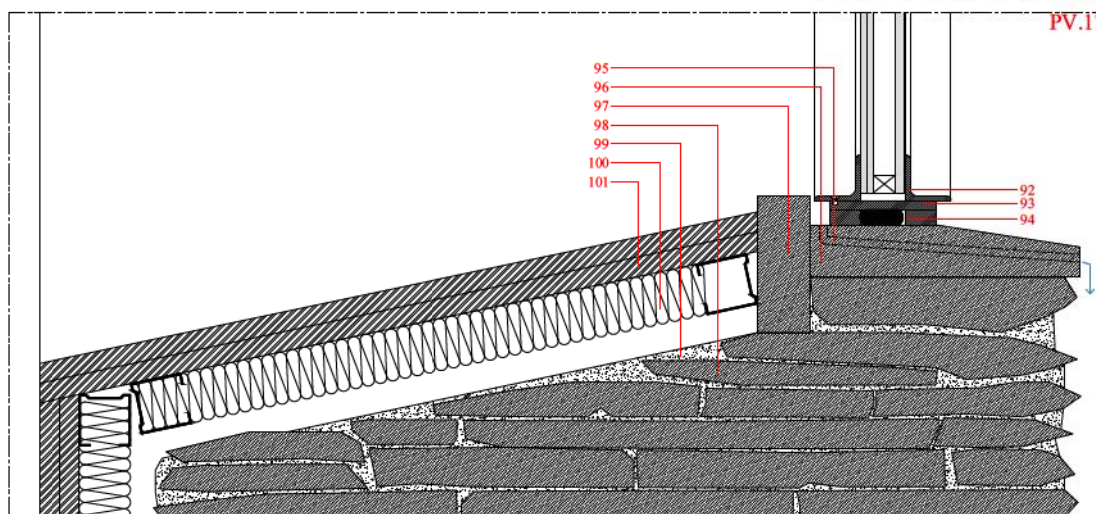
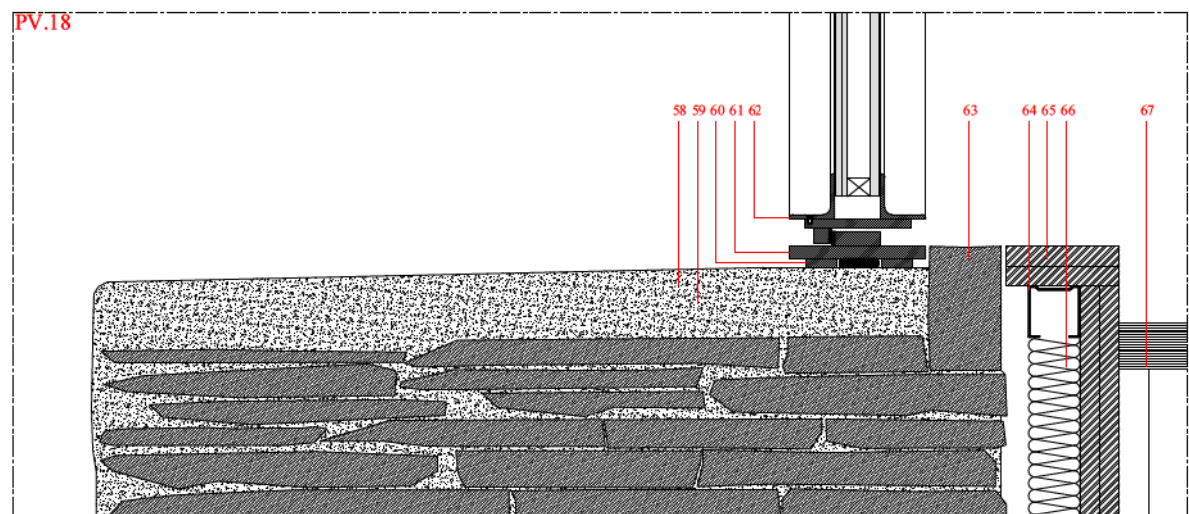
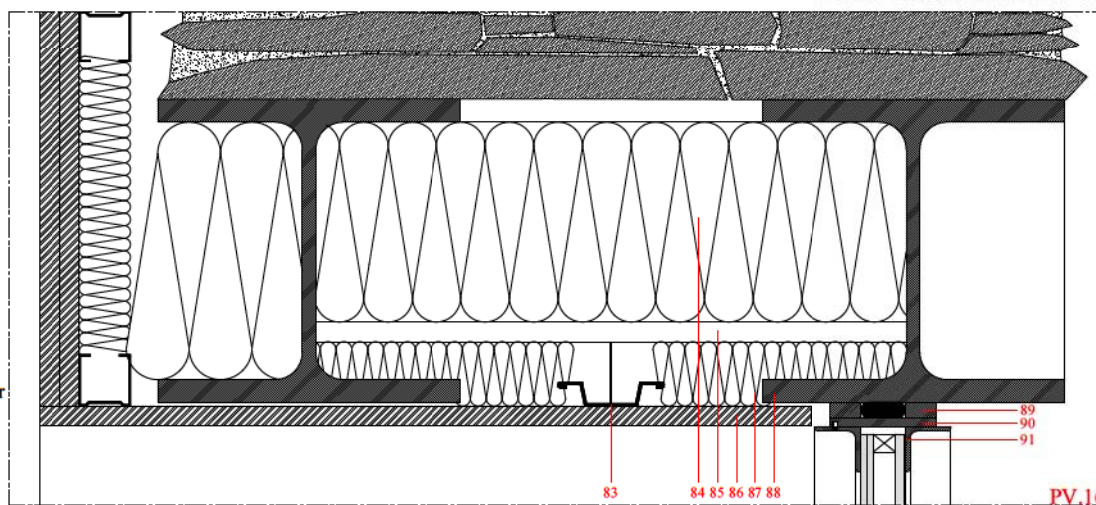


Corte longitudinal C  
Desenho n.º 33 (realizado pelo autor)





- Legenda:**
- 39. Placa de gesso cartonado esp.13mm
  - 40. Viga de madeira 230mmx90mm
  - 41. BlackOut CONTROSOL®
  - 42. Barra de ferro 8mmx100mm
  - 43. Barra de ferro 8mmx90mm
  - 44. Barra de ferro 6mmx20mm
  - 45. Barra de ferro 6mmx70mm
  - 46. Cantoneira de ferro 30mmx30mm
  - 47. Argamassa de revestimento em adobe
  - 48. Cantoneira de ferro 60mmx120mm
  - 49. Cantoneira de ferro 35mmx35mm
  - 50. Calha de drenagem
  - 51. Soalho
  - 52. Barrote de madeira 70mmx120mm
  - 53. Lã de rocha esp.120mm
  - 54. Perfil HEB 200mmx200mm
  - 55. Enchimento em espuma
  - 56. Perfis UPN 200mmx75mm (soldados)
  - 57. BlackOut CONTROSOL®
  - 58. Argamassa de revestimento em adobe
  - 59. Canal de drenagem
  - 60. Barra de ferro 20mmx6mm
  - 61. Barra de ferro 8mmx90mm
  - 62. Cantoneira de ferro 30mmx30mm
  - 63. Pedra de remate em Xisto
  - 64. Canal para gesso cartonado 34mmx34mm
  - 65. Placa de gesso cartonado esp.13mm
  - 66. Lã de rocha com papel Kraft no interior
  - 67. Tampo de mesa em madeira
  - 68. Chapa de zinco com junta agrafada esp.0.65mm
  - 69. Membrana drenante esp. 8mm
  - 70. Isolamento térmico em lã de rocha esp.75mm
  - 71. Contraplacado marítimo esp. 15mm
  - 72. Estrutura em madeira 70mmx70mm
  - 73. Sistema BlackOut
  - 74. Fixação para gesso cartonado
  - 75. Tecto falso em Pladur Hidrófugo esp. 15mm
  - 76. Cantoneira de ferro 65mmx65mm
  - 77. Cantoneira de ferro 100mmx50mm
  - 78. Cantoneira de ferro 30mmx30mm
  - 79. Barra de ferro 8mmx90mm
  - 80. Barra de ferro 6mmx20mm
  - 81/82. Pedra de remate em Xisto
  - 83. Fixação para gesso cartonado
  - 84. Enchimento em espuma
  - 85. Perfil IPE 160mmx82mm (aba cortada)
  - 86. Placa de gesso cartonado esp.13mm
  - 87. Isolamento em lã de rocha esp. 42mm
  - 88. Perfil HEB 200mmx200mm
  - 89. Barra de ferro 10mmx20mm
  - 90. Barra de ferro 6mmx70mm
  - 91/92. Cantoneira de ferro 30mmx30mm
  - 93. Barra de ferro 6mmx70mm
  - 94. Barra de ferro 10mmx20mm
  - 95. Canal de drenagem
  - 96/97. Pedra de remate em Xisto
  - 98. Pareda de Xisto
  - 99. Argamassa
  - 100. Lã de rocha com papel Kraft no interior
  - 101. Placa de gesso cartonado esp.13mm



- Legenda de materiais:**
- Pedra (Xisto)
  - Madeira
  - Tijolo
  - Vidro
  - Gesso cartonado
  - Argamassa
  - Ferro
  - Isolamento
  - Isolamento
  - Impermeabilização





Após a análise deste objecto, caracterizada pela sua maior escala de aproximação ao desenho do espaço interior e dos elementos construtivos, referimos essencialmente dois aspectos fundamentais e inerentes tanto a este objecto com à proposta em geral:

Em primeiro lugar, o pátio e a sua hierarquia em sectores são um elemento crucial na estratégia de reconversão desta quinta, bem como na caracterização dos espaços interiores.

Em segundo lugar, é a coerência e harmonia entre a pré existência e a contemporaneidade que este projecto tenta encontrar e estabelecer. Explorando a potencialidade dos materiais e das técnicas construtivas, procura-se a sua concordância no desenho do espaço interior, tentando, acima de tudo, preservar a identidade deste património, permitindo que ele conte a história que o definiu durante anos, e assegurar a sua continuidade.

Mas tal conjugação entre o contemporâneo e o pré existente não é apenas relativa a esta escala, do interior e do detalhe material, esta é muito anterior, sendo imediatamente evidenciada na própria abordagem que o projecto tem, a partir do tema da pré existência, da divisão do pátio e dos seus sectores, e adaptando-o ao novo programa.

Torna-se importante referir que é aqui que se verifica o primeiro confronto entre a pré existência e a contemporaneidade, entre o novo e o velho, na própria abordagem do projecto, depois então prolongando-se para a vertente material.

Posto isto, este “confronto” não se verifica apenas nos elementos físicos da proposta, mas é também uma questão conceptual, que parte de uma ideia de projecto, de geração de espaço e de programa. Ainda assim, como conclusão, torna-se importante mencionar que este projecto tentou também ao máximo, não só preservar a memória da pré existência, mas também o seu regionalismo, dado assimilar tal tema e revitalizar as próprias premissas regionais do conjunto.

Portanto, em suma, não se trata apenas de uma intervenção contemporânea num espaço vernacular, mas de uma intervenção que pretende salientar e reforçar o próprio carácter original do complexo, do pátio e da região, abrangendo e trabalhando no processo de projecto todas as características regionais.



5

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Na abertura deste trabalho propusemo-nos a investigar a seguinte questão: como potenciamos a transformação de usos de um complexo agrícola num programa de turismo em espaço rural, explorando as articulações espaciais entre o pátio e os seus programas complementares de produção?

Como tal, a dissertação seguiu uma metodologia específica e diversos parâmetros necessários de maneira responder ao exercício colocado.

Em primeiro lugar torna-se fundamental referir a importância do projecto neste processo, que surge aqui não só como um ferramenta de transformação de uma realidade, mas, principalmente, como um método de investigação, trabalhando assim em duas vertentes. Portanto a proposta aqui desenvolvida não representa apenas a materialização de um determinado objecto, mas, também, uma construção teórica em torno do mesmo, resultado da sua reflexão e análise interpretativa, e do estudo do contexto arquitectónico onde o mesmo se insere. Então, a resposta à questão inicialmente colocada não se cinge apenas a um capítulo, ou à apresentação de uma proposta de projecto, mas está patente em toda uma vertente de reflexão crítica que é estrutura ao longo deste trabalho.

De tal modo, nos primeiros momentos da dissertação, surge a necessidade de criar uma relação vinculativa e inteligível do objecto, do lugar, e perceber a sua inserção no património rural do País. Para concretizar tal ideia, foi imperativo, antes de mais, perceber e assimilar o rural, e o objecto de estudo, para o poder reinterpretar. Assim sendo, o primeiro capítulo é dedicado ao estudo e análise da Quinta de Oliveira do Mondego, efectuando uma análise territorial e regional, mas também histórica e espacial, culminando numa breve proposta de projecto. Como tal, suscitada pela necessidade de conceber e resolver tal exercício, de teoria e prática, tornou-se essencial a abordagem bibliográfica e multidisciplinar, inerente tanto à prática arquitectónica, como, especialmente, à cultura popular.

Obras como *Arquitectura Popular em Portugal* (1961), *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (1992) e *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) tornaram-se alicerces fundamentais, provendo o autor de todas as disciplinas e condicionantes inseridas na concepção e materialização do popular e da sua habitação. A Geografia, Antropologia, Sociologia e História revelaram-se disciplinas cruciais para poder informar o autor dos temas necessários à interpretação tanto do objecto de estudo, como dos casos de estudo, e no fundo poder olhar a proposta segundo critérios contemporâneos.

Tal análise possibilitou, no segundo capítulo, a reflexão sobre casos de estudo, que informaram o projecto relativamente à sua especificidade, balizando, então, o autor, do contexto em que se estava a trabalhar. Sendo o pátio o elemento transversal desta análise,



ele torna-se o mediador entre o projecto a ser desenvolvido e a teoria investigada em torno do mesmo, sendo que a própria abordagem ao projecto suscitou, por exemplo, as diversas análises efectuadas ao longo da dissertação.

O terceiro capítulo actua como uma síntese de toda esta reflexão, analisando o pátio rural de Norte a Sul do país, consoante o conhecimento fornecido anteriormente e a problematização do projecto. Revelou-se então aqui um processo de constante alternância entre a concepção prática da Arquitectura e a construção de um conceito, de uma teoria, que suporta a intencionalidade da proposta.

Num último momento da dissertação constrói-se e desenha-se a realidade investigada nos capítulos anteriores, sendo este momento final marcado pela apresentação e argumentação da proposta. O quarto capítulo representa o culminar de todo o processo e conhecimento que os capítulos anteriores forneceram, e, como tal, a análise e apresentação da proposta da Quinta de Oliveira do Mondego, e do caso de estudo, a Quinta Nova, seguem os mesmos parâmetros estabelecidos nas fases anteriores, de maneira a dar coesão ao raciocínio e investigação efectuados.

No início desta conclusão referimos a dualidade de vertentes em que o projecto trabalha: uma primeira vertente, de investigação, e uma segunda vertente de transformação de uma realidade. Como tal, e agora focando-nos na segunda, uma intervenção num património vernacular, com um século de existência, neste caso, levantou uma problemática de ordem material. Posto isto, os temas da reabilitação, dos sistemas construtivos, e da materialidade são, também, aspectos a frisar.

Dado a sensibilidade necessária a adquirir num processo de intervenção e reabilitação de tal património, um dos objectivos fundamentais e essenciais da proposta era preservar o vernacular do conjunto, mantendo a sua identidade original, que, como referido, se encontrava desvirtuada.

Como tal, a ideia de salvaguardar as estruturas pré existentes, apenas recorrendo a demolição se em ruína iminente, foi imperativa. Mas a introdução de novo programa, contemporâneo, evoca muitas vezes a necessidade de construção nova, que neste caso se tornava essencial para poder cumprir os requisitos necessários do programa. Assim sendo, tal alteração programática suscitou novo edificado, mas que se vinha inserir na proposta consoante as directrizes e o entendimento que o pátio estabelecia do novo espaço. Contudo, torna-se visível a identidade de cada objecto, sendo que a proposta pretende reforçar coesão e harmonia entre a volumetria nova e a pré existente. Portanto apesar de se introduzir edificado novo, ele vem integrar-se no espaço e respeitar o pré existente.





A questão dos materiais e dos sistemas construtivos foi também pertinente, sendo que a proposta pretende assinalar uma nova linguagem, actual, de maneira a prover o edificado de uma renovada leitura que vem representar a actualidade da intervenção. Como tal, estabelece-se um diálogo entre os sistemas construtivos que se pretendem manter e os que são introduzidos, proporcionando assim, ao conjunto, uma imagem marcada pela relação de duas identidades diferentes, a vernacular e a contemporânea.

É ainda importante referir que esta dissertação ganha uma outra dimensão e representatividade, de certo modo pessoal, simbolizando o fim de um percurso de aprendizagem, marcado pela importância da relação teórico-prática na Arquitectura.

Ou seja, representa um momento de conclusão mas também um momento de início, de abordagem à prática profissional, em que o projecto não actua apenas como uma ferramenta de concretização de uma realidade material, mas também como um método de pesquisa, reflexão e investigação que envolve a cooperação entre diversas disciplinas.

Portanto, concluindo, a proposta não surge, nem aqui surgiu, como resultado de uma abordagem isolada, ou descontextualizada do objecto, mas é resultante de uma relação multidisciplinar, sendo que o objecto final a propor, representa, fundamentalmente, uma realidade construída desta colaboração.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  
SUMÁRIO DE FIGURAS  
SUMÁRIO DE DESENHOS



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- André, P. & Sambricio, C. (2016). *Arquitectura Popular: Tradição e Vanguarda | Tradición y Vanguardia*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Antunes, A., Azevedo, A., Menéres, A., Freitas de Pinto, A., Araújo, A., Martins, A., . . . Malato, J. (1988). *Arquitectura Popular em Portugal* (3º ed., Vol. 1: Zona 1: Minho, Zona 2: Trás-os-Montes. - Vol. 2: Zona 3: Beiras, Zona 4: Estremadura. - Vol.3: Zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve). Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses. Edição original de 1961.
- Cachola, L. (2015). *Alentejo e casa pátio em Aires Mateus*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.
- Capitel, A. (2005). *La Arquitectura del pátio*. Barcelona: Gustavo Gili SA.
- Davis, H. (2006). *The Culture of Building*. New York: Oxford University Press.
- Delgado, T. (2013). *Estudo do pátio na Habitação Unifamiliar: quatro casas de Álvaro Siza Vieira*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Dias, F. (2005). *Memória da barca serrana do Mondego*. Penacova: Município de Penacova.
- Duarte, D. (2010). *A habitação em torno de um vazio nuclear – Princípios de reabilitação do Alto da Cova da Moura*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Edwards, B. (2006). *Courtyard Housing: Past, Present & Future*. New York: Taylor & Francis.
- Ferreira, P. (2011). *Programa de recuperação de aldeias históricas em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Figueiredo, S. (2012). *O pátio como elemento organizador do espaço*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras.
- Fletcher, B. (1938). *A History of Architecture on the comparative method. For students, craftsmen & amateurs*. London: B.T Batsford, LTD. Edição original de 1896.
- Leal, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Martins, N. (2010). *Reabilitação de edifícios para turismo rural – Estudo de casos de sucesso*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade do Porto, Porto.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Monestiroli, A. (1993). *La Arquitectura de la realidad*. Barcelona: Ediciones del Serbal, S.A.
- Moreira, I. (2011). *Aldeias de Xisto – Projecto para reabilitação da aldeia da Cerdeira*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Morgado F. (2013). *Pátio e casa-pátio: A dimensão doméstica do espaço exterior da casa*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Neves, S. (2012). *Pátio: Génesse, evolução conceptual e morfológica – Investigação para a concepção de um edifício multifuncional em Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Nogueira, J. (2010). *De há muitos que nos conhecíamos: Reconversão da Quinta da Barrosa*, Prova Final de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Oliveira, E. V., & Galhano, F. (2003). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote. Edição original de 1992.
- Oliveira, V., Mendes, T., & Pinho, P. (2015). *O estudo da forma urbana em Portugal*. Porto: Editora da Universidade do Porto.
- Oliver, P. (1997). *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Peixoto, M. (2013). *Casa-pátio: o pátio como reflexo do modo de projectar e habitar a casa*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.
- Pereira, P. (2013). *Arquitectura do território – Mapear paisagens do Baixo Mondego*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Rabbat, N. (2010). *The Courtyard House: From Cultural Reference To Universal Relevance*. London: Ashgate Publishing.
- Rebelo, F. (2013). *Portugal: Geografia, Paisagens e Interdisciplinaridade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Recasens, G. (1992). *Recurrencia y herencia del patio en el movimiento moderno*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de publicaciones.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Reis, N. (2009). *O saguão na habitação urbana: O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Ribeiro, O. (2013). *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*. Lisboa: Letra Livre.
- Ribeiro, O. (1991). *Opúsculos Geográficos: O Mundo rural* (Vol. IV). Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.
- Ribeiro, O. (1977). *Introduções geográficas à história de Portugal: Estudo crítico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sampaio, A. (1923). *Estudos históricos e económicos*. Porto: Livraria Chardon de Lello, Irmão, Limitada.
- Silva, L. (2009). *Casas no campo: etnografia do turismo rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Silva, L. (2014). *A reabilitação do património dos moinhos de vento do Oeste: uma proposta integrada para a sustentabilidade dos moinhos do casal Nordeste*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Silva, M. (2009). *Aldeias de Xisto – Construção das imagens do turismo*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Silva, R. (2014). *Reutilização das Arquitecturas de Produção – Reabilitação e reconversão: Queijaria e Espigueiro*, Relatório final de estágio, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras.
- Teles, S. (2013). *Habitar a paisagem Alentejana: A particularidade do Monte*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Évora, Évora.
- Vitrúvio (2006). *Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST Press. Edição original de Séc. I.
- Zhang, D. (2016). *Courtyard Housing and Cultural Sustainability: Theory, Practice and Product*. New York: Routledge (Taylor & Francis Group).



## SUMÁRIO DE FIGURAS

**Figura 1** – Províncias de Portugal (1936) e divisões fundamentais de Portugal  
Desenho realizado pelo autor a partir de: Ribeiro, 1945, p.V, e [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 2** – Distrito de Coimbra e respectivos concelhos  
Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 3** – Estado original da Quinta (1910) e respectivas funções  
Desenho realizado pelo autor

**Figura 4** – Alterações efectuadas na quinta entre 1940-1950  
Desenho realizado pelo autor

**Figura 5** – Alterações efectuadas na quinta entre 1950-1990  
Desenho realizado pelo autor

**Figura 6** – Reconversão de usos da Quinta (1997-1998)  
Desenho realizado pelo autor

**Figura 7** – Renovações no coberto (2000-2003)

**Figura 8** – Constituição dos solos na região das Beiras  
Desenho editado pelo autor a partir de: Amaral et al., 1998, p.7

**Figura 9** – Materiais de construção na região das Beiras  
Desenho editado pelo autor a partir de: Amaral et al., 1998, p.61

**Figura 10** – Actual sala e cozinhas (antigas cavaliariças) e coberto principal  
Fotografia do autor

**Figura 11** – Vista para o coberto e estrutura para secagem de produtos  
Fotografia do autor

**Figura 12** – Actuais lojas/arrumos (antigos currais)  
Fotografia do autor

**Figura 13** – Actual depósito de madeira (antiga nitreira)  
Fotografia do autor

**Figura 14** – Actuais arrumos (antigos currais) Fotografia do autor



## SUMÁRIO DE FIGURAS

**Figura 15** – Actual oficina (antiga habitação de operários)

Fotografia do autor

**Figura 16** – Actual ruína (antiga habitação)

Fotografia do autor

**Figura 17** – Esquema dos novos acessos propostos

Desenho realizado pelo autor

**Figura 18** – Definição da nova entrada

Desenho realizado pelo autor

**Figura 19** – Prolongamento da pavimentação existente para o pátio de entrada

Desenho realizado pelo autor

**Figura 20** – Introdução de volumetria nova e definição do pátio de entrada

Desenho realizado pelo autor

**Figura 21** – Definição do pátio principal

Desenho realizado pelo autor

**Figura 22** – Províncias de Portugal (1936) e respectivos distritos de inserção dos casos a analisar

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 23** – Marão, Douro Litoral/Trás-os-Montes

Fotografia editada pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, p.128

**Figura 24** – Mértola, Beja

Fotografia editada pelo autor a partir de: George et al., 1998, p.9

**Figura 25** – Loriga, Guarda

Fotografia editada pelo autor a partir de: Amaral et al., 1998, p.49

**Figura 26** – «Herdade» Alentejana

Fotografia editada pelo autor a partir de: George et al., 1998, p.14

**Figura 27** – Alvôco da Serra, Guarda

Fotografia editada pelo autor a partir de: Amaral et al., 1998, p.14



## SUMÁRIO DE FIGURAS

**Figura 28** – Sabugal, Guarda

Fotografia editada pelo autor a partir de: Amaral et al., 1998, p.83

**Figura 29** – Castelo Mendo, Guarda

Fotografia editada pelo autor a partir de: Amaral et al., 1998, p.108

**Figura 30** – «Herdade» Alentejana

Fotografia editada pelo autor a partir de: George et al., 1998, p.24

**Figura 31** – House of Pansa: Pompeii

Desenhos editado pelo autor a partir de: Fletcher, 193, p.199

**Figura 32** – Sêda, Portalegre (Ponte romana)

Fotografia editada pelo autor a partir de: George et al., 1998, p.23

**Figura 33** – Mértola, Beja (Porta árabe)

Fotografia editada pelo autor a partir de: George et al., 1998, p.24

**Figura 34** – Distrito de Braga e respectivos concelhos

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 35** – Implantação urbana da casa de Calvelhe

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 36** – Planta do piso térreo

Desenho editado pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, pp.50-51

**Figura 37** – Programa do piso térreo

Desenho editado pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, pp.50-51

**Figura 38** – Esquema de divisão funcional do pátio

Desenho editado pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, pp.50-51

**Figura 39** – Relação entre sectores do pátio e programa

Desenho editado pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, pp.50-51





## SUMÁRIO DE FIGURAS

**Figura 40** – Vista da eira coberta

Desenho editado pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, p.50

**Figura 41** – Vista do pátio para o sequeiro e loja

Desenho editado pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, p.50

**Figura 42** – Vista da rua principal de acesso

Fotografia editada pelo autor a partir de: Google Earth Pro © Google

**Figura 43** – Vista do pátio para a habitação

Desenho editado pelo autor a partir de: Távora et al., 1998, p.50

**Figura 44** – Distrito de Coimbra e respectivos concelhos

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 45** – Ovar, Furadouro (Aveiro)

Fotografia editada pelo autor a partir de: Oliveira, 2003, p.267

**Figura 46** – Cinfães, Gralheira (Viseu)

Fotografia editada pelo autor a partir de: Oliveira, 2003, p.114

**Figura 47** – Implantação urbana da Quinta Nova de Poiares

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 48** – Planta do piso térreo

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de V.N. de Poiares, Nov. 2017

**Figura 49** – Programa do piso térreo

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de V.N. de Poiares, Nov. 2017

**Figura 50** – Esquema de divisão funcional do pátio

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de V.N. de Poiares, Nov. 2017

**Figura 51** – Relação entre sectores do pátio e programa

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de V.N. de Poiares, Nov. 2017

**Figura 52** – Vista da estrada principal de acesso, M541 (Fachada Sul)

Fotografia do autor, Novembro de 2017



## SUMÁRIO DE FIGURAS

**Figura 53** – Pormenorização do arenito (Fachada Poente)

Fotografia do autor, Novembro de 2017

**Figura 54** – Distrito de Portalegre e respectivos concelhos

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 55** – Implantação territorial do monte da Herdade da Terrosa

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 56** – Planta do piso térreo

Desenho editado pelo autor a partir de: Oliveira, 2003, p.168

**Figura 57** – Programa do piso térreo

Desenho editado pelo autor a partir de: Oliveira, 2003, p.168

**Figura 58** – Esquema de divisão funcional do pátio

Desenho editado pelo autor a partir de: Oliveira, 2003, p.168

**Figura 59** – Relação entre sectores do pátio e programa

Desenho editado pelo autor a partir de: Oliveira, 2003, p.168

**Figura 60** – Intemporalidade do pátio – Esquema cronológico dos casos analisados

Desenho realizado pelo autor

**Figura 61** – Províncias de Portugal (1936) e respectivos distritos de inserção dos casos a analisar

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 62** – Concelhos de Portugal (esq.) e Freguesias de Portugal (dir.) com respectivas inserções dos casos a analisar

Desenhos realizados pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 63** – Principais rios de Portugal

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 64** – Mapa hipsométrico de Portugal

Desenho realizado pelo autor a partir de: [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)



## SUMÁRIO DE FIGURAS

**Figura 65** – Distrito de Coimbra e inserção do objecto e caso de estudo

Desenho realizado pelo autor a partir de [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt)

**Figura 66** – Esquema de acessos da Quinta (pré existência)

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de V.N. de Poiares, Nov. 2017

**Figura 67** – Esquema de novos acessos da Quinta (projecto)

Desenho editado pelo autor e cedido pelo autor do projecto, Nov. 2017

**Figura 68** – Esquema de acessos da Quinta (pré existência)

Desenho realizado pelo autor

**Figura 69** – Esquema de novos acessos da Quinta (projecto)

Desenho realizado pelo autor

**Figura 70** – Esquema de vãos da Quinta (pré existência)

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de V.N. de Poiares, Nov. 2017

**Figura 71** – Esquema de novos vãos da Quinta (projecto)

Desenho editado pelo autor e cedido pelo autor do projecto, Nov. 2017

**Figura 72** – Esquema de vãos da Quinta (pré existência)

Desenho realizado pelo autor

**Figura 73** – Esquema de novos vãos da Quinta (projecto)

Desenho realizado pelo autor

**Figura 74** – Fachada Nascente (estado actual)

Fotografia do autor

**Figura 75** – Fachada Poente (relação com a via de comunicação/estado actual)

Fotografia do autor

**Figura 76** – Esquema da divisão funcional do pátio (pré existência)

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de V.N. de Poiares, Nov. 2017

**Figura 77** – Esquema da nova divisão funcional do pátio (projecto)

Desenho editado pelo autor e cedido pelo autor do projecto, Nov. 2017



## SUMÁRIO DE FIGURAS

**Figura 78** – Esquema da divisão funcional do pátio (pré existência)

Desenho realizado pelo autor

**Figura 79** – Esquema da nova divisão funcional do pátio (projecto)

Desenho realizado pelo autor

**Figura 80** – Edifício a reverter para suites (antigos currais)

Desenho realizado pelo autor

**Figura 81** – Esquema de organização espacial das suites

Desenho realizado pelo autor

## SUMÁRIO DE DESENHOS

**Desenho n.º 1** – Contextualização no território

Desenho editado pelo autor e cedido pela Câmara Municipal de Penacova, Out. 2016

**Desenho n.º 2** – Secção transversal pelo território

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 3** – Organização dos sectores da Quinta (1910)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 4** – Fases de construção (1910-2017)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 5** – Contextualização no aglomerado rural

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 6** – Levantamento do existente

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 7** – Levantamento do existente / Cortes

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 8** – A regionalidade do pátio

Desenho realizado pelo autor





## SUMÁRIO DE DESENHOS

**Desenho n.º 9** – Pátio e envolvente exterior

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 10** – Pátio e envolvente interior

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 11** – Representação quantitativa do pátio e sectores

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 12** – Estratégia geral: Quinta Nova de Poiares (Piso térreo, esc. 1/750)

Desenho editado pelo autor e cedido pelo autor do projecto, Nov. 2017

**Desenho n.º 13** – Estratégia geral: Quinta de Oliveira do Mondego (Piso térreo, esc. 1/500)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 14** – Alçado Nascente (edifício das suites)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 15** – Alçado Poente (relação da habitação com a rua)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 16** – Proposta de intervenção: Quinta Nova de Poiares (Piso térreo)

Desenho editado pelo autor e cedido pelo autor do projecto, Nov. 2017

**Desenho n.º 17** – Proposta de intervenção: Quinta de Ol. do Mondego (Piso térreo)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 18** – Proposta de intervenção / Cortes

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 19** – Habitação e relação com o pátio

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 20** – Proposta de intervenção: Quinta Nova de Poiares (Primeiro piso)

Desenho editado pelo autor e cedido pelo autor do projecto, Nov. 2017

**Desenho n.º 21** – Proposta de intervenção: Quinta de Ol. do Mondego (Primeiro piso)

Desenho realizado pelo autor



## SUMÁRIO DE DESENHOS

**Desenho n.º 22** – Cobertos e continuidade volumétrica

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 23** – Proposta de intervenção: Quinta Nova de Poiares (Cobertura)

Desenho editado pelo autor e cedido pelo autor do projecto, Nov. 2017

**Desenho n.º 24** – Proposta de intervenção: Quinta de Ol. do Mondego (Cobertura)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 25** – Representação quantitativa do pátio e sectores

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 26** – Planta do volume das suites (antigos currais) P0

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 27** – Planta de um módulo Duplex (antigo curral) P0

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 28** – Corte transversal A

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 29** – Planta do volume das suites (antigos currais) 1ºP

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 30** – Corte transversal A-A'

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 31** – Planta de um módulo Duplex (antigo curral) 1ºP

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 32** – Corte transversal B

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 33** – Corte longitudinal C

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 34** – Pormenorização construtiva vertical (Corte B)

Desenho realizado pelo autor



## SUMÁRIO DE DESENHOS

**Desenho n.º 35** – Axonometria do conjunto

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 36** – Planta de Construção/demolição (Piso térreo)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 37** – Construção/demolição (Cortes)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 38** – Construção/demolição (Cortes)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 39** – Sistema estrutural da cobertura

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 40** – Planta da cobertura (Mansarda) Esc. 1/50

Desenho realizado pelo autor

**Desenhos n.º 41** – Planta da cobertura (Mansarda) Esc. 1/25

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 42** – Pormenorização construtiva (Corte horizontal/Piso térreo)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 43** – Pormenorização construtiva (Corte horizontal/Primeiro piso)

Desenho realizado pelo autor

**Desenho n.º 44** – Pormenorização construtiva (Corte vertical A)

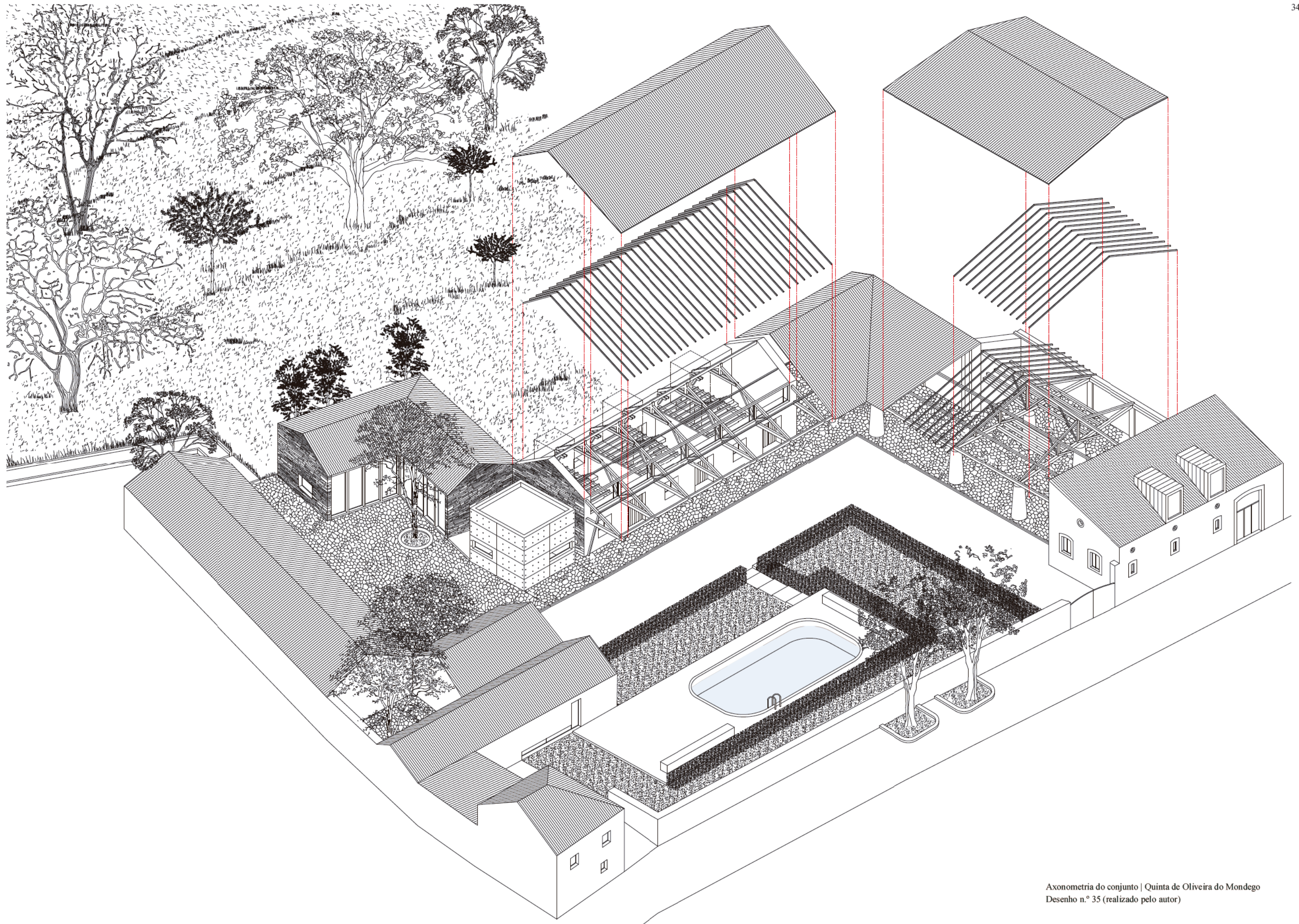
Desenho realizado pelo autor



## DESENHOS ANEXOS

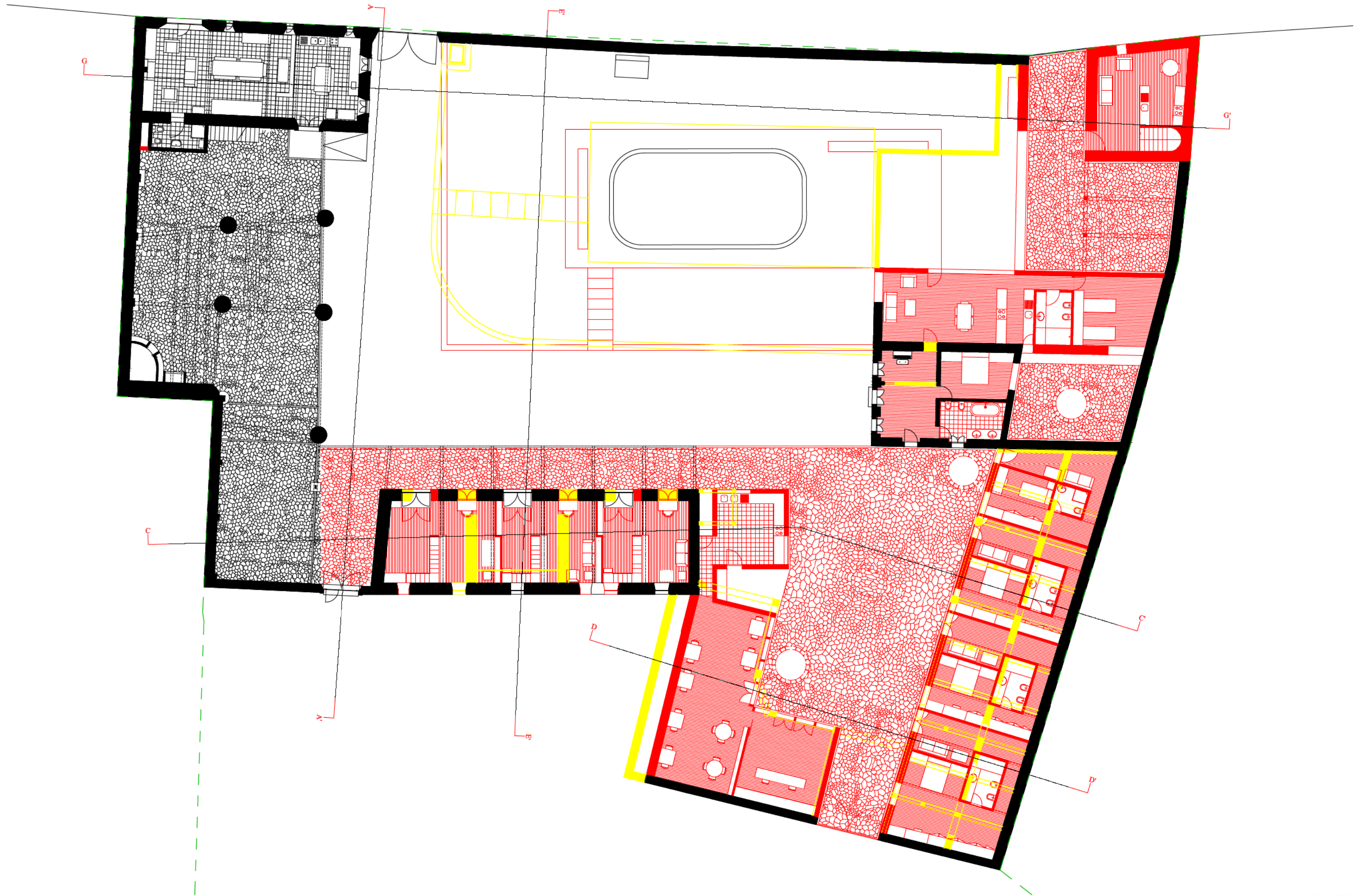






Axonometria do conjunto | Quinta de Oliveira do Mondego  
Desenho n.º 35 (realizado pelo autor)





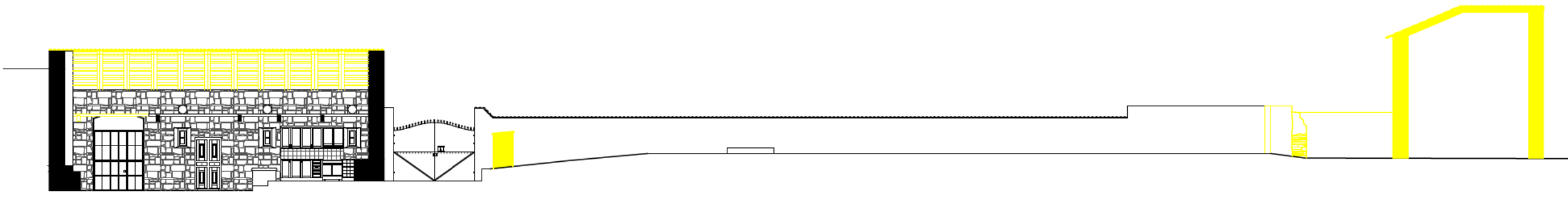
Legenda:  
■ Construção nova   ■ Demolição   ■ Manter  
— Limite de propriedade

Planta de Construção/Demolição  
Desenho n.º 36 (realizado pelo autor)

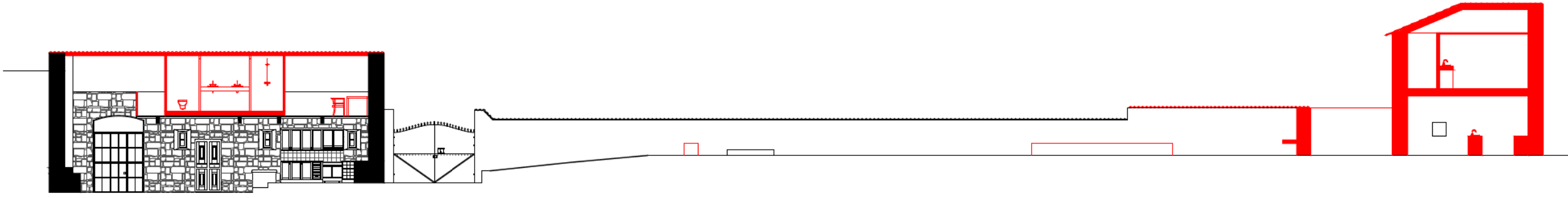
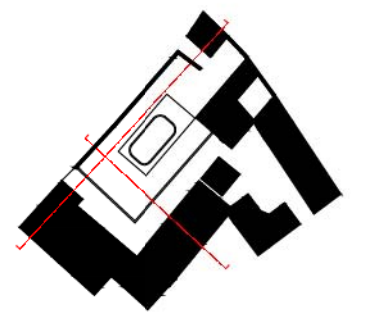
1:200



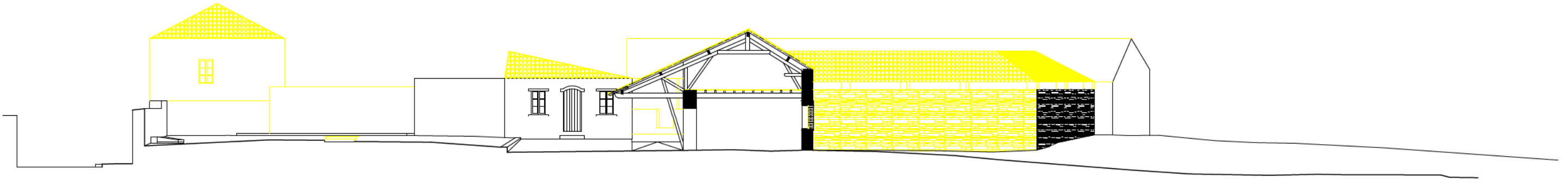




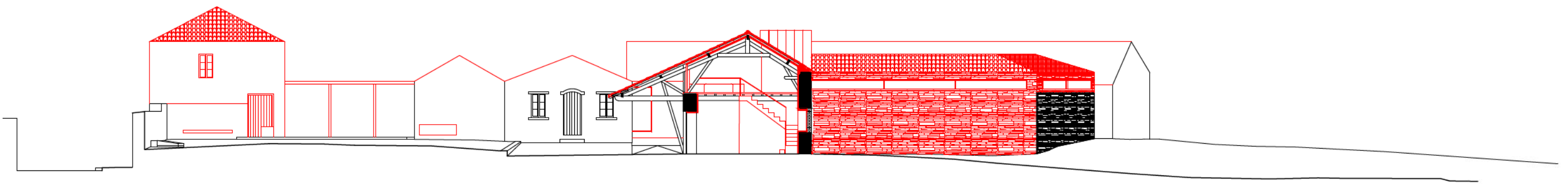
Corte longitudinal G-G'



Corte longitudinal G-G'



Corte transversal E-E'



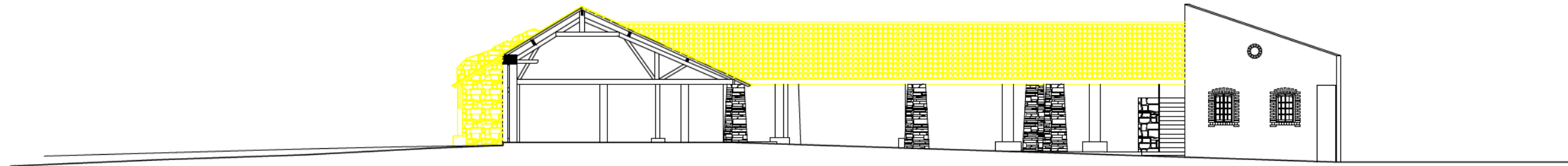
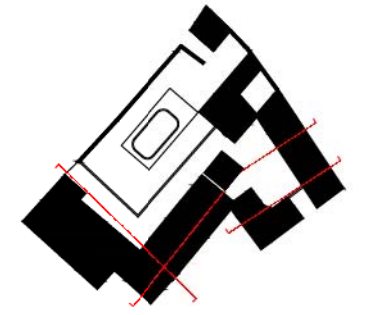
Corte transversal E-E'

Legenda:  
■ Construção nova    ■ Demolição    ■ Manter

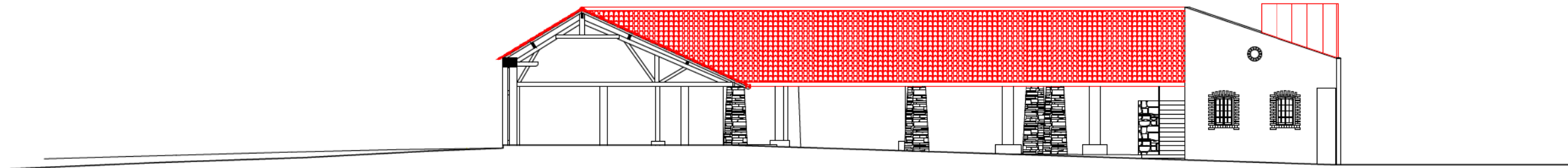
Construção/Demolição / Cortes  
 Desenho n.º 37 (realizado pelo autor)

1:200

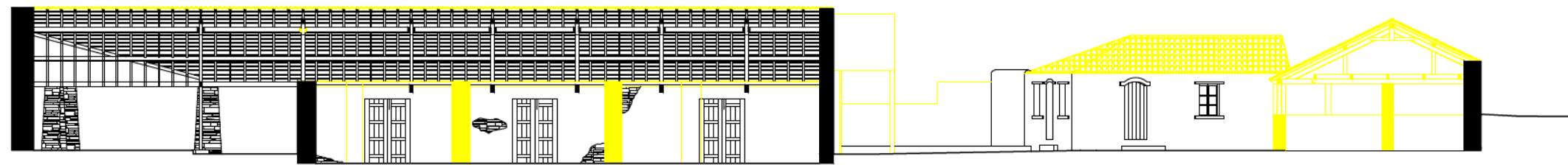




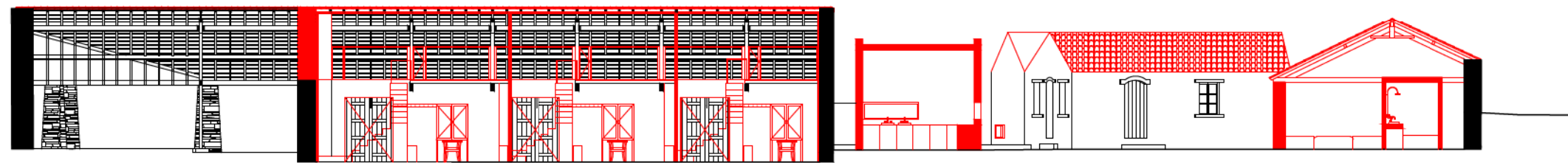
Corte transversal A-A'



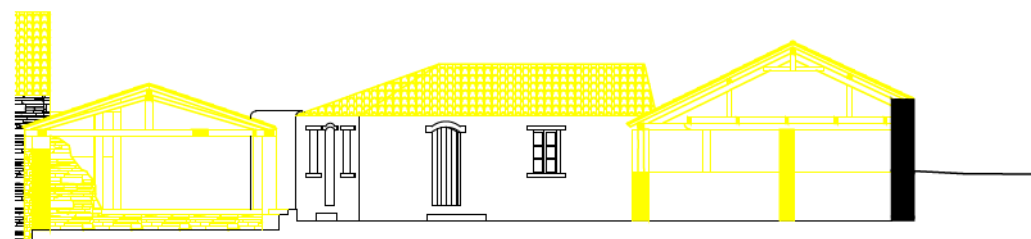
Corte transversal A-A'



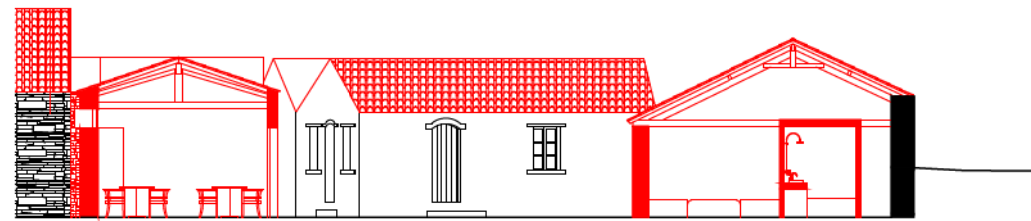
Corte longitudinal C-C'



Corte longitudinal C-C'



Corte longitudinal D-D'

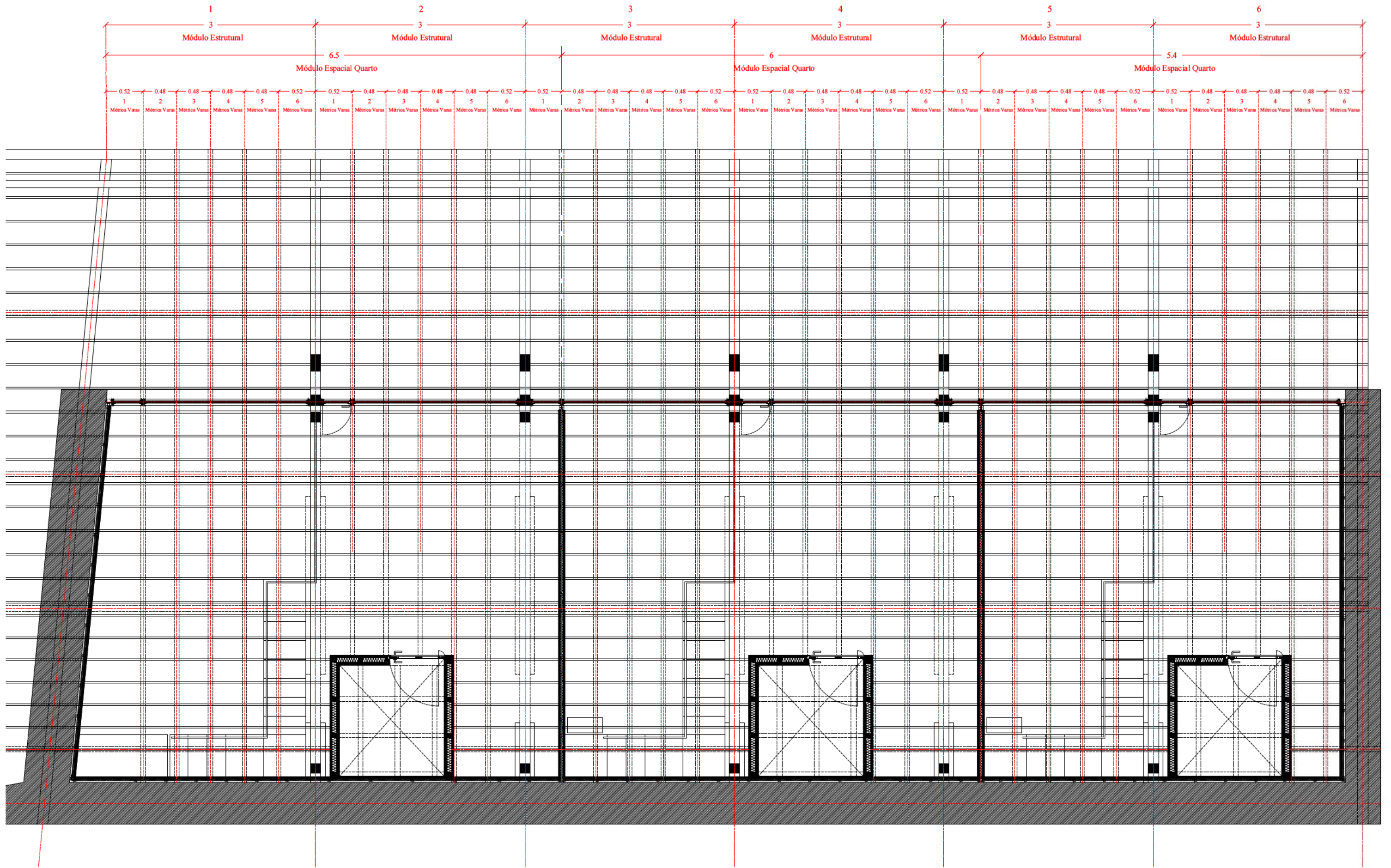


Corte longitudinal D-D'

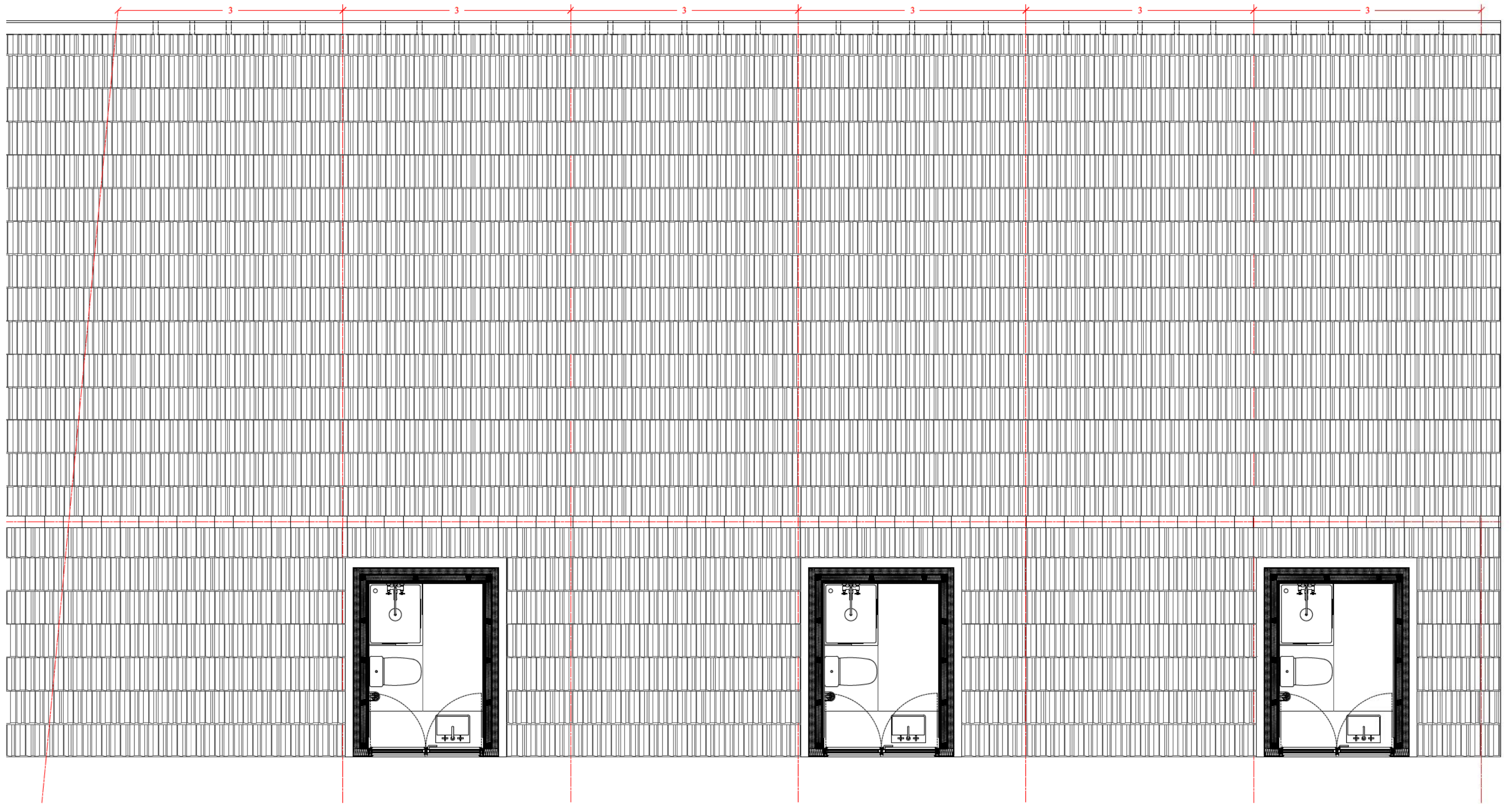
Legenda:  
■ Construção nova    ■ Demolição    ■ Manter



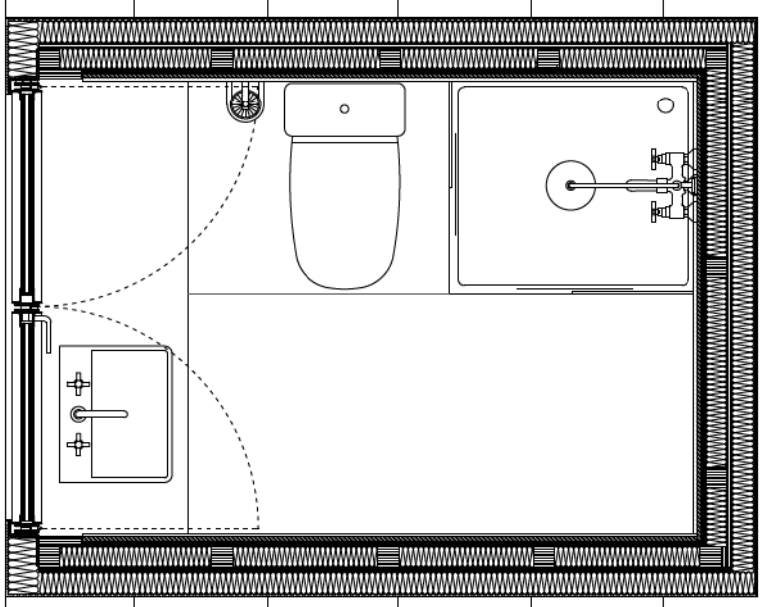




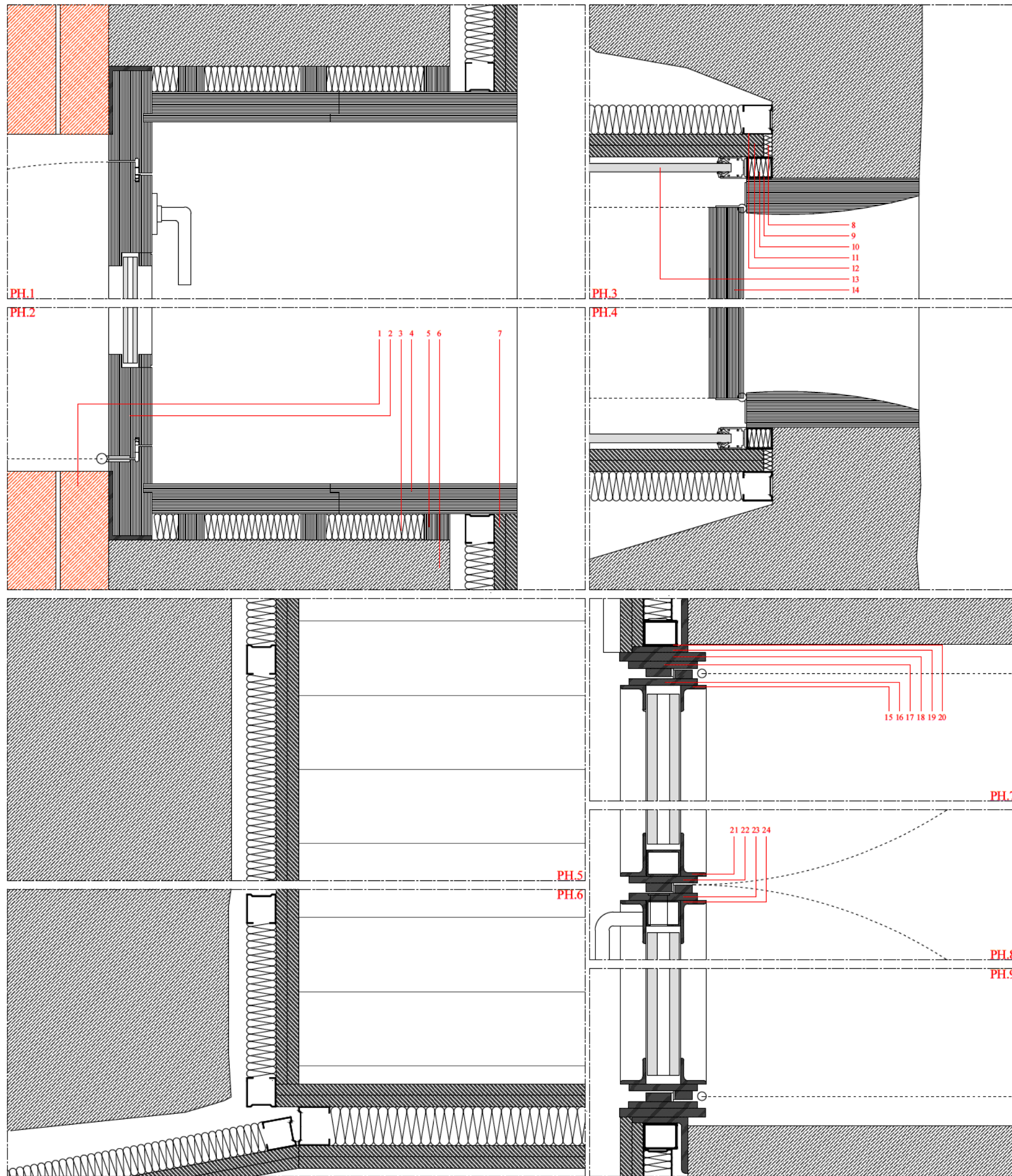






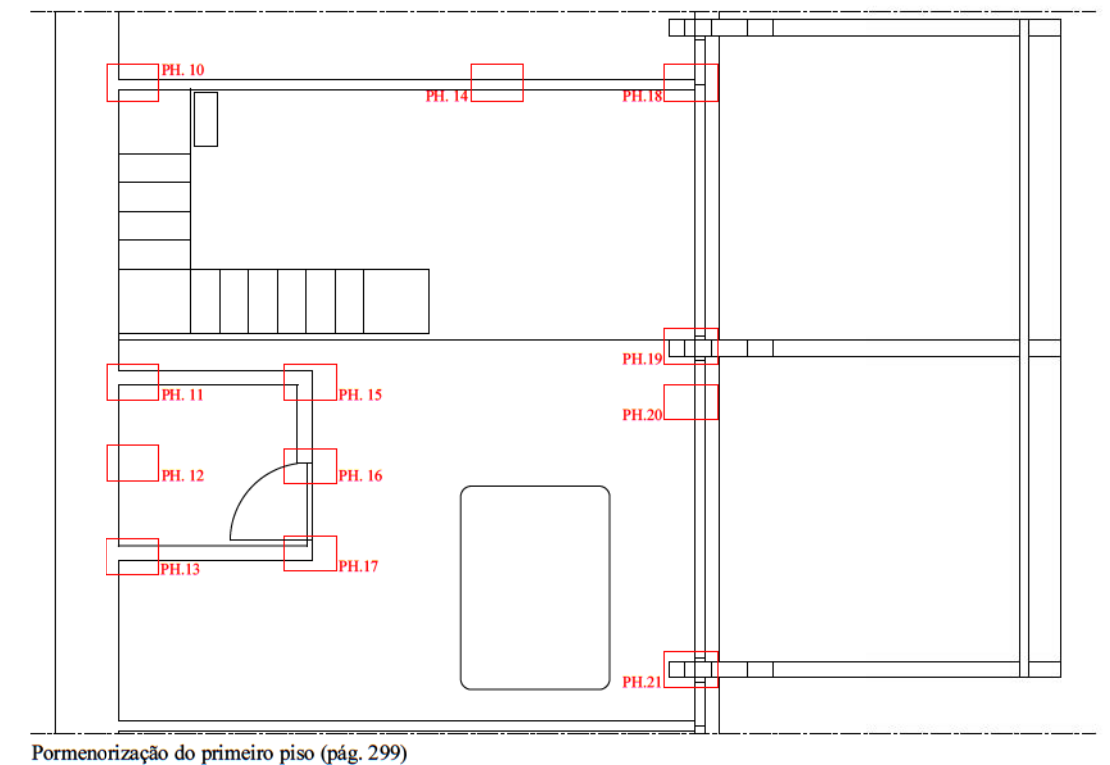
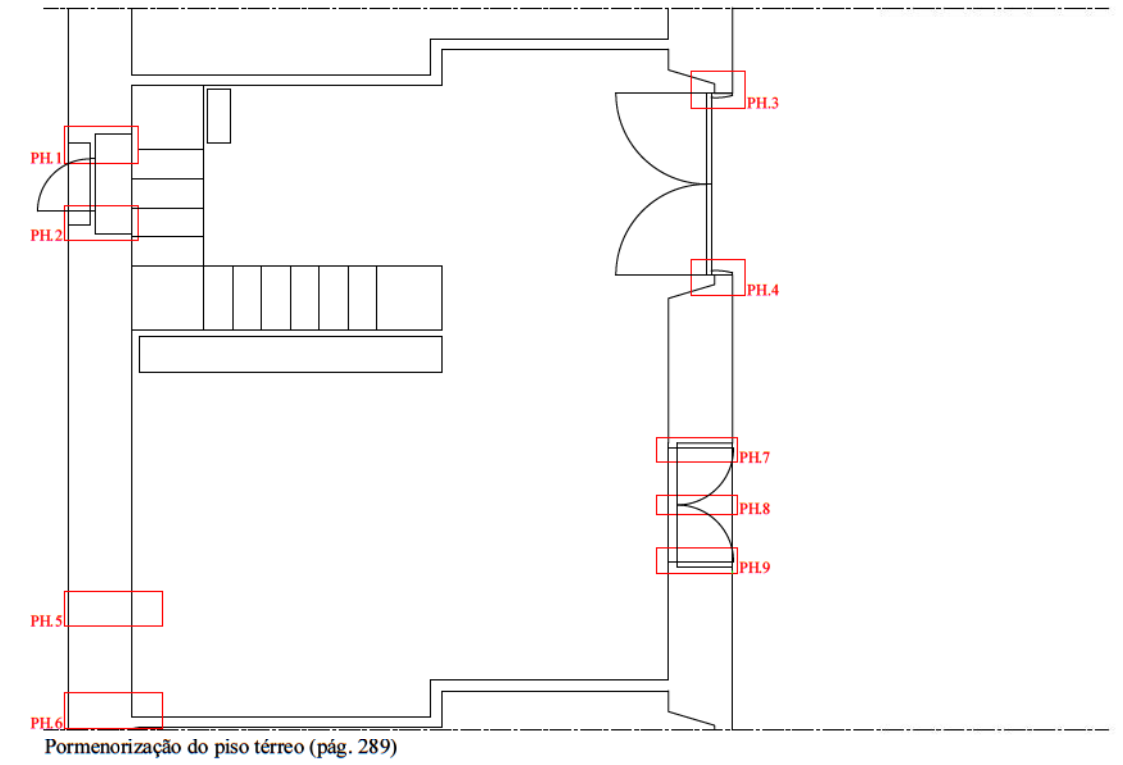






Legenda:

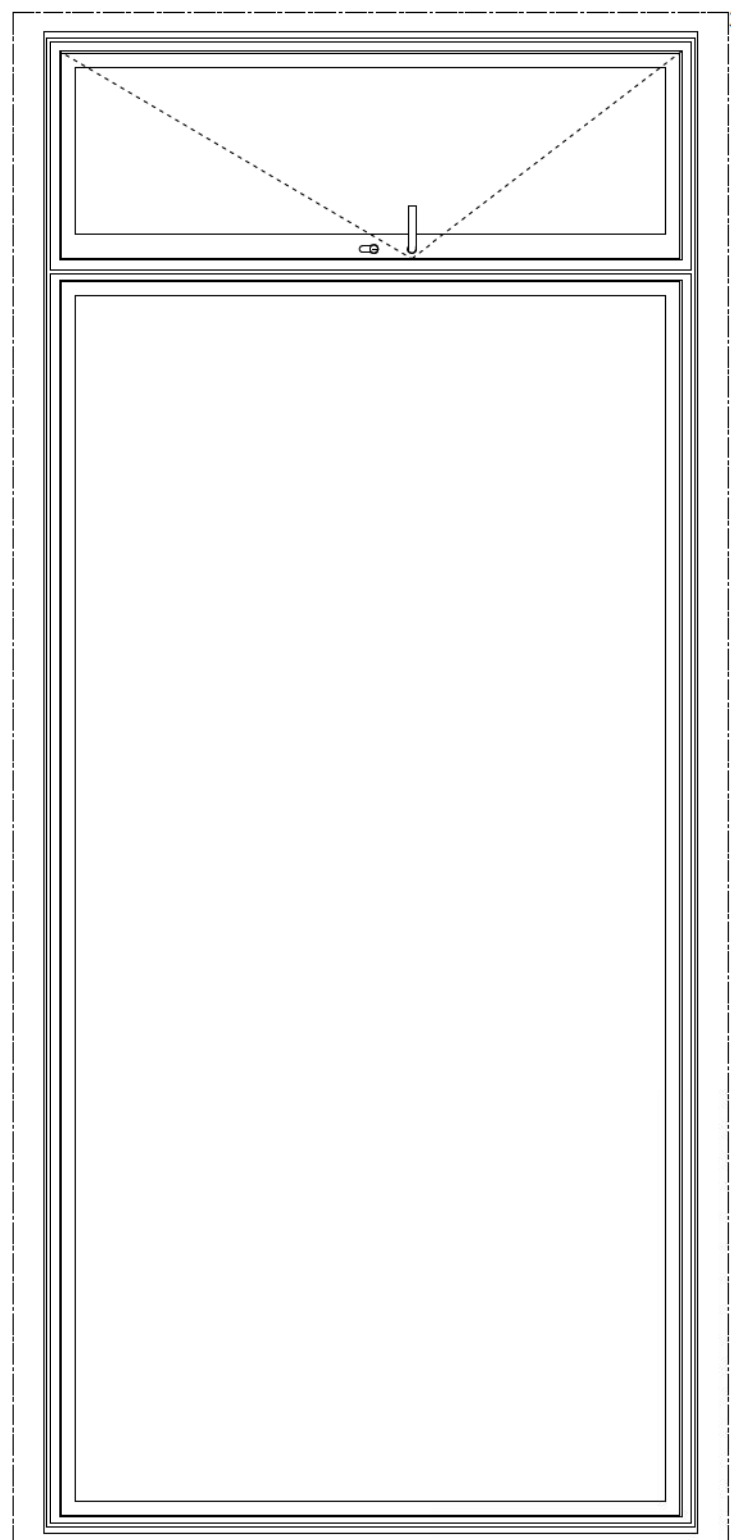
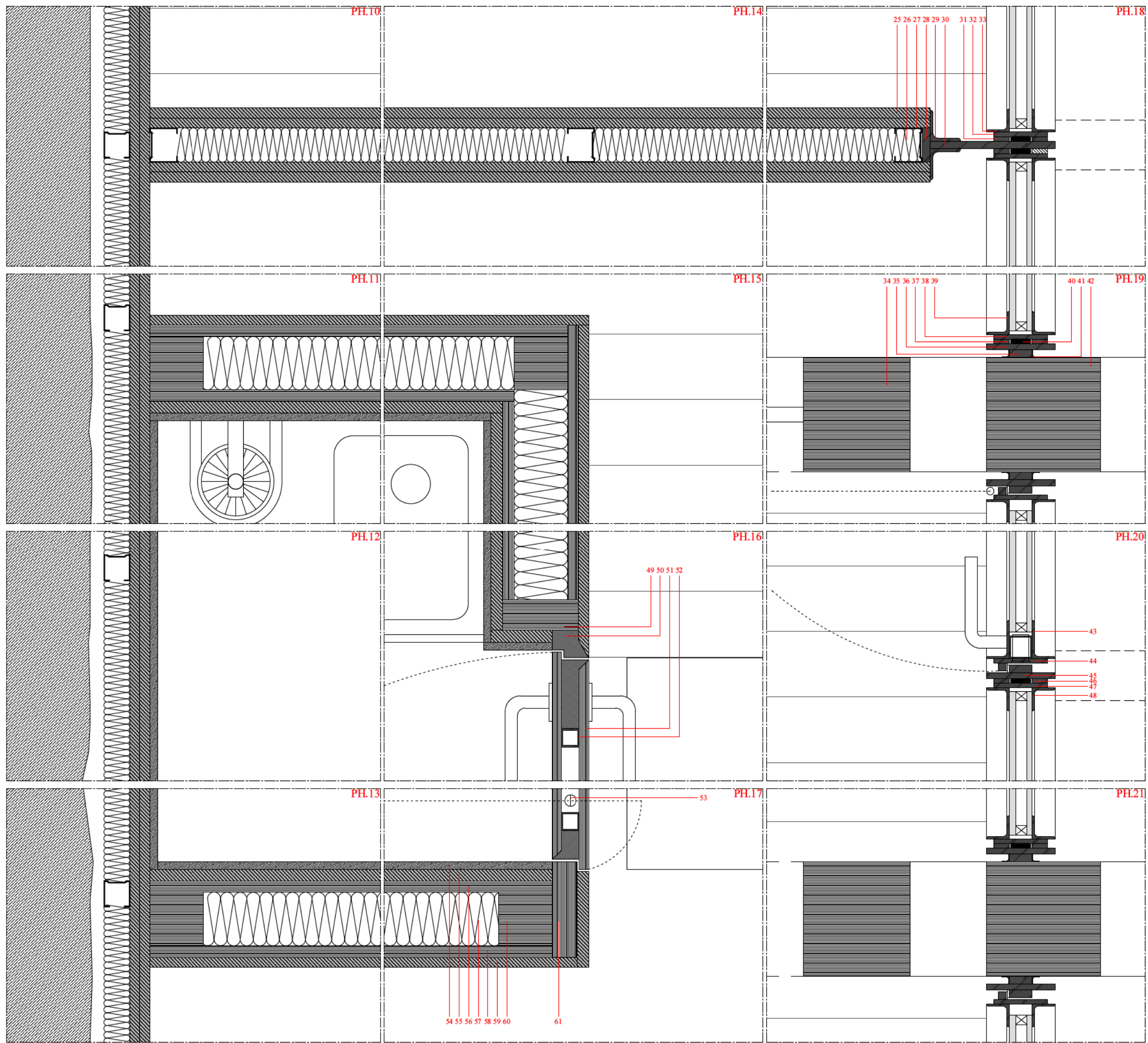
- |   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| 1. Tijolo maciço vermelho 65mmx12mmx225mm                               | 13. Pano de vidro esp.10mm        |
| 2. Caixilharia de madeira   | 14. Porta de madeira (existente)  |
| 3. Manta de lã de rocha com papel Kraft virado para o interior esp.30mm | 15. Cantoneira de ferro 30mmx30mm |
| 4. Revestimento em madeira esp.35mm                                     | 16. Barra de ferro 8mmx80mm       |
| 5. Estrutura de madeira 30mmx30mm                                       | 17. Barra de ferro 8mmx80mm       |
| 6. Parede de Xisto  | 18. Barra de ferro 10mmx100mm     |
| 7. Placa de gesso cartonado esp.13mm                                    | 19. Cantoneira de ferro 65mmx65mm |
| 8. Selante  | 20. Tubular metálico 30mmx40mm    |
| 9. Tubular metálico 25mmx30mm   | 21. Cantoneira de ferro 30mmx50mm |
| 10. Enchimento em espuma  | 22. Barra de ferro 8mmx80mm       |
| 11. Placa de gesso cartonado esp.13mm                                   | 23. Barra de ferro 8mmx80mm       |
| 12. Montante de pladur 34mmx34mm  | 24. Cantoneira de ferro 30mmx50mm |



- Legenda de materiais:
- |               |         |            |            |                   |
|---------------|---------|------------|------------|-------------------|
| Pedra (Xisto) | Madeira | Tijolo     | Vidro      | Gesso cartonado   |
| Argamassa     | Ferro   | Isolamento | Isolamento | Impermeabilização |





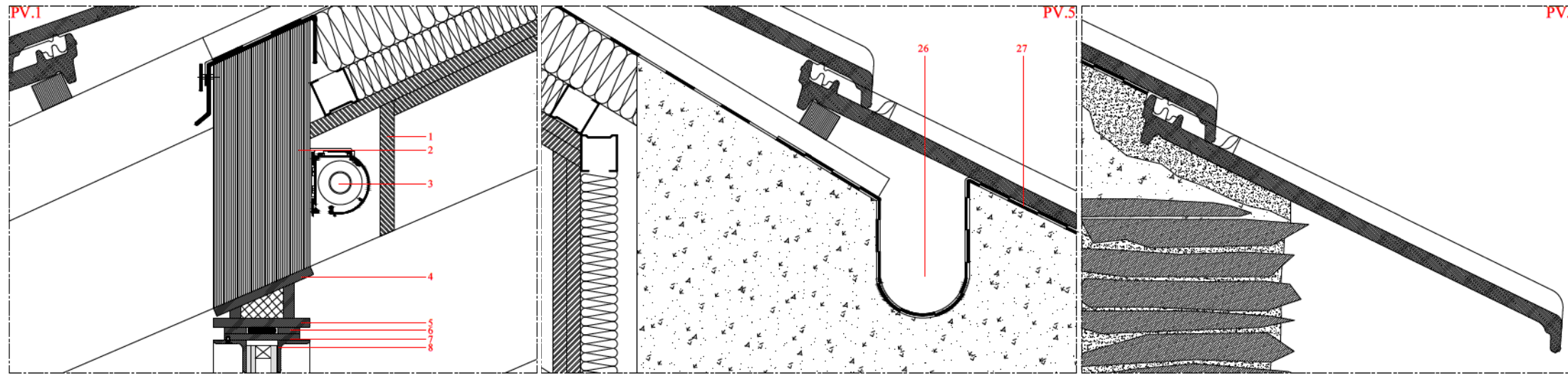


Alçado interior do vão (1ºP)

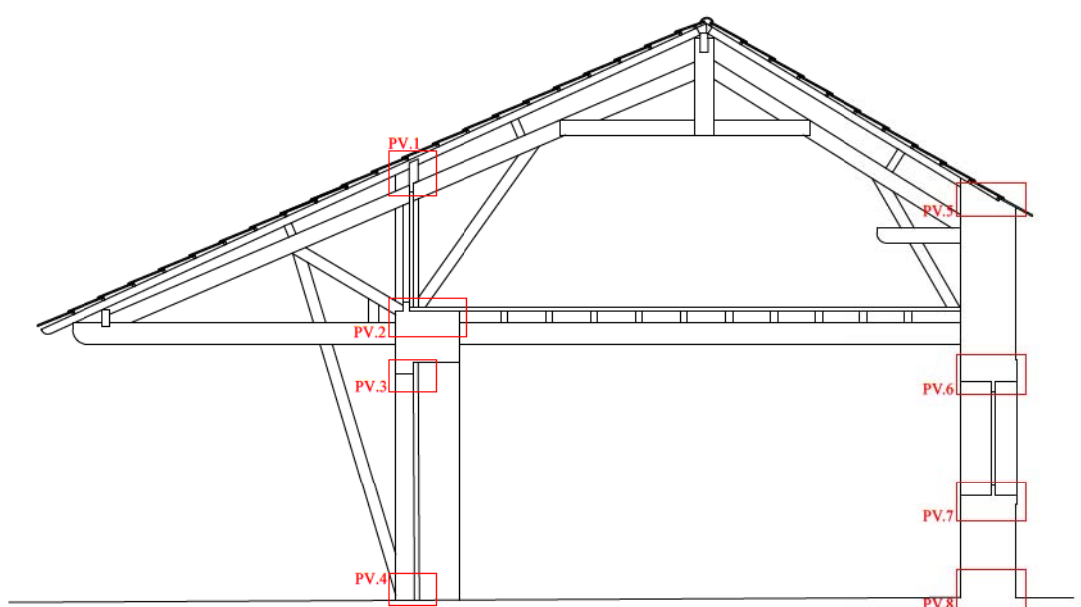
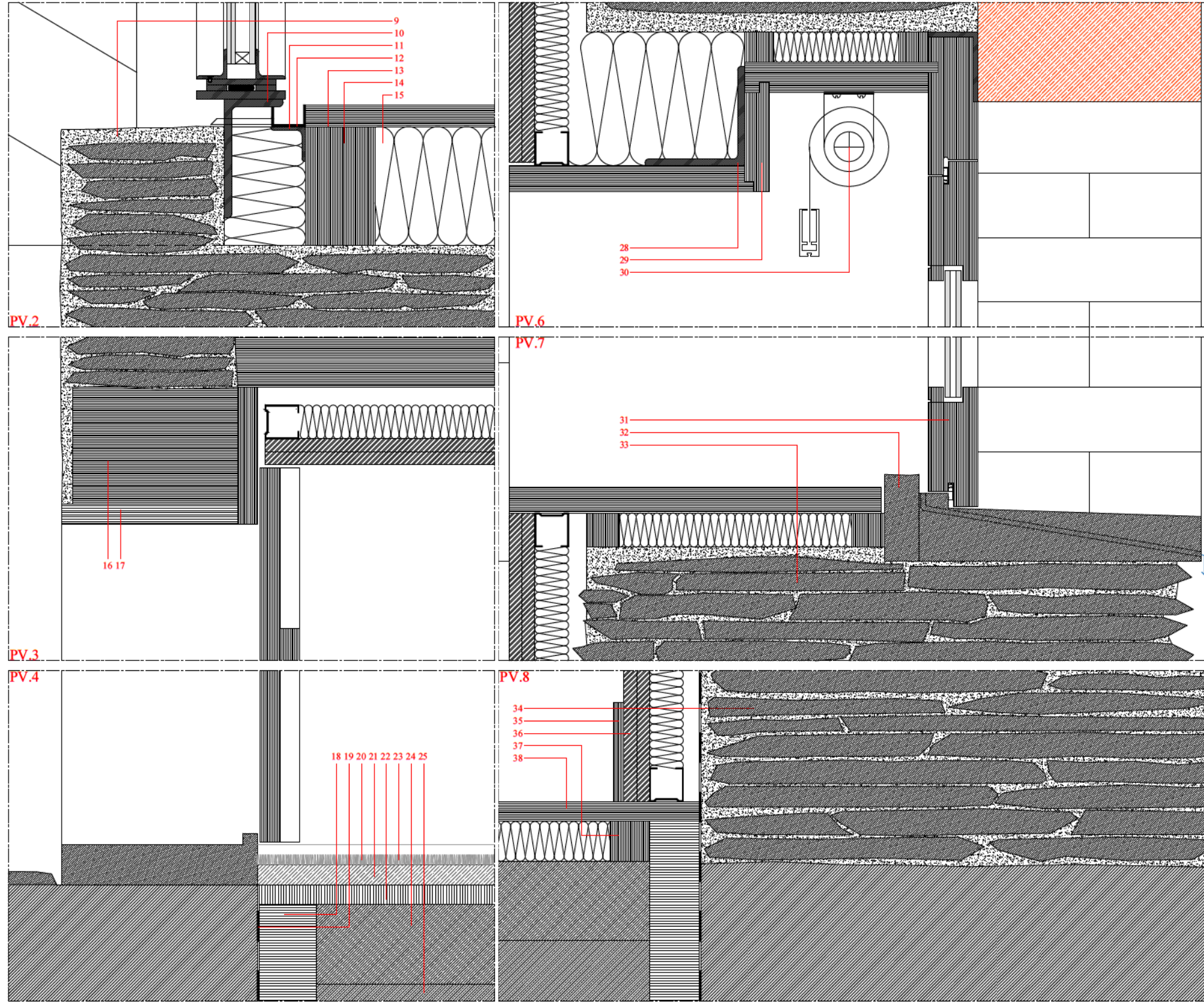
- Legenda:**
- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| 25. Placa de gesso cartonado esp.13mm | 43. Cantoneira de ferro 30mmx50mm      |
| 26. Lã de rocha esp.45mm              | 44. Barra de ferro 6mmx70mm            |
| 27. Montante de pladur 45mmx36mm      | 45. Barra de ferro 8mmx90mm            |
| 28. Barra de ferro 10mmx45mm          | 46. Barra de ferro 6mmx20mm            |
| 29. Cantoneira de ferro 40mmx40mm     | 47. Barra de ferro 6mmx70mm            |
| 30. Barra de ferro 10mmx160mm         | 48. Cantoneira de ferro 30mmx30mm      |
| 31. Barra de ferro 6mmx20mm           | 49. Peça de madeira pintada a branco   |
| 32. Barra de ferro 6mmx70mm           | 50. Batente pintado a branco           |
| 33. Cantoneira de ferro 30mmx30mm     | 51. MDF lacado a branco esp. 12mm      |
| 34. Estrutura de madeira (existente)  | 52. Tubular metálico 24mmx24mm         |
| 35. Barra de ferro 10mmx30mm          | 53. Pivot                              |
| 36. Barra de ferro 8mmx90mm           | 54. Revestimento cerâmico branco       |
| 37. Barra de ferro 6mmx20mm           | 55. Gesso cartonado hidrófugo esp.15mm |
| 38. Barra de ferro 6mmx70mm           | 56. Contraplacado marítimo esp.15mm    |
| 39. Cantoneira de ferro 30mmx30mm     | 57. Lã de rocha esp. 70mm              |
| 40. Mastique (selante)                | 58. Contraplacado marítimo esp.15mm    |
| 41. Cantoneira de ferro 10mmx10mm     | 59. Placa de gesso cartonado esp.13mm  |
| 42. Estrutura de madeira (existente)  | 60. Estrutura em madeira 70mmx70mm     |
|                                       | 61. Peça de madeira pintada a branco   |

- Legenda de materiais:**
- |               |         |            |            |                   |
|---------------|---------|------------|------------|-------------------|
| Pedra (Xisto) | Madeira | Tijolo     | Vidro      | Gesso cartonado   |
| Argamassa     | Ferro   | Isolamento | Isolamento | Impermeabilização |

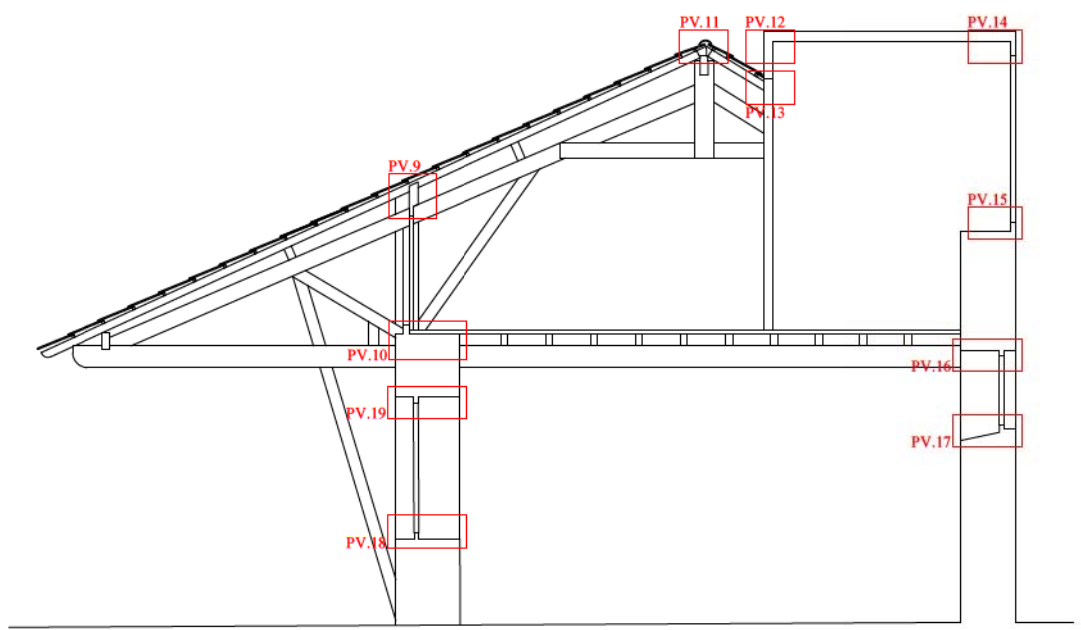




- Legenda:**
- 1. Placa de gesso cartonado esp.13mm
  - 2. Viga de madeira 230mmx90mm
  - 3. BlackOut CONTROSOL®
  - 4. Barra de ferro 8mmx100mm
  - 5. Barra de ferro 8mmx90mm
  - 6. Barra de ferro 6mmx20mm
  - 7. Barra de ferro 6mmx70mm
  - 8. Cantoneira de ferro 30mmx30mm
  - 9. Argamassa de revestimento à base de cal
  - 10. Cantoneira de ferro 60mmx120mm
  - 11. Cantoneira de ferro 35mmx35mm
  - 12. Calha de drenagem
  - 13. Soalho
  - 14. Barrote de madeira 70mmx120mm
  - 15. Lã de rocha esp.120mm
  - 16. Viga em madeira
  - 17. Revestimento em madeira
  - 18. Poliestireno extrudido esp.60mm
  - 19. Manta de impermeabilização esp.2mm.
  - 20. Tapete
  - 21. Camada de regularização esp.20mm
  - 22. Poliestireno extrudido esp.20mm
  - 23. Tapete
  - 24. Camada de forma esp. 80mm
  - 25. Massame
  - 26. Calceira embutida
  - 27. Manta de impermeabilização esp.2mm
  - 28. Cantoneira de ferro 100mmx100mm
  - 29. Revestimento em madeira
  - 30. Blackout
  - 31. Caixilharia em madeira
  - 32. Pedra de remate em Xisto
  - 33/34. Parede de Xisto
  - 35. Rodapé em madeira
  - 36. Placa de gesso cartonado esp.13mm
  - 37. Estrutura do soalho
  - 38. Soalho



Pormenorização do Corte transversal A (pág. 291)



Pormenorização do Corte transversal B (pág. 301)

- Legenda de materiais:**
- Pedra (Xisto)
  - Madeira
  - Tijolo
  - Vidro
  - Gesso cartonado
  - Argamassa
  - Ferro
  - Isolamento
  - Isolamento
  - Impermeabilização



